

ORGANIZAÇÃO E PREFÁCIO: GUSTAVO H.B. FRANCO

MURRAY TEIGH BLOOM

O HOMEM QUE ROUBOU PORTUGAL

A HISTÓRIA DO MAIOR GOLPE FINANCEIRO
DE TODOS OS TEMPOS

 ZAHAR



Copyright

Esta obra foi postada pela equipe [Le Livros](#) para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la.

Dessa forma, a venda desse eBook ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação **é totalmente condenável** em qualquer circunstância.

A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente. Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e à publicação de novas obras. Se gostou do nosso trabalho e quer encontrar outros títulos visite nosso site:

[Le Livros](#)

<http://LeLivros.com>



O homem que roubou Portugal

Murray Teigh Bloom

O homem que roubou Portugal

A história do maior golpe financeiro de todos os tempos

Organização e prefácio

"Uma aventura desenvolvimentista"

Gustavo H.B. Franco

Anexo: Uma testemunha especial

Notas de Fernando Pessoa sobre o julgamento de Alves Reis



ZAHAR

Rio de Janeiro

Este livro é dedicado a Amy e Ellen.

Título original:

The Man Who Stole Portugal

Tradução autorizada da edição americana publicada em 1992
por Carroll & Graf Publishers, de Nova York, EUA

Copyright © 1953, Murray T. Bloom
Copyright renovado © 1966, Murray T. Bloom

Originalmente publicado por Charles Scribner's Sons

Copyright da edição em língua portuguesa © 2009:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Todos os esforços foram feitos para identificar as fontes das imagens aqui reproduzidas.
Estamos prontos a incluir eventuais omissões em futuras edições.

Tradução: Sérgio Lopes

Projeto gráfico: Carolina Falcão

- B616h Bloom, Murray Teigh, 1916-
O homem que roubou Portugal: a história do maior golpe financeiro de todos os tempos / Murray Teigh Bloom; organização e prefácio Gustavo H.B. Franco; [tradução Sérgio Lopes]. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

il.

Tradução de: The man who stole Portugal
ISBN 978-85-378-0111-6

1. Reis, Artur Virgílio Alves, 1896-1955. 2. Chantagistas e chantagens – Portugal. 3. Cédulas – Falsificações – Portugal. I. Franco, Gustavo H.B. (Gustavo Henrique Barroso), 1956-. II. Título.

o8-4586

CDD: 364.133

CDU: 343.919

Sumário

7 [PREFÁCIO](#)

Uma aventura desenvolvimentista, GUSTAVO H.B. FRANCO

19 [PRÓLOGO](#)

Londres, 28 de abril de 1932

21 [CAPÍTULO UM: 1924](#)

Lisboa, 24 de novembro

Paris, 28 de novembro

Lisboa, 30 de novembro

Berlim, 1º de dezembro

Haia, 2 de dezembro

Haarlem, 2 de dezembro

Londres, 4 de dezembro

Lisboa, 5 de dezembro

Haia, 5 de dezembro

Lisboa, 7 de dezembro

Haia, 13 de dezembro

Londres, 17 de dezembro

Haia, 18 de dezembro

Lisboa, 22 de dezembro

113 [CAPÍTULO DOIS: 1925](#)

Londres, 6 de janeiro

Lisboa, 13 de janeiro

Londres, 10 de fevereiro

Haia, 11 de fevereiro

Lisboa, 16 de fevereiro

Lisboa, 1º de março

Lisboa, 15 de abril

Paris, 29 de abril

Londres, 9 de maio

Haia, 21 de maio

Lisboa, 28 de maio

Haia, 26 de julho

Londres, 29 de julho

Lisboa, 1º de agosto

Londres, 6 de agosto

Haia, 8 de agosto

Carlsbad, Tchecoslováquia, 12 de agosto

Paris, 27 de agosto

Londres, 29 de agosto

Lisboa, 14 de setembro

Angola, 8 de outubro

Londres, 9 de outubro

Haia, 10 de outubro

Lisboa, 12 de novembro

Angola, 14 de novembro

Lisboa, 23 de novembro

Porto, 4 de dezembro

Haia, 5 de dezembro

S.S. Woerman, 6 de dezembro

Lisboa, 6 de dezembro

Londres, 9 de dezembro

Lisboa, 12 de dezembro

Londres, 12 de dezembro

Lisboa, 14 de dezembro

Lisboa, 24 de dezembro

Londres, 28 de dezembro

235 [CAPÍTULO TRÊS: 1926-1932](#)

Haia, 11 de janeiro

Lisboa, 13 de janeiro

Haia, março

Lisboa, 28 de maio

Haia, 26 de novembro

Helsa, Alemanha, maio de 1927

Londres, julho

Lisboa, 27 de abril de 1928

Lisboa, 31 de maio

Londres, 29 de novembro

Paris, janeiro de 1929

Nice, abril

Londres, 9 de novembro

Lisboa, dezembro

Lisboa, 6 de maio de 1930

Lisboa, 11 de maio

Londres, 24 de novembro

Lisboa, janeiro de 1931

Londres, 26 de março

Londres, 6 de julho

Londres, 28 de abril de 1932

313 [EPÍLOGO: 1932-1964](#)

Berlim, 20 de setembro

Seaford, Sussex, Inglaterra, 22 de dezembro de 1933

Lisboa, 1935

Berlim, 29 de agosto de 1936

Lisboa, 7 de maio de 1945

Cannes, 13 de fevereiro de 1960

Londres, 17 de março

Lisboa, 30 de março

Caracas, Venezuela, maio de 1964

Londres, 30 de julho

Lisboa, agosto

Haarlem, 24 de agosto

Haia, 25 de agosto

[ANEXO: UMA TESTEMUNHA ESPECIAL](#) 351

Notas de Fernando Pessoa sobre o julgamento de Alves Reis

PREFÁCIO:

UMA AVENTURA DESENVOLVIMENTISTA

Gustavo H.B. Francos

* Gustavo H.B. Franco é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1986. Foi diretor e presidente do Banco Central do Brasil entre 1993 e 1999 e um dos mentores do Plano Real. É sócio fundador da Rio Bravo Investimentos e autor de vários livros, entre os quais: A economia em Pessoa (Zahar, 2007), A economia em Machado de Assis (Zahar, 2007), Crônicas da convergência, O desafio brasileiro e O Plano Real e outros ensaios.

Esta é uma história real, uma minuciosa e cativante reportagem escrita por um especialista, o experiente e renomado jornalista americano Murray Teigh Bloom, certa vez descrito, numa homenagem pela Universidade de Columbia, onde se formou em 1937, como "o mais puro e exemplar jornalista independente" de sua época. Bloom foi fundador e presidente da Associação Americana de jornalistas e Autores, e entre tantos livros e feitos, foi o autor de um célebre artigo para a revista True, em 1952, revelando a verdadeira identidade do assassino de Trotsky, que estava incomunicável no México desde a sua prisão em flagrante.

Esta advertência inicial deve ser feita com toda a ênfase, para o benefício do leitor, pois, com certeza, ele vai duvidar do enredo, especialmente dos detalhes da narrativa que terá diante de si. E, ao refugiar-se na licença poética geralmente concedida aos romances policiais, perderia o melhor aspecto desta história: o que se segue é inacreditavelmente verdadeiro!

Se enquadrarmos o episódio contado neste livro em uma definição simplificada, como um "crime de falsificação"; não há dúvida de que estamos diante do maior e mais extraordinário caso da espécie, seja pelas cifras, seja pela sua arquitetura. Nenhum dos mais famosos falsários que se conhece - e uma boa coleção dos maiores e melhores nesse ramo foi organizada pelo [próprio Bloom*](#) - chegou a transformar suas atividades em um problema macroeconômico. Os prejuízos que causaram foram sempre de alguns milhões, nunca mais que isso, e alguns pareciam se encantar mais - mas não muito mais, é claro - com o desafio, o valor artístico, ou o engenho de suas cópias do que com o resultado financeiro propriamente dito. Nenhum jamais causou danos medidos em bilhões, nem nada em que coubesse a métrica usada para grandezas macroeconômicas, ou seja, em porcentagens do PIB.

Exceto um, o assunto deste livro, Artur Virgílio Alves Reis.

Alves Reis, como é conhecido, provocou um terremoto monetário em Portugal iniciado em 1925, e que se diz ter sido tão sério quanto o de 1755, este um verdadeiro evento sísmico, e que teria destruído simultaneamente a política monetária e a democracia em Portugal. Esta última alegação é polêmica, mas geralmente aceita como plausível, o que basta para nós. O valor da fraude, conforme uma cuidadosa estimativa recente, foi calculado em extraordinários 2,6% do PIB português da época."

Nem mesmo se tomarmos os maiores farsantes de nosso mundo financeiro globalizado, incluindo os que se tornaram lendas em tempos recentes, gênios do mal operando com derivativos e outros materiais de altíssima periculosidade e inexistentes em 1925, vamos chegar perto de Alves Reis. O maior deles, Jerome Kerviel, da Société Générale, provocou um prejuízo de cerca de 7 bilhões de dólares em 2007, quantia equivalente a 0,28% do PIB francês da ocasião.

O tamanho do problema criado por Alves Reis começa a se apequenar apenas quando entramos no terreno das grandes crises bancárias, como, por exemplo, a que se passa diante de nossos olhos nos EUA. A fabulosa cifra de 700 bilhões de dólares, contida na proposta de "pacote salvador" pelo secretário do Tesouro Henry Paulson em setembro de 2008, corres pondiam a pouco menos de 5% do PIB americano. Mas não vamos confundir as coisas: jamais uma crise dessa natureza foi trabalho de um homem só, uma vez que envolve choques de todo tipo, econômicos, sociais, meteorológicos, bolhas, muitos atos individuais e coletivos, pequenos e grandes, de imprudência e imperícia, e também, em grau variável, a inação ou paralisia de reguladores e autoridades. Muitas dessas crises tiveram vilões e predadores, mas, na grande maioria dos casos, não passavam de ilustrações, personagens menores de um enredo bem maior, criaturas da crise e não a causa primária da confusão.

Com essas ressalvas, a experiência de Alves Reis é uma das poucas em que o trabalho de um único personagem gerou prejuízos e tumultos próximos daqueles de uma crise de natureza macroeconômica.

Tudo começou de forma simples, com uma falsificação que assumiu escala industrial, e daí degenerou em algo muito maior em razão da solução encontrada para as dificuldades práticas envolvidas na distribuição de dinheiro falsificado: Alves Reis formou e capitalizou um banco, o Angola e Metrôpole. Desta forma, o projeto foi se desdobrando, a contravenção se ampliando e se confundindo com a idéia de desenvolver Angola e outros tantos empreendimentos; a vilania foi se diluindo em meio a tantas iniciativas, negócios, projetos, que foram assumindo

uma dinâmica virtuosa e própria a tal ponto que, o crime original, se propriamente "lavado"; poderia ter permanecido desconhecido. O empresário "schumpeteriano"; ou saint-simoniano, com seu crédito mobiliário feito de genuíno "capital fictício"; mistura-se ao criminoso verdadeiramente falsificador adicionando mais esta alegoria "fáustica" à tragédia do desenvolvimento capitalista. O "desenvolvimentismo" inerente ao processo tornou o crime original apenas um detalhe menor, pois afinal de contas, como diria Alves Reis mais tarde, não era diferente do "crime" praticado cotidianamente pelo Banco de Portugal, ao emitir papel-moeda sem valor para atender às necessidades do governo. Mais impressionante ainda é que, para ocultar esse pequeno "vício de origem" de seu empreendimento, o Angola e Metrópole chegou a conduzir um "take over" hostil do próprio Banco de Portugal, na época, uma empresa de capital aberto e sem controlador definido.

Nesta incrível trajetória, o Banco Angola e Metrópole "compartilhou"; ainda que de forma ilegal, com o Banco de Portugal, a prerrogativa de um Estado soberano, a de emitir moeda, que havia sido concedido a este e ao Banco Ultramarino, responsável pela circulação monetária nas colônias. Dessa forma curiosa, mas não muito estranha a arranjos ocorridos em outras partes, o Banco Angola e Metrópole pôde seguir uma agenda de política monetária e creditícia paralela, e mesmo contraditória, à do Banco de Portugal. Era como se houvesse um "segundo" banco central, com um vezo "desenvolvimentista"; um "emissor paralelo"; tal qual observamos no Brasil com os bancos públicos, notadamente os estaduais, antes do Proes (Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária), lançado em agosto de 1996. Esta analogia, em particular, é bastante reveladora, pois a despeito de diferenças nas ilegalidades cometidas, os efeitos são muito semelhantes, e talvez o mesmo possa ser dito, em alguns casos, das motivações. Um estudo minucioso revela que 24 bancos estaduais brasileiros foram objeto de regime especial entre 1996 e 2001, disso resultando que os estados controladores assumiram dívidas da ordem de 61 bilhões de reais, algo como 5% do PIB brasileiro da época.

É exatamente o ângulo macroeconômico que mais encanta nesta história: foi como se um empreendedor, que era o proprietário de uma causa tão inquestionável quanto incompreendida, se insurgisse contra a ortodoxia do Banco de Portugal e a inação do Banco Ultramarino, e resolvesse fazer justiça, vale dizer, a política monetária, com as próprias mãos. Na verdade, foi este o caminho da defesa de Alves Reis: tratava-se de colocar, junto a ele, o Banco de Portugal no banco dos réus, e explicitamente o seu presidente, Inocêncio Camacho Rodrigues, a quem acusava de fazer parte de sua quadrilha. Através desta associação, todavia, Alves Reis levava o debate para um terreno mais elevado, onde se situavam os aspectos subjetivo e institucional da ordem

monetária, e perpetrava um ataque conceitual poderosíssimo à noção de moeda fiduciária, ou de papel-moeda de curso forçado, cujo efeito simbólico talvez tenha sido tão grande quanto o valor de troca dos pedaços de papel pintado que colocou em circulação.

O contexto o ajudava. Em toda parte, ainda prevaleciam dúvidas sobre a natureza ideal da moeda, se metálica (ou plenamente conversível em ouro), ou se na forma de pedaços de papel de aceitação obrigatória definida em lei. Neste mesmo ano de 1925, a Inglaterra retornava ao padrão-ouro, e à mesma paridade suspensa em 1914, mas na "periferia" prevaleciam muitas dúvidas. Portugal tinha tido uma experiência singular: permaneceu disciplinadamente num regime de conversibilidade de 1854 a 1891, embora suas finanças não fossem exatamente muito bem-comportadas. A razão para este surpreendente sucesso em permanecer no padrão-ouro era simples: as remessas de cidadãos portugueses residentes no Brasil, que abasteciam fartamente o balanço de pagamentos português. O colapso em 1891 se explica a partir de um interessante encadeamento de eventos: as dificuldades do banco inglês Baring Brothers, causadas por problemas de balanço de pagamentos na Argentina, resultaram em fechar o mercado de capitais londrino e em uma crise financeira internacional de amplas repercussões, da qual não escapou a jovem República brasileira, que experimentou aí sua primeira crise cambial.* A desvalorização cambial, e as outras mudanças tendo lugar no Brasil, reduziram drasticamente, e de forma permanente, as remessas para Portugal, de tal sorte que, exceto por alguns meses em 1931, o país jamais conseguiu retornar a um regime de conversibilidade, a despeito dos reiterados esforços de Salazar, reconhecidamente um "linha-dura" quando se tratava de padrão-ouro.**

É verdade que desde 1891, todos os governos que se sucederam em Portugal, e foram muitos," com maior ou menor ênfase, mantiveram o retorno à conversibilidade como uma "questão de honra". Mas o fato é que, durante todos esses anos, Portugal permaneceu regido por arranjos temporários e excepcionais, como se via na "periferia" em toda parte, e viveu em permanente tensão com a doutrina, que tomava o papel-moeda como um atentado aos cânones da civilização, ou como uma "criatura do mal"; o resultado de dois tostões de farsa e outro tanto de mágica. Em Portugal, contudo, esses arranjos pareciam precários a ponto de atingir a ilegalidade. Alves Reis afirma que teria concebido seu esquema ao ler um discurso do deputado Cunha Leal na Câmara dos Deputados, na sessão de 29 de outubro de 1923, onde o parlamentar afirmava que existiam cinco maneiras de se aumentar a circulação monetária no país:

Primeira: legalmente ...; há outro ... que consiste em interpretar mal uma lei...que declara que está em vigor uma coisa que não existe. Terceiro

processo: o gênero de portaria surda...; quarto processo: por comum acordo entre o Banco de Portugal e o governo, sem necessidade de portaria surda ou qualquer outro decreto legal. Há ainda um quinto processo que consiste em o Banco não dar cavaco ao governo, aumentar a circulação fiduciária e o governo, a certa altura, dar conta disso, e não se importar.'

As "portarias surdas" eram as "autorizações"; tecnicamente ilegais, e por isso mesmo não publicadas no Diário de Governo, e que se utilizava para amparar as emissões do Banco de Portugal, até que viesse, a posteriori, a homologação legislativa. Conforme posteriormente diria Alves Reis, referindo-se ao discurso de Cunha Leal: "os cinco processos de aumento na circulação fiduciária foram um raio de luz que me guiou na vereda das emissões clandestinas'." Junte-se a isso o fato de que proliferavam em Portugal emissões privadas não autorizadas, mas toleradas, de cédulas de pequenas denominações para fins de troco. Como afirma um pesquisador: "não é difícil sustentar a hipótese de que a enorme profusão de emissões privadas de cédulas tenha constituído, com as sucessivas 'emissões surdas' de notas que então ocorreram, uma fonte de inspiração da encomenda ordenada por Alves Reis à Waterlow, de Londres, no início de 1925'"

É verdade que o raciocínio, e a seqüência de atos que levou Alves Reis à montagem do esquema, parece tortuoso, intuitivo, e mesmo acidental. Mas os cinco anos que transcorreram entre a prisão e o Julgamento em 1930 O levaram a construir uma poderosa racionalização para o esquema cuja base era a desconstrução do regime "excepcional" em que vivia o Banco de Portugal. Não era difícil, na ocasião, argumentar que o papel-moeda de curso forçado era uma anomalia diante da doutrina e de leis que consagravam a moeda metálica; bem como que era absurda a concessão do monopólio para a fabricação desses papéis a um banco privado, como o Banco de Portugal, que prestava contas unicamente a seus acionistas. Também era fácil evocar a discussão legislativa, o absurdo das "emissões surdas"; o caos político e institucional no terreno da moeda, e colocar o Banco de Portugal entre os réus, pois, afinal, todos estavam "irregulares". E, como não bastasse, Alves Reis descobriu que o Banco de Portugal não tinha matrícula do Registro Comercial de Lisboa, e tampouco tinha registrado qualquer emissão de suas notas como determinava o Código Comercial de 1914. Situação constrangedora que o Banco de Portugal reconheceu e corrigiu em abril de 1926, registrando-se em definitivo como sociedade anônima de responsabilidade limitada, mas não sem passar pelo vexame de ver escrito na certidão de registro o seguinte: "Certifico que revendo os livros de inscrições relativas a sociedades: desde 1º de janeiro de 1889 até a data desta certidão [18.10.1926], neles não encontrei lançado qualquer registro de emissão de notas feitas pelo referido 'Banco de Portugal.'**"

Diante desse estado de coisas, como não se impressionar com Alves Reis quando ele escreve (grifo nosso):

Sendo criminosas a emissão clandestina "Vasco da Gama", são mais criminosas todas as emissões clandestinas com que o Banco de Portugal inundou o país durante seis anos, criando a derrocada do crédito do Estado, de crédito público e da economia nacional. ... Provada a anarquia monetária, verificadas as fraudes urdidas pelo Banco de Portugal e por vários governos ... montada a máquina infernal que levou a nação quase à bancarrota, demonstraríamos como a emissão clandestina "Vasco da Gama" foi, por nós, posta diretamente em circulação, para reparar os péssimos efeitos das anteriores emissões clandestinas nas quais por felicidade não tivemos a menor interferência.*

Nada há de surpreendente em Alves Reis ter deixado uma forte impressão em seus contemporâneos, sensação proporcional às dúvidas deste tempo sobre a natureza do dinheiro, que evoluía na direção da moeda fiduciária e fornecia um rico pano de fundo para os mais variados experimentalismos, para esquemas inovadores, idéias pioneiras, e para os delírios de uma mente inquieta e alerta como a de Alves Reis. Com efeito, enquanto prosseguia o julgamento em 1930 a "revolução keynesiana" se espalhava pelo mundo, embora ainda sem este apadrinhamento e o "selo" de legitimidade que viria a proporcionar. Em toda parte autoridades econômicas experimentavam com esquemas fiscais e monetários criativos, até então tomados como heréticos, mas que as circunstâncias excepcionais da Grande Depressão faziam convenientes e promissores. E, mais que isso, o sucesso de muitos desses mecanismos lhes garantiu a qualificação de "revolucionários". A Teoria Geral foi publicada em 1936, e resultou em dar autoridade intelectual a muitos experimentos bem-sucedidos, ainda que justificados a priori por teorias questionáveis. Mas esta reviravolta keynesiana não foi suficiente para resgatar Alves Reis das prisões de Salazar, um "antikeynesiano" convicto. Em 1931, no sexto ano dos anos de cadeia que teria de cumprir, na flor de seus 34 anos, um keynesiano em potencial, sem ainda o saber, portanto, duplamente precoce, Alves Reis publica o seu terceiro livro. Das várias passagens de interesse, a que se segue, onde se refere a si mesmo na terceira pessoa, é especialmente interessante:

Voltaire ... ensinou-me que "os fins intrinsecamente bons justificam os meios intrinsecamente maus". E sem facciosismo de qualquer espécie, os fins da emissão clandestina de notas de 500 escudos efigie Vasco da Gama eram intrinsecamente bons, e, por isso, dentro dos princípios materialistas, que me orientavam, tinha o direito de usar meios intrinsecamente maus para auxiliar

Angola ... Angola precisava de muito dinheiro. E, como o revolucionário que em nome dos interesses públicos se apodera ilicitamente dos selos do Estado e apregoa restabelecer a ordem por meio da desordem, Alves Reis queria, ilicitamente, assaltar o Banco de Portugal, organizar uma finança vazada em novos moldes e, Senhor Onipotente, salvar Angola!

Bem. Tudo isso não obstante, não vamos nos deixar levar pela tentação de exagerar o papel de Alves Reis como um visionário, como tantos naquele momento em outros países, a se rebelar contra uma ortodoxia monetária que parecia levar o país à estagnação. É mais fácil imaginar que foi o produto de uma conjuntura política confusa, e particularmente desarrumada no tocante às instituições monetárias do país. É mais recomendável acreditar no depoimento de um ex-funcionário da casa Waterlow, os impressores da "emissão clandestina", feito ao próprio Murray Bloom anos depois da publicação deste livro:

Por qualquer padrão normal e razoável de sorte, isso não poderia ter acontecido de nenhuma maneira...O que me incomoda realmente é o sentimento que tenho tido por muitos anos de que deuses caprichosos estiveram envolvidos de alguma maneira. Eles tiveram uma noite de bebedeira no Olimpo e alguém disse, vamos grimpar as engrenagens de Waterlow ... Raios, alguém, algo, estava protegendo Reis de todos os seus erros estúpidos, suas trapalhadas idiotas que facilmente poderiam ter parado a coisa toda em seus trilhos antes que Waterlow imprimisse uma mísera cédula.

O leitor terá amplo contato com o personagem logo a seguir, e poderá fazer seu próprio julgamento, se temos aqui um herói desenvolvimentista ou um falsário de grande imaginação, e muita sorte, que buscou um álibi para seus crimes em ventos heterodoxos e dúbidas doutrinárias que mal compreendia.

Resta mencionar, por fim, que quase simultaneamente ao julgamento criminal de Alves Reis em Portugal, o caso ganhou outra interessantíssima dimensão quando se iniciou em Londres o processo, ajuizado pelo Banco de Portugal, contra os fabricantes do meio circulante português, a reputada casa Waterlow & Sons, por quebra de contrato e negligência. O leitor terá a oportunidade de avaliar por si mesmo a boa-fé de sir William Waterlow ao aceitar a encomenda para imprimir cédulas de 500 escudos, feita por supostos representantes do Banco de Portugal. Entretanto, este julgamento se tornou um clássico no terreno do direito monetário na medida em que a discussão sobre os danos causados a Portugal atingiam o cerne das dúvidas acima aludidas sobre a natureza jurídica da moeda fiduciária de curso forçado. "Senhoriagem" era um conceito conhecido no mundo da moeda metálica, e tinha a ver com uma pequena taxa que os soberanos cobravam para ter sua efigie em moedas

cunhadas pela fundidora real, que atestava o peso e a pureza do metal. No mundo do papel-moeda, a senhoriagem era algo muito diferente e muito mais importante: era a diferença entre o custo de produção do papel pintado e o valor de troca do papel-moeda. Foi exatamente esta a questão levada, na última instância, aos Lordes em Londres: o prejuízo causado aos portugueses era apenas o custo de imprimir e trocar as cédulas de Soo escudos, estimado em 5 mil libras aproximadamente, ou seria o valor de troca das cédulas retiradas de circulação, fixado em cerca de milhão de libras?

É de notar, ademais, que se a "atuação anticíclica" do Banco Angola e Metrópole elevou o nível de atividade econômica, ou se provocou inflação ou depreciação do escudo, toda a lógica do cálculo de "dano" fica subvertida. Os portugueses poderiam ver-se diante da constrangedora situação de os Lordes decidirem que houve o contrário de dano. Também esse aspecto será explorado por Bloom, embora sem os detalhes técnicos que o leitor interessado poderá achar em alguns dos melhores tratados do ramo.

Não se deve esquecer, em meio a esta busca de significados maiores do episódio, que o leitor terá diante de si indivíduos comuns, ou incomuns, inventando negócios medíocres ou mirabolantes, metendo-se em esquemas difíceis de funcionar, mas que foram se sucedendo, um após o outro, e gerando um efeito inesperado e extraordinário. Tudo se desenrola em torno de uma meia dúzia de pessoas, cuja história já serviu para romances, estudos acadêmicos, quadrinhos e minisséries na televisão portuguesa. Portugal conhece bem o personagem, mas não o Brasil. O julgamento foi acontecimento histórico no país e, entre tantas curiosidades assinaladas por Bloom, uma lhe escapou, a presença do poeta Fernando Pessoa nas audiências decisivas. Melhor ainda, Pessoa deixou anotações sobre o que viu e ouviu. Antonio Mega Ferreira, um de seus biógrafos, o que primeiro se debruçou sobre as notas tomadas nesses "três dias de folga"; observa que "nem é possível imaginar por que razão útil (se é que existiu), o poeta consumiu três dias da sua vida na sala acanhada de Santa Clara, a não ser a curiosidade de ver e ouvir de perto o principal ator da tragicomédia financeira que abalou os últimos anos da República e se propagou em ondas de choque, aos primeiros tempos da ditadura'. Seria fácil contra-argumentar que não é sempre que se vê um "heterônimo" de banco central, e um "outro" dinheiro, de personalidade diferente do oficial. As notas são fragmentos, impressões, comentários, nada organizado ou conclusivo, como, de resto, seria de esperar de Fernando Pessoa. Há uma alusão indireta a este caso em um dos célebres artigos sobre economia que escreveu para a Revista de Comércio e Contabilidade em 1926 - intitulado "Quando a lei estimula a corrupção'." Mas o conteúdo das notas não diverge do que parece ter sido a reação mais comum do público português aos eventos: um deslumbramento contido, prudentemente distante, mas não

estranho à admiração.



O homem que roubou Portugal foi publicado originalmente em 1966, e traduções do texto para o português circularam em Portugal e no Brasil nesse mesmo ano. A maior parte das ações contadas no livro tem lugar entre 1924 e 1932, mas há um epílogo com vários episódios principalmente dos anos 1960, e resultantes de entrevistas e diligências conduzidas pelo próprio Bloom. Esta é uma história repleta de valores em dinheiro que o autor é cuidadoso em transformar em valores em dólares sempre relativos à época em que se passa a ação. Não há nada de simples em se trazer valores monetários de 80 anos atrás para os dias de hoje, pois não se trata apenas de considerar a inflação acumulada, mas também de atentar para o fato de que o PIB de Portugal ou dos EUA eram muito menores. É fácil ver que, por exemplo, 100 dólares de 1925 equivalem a 1.173 dólares de hoje, e 100 dólares de 1965 equivalem a 651 dólares de hoje, se apenas considerarmos a inflação observada nesses anos. Porém há mais. O PIB de Portugal é hoje algo dez vezes o de 1925 (medido em dólares), de tal sorte que, como porcentagem do PIB de 1925, 100 dólares de 1925 é dez vezes maior que 1.173 dólares comparados ao PIB de hoje. Ou seja, uma "atualização" completa, e que atente para a importância econômica das quantias envolvidas, deve considerar também a variação do tamanho do PIB em cada época. Grosso modo, uma maneira simples de o leitor "atualizar" os valores em dólares com que deparar é multiplicá-los por 117.

Muitas pessoas colaboraram para esta edição. Nossos agradecimentos a Denise Barreto e Neide França, da Rio Bravo, e a Pedro Cardigos pela gentileza em nos disponibilizar os livros escritos por Alves Reis. A obtenção e a verificação da autenticidade das notas de Fernando Pessoa envolveu diversas pessoas, que são credoras de nossos especiais agradecimentos, destacadamente Fátima Lopes, da Biblioteca Nacional de Portugal, o embaixador Celso Vieira da Silva, a professora Cleonice Berardinelli e o professor José Blanco. Nossos agradecimentos também a Luiz Alberto Rosman e Guilherme Fiuza.

PRÓLOGO:

LONDRES, 28 DE ABRIL DE 1932

Até o último dia do julgamento na Câmara dos Lordes nenhum dos cinco Lordes da Lei tinha produzido uma síntese superlativa do caso.

Naquele dia, no plenário da Câmara dos Lordes, a sublime sede gótica dos pares do reino, o barão Macmillan de Aberfeldy finalmente corrigiu a omissão.

Ele declarou que a mais alta corte de apelação do Império deliberava sobre "um crime para cuja concepção singela e audaciosa dificilmente se encontraria um paralelo.

Na pequena tribuna de imprensa no extremo norte do amplo salão, os repórteres impressionaram-se com o elogio e sua extravagante sintaxe. O único a divergir foi um repórter londrino desempregado que assistia às longas séries de sessões a pedido de Edgar Wallace, escritor de romances policiais e de mistério extremamente prolífico dos anos 1920.

Aos 14 anos, Wallace trabalhara como revisor de provas para a Waterlow & Sons, empresa vítima do crime, por um salário de quatro xelins e meio [cerca de um dólar] por semana. Ao longo dos anos o escritor acompanhara o caso motivado pela empatia e pelo interesse profissional. Anunciara em várias oportunidades a intenção de publicar um livro sobre o tema. Mas em fevereiro de 1932, morreu em Hollywood, sem escrevê-lo.

Naquela manhã, depois que os Lordes proferiram seu veredicto, o amigo de Wallace confidenciou a outro repórter:

- Ah! De qualquer modo, Dickie jamais teria escrito esse livro.

- Por que não? Este é um dos mais extraordinários casos...

- Extraordinário demais... Imagine um desses artistas de rua, em Londres, que ganhe a vida desenhando repetidamente o pôr-do-sol, com giz colorido. Você passa, olha e, porque lhe agradam a simplicidade e o colorido vívido obtido pelo artista no desenho, joga algumas moedas em seu chapéu. Então, numa tarde de verão, cai uma chuvinha. Quando a calçada seca, o artista pega seu giz colorido e dá início a mais um pôr-do-sol. De repente, percebe que ninguém o observa e levanta os olhos. No céu, dois magníficos arco-íris com maravilhosos tons de violeta e vermelho. Na calçada, o artista sabe que não pode rivalizar com aquilo.

Guarda, então, seu chapéu e o giz e vai embora. Pois bem, se Dickie tivesse escrito sobre este caso, todas as histórias que inventara até então pareceriam um desrespeito a seus leitores. Como o artista de rua, Wallace sabia reconhecer quando tinha sido completamente superado!

Capítulo um: 1924



LISBOA, 24 DE NOVEMBRO DE 1924

Às 22h, um jovem português, comerciante e fumante inveterado, que se encontrava à beira da falência e da desonra, sentou-se diante da máquina de escrever em seu escritório a fim de arquitetar um crime impossível.

Martelou sem descanso as antiquadas seis fileiras de teclados da sua Smith 1918. Seus cinco funcionários - um gerente, três escriturários e uma datilógrafa - havia muito tinham deixado o escritório, localizado no segundo andar de um prédio da Baixa, o desértico centro comercial de Lisboa. Às 23h30, finalizou as quatro páginas do documento que o ajudariam a se tornar, no prazo de um ano, o homem mais rico de Portugal e, em dois, o mais rico e o mais poderoso. Tinha, então, 28 anos de idade.

A maioria dos grandes criminosos de colarinho branco da era moderna opera de dentro, como insider em uma grande organização, valendo-se de uma posição de confiança para perpetrar fraudes e desfalques. Falsários e falsificadores bem-sucedidos, atuam de fora, como free-lancers, e se fiam em habilidades refinadas, no zelo desmedido pelos detalhes e em comparsas bem treinados para obter as condições favoráveis à sua atividade.

Artur Virgílio Alves Reis, o amador que concebeu o crime, não possuía nenhuma dessas vantagens. Em relação às suas vítimas - o Banco de Portugal e o mundo dos impressores de papel-moeda -, ele era um completo estranho e, àquela altura, em 1924, encontrava-se praticamente sem dinheiro. Além de não se destacar por nenhuma habilidade criminosa, com frequência negligenciava os detalhes. Além disso, os três homens que escolhera para auxiliá-lo não podiam conhecer toda a verdade, pois qualquer um com um mínimo de bom senso veria que aquele esquema delirante não tinha a menor chance de sucesso.

A despeito de sua evidente desqualificação, Alves Reis foi bem-sucedido. Triunfou porque tinha a imaginação fértil dos ignorantes, a segurança dos desinformados e a sorte absurda dos principiantes.

A enorme repercussão do seu êxito deu a Portugal o pior choque econômico desde o grande terremoto de 1755: deu origem à mais duradoura ditadura de nosso tempo, arruinou o prefeito de Londres, decretou a falência de uma das maiores empresas impressoras do mundo e culminou num dos processos mais longos e custosos da história judiciária da Inglaterra.

O brilhante esquema de Alves Reis teve reflexos duradouros, que por décadas interferiram na vida da mais prestigiosa atriz holandesa, na prosperidade de

várias famílias portuguesas, na afluência de um fabricante francês de aparelhos elétricos e, até mesmo, nos áspersos debates nas Nações Unidas sobre a Angola portuguesa.

Quase todos os criminosos são imitadores sem imaginação. Fazem o que outros criminosos fizeram antes deles. Os mais espertos trazem alguma inovação técnica, planejam de modo mais elaborado, calculam com maior cuidado. Apesar disso, durante o século XIX, trens transportando valores foram assaltados centenas de vezes e caixas-fortes de bancos aparentemente inexpugnáveis foram rotineiramente violadas, nos fins de semana. Desde que os chineses inventaram o papel-moeda, não há sequer uma cédula que não tenha sido falsificada. E, numa rotina similar, falsificam-se milhares de cheques todas as semanas. O crime de Alves Reis, todavia, além de jamais ter sido feito antes, apresentava também uma limitação intrínseca: não poderia ser repetido. Era - e é - o crime único, algo tão raro que ocorre apenas uma vez na história de uma civilização. Ele concebeu e executou um plano perfeito de falsificação.

Qualquer pessoa medianamente inteligente é capaz de perceber os três grandes obstáculos com os quais se defronta um falsificador. Para início de conversa, as matrizes de cédulas que fizer ou obtiver jamais chegarão perto, em qualidade, às do próprio governo. Afinal, não é verdade que os melhores gravadores e impressores prefiram a segurança de um bom emprego no governo ou num banco à existência clandestina e miserável de um criminoso autônomo? Matrizes grosseiras resultam em notas grosseiras, por isso, logo, um caixa de banco ou um balconista atento identificam as notas falsas. E rapidamente todo o aparato de segurança do Estado se volta contra o falsificador.

Tome-se o segundo grande obstáculo: quem se pode recrutar para correr o risco de passar as notas falsas em pequenos estabelecimentos comerciais e restaurantes? Para isso, só se pode contar com os marginais do submundo, os vencidos da vida, cuja própria aparência é suficiente para que o mais negligente comerciante examine com redobrada atenção uma cédula que lhe caia nas mãos. Há ainda os criminosos que adquirem as notas no atacado, ao custo de grandes descontos, os quais colocam em risco o próprio falsificador devido à sua natural ansiedade para se livrar o mais breve possível das notas, e assim despertam de imediato a atenção dos bancos e do governo.

No fim, há a inevitabilidade do inquérito, prisão e condenação. A falsificação de dinheiro representa para o Estado uma ameaça só comparável ao crime de traição. Aos falsificadores se aplicam penas severas e rápidas. Bem além de uma questão restrita à justiça, e muito mais do que um problema de imagem para o Estado, trata-se de autodefesa. O funcionário que se corrompe, o homem

que mata o amante da esposa ou o escroque que aplica um golpe na empresa, todos podem esperar e, até mesmo, comprar a indulgência. No entanto, nenhum Estado admitirá qualquer indulgência em casos de falsificação, quer de um punhado de moedas, quer de um milhão de cédulas de dinheiro.

Esses três obstáculos são bastante óbvios, e muitos dos melhores profissionais do crime ousaram enfrentá-los no passado. Todavia, Artur Virgílio Alves Reis foi o primeiro a encontrar soluções eficazes. Elaborou um esquema de falsificação perfeitamente lógico. Até mesmo seus inimigos - e, naturalmente, havia muitos - foram obrigados a reconhecer o brilho desconcertante e a lógica luminosa de seu plano. O Estado, na condição de seu principal inimigo, assim se manifestaria, muito mais tarde, por intermédio de um de seus mais eloqüentes representantes:

Para Alves Reis não havia o que se costuma chamar de dificuldade lógica. Nele, a concepção precede imediatamente a execução. ... Dotado de imaginação extremamente fértil e de atividade mental assombrosa e quase febril ... jamais se perguntou se uma idéia que lhe passava pela cabeça era exequível. ... Tudo o que imaginava parecia-lhe possível e, até mesmo, fácil. Tal como os movimentos de sístole e diástole do ciclo cardíaco, sua espantosa atividade e ilimitada ousadia nada mais eram que dois aspectos motores da deslumbrante vivacidade de suas imagens mentais e da profunda escuridão em que mergulhavam suas inibições residuais.



Alves Reis nasceu em 8 de setembro de 1896, numa família de classe média com reivindicações remotas de grandeza histórica. Embora seu pai, Augusto Guilherme Alves Reis, fosse um contador autodidata que chegara a sócio de uma casa funerária no bairro de São Tiago, em Lisboa, jamais permitiu que o jovem Alves Reis esquecesse que seu pai era primo do grande almirante Reis, que dava nome a uma rua importante da capital portuguesa.

Além da funerária, o velho Reis tinha outros interesses comerciais, entre os quais o de emprestar dinheiro. Em 1914, quando seu filho deveria seguir para a universidade após concluir os estudos no liceu local, perdeu todas as economias da família num investimento na Companhia Portuguesa de Petróleo, que, em sua busca por óleo natural, escavara uma quantidade grande demais de poços secos em Angola.

Por um ano, o jovem Alves Reis frequentou um curso de engenharia prática, que logo abandonou para se casar. Conheceu Maria Luzia Jacobetti d'Azevedo durante um piquenique numa praia próxima a Cascais. Ela era filha do encarregado de uma firma britânica de especialistas aduaneiros em Lisboa. Como Alves Reis, ela também tinha um parente famoso: seu bisavô fora um importante e prolífico dramaturgo italiano chamado Jacobetti. Ela frequentara uma escola francesa para moças, onde aprendera a ler, a escrever, a tocar piano e a falar francês.

Aos 20 anos de idade era quatro meses mais jovem que o noivo, e razoavelmente atraente, com as maçãs do rosto salientes, nariz levemente protuberante e queixo delicado. Como muitas mulheres portuguesas, era baixa e um pouco cheinha. Estava de fato apaixonada por seu noivo, de voz grave e sempre bem vestido. Ele tinha cerca de 1,70m de altura, porém os ombros muito largos lhe conferiam uma aparência mais atarracada. Antes mesmo dos 20 anos começou a perder os cabelos, e para esconder a florescente calvície, passou a repartir o cabelo ao meio.

Após um ano de noivado, Artur e Maria se casaram em agosto de 1916. Como ainda não haviam completado 21 anos, para que o casamento se realizasse, foi necessária a autorização dos pais, através da "emancipação" de ambos.

Em 1916, Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Em vez de seguir para a frente europeia, o recém-casado Alves Reis não teve dificuldades para arditosamente obter permissão de ir para Angola. Antes de partir, preparou um documento que viria a lhe garantir grande respeito na colônia: um diploma - N. 2.148 - da "Escola Politécnica de Engenharia" da Universidade de Oxford. O fato de tal escola jamais ter existido não era importante.

Para os dizeres do documento, que datou de março de 1916, simplesmente traduziu o diploma que um conhecido obtivera na Universidade de Coimbra. O grau de bacharel, afirma o texto, era conferido a Alves Reis por sua aplicação nas disciplinas de:

Ciência da engenharia, geologia, geometria, física, metalurgia, matemática pura, matemática, paleografia, engenharia elétrica, engenharia mecânica, matemática aplicada, química, física experimental, mecânica aplicada, física aplicada, engenharia civil geral, engenharia civil e mecânica, engenharia geral, desenho de projeto mecânico e civil.

Além disso, estava habilitado "a dirigir quaisquer atividades relacionadas ao grau em que se especializara" Em resumo, tudo estudara e poderia fazer qualquer coisa.

O diploma ostentava a assinatura do "diretor da politécnica"; Henry Spooner, e do "reitor da universidade"; John D. Peel. A ele se anexaram um glorioso e criativo "Selo de Ouro da Universidade de Oxford" e o carimbo da "Escola Politécnica de Engenharia"

Em julho de 1916, Alves Reis fez uma cópia do diploma autenticada por um tabelião tolo e negligente de Sintra, a fim de que aqueles que não confiassem plenamente num diploma estrangeiro pudessem comprovar sua autenticidade, visto que estava atestada por um tabelião português.

Em novembro de 1916, Alves Reis levou sua noiva para Angola, na Costa Oeste da África, ao sul do Congo Belga. Ao chegar a Luanda, capital e principal porto do país, arranjou sem dificuldades um emprego no Departamento de Obras Públicas, no qual era responsável pela aprovação dos projetos de construção e de desenho de esgotos.

Angola tem a forma aproximada de um retângulo de cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados - 14 vezes maior que a metrópole, Portugal. Quando Alves Reis ali aportou, havia cerca de 20 mil brancos, 10 mil mulatos e 3 milhões de negros nativos, pejorativamente chamados de "jagas". Em 1916, como não tinha carvão ou ferro, Angola era essencialmente agrícola. Exportava café, milho, algodão, açúcar, tabaco e arroz.

Como único indivíduo a possuir um diploma de Oxford em Angola, Alves Reis rapidamente sentiu a necessidade de buscar novas oportunidades, além de seu emprego enfadonho no Departamento de Obras Públicas. Arranjou uma colocação como engenheiro-chefe nas oficinas de reparos da estrada de ferro local. Ali trabalhava das 5 às 9h, quando então se dirigia para a repartição pública.

Naquela época, em Angola, poucas estradas faziam a ligação entre as fazendas e os mercados, e a maioria dos colonos dependia da ferrovia para escoar seus produtos para o porto de Luanda. O problema era que havia poucas locomotivas em operação. A maior parte se encontrava parada porque não se conseguia comprar peças de reposição da fábrica na Bélgica, que estava devastada pela guerra.

Reis rapidamente percebeu que o trabalho burocrático no escritório jamais consertaria as locomotivas. Numa demonstração de coragem, fez algo que todo

português de classe mais alta preferiria morrer a fazer: vestiu uma roupa de operário.

Na língua portuguesa, essas roupas de trabalho são conhecidas pejorativamente como "fatos-macacos" (em Portugal) ou "macacões" (no Brasil), e em poucos dias Alves era zombeteiramente tratado como o "engenheiromacaco. Para descobrir os defeitos, costumava escalar as caldeiras das locomotivas. É certo que apresentava algumas habilidades como engenheiro, pois, quando explicava o que estava errado aos mecânicos e o modo de consertar, comprovava-se, com surpreendente frequência, que estava correto em suas instruções. Ainda era chamado de "nosso engenheiro-macaco", mas agora com orgulho. Como não poderia deixar de ser, ficou conhecido como o homem que pusera os trens para funcionar. Não os fez andar no horário, mas os fez andar.

Sua sugestão de comprar locomotivas novas nos Estados Unidos foi aceita rapidamente. A idéia era boa, mas as máquinas americanas apresentavam certos problemas que não foram previstos por Reis. Elas eram mais longas e mais pesadas do que as locomotivas belgas, e, quando chegaram a Luanda, alguns de seus colegas, enciumados, estavam certos de que o engenheiro-macaco fizera uma grande trapalhada. Utilizando-se de algumas fórmulas-padrão de tensão e resistência, provaram de modo categórico ao diretor da ferrovia que as novas locomotivas não poderiam cruzar as pontes, por serem demasiado pesadas.



Alves Reis numa expedição em Angola, 1920

Reis não dispunha de conhecimentos suficientes de matemática, muito menos de engenharia, para discutir com eles no papel. Por isso propôs uma demonstração. Dirigiu-se com uma das novas locomotivas norte-americanas até a primeira ponte na saída de Luanda. O trem parou, e ele anunciou à tripulação e aos passageiros que, caso não confiassem em suas conclusões, ele estava disposto a acompanhá-los, ao lado da esposa e do filho Guilherme, ainda de colo. Todos se sentiram constrangidos a prosseguir. O trem atravessou com segurança a ponte - todas as demais, também. Foi um grande triunfo!

Com a reputação em alta, Reis galgou novos postos na carreira. Em março de 1918, foi nomeado inspetor das Obras Públicas e, ainda naquele ano, se tornou engenheiro-chefe em exercício das Estradas de Ferro de Angola. Ainda assim, buscava novos desafios.

Um amigo que cultivava tabaco estava prestes a perder a colheita devido à escassez de chuva. Reis reuniu 50 nativos e em menos de uma semana construiu, na encosta de uma colina, um rústico, mas eficiente, aqueduto de madeira, desviou as águas de um rio próximo e salvou a lavoura. Agradecido, o amigo lhe cedeu a metade dos lucros auferidos.

Reis se apaixonou por Angola, apesar das muitas doenças tropicais que eram endêmicas por lá. Mais tarde, ele próprio analisaria a natureza dessa irresistível atração pelo país:

Naveguei pela extensa costa angolana, empreendi muitas jornadas árduas pelo interior, a estudar com cuidado os recursos do país, e agora ficava maravilhado ao relembrar a imensa riqueza do solo e do subsolo. Qualquer espécie de produto, tanto da zona temperada quanto da tórrida, ali se podia cultivar, como se a natureza se revelasse ao homem com todo vigor e capricho! No subsolo, ouro, prata, cobre, estanho, ferro e diamantes fornecem os meios necessários para tornar a Angola de amanhã uma das mais prósperas terras de todo o continente africano. Engrossam a lista de suas riquezas naturais, planaltos nos quais os homens brancos se deparam com condições climáticas que nada devem à Europa. Quão estimulantes e enlouquecedoras são para seus filhos as promessas da Mãe Terra!

Em maio de 1919, com 24 anos incompletos, Alves Reis decidiu que era hora de fazer sua fortuna em Angola. Ao renunciar ao cargo de engenheiro-chefe da ferrovia, o Diário Oficial fez questão de assinalar que o governador de Angola lamentava a perda de seus serviços. "Alves Reis desempenhou suas funções com

grande zelo e competência, servindo bem, desse modo, à Colônia e à República"

Passou, então, a viajar por toda a colônia, comprando colheitas para revendê-las em Luanda. Com as excelentes ligações na ferrovia, os produtos sempre recebiam prioridade e garantia de pontualidade. A esposa sempre o acompanhava nas viagens, enquanto os dois filhos pequenos permaneciam em casa, em Luanda, aos cuidados de empregados nativos de confiança. A senhora Reis foi a primeira mulher branca a visitar várias vilas angolanas. Com seus cavalos brancos e chapéus de cortiça, ambos eram relíquias admiráveis do colonialismo do século XIX - e do comércio do século XX.

Reis prosperou e, no final de 1919, partiu para a Europa a fim de comprar excedentes de guerra a preço de liquidação. Adquiriu, na França, um carregamento de sacos de papel reforçado, que vendeu para Angola como sacos de juta. Embora ludibriados, os compradores não se queixaram muito, pois descobriram que, para suas necessidades, o papel reforçado se equiparava à juta.

No caminho de volta a Angola, deparou-se, num depósito abarrotado de Lisboa, com 20 tratores alemães sem uso, mas muito enferrujados. Como ninguém soubera fazê-los funcionar, Alves Reis comprou-os por uma bagatela. Em seguida, contratou dois mecânicos e, ao lado deles, trabalhou toda uma semana para pintar as máquinas e as pôr em funcionamento. Assim conseguiu vendê-las como novas para um importador de Angola.

Em 1922, Reis decidiu que era hora de voltar para Lisboa. Tinha acumulado lucros de 600 mil escudos [cerca de 30 mil dólares na época] e achava ter terminado seu aprendizado no mundo dos negócios internacionais.

A volta se deu em grande estilo. Com a ajuda de dois sócios, que investiram algum capital, constituiu a A.V. Alves Reis Ltda. Alugou um amplo apartamento de 12 cômodos por mil escudos por mês, valor elevado para os padrões de Lisboa, apesar de equivaler a apenas cerca de 50 dólares mensais. Contratou um cozinheiro, uma arrumadeira, uma costureira e um motorista para conduzir seu sedã Nash - sua empresa adquirira o direito de representar em Portugal a fábrica norte-americana de automóveis - e mobiliou com esplendor sua casa e seu escritório. Gabava-se, por exemplo, de ser o primeiro homem de negócios em Lisboa a possuir um apartamento privativo contíguo ao escritório para que, na eventualidade de trabalhar até mais tarde, pudesse descansar.

Com o transporte de mercadorias entre Portugal e Angola, a firma conquistou uma relativa prosperidade, embora, pessoalmente, Reis se encontrasse sem dinheiro, devido aos excessivos investimentos que fizera na Companhia de

Mineração da Angola Meridional, que ainda não produzira sequer uma tonelada de minério de ferro. Mas o pior ainda estava por vir: em setembro de 1923, Angola estava mergulhada em profunda crise financeira. O escudo angolano, que fora inflacionado continuamente pelo Banco Ultramarino de Portugal, quase não possuía mais valor de compra. As transferências de moeda entre Angola e Portugal foram proibidas.

Reis partiu em busca de novos capitais, e alguns amigos o aconselharam a tentar pôr em ordem os confusos negócios da Ambaca, a Companhia Real Transafricana de Estradas de Ferro de Angola. O valor das ações da companhia despencara para alguns poucos escudos, e os estrangeiros detentores de ações e de títulos de dívida se queixavam contra a falta de pagamento de dividendos e juros.

O interesse de Reis pela Ambaca aumentou consideravelmente assim que descobriu que, nos cofres da empresa, havia 100 mil dólares, provenientes de um empréstimo português, destinados ao pagamento dos juros dos títulos de dívida. A tentação era grande demais. Mais tarde, afirmaria que ele simplesmente sentira a necessidade de

movimentar todo aquele capital estagnado. Para alcançar esse propósito, eu precisava comprar um número suficiente de ações que me permitisse eleger-me presidente da companhia. Não havia tempo a perder. Um lance de ousadia resolveria a situação, no entanto, se desse ouvidos à minha consciência, o fracasso seria inevitável. No mundo materialista a que pertencço, não há homens honestos nem escroques - há somente vitoriosos e derrotados. Assim não hesitei em assumir o controle da companhia e de usar o dinheiro dos acionistas.

Mas como um homem de negócios praticamente falido obteria capital para comprar as ações necessárias para se apossar da Ambaca e pilhá-la? Alves Reis descobrira que o segredo se encontrava na combinação de cheques rápidos e navios lentos. Em virtude de sua concessionária Nash, tivera de abrir uma conta no National City Bank de Nova York e, por isso, adorava passar cheques do banco nova-iorquino, que demoravam ao menos oito dias para alcançar o outro lado do Atlântico. Com esse intervalo para empregar livremente altas somas, um sujeito esperto poderia fazer muitas coisas, principalmente se fosse cuidadoso o suficiente para enviar por cabo o dinheiro ao banco em Nova York no sétimo dia. Ainda se esquecesse ou não pudesse obter o dinheiro a tempo, não seria muito complicado convencer o credor a rerepresentar o cheque, imputando a culpa a algum funcionário do banco. Desse modo, o cheque percorreria mais uma vez o longo caminho marítimo e, como certos vinhos, muito se beneficiaria disso. Com

um pouco de sorte e algumas mentiras típicas do mundo dos negócios, era possível obter o livre acesso a largas somas por até 24 dias.

Com cerca de 40 mil dólares em cheques do National City Bank, Alves Reis adquiriu o controle da Ambaca. De posse do caixa da companhia, foi capaz de cobrir esses cheques.

E os 60 mil dólares restantes serviram para adquirir o controle da Companhia de Mineração da Angola Meridional. Com a destreza inata de um especulador, espalhou tanta informação exagerada sobre a empresa que aumentou o preço das ações, muito embora seus engenheiros responsáveis pela mineração ainda não tivessem descoberto nenhuma lavra com potencial econômico.

No início de 1924, Alves Reis foi apresentado a José Bandeira, suposto representante de um importante grupo financeiro holandês interessado nos campos petrolíferos angolanos. Como a Companhia de Mineração da Angola Meridional detinha igualmente alguns campos de petróleo, Alves Reis estava ansioso por um encontro com Bandeira. Segundo o próprio Reis, entenderam-se muito bem:

Bandeira deixou-me com a impressão de que conversara com um mandachuva angolano. Na manhã seguinte, encontrei-me com Bandeira à espera de um táxi. Dei-lhe carona em meu carro, conduzido por meu motorista. Em meu escritório, Bandeira ficou tão impressionado que me solicitou o direito à opção de compra das ações da companhia de mineração e se dispôs a me apresentar a seus amigos, caso um dia eu fosse à Holanda. Ao perceber que ele tinha ótimas relações em Haia, tomei a decisão de usá-lo da mesma forma que se usam os limões: nós os esprememos e descartamos. Em meus planos, Bandeira era um agente, um colaborador cego, reles instrumento para alcançar meus objetivos.

Em maio de 1924, Reis foi a Haia, e Bandeira o apresentou a seus amigos Hennies e Marang.

Fiquei encantado com Hennies, que conhecia em detalhes o mundo das finanças internacionais.... Era mais um financista que um homem de negócios, mais prático que teórico, com clareza de raciocínio e grande argúcia, testada em triunfos e fracassos. Estava acostumado aos caprichos do destino.

Reis ficou um pouco menos impressionado com Karel Marang.

Um típico negociante holandês, mais esperto que inteligente, mas profundamente versado em transações comerciais.

Firmaram um acordo informal para a realização de alguns negócios em Angola, que envolviam principalmente o comércio de cerveja alemã. A possibilidade de Hennies e Marang comprarem ações da Companhia de Mineração da Angola Meridional parecia remota. Ambos tinham o desconcertante costume de perguntar qual tinha sido exatamente o volume de produção de minério da empresa; promessas eles sempre descontavam a 100% imediatamente.

Em junho, de volta a Lisboa, Reis deparou com a pior crise que sua empresa já enfrentara: os dois sócios queriam abandoná-lo. Após tomarem conhecimento do golpe com o caixa da Ambaca, temiam que seu sócio acabasse na prisão.

Em 5 de julho, Reis foi preso e levado para o Porto naquela mesma noite, sob a acusação de desviar 100 mil dólares da Ambaca. A denúncia fora apresentada por três membros do conselho de administração da empresa. Dois destes também eram diretores de bancos do Porto, e usaram sua influência para garantir que ele fosse levado até lá para ser interrogado. "Uma cidade onde eu não conhecia ninguém", lamentou-se Reis.

No mesmo dia, Hennies e José Bandeira desembarcaram em Lisboa. Quando souberam que Alves Reis fora preso, decidiram retornar a Haia. Porém a esposa de Reis, ciente de quanto o marido estava interessado em uma associação com os investidores holandeses, foi ao hotel onde se encontravam hospedados e, em lágrimas, suplicou-lhes que fossem à prisão no Porto para conversar com o marido, que certamente lhes explicaria tudo.

Na prisão, Reis denunciou com veemência a inveja de seus inimigos políticos, que haviam conspirado contra ele. Hennies indagou-lhe por que não resolvia o problema com a venda de suas ações da companhia de mineração para restituir o dinheiro aos cofres da Ambaca. Reis fez uma longa e confusa explanação (como poderia confessar-lhes que aquelas ações não valiam quase nada?) e os visitantes o deixaram satisfeitos consigo mesmos por não terem se envolvido. Em Lisboa, Hennies telegrafou a seu agente em Angola para suspender a remessa de cerveja que despachara para a companhia de Alves Reis. De volta a Haia, imaginavam que jamais ouviriam falar novamente em Reis, que de início lhes parecera tão promissor.

A fim de reunir dinheiro para sua defesa e possível restituição aos acionistas e investidores lesados da Ambaca, Alves Reis teve de liquidar todos os seus bens. A

esse respeito, escreveu da prisão à esposa uma carta furiosa, quase incoerente:

Minha querida e santa esposa,

Ferreira [o confiável gerente do escritório] chegou há pouco e me relatou que em casa, até ontem, tudo estava tranqüilo.... A despeito de meus 27 anos, tenho mais experiência que todos os outros ... Perdi todas as esperanças de deixar esta prisão antes do julgamento. ... Não se preocupe com o dinheiro, meu amor. Siga minhas exatas instruções para a venda da casa e das jóias. O dinheiro auferido com o leilão deverá ser suficiente. É provável que toda esta história se resolva em breve. Traga-me as jóias e a prataria que não conseguir vender. Durante as duas horas diárias de visita que temos, trataremos de tudo.

Não se preocupe, amor, assim é a vida, e devemos nos conformar.... Seu marido, querida esposa, sempre ajudou a todos, agora ninguém o ajuda. Que me sirva de lição! Beijos para as crianças. E traga-me alguns lençóis.

Milhões de beijos de seu afetuoso marido

Alves Reis permaneceu 54 dias numa prisão no Porto. Quando afinal se viu livre da autocomiseração e da amargura diante da ingratidão daqueles que ajudara no passado, passou a refletir sobre as causas daquele contratempo. A primeira, é claro, era a simples falta de dinheiro.

O que era o dinheiro, afinal? Um mero pedaço de papel! Portugal havia muito abandonara o padrão-ouro. Tome-se, por exemplo, a postura oficial da Alemanha em relação à sua galopante inflação de notas bancárias: sempre que necessitava de dinheiro, o governo ligava suas máquinas de impressão. Veja a Hungria... Veja a Itália... Em toda parte se imprimia dinheiro sem parar.

E, em Portugal, não era o Estado quem detinha este privilégio: havia cedido o poder de atribuir valor legal a um diminuto pedaço de papel a uma instituição semiprivada: o Banco de Portugal." Tal privilégio"; escreveu Reis, "é capaz de fazer do Estado escravo dos detentores desse imenso poder"

Alves Reis solicitara a Ferreira que lhe levasse tudo o que encontrasse a respeito do Banco de Portugal e sua organização: estatutos, históricos, relatórios anuais, recortes de jornais.

Segundo descobriu, de acordo com uma lei de 1887, o Banco de Portugal tinha a licença exclusiva de emitir no país uma quantidade de papelmoeda correspondente ao dobro do capital integralizado. A maior parte das ações do

banco se encontrava nas mãos de investidores privados; o restante era controlado pelo governo. Os consideráveis lucros anuais da instituição eram divididos proporcionalmente entre os acionistas privados e o governo.

Reis descobriu indícios de que, em 1924, o banco, a fim de acomodar as necessidades fiscais do governo, emitira notas que excediam mais de cem vezes o capital da instituição. Sempre que se encontrava em apuros - o que ocorria com bastante frequência - o governo apelava ao Banco de Portugal e, simplesmente, ordenava-lhe a impressão de novas notas. Tendo em vista que, desde 1891, as notas não eram conversíveis em ouro ou prata, a única despesa envolvida era o custo da impressão. Felizmente, em Portugal, a inflação não atingira os níveis alarmantes a que chegara na Alemanha no início dos anos 1920.

Entre 1918 e 1923, a quantidade de escudos emitidos pelo Banco de Portugal sextuplicou. Naturalmente, quanto maior o volume de dinheiro em circulação, menor o valor da moeda portuguesa em relação a moedas estrangeiras não inflacionadas. Assim, enquanto em 1918, uma libra esterlina valia cerca de oito escudos [um escudo correspondia aproximadamente a 60 centavos de dólar]; em 1923, era possível trocar uma única libra por 105 escudos [um escudo valia, então, menos de cinco centavos de dólar].

Havendo clareza sobre os padrões nas emissões, Alves deparou com outra descoberta encorajadora. Ele tinha elaborado um esquema completo do funcionamento dos vários departamentos do banco. Ficou satisfeito em descobrir, num misto de alívio e surpresa, que nenhum setor se encarregava de averiguar a existência de cédulas com numeração duplicada ou a coincidência de numeração com aquelas emitidas pelo próprio banco, que recolhia em suas agências e outras instituições bancárias as notas velhas e sujas, as quais, lavadas e passadas, eram distribuídas de acordo com a série e o número para reutilização. Embora o Banco de Portugal tenha seguido o modelo do pai de todos os bancos centrais, o Banco da Inglaterra, houve graves omissões. Quando uma cédula, ainda que pouco desgastada, retornava ao banco inglês, anotava-se o número de série antes de retirá-la de circulação. Emitia-se, então, uma nova cédula para substituí-la. Um país pobre como Portugal não podia se dar ao luxo de prescindir desse vil metal.

Fiz e refiz meus cálculos [escreveu ele mais tarde] para obter uma estimativa, a mais conservadora, da soma de dinheiro que eu mesmo poderia emitir sem que isso interferisse no funcionamento da máquina oficial do banco. A cifra mais conveniente foi de 300 milhões de escudos, cerca de 3 milhões de libras [na época, aproximadamente 15 milhões de dólares]. Que grande avanço, que esplêndidos empreendimentos eu poderia promover em Portugal e

Angola com todo esse dinheiro!

Como os tribunais portugueses suspendiam suas atividades ao longo do verão, Reis teve à disposição julho e agosto inteiros para traçar o primeiro rascunho de seu plano. No julgamento de 27 de agosto de 1924, o juiz o absolveu da acusação de desfalque, mas resolveu processá-lo por fraude, pela emissão, sem a devida cobertura, de um cheque de 5 mil dólares do National City Bank de Nova York. Em seguida, foi liberado mediante o pagamento de uma fiança de 10 mil dólares, que angariou com a venda de jóias, carros e empréstimos com amigos. Além disso, reuniu outros 5 mil dólares para cobrir o cheque sem fundos e, com os ânimos apaziguados, seus credores permitiram que o caso fosse julgado por um tribunal civil, em vez de criminal, onde as possibilidades de vitória eram bem maiores para Alves.

Depois de 54 dias, o obscuro, mas potencial, conquistador do Banco de Portugal saiu da prisão. Seguiu às pressas para um balneário nas proximidades do Porto, onde a esposa e os três filhos - o terceiro nascera em maio - o receberam com lágrimas e beijos. Naquela mesma noite comprovou-se que de fato os amigos não o haviam abandonado. Em sua homenagem, organizou-se um banquete num importante restaurante da cidade, prática que, então, era bastante comum na vida comercial portuguesa. Organizavam-se banquetes para celebrar uma promoção dentro da empresa ou a concretização de um grande negócio.

- Meus amigos - afirmou Reis entre lágrimas -, graças a vocês, nesta oportunidade, reabilitei-me a meus próprios olhos.

A retratação pública seria igualmente importante.

Com habilidade fez com que a imprensa de Lisboa e do Porto divulgassem notícias em que se revelava ao público o conluio político e financeiro que me levava injustamente à prisão.

Essa não foi, como poderia parecer, uma jogada de relações públicas muito difícil. Em Portugal, não é possível distinguir com facilidade as notícias dos anúncios publicitários. Muitas colunas estão à venda e, ao contrário da imprensa norte-americana, os anúncios pagos atendem a uma infinidade de propósitos.

Cópias dos "desagravos" dos jornais foram enviadas a Hennies e Marang, pois, bem o sabia Reis, ambos seriam de muita importância para conseguir sua própria emissão de papel-moeda.

Todavia jamais sonhei em ter Hennies, Bandeira ou qualquer outra pessoa

como cúmplice. Só é possível manter um segredo quando não o compartilhamos com ninguém. Assim como não aceitaria ser subordinado a Marang, Hennies ou Bandeira, eu tinha certeza de que eles não aceitariam ser meus subordinados. Não, o único modo de fazê-los trabalhar a meu favor seria fingir que agia a mando de uma entidade superior, o próprio Banco de Portugal.

Para entrar em contato com Marang e Hennies, Reis precisava recorrer àquele que lhes apresentara: José Bandeira, que estava em Haia. Este, porém, não respondia às cartas e a telefonemas. Para quem já estivera atrás das grades, José alimentava uma extravagante superstição: achava que todos os outros ex-detentos traziam azar.

Em outubro de 1924, a persistência de Reis foi recompensada. José mostrou-se tão interessado numa nova proposta de empréstimo de 5 milhões de dólares para Angola - com uma comissão de 2% para quem o intermediasse - que telefonou para Reis e disse que gostaria de se reunir com ele em Paris.



Alves Reis, Lisboa, 1925

De Paris, José e Reis seguiram ao encontro de Hennies em Berlim, onde estava hospedado no Hotel Bristol.

Hennies recebeu-me com cortesia e demonstrou grande interesse em meus planos, mas percebi que não estava muito disposto a emprestar um milhão de libras a uma colônia que considerava falida. Jantamos a sós e, aos poucos,

direcionei a conversa para os dados que levantara sobre as emissões clandestinas do Banco de Portugal. Mais tarde, na suite do hotel, mostrei-lhe o dossiê que fizera sobre o banco. Convenci-o de que aquelas notas haviam sido emitidas em segredo com o intuito de ajudar o governo e o Banco de Portugal. Ao perceber que Hennies mordera a isca, aparentei certo ceticismo em relação ao sucesso daquela operação financeira, visto que eu não conhecia ninguém no exterior a quem pudesse confiar uma ordem secreta para a fabricação de papel-moeda. Hennies ponderou que não haveria qualquer dificuldade em produzir notas do Banco de Portugal, se os contratos dessem os poderes necessários a qualquer casa impressora. No dia seguinte, apresentou-me a seu advogado alemão, que me esclareceu as exigências de um tal contrato para que uma empresa alemã se encarregasse da tarefa.

Ao retornar a Lisboa, em meados de novembro de 1924, Alves Reis tinha uma idéia bastante clara de como o primeiro contrato fraudulento deveria ser escrito. Não estava preocupado com sua lógica.

O documento que Alves Reis preparou em seu escritório naquela noite de novembro era claramente absurdo e superficial - considerando seus propósitos de longo prazo, totalmente inadequado. Era como se os construtores de um foguete espacial contassem apenas com um rolo de fita adesiva, dois cliques de papel e três pregos para alcançar a Lua.

O contrato estabelecia que um grupo de investidores internacionais emprestaria um milhão de libras [cerca de 5 milhões de dólares] à colônia portuguesa de Angola. Em troca, obteriam o direito de emitir um valor equivalente em papel-moeda para a colônia. Havia outros pormenores, mas, no geral, a empreitada parecia tão descabida quanto investir alto na falsificação de cédulas de cruzeiros reais em 1995.

Em novembro de 1924, a economia angolana passava por sua pior crise nos 400 anos de história colonial. A moeda não era conversível em nenhuma similar europeia, nem mesmo a portuguesa. O comércio era escasso; as falências, tão comuns quanto a malária. A maioria dos colonos portugueses teria voltado para casa de bom grado se encontrasse alguém disposto a adquirir seus negócios e suas fazendas. Angola não possuía ouro ou qualquer outro recurso natural de valor imediato - grandes reservas de petróleo só seriam descobertas 30 anos depois - e suas exportações estavam em declínio.

Portugal, conhecido em certos círculos como a Quinta do Vaticano, referia-se zombeteiramente a Angola como sua própria quinta empobrecida. Era evidente que dificilmente um banqueiro que se dispusesse a analisar a balança comercial

da colônia aceitaria lhe emprestar um milhão de libras. Por essa quantia, valeria a pena comprar todo o território - que, afinal, estendia-se por quase um milhão de quilômetros quadrados -, mas por certo não valia o risco de um empréstimo.

Além de um empréstimo para Angola ser tão arriscado quanto jogar na roleta, a própria idéia de um governo soberano permitir que um grupo estrangeiro duplicasse para uso próprio a moeda do país era totalmente impensável. A última vez que se pensara em tal absurdo fora em 1914, quando Alfred Loewenstein, um pragmático investidor belga, oferecera a seu país, então ocupado e devastado pela guerra, um empréstimo de 50 milhões de dólares para assegurar a estabilização do franco belga. Em troca pedia apenas uma módica taxa de juros - e o direito de emitir papel-moeda no país. A reação não seria mais violenta se tivesse proposto transformar o palácio real numa estrebria.

A insensatez e a óbvia inviabilidade do esquema impediam que Alves Reis se aconselhasse com homens mais experientes. Mas ficamos assim.

"A ingenuidade é chave para todas as aventuras"; sentenciou G.K. Chesterton, no que, para alguns, era um estímulo aos criminosos amadores. "O principiante há de ser o supremo conquistador; a ele caberá o melhor da vida."

Alves Reis recordava que, como na peça O capitão de Kipenick, do dramaturgo alemão Carl Zuckmayer, um sapateiro em trajes de oficial prussiano adquiria poderes fantásticos. Da mesma forma, um ridículo documento em papel selado, o papel usado em documentos comerciais oficiais, podia investir-se de dignidade e importância.

Na época, como ainda por muitos anos, o papel selado era o solvente universal no qual se dissolvia a aprovação para todos os contratos comerciais e todas as transações com o governo. Só era possível adquirir o papel com o selo da lei em lojas autorizadas. Ainda se fazia necessário em todas as transações oficiais, seja para se inscrever para um emprego, obter certidão de nascimento, atestado de óbito, escritura de compra e venda ou passaporte. Até os anos 1960, os turistas preenchiam esses papéis até mesmo na hora de alugar um automóvel. Dobrado ao meio, obtinham-se quatro folhas pautadas e, ao preenchê-lo, não se deveria saltar sequer uma linha. Caso se errasse a grafia de alguma palavra, para corrigi-la, dever-se-ia empregar a expressão "digo"; seguida da forma correta. A única informação impressa no papel com o selo oficial emitido pelo governo era a expressão "Imposto do Selo 1\$50" [1,5 escudo que, em 1924, correspondia a oito centavos de dólar], no alto da primeira e da quarta páginas.

Em geral, na ocasião, os contratos comerciais datilografados em papel selado

exigiam estampilhas equivalentes ao valor do contrato. No entanto, como o "governo estava envolvido", Alves Reis determinou que os selos fiscais eram dispensáveis. Não havia, porém, como contornar o registro em cartório. Na realidade, Reis recebeu de bom grado esse pormenor, pois a chancela cartorial daria ao documento a aparência de autenticidade de que tanto necessitava.

Pouco antes da meia-noite, fechou o escritório e desceu até a rua estreita onde estacionara seu sedã Nash. Uma concessionária de automóveis da marca americana fora um dos empreendimentos malogrados da A.V. Alves Reis Ltda. e, no dia seguinte, precisaria vender o carro para acertar a folha de pagamento da empresa. Quando passou próximo ao edifício de cinco andares e quase iio anos do Banco de Portugal, lançou-lhe um beijo, como um conquistador certo de seu triunfo. Dirigiu a esmo a fim de aproveitar aquele último passeio. Na parte alta da cidade, passou diante do quartel do Exército, pelas proximidades da velha igreja anglicana e do cemitério.

À meia-noite, a sentinela do exército bradou num inglês quase ininteligível: "Twelve o'clock and all is well!" Como inúmeras ordens da cavalaria portuguesa, esse tradicional grito ainda era proferido em inglês, um resquício da passagem do duque de Wellington pela cidade. Alves Reis, que se orgulhava de limitados conhecimentos da língua inglesa, lançou uma vaga saudação à sentinela. Nem tudo estava bem, mas em breve ficaria.

Passou em frente ao prédio onde ele e sua família possuíam, até poucos meses antes, um suntuoso apartamento de 12 cômodos. Devido a sua derrocada financeira, precisara vender o apartamento, junto com boa parte da mobília e das jóias de sua esposa. Por fim, chegou ao Metrópole, um hotel de segunda categoria onde ocupavam dois quartos. Os três meninos já estavam dormindo e, na ponta dos pés, ele entrou em seu quarto para beijar Guilherme Joaquim, de seis anos, Manuel Filipe, de cinco, e o bebê José Luís, cujo nome era uma homenagem a José Bandeira, o mais novo sócio de seu pai. Já no quarto, Alves Reis descalçou os sapatos com um suspiro de alívio, despiu-se rapidamente e fumou o centésimo cigarro de sua cota diária.

Na manhã seguinte, levou o contrato que redigira a um tabelião amistoso, o dr. Avelino de Faria. Em Portugal, todos os negociantes eram obrigados a registrar os contratos em cartório e a reconhecer ali as assinaturas. Ao iniciar um negócio, todo português registra firma em cartório. Daí por diante, o tabelião confirma a assinatura de seu cliente em todos os contratos, comparando-a com a que consta nos arquivos. Os cartórios portugueses constituíam uma verdadeira sinecura: toda vez que autenticavam a assinatura de um cliente, embolsavam 75 centavos de dólar. Recebiam ainda 1% do valor do contrato, de modo que um

negócio de, digamos, too mil dólares representava um lucro de mil dólares para o tabelião. Uma parte dessa taxa era repassada para o governo. Em troca, esperava-se que o tabelião lesse o contrato com cuidado para garantir que não contivesse nada ilícito ou, até mesmo, cláusulas criminosas. Os cartórios não tinham o direito de cobrar taxa de contratos que envolvam agências governamentais.



O edifício do Banco de Portugal em Lisboa, 1925

O tabelião não se encontrava no escritório, apenas seu assistente, que, sem ao menos ler - afinal, todos sabiam que Alves Reis era um empresário digno e importante-, após o carimbo do cartório e sua assinatura ao documento. Depois do almoço, Alves Reis levou o contrato autenticado ao consulado britânico. Ele sabia que todos os consulados estrangeiros possuíam cópia das assinaturas oficiais dos tabeliães portugueses. Em poucos minutos, sem que lesse o contrato, o funcionário consular verificou a autenticidade da assinatura do tabelião Avelino de Faria no documento. Aplicou ao documento a impressionante chancela do consulado britânico, recolheu a taxa equivalente a 2,50 dólares e devolveu o contrato a Alves Reis. Naquele mesmo dia, Reis enviou um funcionário de confiança, Ahrens Novaes, aos consulados francês e alemão para que estes também autenticassem a assinatura de Avelino de Faria. Naquela noite, tinha em

mãos um documento impressionante, mas ainda incompleto.

Encarregou, então, o gerente do escritório, o ex-tenente do Exército Francisco Ferreira Jr., de reescrever o contrato em papel selado, com o texto distribuído em duas colunas datilografadas: uma em português, a outra em inglês. Ferreira, lisonjeado com o fato de o patrão lhe ter confiado um segredo estatal de tamanha importância, redigiu um documento ainda melhor que o original e, ao mesmo tempo, corrigiu o francês capenga da tradução do patrão. Ao terminar, Alves informou-lhe que providenciaria as assinaturas oficiais necessárias.

Naquela noite, após a saída dos funcionários, Reis providenciou as assinaturas - forjando-as. Acrescentou ainda as de Francisco da Cunha Rego Chaves, o alto-comissário de Angola; de Daniel Rodriguez, o ministro da Fazenda; e Delfim Costa, o representante técnico do governo angolano. Não precisava se preocupar com a acuidade de suas falsificações - afinal, as chancelas dos consulados atestariam sua autenticidade. Recortou cuidadosamente as autenticações cartoriais das duas páginas do papel selado original e as colou no novo documento com fita adesiva e lacre. Na cera ainda mole, pressionou cuidadosamente um anel de sinete com o brasão português. Então, como toque final, anexou duas cédulas novas - uma de mil escudos [na época, cerca de 50 dólares] e outra de 500 escudos. Supostamente, aquelas eram as notas que, pelo acordo, poderiam ser duplicadas pelo grupo financeiro internacional em troca do empréstimo de 5 milhões de dólares à empobrecida Angola.

Agora Alves Reis estava pronto para apresentar o impressionante contrato a dois dos três homens que escolhera para ajudá-lo em seu plano grandioso. Karel Marang e José Bandeira se encontravam hospedados no Avenida Palace Hotel - o melhor de Lisboa - e aguardavam pacientemente a oportunidade de pôr os olhos no mágico contrato de que Alves Reis lhes falava havia semanas.

For the legalization of the
signature below of Fomento de
de Valle, Vice-Consul, etc., etc.

[Signature]
Vice-Consul
Lisboa, December 1892.

Feito e assinado em duplicado, não havendo mais do que estes
exemplares. Rele Banco De Portugal.

J. Ramalho e Albuquerque
J. Alberto Gomes

Francisco José Gomes (altera assinatura)

[Signature]
[Signature]

Recusamos com juramento e pignora
na presença dos signatários. Lisboa
25 de Dezembro de 1892.



[Signature]

Nr. 973/92

Gelesen zur Beglaubigung der vorstehendes
Unterschrift *des Stellvertreters*
des hiesigen Notars
Arvidt de Sena
Lissabon, den 26. Dec. 1892

Der mit der Wahrnehmung konsularischer
Geschäfte beauftragte Deutsche Consul

in Vertretung

[Signature]
Consul.

Joh. For. 11
668





23a
[Handwritten signatures and initials]

CONTRACTO CONFIDENCIAL

CONTRAT CONFIDENCIEL

OS ABAIXO ASSINADOS :

LES SOUSIGNÉS :

Duma Parte, como primeiro outorgante, o Banco de Portugal, devidamente representado pelo seu Governador Sr. Innocencio Camacho Rodrigues e Director Sr. João da Mota Gomes Junior;

D'une Part, comme premier octroyant, le Banco de Portugal, dûment représentée par son Gouverneur Mr. Innocencio Camacho Rodrigues et son Directeur Mr. João da Mota Gomes Junior;

Doutra Parte, como segundo outorgante, o Governo de Angola, devidamente representado pelo seu Alto Comissario Sr. Francisco da Cunha Rego Chaves ;

D'autre Part, comme second octroyant, le Gouvernement d'Angola, dûment représenté par son Haut Commissaire Mr. Francisco da Cunha Rego Chaves ;

Declararam:

Déclarent:

PRIMEIRO: Que o primeiro outorgante autoriza o segundo outorgante a mandar manufacturar até duzentas mil notas de quinhentos escudos e cem mil de mil escudos da emissão dele primeiro outorgante e dos tipos apenas a este contracto.

PREMIER: Que le premier octroyant autorise le second octroyant à faire manufacturer jusqu'à deux cents mille billets de banque de cinq cents escudos et cent mille de mille escudos, de l'émission du premier octroyant et des types annexés à ce contrat.

SEGUNDO: Cada nota terá as designações especiaes do segundo

SECOND: Chaque billet de banque portera les dénominations

outorgante, números, séries e
assinaturas que serão impres-
sas pelo primeiro outorgante.

TERCEIRO: Que o segundo outor-
gante garante ao primeiro outor-
gante o privilegio da emissão de notas em Angola e que
endossa ao Sr. Artur Virgilio
Alves Reis, engenheiro, casado,
todas as poderes que lhe confere
este contracto na parte re-
lativa à manufactura de notas,
poderes estes e condições que
integralmente ficam desorimi-
nados no contracto a lavrar-
nesta data entre elle segundo
outorgante e o referido Sr.

Artur Virgilio Alves Reis. ---
Feito em Lisboa na Agencia Ge-
ral das Colonias, no ano de mil
novecentos vinte quatro, aos
seis dias do mez de Novembro
por mim, Delfin Costa, e que
certifico. ---

Fait et signé en double sans

spéciales du second octroyant,
numéros, séries et signatures
qui seront imprimées par le
premier octroyant. ---

TROISIEME: Que le second oct-
royant garantit au premier oc-
royant le privilege de l'émis-
sion de billets de banque à
Angola et qu'il endosse à Mr.
Artur Virgilio Alves Reis, In-
genieur, marié, tous les pouvoirs
accordés par ce contrat en ce
qui concerne la confection des
billets de banque, pouvoirs et
conditions qui seront intégre-
ment définis dans le contracto

à établir ce jour entre le se-
cond octroyant et le dit Sr.
Artur Virgilio Alves Reis. ---

Fait à Lisbonne à l'Agence Gé-
nérale des Colonies, le six
sept cent vingt quatre le six
Novembre, par moi, Delfin Costa.

Ce que j'atteste. ---
d'autres exemplaires. ---

No carro, a caminho do Avenida Palace, Reis ensaiou uma vez mais seu pequeno discurso a respeito da dificuldade de obtenção do contrato junto ao governo, do pequeno número de pessoas que estava a par do segredo e da necessidade de completo sigilo. Uma pena, pensou, que não poderia lhes revelar a habilidade com que preparara o documento, pois, a menos que acreditassem na legitimidade do contrato, não poderia contar com sua cooperação.

Karel Marang van Ysselveere teria apreciado a astúcia de Reis. Mas, é claro, não podia saber de nada. Era ele quem financiaria a operação.

PARIS, 28 DE NOVEMBRO DE 1924

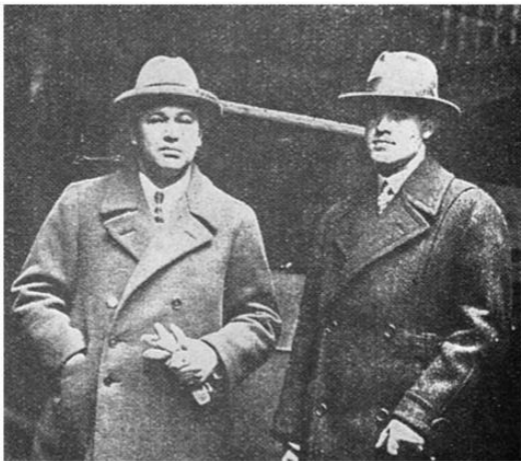
A semana fora frustrante para Karel Marang.

Recebeu, em seu escritório em Haia, o telegrama de Lisboa com a notícia de que o contrato estava prestes a ser assinado. Sem demora, resolveu aproveitar a viagem ao sul para resolver um contratempo em Paris. Algo tão delicado e pessoal, que nem sequer o mencionara a seu amigo e colega, José Bandeira, o irmão caçula do ministro português para a Holanda. Foi José quem apresentou Karel Marang a Alves Reis.

Como não podia discutir com José o problema parisiense, Marang combinou que viajariam separadamente de Haia até Lisboa. José, que possuía uma intensa vida sexual, julgou simplesmente que Marang desejava fazer algumas prolongadas visitas aos luxuosos bordéis da capital francesa, como o Sphinx. Marang não o conhecia o suficiente - na verdade, talvez não compartilhasse com ninguém tamanha intimidade - para confessar que sua irremediável paixão não eram tetas, mas títulos.

Em Paris, Marang tinha encontro marcado com um barão.

O barão Rudolf August Louis Lehmann, o ministro plenipotenciário da República da Libéria junto à Terceira República Francesa e à Liga das Nações, vivia num apartamento amplo e suntuoso no número 80 da avenida do Bois de Boulogne, próximo à ponte de Neuilly. Posteriormente denominada avenida Foch, naquela época abrigava as mais distintas residências de Paris. Havia duas mansões dos Rothschild naquela mesma rua.



Karel Marang (à esquerda), o financista holandês que operava de Haia e, mais tarde, de Paris, com seu advogado, Bommel Suyk

Enquanto aguardava o barão, Marang contemplou, com rápida e firme aprovação, o teto imponente incrustado de mármore, ouro e prata.

Antes daquela visita, Marang fizera algumas indagações: o barão era um *Officier de l'Inspection Publique* pelos "serviços prestados à educação francesa" - um primeiro passo para os aspirantes à *Légion d'Honneur* - e pertencia a três clubes elegantes da cidade. Possuía um *château* no campo e era casado com uma distinta americana da sociedade, conhecida por Charlotte Dell quando solteira.

A mais importante descoberta de Marang foi que o nome do barão não se encontrava registrado em nenhum dos arquivos nobiliários da Alemanha, da Áustria ou da Holanda, nem mesmo naqueles da Santa Sé, em vista de um possível título do Vaticano. O barão, nascido em 1870 em Amsterdã, de

prósperos pais alemães, possuía alguns poucos tufo de cabelo na cabeça praticamente calva e um bigode pontiagudo. A testa era alta e enrugada e papadas lhe rodeavam o pescoço. Trajava-se com esmero.

O visitante holandês foi rapidamente dissecado pelo barão, que deparou com um sujeito alto, de boa aparência e bigodes, em torno dos 40 anos, que falava um francês correto, mas não fluente. Os cabelos e os olhos eram castanhos e havia uma pequena marca de nascença arroxeadada do lado esquerdo do pescoço.

Marang, deduziu o barão, já tivera bastante dinheiro - provavelmente em decorrência da guerra-, mas no momento devia passar por dificuldades: os sapatos londrinos, feitos a mão, começavam a dar sinais de desgaste devido à falta de cuidado, e ele provavelmente viera a pé desde a estação mais próxima do metrô até a casa. Havia poeira nos sapatos, e a face revelava sinais de transpiração. Mas, afinal, o que desejava aquele sujeito?

Marang logo esclareceu. Para reforçar seu pedido, o visitante trouxera alguns documentos que comprovavam, de fato, sua condição de cônsul-geral da República de El Salvador e também de cônsul-geral da Pérsia em Haia.

Marang desejava renovar seu passaporte diplomático liberiano, que, naquela ocasião, encontrava-se vencido havia dez anos. Tinha sido emitido em 1914 pelo conde Matzenauer de Matzenau, que atuara como embaixador liberiano junto à Rússia imperial. O passaporte declarava que o portador, Karel Marang, era secretário e conselheiro da missão diplomática liberiana em Petrogrado.

O que um sérvio estava fazendo como embaixador liberiano na Rússia? O barão Lehmann, um holandês que atuava agora como embaixador liberiano na França, bem o sabia. A empobrecida República da Libéria, que em 1923 possuía um orçamento anual de 380 mil dólares-provenientes em sua quase totalidade de tarifas alfandegárias-,claramente não podia arcar com o dispendioso aparato de uma representação própria no exterior. Em 1909, uma comissão norte-americana em visita ao país declarou-o oficialmente falido. Em 1912, um pequeno empréstimo internacional possibilitou a continuidade do governo, cujas limitações, no entanto, não admitiam manter representação diplomática no exterior.

Havia muito a Libéria seguira o exemplo de países mais ricos e confiara os postos diplomáticos a europeus que, em troca de honorarias e privilégios, aceitavam o encargo de representar o governo liberiano no exterior. A despeito do caráter eminentemente social, tais privilégios atraíam devido a seu potencial lucrativo. Ao atuar como ministro plenipotenciário ou cônsulgeral, um europeu

podia usar a imunidade diplomática para contrabandear produtos de grande demanda, mas sobre os quais recaíam taxas pesadas, tais como café, cigarros e, até mesmo, automóveis. Também podia negociar vários postos inexistentes em sua missão diplomática com outros europeus desejosos de obter honraria e o passaporte diplomático. Caso fosse ainda mais ambicioso - e estivesse mais desesperado - poderia até usar o cargo para o exercício de espionagem discreta a serviço de certas potências.

Em outubro de 1914, Marang adquiriu seu passaporte diplomático liberiano do conde Matzenauer por 1,1 mil dólares. Já naquele momento o documento não valia nada: Matzenauer tinha sido demitido do corpo diplomático em 1913. Os abusos que cometera no exercício de suas atividades foram tantos, que nem mesmo o conivente governo liberiano pôde tolerá-los. E, como a Libéria não havia reconhecido a União Soviética, o passaporte de Marang estava duplamente sem valor.

Marang recebeu a notícia com certa tranquilidade e não demonstrou muita surpresa, ainda que lhe desagradasse ser visto como o tolo que comprara um passaporte diplomático de um sujeito que não tinha o menor direito de vendê-lo. No entanto, em outubro de 1914, quando o comprou do conde Matzenauer, então de passagem pela Holanda, um país neutro, não teve oportunidade de apurar a situação.

Os 1,1 mil dólares pagos a Matzenauer davam direito a outros serviços: asseguraria a inclusão do nome de Marang no Almanaque de Gotha. A maior parte das pessoas não sabia que esse volume de referência padrão também publicava, em alemão, guias menores sobre a pequena nobreza européia. Para ser arrolado nessas listas, era necessária a aprovação de Hofrat Wendelmarth, o editor do Almanaque. A solicitação deveria se fazer acompanhar de um histórico da família, cartas patentes, uma descrição do brasão familiar e uma lista de todos os membros ainda vivos.

Matzenauer deixou claro que, como fizera em outras ocasiões, cuidaria desses detalhes "enfadonhos". No castelo de Matzenau, em Prosenyakovsei, na Sérvia, mantinha uma oficina excelente para esse tipo de trabalho. Mas, afinal, era ele de fato um conde? O guia de Gotha afirmava que sim.

Em 1924, o novo ditador italiano, Benito Mussolini, promulgou uma lei curiosa: todos que portassem um título de nobreza que não fosse autenticado pelo registro oficial italiano estariam sujeitos a multa mínima de 5 mil liras ou 300 dólares. As autoridades italianas estimavam que apenas dez mil dos 250 mil títulos existentes fossem legítimos. As multas subiam com o grau de nobreza: o

falso duque deveria desembolsar 70 mil libras, ou 4,2 mil dólares; o conde, 2,4 mil; e barão ou alguém que desejasse ser reconhecido como barão, somente 1,8 mil.

Na França a situação não era mais favorável, embora a Câmara dos Deputados não tivesse o engenho tributário de Mussolini. Ali, segundo estimativas de uma autoridade, de cada 100 títulos, apenas cinco eram legítimos - e mesmo esses apresentavam curiosas duplicações. Havia oito condes de Andigne, oito condes de Bearn, dez condes de Chabanne e 19 condes de Rochefoucauld - e 50 príncipes ou princesas de Broglie.

Marang chegou à conclusão de que somente em seu país, a Holanda, havia uma escassez razoável de títulos, legítimos ou não. Em 1915, comprou o título do Solar de Ysselveere-les Krimpen, o que lhe permitiu adicionar van Ysselveere a seu nome. O único empecilho era o fato de que as autoridades holandesas não aceitariam essa mudança. Seu passaporte holandês ostentava, assim, o nome plebeu Karel Marang. Ysselveere era um vilarejo próximo à cidade de Dordrecht - a cerca de 25 quilômetros de Roterdã. Marang nasceu lá em 13 de julho de 1884. O pai era um coletor de impostos que empregava métodos primitivos e violentos.

Em geral indiferente aos estudos, Marang se dedicou com afinco ao estudo das diferentes formas de fazer dinheiro com pouco capital. Em 1914, tinha acumulado modesto pé-de-meia - bem a tempo de aproveitar sua grande oportunidade.

Tornou-se um dos muitos fornecedores de trigo, presunto, chocolate e óleos para os alemães, em cuja vitória acreditava. Além disso, era mais fácil se comunicar com os alemães e receber deles os pagamentos devidos. O comércio com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha passava por enormes dificuldades devido à ação dos submarinos alemães, enquanto as rotas comerciais com a Alemanha permaneciam praticamente desembaraçadas. A única fonte de carvão, ferro e aço para a Holanda, então um país neutro, era a Alemanha.

É certo que os comerciantes holandeses que negociavam com a Alemanha precisavam enfrentar o Netherlands Overseas Trust, órgão que abrigava importantes comerciantes e banqueiros que se empenhavam em impedir o envio de produtos à Alemanha, a não ser que as exportações fossem autorizadas pelos Aliados. Havia, porém, meios de contornar as restrições, e as fronteiras eram notavelmente flexíveis. Em geral, algumas centenas de florins eram suficientes para que os agentes alfandegários fizessem vista grossa.

O principal contato de Marang era Adolf Gustav Hennies, membro da

Comissão de Compra Alemã que possuía passaporte suíço. Hennies afirmava que o pai era suíço e a mãe, brasileira. Entre esses dois homens estabeleceu-se uma perfeita relação comercial: Marang repassava a Hennies, a título de "Comissão", 10% do valor bruto dos produtos exportados para a Alemanha.

O negócio foi lucrativo até o início de 1917, quando os holandeses criaram a Companhia Holandesa de Exportação, que passou a controlar com rigor todas as exportações e importações e a limitar os lucros à faixa dos 5% - um valor irrisório em comparação com os 40 ou 50% que boa parte dos exportadores auferia. Antes de os Estados Unidos entrarem na guerra, Marang recebia navios carregados de carvão, que, em seguida, rumavam para a Alemanha através da Norddeutscher Lloyd Line, para a qual atuava como agente holandês.

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, os lucros com as exportações despencaram. Havia pouco a exportar. Na Holanda, trigo e carvão já eram alvo de severo racionamento. Marang contrabandeava chocolate para a Alemanha e continuou a obter bons dividendos; no entanto, no início de 1918, nem isso mais era possível e, no restante do ano, amargou profundas perdas, a fim de manter sua longa folha de funcionários.

De 1920 a 1923, a Marang & Collignon, sua firma de importação e exportação, prosperou com o envio de café para a Pérsia e o Oriente Médio e de vários óleos africanos para a Alemanha.

Em 1922, Marang comprou a parte do sócio e passou a dirigir os negócios de sua residência em Haia. O primeiro andar do edifício foi transformado em escritório, enquanto os outros três abrigavam a família - ele, a esposa e os dois filhos - e os criados.

No início de 1924, a firma passava por dificuldades. Os preços do café tinham caído e Marang encontrava-se bastante endividado. Antes da viagem de Marang a Paris, em novembro de 1924, seu contador fez uma amarga constatação: a Marang & Collignon devia mais de 200 mil dólares aos bancos. Com grande esforço, Marang obteve a renovação dos vários empréstimos bancários, ao concordar com taxas de juros mais elevadas.

Mas, afinal, por que um negociante à beira do desastre econômico estaria tão interessado em obter outro passaporte diplomático? Para Marang, que dispunha de uma formação medíocre e viera de uma humilde família de classe média baixa, aquelas honrarias estrangeiras poderiam ajudá-lo a virar o jogo. Ele acreditava que, com um novo passaporte em mãos, surgiriam novas oportunidades de negócios.

Naquela noite, tomou o Sud Express para Lisboa. O barão Lehmann tinha negado seu pedido completamente. E de forma insolente.

LISBOA, 30 DE NOVEMBRO DE 1924

Naquela noite, ao jantar numa sala particular do restaurante Silva no Chiado - luxuoso distrito comercial de Lisboa - Marang reviu o contrato pela quarta vez. Era, de fato, como Reis dissera, um negócio da China - expressão que é herança do velho imperialismo português no Extremo Oriente.

Embora resistisse ao entusiasmo contagiante de Reis, Marang não vislumbrava grandes obstáculos àquele negócio, a partir do momento em que encontrassem uma empresa impressora especializada disposta a produzir as notas que lhes seriam autorizadas. Todos sabiam da difícil situação financeira de Angola e, devido à parca remuneração dos funcionários portugueses, de sua disposição para negócios escusos. E também sabia-se em toda a Europa que, depois da Primeira Guerra Mundial, a emissão de crescentes quantidades de papel-moeda era a medida mais comum que os governos profundamente endividados adotavam.

Além disso, na opinião de Marang, os demais esperavam que ele financiasse toda a operação. Antes que pudesse render um único centavo, aquela empreitada poderia lhe custar io mil ou, até mesmo, 15 mil dólares. Mas os lucros potenciais eram de tal ordem que até mesmo os contratos que fechara com os alemães durante a guerra pareciam uma ninharia.

Naquela noite, conversaram até altas horas sobre quem poderia imprimir as notas. Parecia-lhes que a Alemanha era o lugar ideal - afinal houve toda a experiência com impressão de papel-moeda durante a República de Weimar.

Naturalmente isso exigiria uma consulta a Hennies - seu especialista em questões alemãs. Marang assegurou a Reis e José Bandeira que Hennies não só mantinha relações com os principais nomes dos círculos financeiros alemães, como dispunha de informações sigilosas que obtivera durante sua passagem pelo serviço secreto alemão durante a Grande Guerra.

Reis concordou, pois essa era a exata impressão que tinha a respeito de Hennies. Estava claro que o suíço era uma figura importante e influente - exatamente como ele, Reis, estava prestes a se tornar.

Naquela noite, no Avenida Palace, Marang enviou dois telegramas. O

primeiro, para o escritório em Haia, solicitava a seu gerente que remetesse sem demora 600 libras [cerca de 3 mil dólares] a Alves Reis em Lisboa. O português tinha sido insistente nesse ponto. Havia contraído pesadas dívidas a fim de obter as assinaturas naquele contrato mágico. Naturalmente não poderia revelar a seus novos comparsas que os 3 mil dólares eram indispensáveis para protelar sua própria falência.

O segundo telegrama destinava-se a Hennies em Berlim:

CONTRATO ASSINADO. SUA PRESENÇA NECESSÁRIA EM HAIA.

BERLIM, 1º- DE DEZEMBRO DE 1924

A guerra de 1914 a 1918, que sacrificou io milhões de pessoas, liquidou simbolicamente sua enorme dívida com a humanidade ao conceder a alguns daqueles que dela participaram uma segunda existência. Adolf Gustav Hennies foi um de seus beneficiários.

Ao deparar pela primeira vez com a impassível sentença de Rimbaud "Eu sou um outro"; os estudantes universitários lançaram-se a uma análise filosófica a fim de desvendar as intenções do poeta. Para Hennies, que jamais ouvira falar em Rimbaud, a frase significava apenas que obtivera uma nova vida, praticamente imune às forças da polícia e do Estado.

A nova vida e a nova identidade começaram em outubro de 1914, no Brasil. Era, na verdade, uma terceira metamorfose. A segunda se iniciara em 1909 em Nova York quando adquiriu uma modesta representação da fábrica de máquinas de costura Singer no Brasil. E a primeira? Esta ele preferia esquecer completamente.

A segunda vida, em Manaus, no Amazonas, fora razoavelmente próspera, embora houvesse sempre um sentimento de que tinha perdido tempo e oportunidades, o que imputava às imperfeições de sua primeira vida.

"Para se conquistar o mundo, é necessário agir como se já o tivéssemos conquistado!"; escreveu La Rochefoucauld para os arrivistas de todos os tempos. Infelizmente, ele jamais esclareceu os meios necessários para tanto. Hennies era um ator razoável e eloqüente, embora seus gestos e iniciativas fossem sempre desproporcionais em relação à vida, ou pequenos ou grandes demais - tal qual um atirador que maneja a arma com destreza, mas que, por algum motivo, jamais acerta o alvo.

A terceira transformação recaiu sobre ele em novembro de 1914, quando a Assembléia Nacional votou pela entrada de Portugal na guerra contra a Alemanha, ao lado da Grã-Bretanha e da França. Hennies, ciente de que sua segunda identidade dependia da primeira, que era alemã, temia que o Brasil também se lançasse à guerra ao lado dos Aliados. Embora isso só viesse a acontecer em 1917, a colônia alemã no Rio de Janeiro ficou temerosa de que as centenas de alemães que residiam no Brasil fossem vistos como inimigos e prontamente encarcerados. Muitos trataram de comprar passagem para um regresso imediato à Alemanha. Antes de tomar sua decisão, Hennies refletiu um pouco e, com ajuda de certas fontes, obteve um passaporte suíço falso que lhe concedeu nova identidade - Adolf Gustav Hennies, 33 anos, filho de pai suíço e mãe brasileira. Profissão: comerciante internacional.

Em novembro, partiu do Rio em direção a Gênova no velho S.S. Princesa Mafalda. Em Gibraltar, o navio foi detido pelos britânicos, que interrogaram todos os homens a bordo. Foi um interrogatório de rotina: cada passageiro era conduzido a uma sala e interrogado no idioma que dizia ser sua língua nativa - obviamente o português para a maioria dos alemães que regressavam à Europa. Após algumas perguntas de rotina, o entrevistador pedia licença e saía da sala. Contente por ter ludibriado seu entrevistador, o alemão relaxava. O pior estava por vir. Dez minutos depois, o inglês retornava e, fingindo-se surpreso por reencontrar o sujeito no mesmo lugar, dizia em perfeito alemão: "Na, sind Sie denn noch da?" (Mas o senhor ainda está aqui?) Cinco entrevistados se traíram ao responderem à pergunta em alemão.

Hennies, precavido contra qualquer artimanha dessa natureza, teve o cuidado de não usar a língua alemã de modo algum. Dez dias depois, chegava à Alemanha. Ainda no Rio, um amigo alemão lhe entregara uma carta de apresentação a um oficial em Berlim e, em janeiro de 1915, Hennies encontrava-se a caminho de Amsterdã para se unir à Comissão Alemã de Compras naquela cidade.

O material que ele adquiria - boa parte com o auxílio de Mijnheer Marang - seguia para Alemanha através da Suíça, especialmente quando o envio desses itens se encontrava proibido pela Holanda e pela Dinamarca.

Hennies também emprestou ajuda às forças do serviço secreto alemão que operavam fora do território holandês, então um país neutro. Havia pouco perigo. A espionagem na Holanda durante a Primeira Guerra Mundial era uma atividade de cavalheiros. O capitão Henry Landau, de origem sul-africana, responsável pelas seções regionais do serviço secreto britânico na Bélgica e na Holanda, assim descreveria, alguns anos mais tarde, as condições idílicas sob as quais as

seções de espionagem dos Aliados e dos poderes centrais atuavam:

Reinava a mais completa tranquilidade. À noite, nossos códigos eram depositados, sem qualquer proteção, em cofres comuns, que constituíam um alvo fácil a qualquer arrombador. Nossos correios iam e vinham sem escolta. Ambos os lados dispunham de muitos privilégios para que se arriscassem a perdê-los. Seus funcionários, sem o consentimento do governo holandês, exigiam favores, que ambos os lados concediam de bom grado. Em troca, obtínhamos proteção e trocávamos informações a nosso respeito. Nenhum dos lados se beneficiava e creio que todos - os holandeses, os Aliados e os alemães - estavam satisfeitos com aquele acordo.

Embora Hennies tivesse pouco mais de 1,70m, o porte ereto dava a impressão de que fosse mais alto. Como o rosto oval tinha uma tonalidade moreno-escuro, incomum entre os nórdicos, raramente era tomado por alemão. Os cabelos pretos estavam sempre impecavelmente penteados para trás. Vestia-se com igual esmero. De nascença, a perna direita era mais curta que a outra e, por isso, era obrigado a calçar sapatos especiais. De certo modo, essa ligeira imperfeição lhe conferia grande dignidade e autoconfiança.

Em 1916, aos 35 anos de idade, tornou-se amante de Annaliese Angold, uma estenógrafa alemã de 22 anos, que atuava junto ao escritório da Comissão Alemã de Compras na Holanda. De início, como uma piada, Hennies costumava apresentá-la a seus amigos holandeses como fraulein doktor Angold, em alusão à diretora do serviço secreto alemão na Bélgica, que era conhecida como Fraulein Doktor - "uma mulher de meia-idade bela, robusta e com a disposição de uma tigresa"; segundo a descrição do capitão Landau.

Annaliese Angold era uma loura moderadamente atraente - mais uma gatinha manhosa do que uma tigresa - que se apaixonou completamente pelos ares cosmopolitas de Hennies. Aos poucos, ela mesma passou a se chamar de Fraulein Doktor. Falava por alto sobre um doutorado em economia política e se tornou colaboradora ativa de Hennies em muitos de seus negócios escusos.

No final de 1917, Hennies começou a duvidar de que a Alemanha fosse vencer a guerra. Com a ajuda de Marang, converteu sem alarde todas as economias do marco alemão para o florim. A partir de então, Marang pagava-lhe todas as comissões através de bancos holandeses. Em julho de 1918, Hennies possuía o equivalente a 90 mil dólares.

Com o fim da guerra surgiram novas oportunidades para um homem que revelara ter enorme habilidade nos negócios. No início de 1919, por intermédio

de suas conexões em Berlim, conseguiu que o nomeassem 'Abwicklungskommissar'; ou seja, um liquidante das remessas de reparações e armamentos à Polônia. O país, que em virtude do Tratado de Versalhes cedera partes de Posen e da Prússia Ocidental, estava em combates com a Lituânia pela cidade de Vilna; com a Tchecoslováquia por Teschen; e com os bolcheviques soviéticos por tudo. A Polônia se tornara o grande sumidouro de armas da Europa.

De seu escritório em Insterburg, na Prússia Ocidental, Hennies vislumbrou excelentes oportunidades. Todas as remessas ferroviárias de armas e material de reparações passavam por suas mãos. A dedução de uma pequena taxa de manipulação era previsível. Além disso, fez alguns negócios particulares com os poloneses, que estavam, por exemplo, bastante impacientes para obter um grande estoque de granadas de mão na Prússia Ocidental. A despeito da escassez de comida, os poloneses estavam dispostos a trocar alimentos por granadas; entregaram, então, a Hennies carregamentos de alimentos americanos da Quaker em troca de granadas.



Adolph Hennies, 1924

Hennies postergou o envio dos armamentos até que os poloneses despachassem a comida para a Prússia. Quando os poloneses abriram as caixas com as granadas, descobriram que faltavam os detonadores. Os dois generais poloneses que fecharam o negócio com Hennies foram fuzilados. Hennies vendeu a comida americana no mercado negro alemão por 50 mil dólares.

Após abandonar o cargo de liquidante, Hennies dedicou-se apenas a transações privadas na Alemanha - ainda ao lado de Annaliese Angold. Em novembro de 1923, no fim da grande inflação do marco alemão, surgiu sua maior oportunidade. Sem qualquer valor, a moeda em circulação seria substituída pelo marco-ouro, o Rentenmark, que, na teoria, contava com garantia dada uma hipoteca de todas as terras e indústrias da Alemanha.

Era necessária uma pilha de marcos antigos para se obter um único Rentenmark, havia, porém, outras moedas igualmente valiosas. Por exemplo, as cédulas de marco-ouro da companhia ferroviária alemã em circulação podiam ser trocadas pelos novos marcos, na base de um para um. Por intermédio de um amigo, funcionário da ferrovia, Hennies tomou conhecimento de que na sede da Deutsche Reichsbahn havia 750 mil dólares em cédulas que ainda não tinham entrado em circulação e que perderiam todo seu valor no instante em que o Rentenmark se tornasse o novo padrão monetário.

Hennies integrou um grupo de altos funcionários que vislumbraram uma forma de auferir grandes lucros com aquelas cédulas. Com um passaporte diplomático especial providenciado pelo dr. Anton Höfle, diretor-geral dos Correios, partiu para Londres com as cédulas e ali trocou-as no mercado de câmbio internacional por libras e francos suíços. A parte que lhe cabia na transação equivalia a 40 mil dólares. Poucas semanas após seu regresso a Berlim, pediram a ele que transportasse a Londres uma quantia ainda maior - dessa vez, 2,5 milhões de dólares em cédulas de marcos-ouro da companhia ferroviária alemã. A intuição, porém, levou-o a recusar a empreitada. Algumas semanas depois, o diretor dos Correios e a maioria de seus comparsas naquele e em outros escândalos de maior monta foram detidos após investigações do Parlamento alemão. Em 1925, Höfle suicidou-se na prisão. Hennies passou por breve interrogatório e nada mais.

Durante todo o pós-guerra, Hennies manteve-se em contato com o velho amigo Marang. Ambos haviam lucrado com empreendimentos de exportação para a África e a Pérsia - na maior parte, carregamentos de café e cerveja -, mas antes que Alves Reis surgisse com seu mágico contrato, nada de importante tinha acontecido.

Quando, em 1º de dezembro de 1924, chegou o telegrama de Marang, Hennies convocou a amante, Annaliese Angold, e disse a ela que estavam de partida para Haia. Também pediu a seu advogado, Felix Lutz, que o acompanhasse na viagem. Hennies sabia que o contrato exigiria uma análise cuidadosa. Era bom demais para ser verdade.

HAIA, 2 DE DEZEMBRO DE 1924

Há um livro de fotografias de Haia que traz uma poética passagem a respeito dos insuspeitos poderes mágicos da cidade:

A ampla região entre a imaginação e a realidade que constitui a terra de ninguém onde desabrocham as Musas, florescem os sonhos e as aventuras brotam como cogumelos na superfície da terra, está sempre presente em Haia.

E também estava ali em 1924. Para José Bandeira, o contrato que Alves Reis obtivera representava excelente oportunidade para finalmente enriquecer. Ao longo dos últimos três anos, enquanto vivia com o irmão mais velho, Antônio, o ministro português na Holanda, no modesto edifício de quatro andares da embaixada, no número 43 da Bezeudanhout, José pressentia que sua grande chance estava a caminho. Desejava-a não só para si e para Antônio, mas precisava dela para provar a Fietje que ela dedicara seu amor a um homem especial, um verdadeiro homem de ação.

Como de costume, o encontro deveria ocorrer na suite do esplêndido edifício do século XIX, o Hotel des Indes, que Hennies costumava reservar em suas visitas a Haia, ou no escritório de Marang. No entanto o destino favorecia maravilhosamente os planos de Bandeira. Hennies encontrara sua suite habitual ocupada, e conseguiu apenas quartos individuais para si mesmo, para seu advogado e a delicada amiga, Annaliese. A casa de Marang, onde funcionava seu escritório, passava por pintura. Em vista disso, o melhor local à disposição para o encontro era a casa do diplomata português. Isso não só ressaltaria o caráter oficial do contrato de Alves Reis, como também enfatizaria o papel vital desempenhado por José dos Santos Bandeira ao unir as figuras-chave para aquela grandiosa empreitada. José, então com 43 anos, sabia que finalmente estava prestes a ser agraciado com o sorriso luminoso da fortuna, depois de tantas falsas alvoradas e tantas sombras vergonhosas.

Os Bandeira, outrora uma família próspera de proprietários de terra em Chamusca, pequena cidade ao sul de Lisboa, havia muito tinham abandonado a terrinha. Antônio, o irmão mais velho, ingressara no Ministério do Exterior português, após bem-sucedida passagem pelo jornalismo. Devido a boas relações como funcionário público, ascendera rapidamente na carreira até o presente posto em Haia.



José Bandeira, em Haia, em 1922, por ocasião do bem-sucedido negócio do porto de Macau

José, alguns anos mais novo, fora menos favorecido, e se tornou, de fato, uma preocupação para o pai.

Em 1900, aos 19 anos, José partiu para a África do Sul a fim de fazer fortuna. Em menos de um ano, foi preso em flagrante ao tentar assaltar uma casa e sentenciado a três anos de prisão por uma corte de Joannesburgo. Dois anos mais tarde, recuperou a liberdade. No entanto, em poucos meses, a mesma corte o sentenciou a quatro anos de prisão, dessa vez por recepção de mercadorias roubadas. Liberado em 1906, viu-se reduzido, após dois anos de malogradas iniciativas ilegais, ao fornecimento de bebidas alcoólicas a nativos. Em novo julgamento, foi sentenciado a mais um ano de reclusão, após o qual, farto do sistema judiciário sul-africano, em 1912, decidiu retornar a Portugal.

Por intermédio do pai, arranjou emprego na Garland, Laidley & Company, que oferecia seus serviços de agenciamento de cruzeiros para a Cunard e outras empresas britânicas, e, por algum tempo, parecia ter entrado na linha. No entanto, em outubro de 1914, roubou 1,6 mil dólares do cofre da empresa e fugiu para Moçambique. (O pai, que já passava por dificuldades financeiras, comprometeu-se solenemente a restituir à firma o dinheiro roubado. Em parcelas de 16 dólares mensais, o velho finalmente liquidou a dívida em novembro de 1922.)

Em Moçambique, um velho amigo de seu pai empregou José na estrada de ferro local. Em menos de um ano, o português passou a mão no dinheiro da companhia e fugiu para a África do Sul. Porém, não foi apresentada queixa, pois o amigo do pai restituiu o dinheiro roubado.

Em 1921, José retornou a Portugal e logo foi convidado a morar com o irmão Antônio, recém-nomeado embaixador português na Holanda. Talvez os novos ares e a sóbria influência do irmão mais velho lhe restituíssem a paz interior.

Graças ao domínio da língua holandesa adquirido com os amigos bôeres, em sua temporada na África do Sul, José rapidamente se pôs à vontade em Haia. Descobriu, igualmente sem demora, que a influência do irmão não era tão sóbria quanto imaginara o pai.

Os rendimentos mensais de Antônio se limitavam aos irrisórios 200 dólares que o Ministério do Exterior português pagava a seus diplomatas. Nos anos 1920, praticamente todas as nações partiam do pressuposto que os diplomatas possuíam recursos próprios. Muitos países, em particular os da América Latina, nem sequer pagavam aos agentes diplomáticos.

Com 200 dólares mensais, Antônio poderia muito bem manter a casa, os três

empregados e algumas poucas distrações, se agisse com parcimônia. Antônio Bandeira, no entanto, não era parcimonioso. Jogador compulsivo, contraiu várias dívidas junto a banqueiros holandeses.

Embora Antônio fosse popular nos círculos estrangeiros de Haia, havia diplomatas que o julgavam execrável. No geral, restringia seus relacionamentos às esposas dos diplomatas. Na ocasião, tinha por amante uma embaixatriz e, embora propalado no círculo diplomático, o caso se conduzia com grande discrição.

Bem menos discreto, o irmão José desejava que todos soubessem quem era sua amante, e que o era já por alguns anos: a conhecida atriz holandesa Fie Carelsen. Ele a chamava Fietje, e ela o considerava, em suas próprias palavras, "o amante perfeito e atencioso" Em festas, concertos e recepções diplomáticas eram inseparáveis.

Com 1,65m, José era consideravelmente mais baixo que a amante. Embora a bela atriz não se incomodasse com isso, a baixa estatura atormentava José, que raramente a convidava para dançar.

- Não se trata de um grande amor - confidenciou Fie Carelsen a amigos. - Mas de um afeto terno, duradouro e sensível. Ele é o homem mais atencioso que já conheci.

Para José, a ligação com Fie não só representava um avanço em comparação às mulheres com que se relacionara no passado, como também mudou os rumos de sua sorte.

Em 1923, ciente das ofertas que chegaram a Macau, a possessão portuguesa perto da costa chinesa, para execução de obras portuárias, José sugeriu a Marang e seu grupo que apresentassem uma proposta e, em seguida, vendessem o contrato para uma construtora holandesa. Ele salientou que, com a influência de seu irmão, a oferta receberia avaliação favorável. Após Marang despertar o interesse de uma empresa holandesa, o grupo submeteu sua proposta e ganhou a licitação. Coube a José uma comissão de 2%, que lhe rendeu cerca de 80 mil dólares. Foi a primeira vez em que ganhou dinheiro de verdade.

Com os bolsos cheios, partiu em busca de novas oportunidades. Ouviu falar da Companhia de Mineração da Angola Meridional, sob o controle de um português chamado Alves Reis, que se dizia especialista em assuntos angolanos, de quem acabou por se tornar fervoroso admirador.

José não se esquecia de suas obrigações. Repassou 10 mil dólares ao irmão,

sempre acochado por credores respeitosos, mas insistentes.

Enfim a ovelha negra, a vergonha da família, entrava na linha. O pai, que havia pouco restituído à Garland, Laidley & Company o dinheiro roubado em 1914, emocionou-se ao saber da recém-conquistada prosperidade do filho. Este, no entanto, não enviou sequer um escudo ao pai; preferia esquecer as agruras dos "verdes anos".

No fim de novembro de 1924, José começou a fazer alusões entusiasmadas ao grande negócio que Alves Reis arquitetara para seu grupo.

- É coisa grande - diria -, a maior oportunidade de minha vida.

Na manhã de 2 de dezembro de 1924, os irmãos Bandeira receberam Marang, Hennies e o advogado berlinense deste último.

José Bandeira, mais agitado e otimista que de costume, defendia que Hennies deveria explorar de imediato as possibilidades de uma firma alemã imprimir as cédulas estipuladas no contrato. No entanto, após ler o documento com cuidado e discuti-lo com seu advogado, Hennies ficou cético e cauteloso.

- Antes de mais nada - disse ele -, julgo que deveríamos obter mais informações a respeito de Alves Reis. Sim, sei que ele fez uma boa impressão durante o encontro que tiveram, mas o que realmente sabemos sobre ele? Será o tipo de pessoa que poderia obter um contrato como este? Pelo que pude apurar, ele se encontra em dificuldades devido a algumas falcatruas administrativas e está à beira da falência. Por que o governo português daria a um homem como esse um contrato tão inacreditável?

Voltaram-se todos para José Bandeira, que os apresentara a Alves Reis. José mostrou-se ofendido.

-O que os senhores pensam de mim? É óbvio que me informei a respeito.

Em primeiro lugar, afirmou, Reis era um grande engenheiro, cujo diploma, como José pudera verificar, fora conferido simplesmente pela Universidade de Oxford. Reis já dirigira a Estrada de Ferro de Angola e fora inspetor de Obras Públicas, o mais alto cargo técnico da colônia. Tinha ótimas relações com Rego Chaves, o alto-comissário português em Angola. Na verdade, eram íntimos. Há poucos dias, José testemunhara em Lisboa uma conversa entre Alves Reis e Rego Chaves, durante a qual o alto-comissário reiteradamente se referiu ao outro por "tu".

(A falta de modéstia de José não lhe permitiu acrescentar que o alto-comissário se dirigira a ele próprio com arrogância. O ressentimento impediu que José percebesse o verdadeiro motivo da intimidade entre os outros dois: no tempo do liceu, Alves Reis tinha sido aluno de Rego Chaves.)

José se preparava para explicar as circunstâncias do recente envolvimento de Reis num presumível desvio de mercadorias de uma empresa que presidia, quando Marang o interrompeu:

-Adolf, para que criar problema agora? Se o contrato for autêntico, como acredito que seja, arranjam outro e nos deixam de lado. Nesse caso perco as 600 libras que adiantei a Reis e damos o caso por encerrado.

Hennies aceitou a lógica e a generosidade da visão de Marang.

-Pois bem, consideremos que o contrato seja autêntico - disse ele. - Os senhores querem que eu contate uma firma alemã para imprimir as notas. Isso é impossível! Em primeiro lugar, como meu nome se viu envolvido no caso dos marcos-ouro da ferrovia, é possível que suspeitem de mim. Além disso, não acredito que este seja o melhor momento para contratar uma firma alemã. A Alemanha acabou de passar pela pior crise inflacionária do mundo. Neste momento, qualquer nota de escudo feita no país levantaria suspeitas indesejáveis. Por que não recorremos à firma que fabricou as notas de 500 e mil escudos para o Banco de Portugal?

Marang previra essa possibilidade.

-Fiz a mesma pergunta a Reis, mas a idéia não lhe agradou. Segundo seus contatos no Banco de Portugal, deveríamos arranjar outra firma a fim de manter a transação no maior sigilo possível. Mas há outra opção. Ao regressar de Lisboa, encontrei no Sud Express um conhecido meu, homem de negócios, que, quando lhe falei sobre o problema da impressão de papelmoeda, recomendou-me a Enschedé, uma firma holandesa de Haarlem. Ali se imprimem as cédulas holandesas e também, ao que parece, de um ou dois outros países. Por que não recorrer a eles primeiro?

Todos concordaram que era boa idéia. Haarlem fica apenas 40 quilômetros de Haia.

HAARLEM, 2 DE DEZEMBRO DE 1924

Desde 1815, a Johan Enschedé en Zonen N.V. (Johan Enschedé & Filhos S.A.)

era o fornecedor exclusivo de papel-moeda para o governo holandês. Em 1865, passou a imprimir também os selos postais do país. Além disso, a firma, fundada em 1703, tornara-se um dos gigantes mundiais em impressão de alta qualidade. Um convidativo folheto promocional distribuído pelos Enschedé adverte de forma gentil:

Leitor, cuidado ao perguntar a um funcionário da Enschedé a respeito de sua companhia! Há uma grande possibilidade de que tenha de passar a próxima meia hora a ouvir uma explanação sobre a história da arte tipográfica....

Os rumores de que a promoção dos membros da equipe depende, em larga medida, de sua familiaridade com os detalhes genealógicos da Casa Enschedé devem ser peremptoriamente rechaçados. Todavia ninguém há de nos negar o direito de sentirmos orgulho da tradição que se construiu por sete gerações ao longo de dois séculos e meio de administração hábil e progressista.

Um século e meio de experiência na impressão de papel-moeda nos habilitou a assumir os mais pesados compromissos, a nos identificarmos com os clientes, a tomar parte do desenvolvimento de seus projetos desde a concepção, a aconselhar com imparcialidade e a compartilhar suas alegrias e seus infortúnios!

Um desses pequenos infortúnios - ao qual não há qualquer menção no folheto - foi o conselho imparcial dado, em 3 de dezembro de 1924, a um desconhecido Karel Marang van Ysselveere.

Marang chegou no fim da tarde do dia anterior.

Boudawijn Franciscus Enschedé, que, aos 30 anos de idade, acabara de assumir o cargo de diretor da empresa, recebeu-o.

Mais tarde, o diretor recordaria que Marang encontrava-se agitado, mas revelou-se bem articulado e, até mesmo, culto. "Creio que deveria ter suspeitado do sobrenome van Ysselveere - um engodo tão evidente -, porém negócios são negócios"

O jovem Enschedé encaminhou Marang ao secretário da firma, Albertus Dithmar Huijsman, de 36 anos. Como de costume, Marang foi recepcionado no museu da empresa - um salão amplo, ao lado dos escritórios principais da fábrica, com numerosas amostras das mais refinadas cédulas e selos impressos pela firma, além de formidáveis reproduções de quadros célebres.

"Marang era um cavalheiro alto e imponente, embora com sinais de

afetação"; observou Huijsman. "Mostrou-se claramente desapontado com o fato de não ser recebido por um dos sócios, mas expliquei a ele que só o receberiam após se esclarecer o motivo de sua visita"

Marang afirmou que sua visita dizia respeito a um projeto importante e sigiloso, sobre o qual só poderia falar com os superiores.

-Se o senhor soubesse de minhas importantes relações diplomáticas - acrescentou Marang-, saberia que não posso falar com meros intermediários.

Mas finalmente, e de forma relutante, Marang revelou algumas informações. O Sr. Huijsman anotou:

Ele alegava estar de posse de uma importante encomenda de papel-moeda para um país da Europa Ocidental, que em geral repartia essa tarefa entre várias empresas. O objetivo de sua visita era familiarizar-se com nossos métodos de trabalho e com as medidas que tomávamos contra violação de sigilo.

Quando eu estava prestes a perder a paciência, revelou-me que o país em questão era Portugal. Sem suspeitar de nada, afirmei que de fato me sentia bastante honrado com aquela consulta. Em seguida, apresentou-me uma cédula portuguesa e indagou se éramos capazes de imprimi-la. Disse-lhe que sim, com a ressalva de que seria em estilo diferente.

- As notas precisam ser idênticas - reagiu Marang de imediato.

- Isso é impossível - objetou Huijsman. - Aliás, neste caso, por que o senhor não recorreu à firma que as imprimiu em primeiro lugar? Eles possuem as matrizes originais.

Marang estava prestes a desistir. As duas notas portuguesas que Reis anexara ao contrato - uma de mil e outra de 500 escudos - não exibiam qualquer indicação do fabricante.

Que situação embaraçosa! Ali estava ele, o portador de um contrato importante e sigiloso, assinado por funcionários portugueses, que se esqueceram de lhe transmitir uma informação extremamente básica: o nome da firma que imprimia as notas. Por que lhe sonegariam tal informação?

Nesse momento, Marang pôs a mão no bolso e sacou sua carteira, da qual retirou outra nota de 500 escudos - com o retrato do grande navegador Vasco da Gama. Na parte inferior da cédula encontrava-se, em letras maiúsculas miúdas e

delicadas, o nome do fabricante:

WATERLOW & SONS LIMITED, LONDRES.

Huijsman afirmou que sua firma não desejava imitar o trabalho da Waterlow & Sons, por dois motivos. Em primeiro lugar, não era ético; e, em segundo lugar, não havia mesmo como copiá-los com perfeição.

Marang refletiu um pouco.

-A Enschedé aceitaria atuar como intermediária para que as notas fossem impressas pela Waterlow? Ainda melhor, sua empresa poderia encomendar as notas à Waterlow e se encarregar de todas as negociações?

-Mas por que o senhor não se dirige diretamente à Waterlow? - indagou Huijsman.

Marang fez uma vaga alusão "às dificuldades inerentes ao controle da impressão de dinheiro" e à maior segurança da operação, caso ela se desenrolasse entre dois fabricantes de papel-moeda. Embora fosse sobrinho de Charles Enschedé, um dos sócios da firma, Huijsman sabia que não tinha autonomia para tomar aquela decisão e precisava consultar seus superiores. Prometeu a Marang que lhe daria a resposta na manhã seguinte.

Em 3 de dezembro, Marang retornou aos escritórios da Enschedé. Huijsman explicou-lhe que a empresa não poderia assumir toda a responsabilidade pelo negócio, mas que talvez pudesse fazer a intermediação. Entregou, então, a Marang uma carta de apresentação a sir William Waterlow da Waterlow & Sons Ltd., de Londres.

Haarlem, 3 de dezembro de 1924

Sir William Waterlow,

Waterlow & Sons Ltd.

Senhor, temos a honra de apresentar-lhe o portador da presente, o sr. K. Marang van Ysselveere, de Haia. De posse de uma encomenda para a impressão de papel-moeda português, o referido cavalheiro nos solicitou que nos encarregássemos da produção dessas notas. Diante da amostra que nos foi apresentada, julgamos que os senhores desempenhariam melhor essa tarefa e, portanto, aconselhamos o sr. Marang van Ysselveere a discutir a questão com os senhores. Acreditamos que seja possível que a encomenda em

questão seja executada pela sua firma, enquanto a entrega das notas teria lugar com a intermediação de nossa empresa. Aguardamos sua opinião a respeito das considerações acima mencionadas.

Atenciosamente,

Joh. Enschedé en Zonen

Marang ficou satisfeito. Para um completo desconhecido, a carta de apresentação da Enschedé era excelente. Agradou-lhe ainda mais a passa gem enigmática, mas facilmente decifrável: "enquanto a entrega das notas teria lugar com a intermediação de nossa empresa' Isso demonstrava claramente que a Enschedé confiava na autenticidade do contrato. Tanto que, se a Waterlow aceitasse a encomenda, a Enschedé esperava receber uma comissão.

De posse da carta, Marang embarcou em seu Winton-Six, onde o chofer o aguardava para retornar a Haia. Em casa, fez as malas às pressas e disse à esposa e ao secretário particular, J.E.T. de Jong, que faria uma importante viagem de negócios a Londres. Telefonou para José na embaixada portuguesa, falou-lhe da carta de apresentação e solicitou-lhe outro documento. Era necessária uma procuração para que pudesse agir em nome de Alves Reis. Afinal, todo o contrato fora feito em nome do comerciante português, não no de Karel Marang. Já haviam discutido a respeito da procuração em Lisboa, e Reis prometera enviá-la por correio.

José mostrou-se abatido:

-A procuração ainda não chegou. E agora, o que faremos?

Marang sabia exatamente o que fazer.

Encerrada a ligação, José convenceu o irmão, o embaixador português, a entregar ao holandês uma carta que, para causar boa impressão, deveria ser escrita no melhor papel que tivesse à disposição. Escrita a mão, a carta, com o selo da embaixada, apresentava os seguintes dizeres:

Eu, abaixo assinado, na condição de embaixador português em Haia, certifico que o portador desta carta, o comerciante holandês Karl Marang van Isselveere, está na posse de uma procuração que lhe foi concedida por Artur Virgilio Alves Reis, engenheiro português, residente em Lisboa.

Haia, 3 de dezembro de 1924

Santos Bandeira

Afinal, eles sabiam que a procuração estava a caminho.

Marang solicitou a seu secretário, De Jong, que lhe fizesse uma reserva no Great Eastern Hotel na City, em Londres. O hotel, próximo à estação de trem da Liverpool Street, era bastante conveniente para os negociantes estrangeiros que visitavam as firmas do centro financeiro. O motorista o conduziu pelos 20 quilômetros rumo à costa holandesa, onde pegou o barco para cruzar o canal até Harwich.

A bordo, Marang recordou a estranha insistência de Alves Reis para que, em hipótese alguma, o fabricante das cédulas originais fosse contatado. No entanto, a preocupação logo se desvaneceu, afinal, a Waterlow não tinha fabricado as duas notas que Reis anexara ao contrato. Ainda assim, Marang se perguntava sobre o porquê de tamanha insistência.

LONDRES, 4 DE DEZEMBRO DE 1924

Whyte Ways, a casa de 18 aposentos dos Waterlow, no subúrbio de Harrow Weald, a noroeste de Londres, fora construída mais à feição das tradicionais casas de campo do que das espúrias construções em estilo Tudor ou gótico que a arquitetura de então revivia. Era uma casa boa e sólida - em completo acordo com seus proprietários.

Aos 53 anos, sir William Alfred Waterlow era, com seus quase dois metros de altura, um homem empertigado e robusto, cuja presença imponente lhe conferia o ar típico dos representantes das classes privilegiadas. O golfe e o tênis o mantinham em forma. Nas quadras, adotava um estilo defensivo. Tinha um saque traiçoeiro e grande habilidade em devolver as bolas mais profundas. Evitava, porém, subir à rede, justamente onde os verdadeiros jogadores se distinguem dos principiantes.

Sua aparência impressionante e a capacidade de memorizar nomes e rostos o ajudaram a subir na vida. Infelizmente, a primeira boa impressão logo desmoronava diante de sua monumental teimosia e insistência em sempre agir à sua maneira. Embora fosse membro do Clube Conservador de Londres e contribuísse com regularidade para os fundos do partido, fracassou na única oportunidade em que concorreu para representar os conservadores no Parlamento. Essa foi uma das poucas decepções que teve na vida.

Antes de sair de Whyte Ways em direção à City, sir William atravessou os jardins que se estendiam por 8 mil metros quadrados e conversou com os jardineiros a respeito dos cuidados que a chegada do inverno exigia. Agora que a Inglaterra tivera o primeiro governo trabalhista de sua história - que durou menos de dez meses -, ele, como muitos outros conservadores, considerava proveitoso apurar "o que os trabalhadores estavam pensando" A dificuldade, sir William logo se deu conta, era o fato de que os trabalhadores com os quais podia conversar - os oito empregados de Whyte Ways ou os 7 mil funcionários da empresa - curiosamente soavam conservadores quando conversavam com ele.

No amplo interior do Daimler, o carro da empresa que o conduzia à City, sir William se informou a respeito dos desdobramentos da divulgação da carta de Zinoviev no fim de outubro, na qual a Terceira Internacional, o braço estrangeiro da Rússia soviética, supostamente incitava os ingleses a aderir à revolução.

Sir William recordava com satisfação o modo firme com que repreendera um diretor da empresa que sugerira que a Waterlow pleiteasse a impressão do papel-moeda soviético, quando o governo trabalhista reconhecesse os comunistas. Natural e apropriadamente, os conservadores denunciaram os tratados com a Rússia e qualquer iniciativa da Waterlow teria sido uma perda de tempo. Sir William, porém, rejeitara a sugestão, pois sabia que os ressabiados russos não confiariam a impressão de sua moeda a capitalistas, do mesmo modo que não confiariam sua notória rede de espionagem a agentes estrangeiros. A relação entre o governo e o fornecedor de papel-moeda era demasiado íntima para suportar as tensões de ideologias opostas. A seu modo de ver, diante da grande inflação monetária que se abatera sobre a Europa, essa relação era semelhante à que existia entre o pecador e o confessor.

Leu um trecho do manuscrito que em breve se publicaria sobre a história da companhia. Nos últimos meses, ele e outros membros da família conversaram a esse respeito - e a respeito da própria família - com John Boon, um velho jornalista contratado para escrever *Under Six Reigns - the House of Waterlow* (Sob seis reinados - a Casa de Waterlow), em comemoração ao 114º aniversário da empresa. Se não lhe faltava a memória, a única firma com uma história mais longa que a sua era a holandesa Enschedé.

Mas por que comemorar o 114º aniversário? O número em si nada tinha de especial. No entanto, o ano de 1925, de acordo com alguns estudos genealógicos, era o 300º aniversário da chegada à Inglaterra do primeiro Waterlow, que escapara da perseguição religiosa no continente. Em 1625, Walran Waterlo, proveniente de Lille, chegou a Canterbury, onde se tornou um tecelão de seda. Mais tarde, os colonos de Canterbury se transferiram para Londres a fim de se

juntar a parentes e amigos que abandonaram a França após a revogação do édito de Nantes, que dera aos huguenotes os mesmos direitos políticos que os católicos.

O primeiro Waterlow a ingressar no ramo de impressão o fez, indiretamente, através do ofício de copista. No início do século XIX, tornou-se escrivão judicial: copiava documentos legais para firmas de advocacia.

Embora árduo, o trabalho era mal-remunerado. Então, em 1811, de acordo com a história oficial dos Waterlow,

sua sorte mudou ao vislumbrar a possibilidade de empregar a litografia e a impressão como substitutos da cópia nas situações que exigissem muitas reproduções de documentos jurídicos, com a conseqüente economia de tempo e dinheiro ... apesar da objeção dos papeleiros, o Almirantado e a magistratura aprovaram a inovação. Ao mesmo tempo, ele ofereceu aos filhos - Alfred, Walter, Sydney e Albert - parte na sociedade....

Em 1844, no auge do desenvolvimento do novo sistema ferroviário, a Waterlow contava com 20 funcionários. Alfred Waterlow entreviu uma grande oportunidade e a agarrou. Ao lado dos irmãos, desenvolveu novos equipamentos e papéis especialmente apropriados para a impressão de horários e bilhetes. As inovações foram um sucesso, e a firma se expandiu mais e mais ao longo das décadas seguintes. As cautelas de ações para as ferrovias e outras corporações limitadas eram impressas aos milhares.

Em 1877, um ano após a morte de seu fundador, James Waterlow, a empresa enfrentou sua primeira dificuldade interna. Os herdeiros romperam a sociedade. O filho mais velho, Alfred, fundou a Waterlow Brothers & Layton, que assumiu boa parte dos antigos contratos de impressão no âmbito jurídico e geral. (Em 1839, Layton tinha se integrado à firma.) Alfred levou para a empresa os três filhos: Alfred, Jr., Herbert e Walter.

A outra empresa, Waterlow & Sons Ltd., foi formada por sir Sydney Waterlow e seus filhos, Philip, George e Charles. Sir Sydney era uma figura pública distinta. Foi xerife, conselheiro municipal e, por fim, prefeito da City, aqueles apinhados 2,5 quilômetros quadrados que constituem o centro financeiro de Londres, também foi membro do Parlamento. Sir Sydney era um inovador - foi responsável, por exemplo, pela concepção e implementação do primeiro sistema de comunicação por telégrafo da polícia londrina - e um filantropo. Fundou a Industrial Dwellings Company (Companhia de Habitação Operária), que construiu 6 mil apartamentos populares em Londres. A firma de sir Sydney assumiu os antigos contratos de impressão de material ferroviário, papel-moeda

e selos estrangeiros que a empresa original produzia desde 1850.

Ambas as ramificações prosperaram e, devido à falta de concorrência direta, conviviam sem maiores atritos. Possivelmente assim se manteriam se o neto de Alfred, William Alfred Waterlow, não chegasse à conclusão, em 1914, de que o negócio de impressão de papel-moeda era, de fato, bastante atraente.

Filho de James Jameson Waterlow, um dos quatro filhos de Alfred, que, por sua vez, era o primogênito do fundador da empresa, William nasceu em 23 de abril de 1871. O pai era o único que não tinha participação ativa na empresa.

James, no entanto, não assistiu ao nascimento de seu segundo filho, pois faleceu poucos meses antes do nascimento de William. Em vista disso, o menino foi praticamente criado na casa do avô paterno, o então presidente da Waterlow Brothers & Layton. O velho Alfred enviou o neto órfão para uma boa escola pública, Marlborough. Mais tarde, foi empregado como aprendiz no escritório do advogado sir Thomas Paine e, em 1896, foi, ele próprio, efetivado como tal. Em menos de um ano, integrou-se aos negócios do avô na Waterlow Brothers & Layton, e passou rapidamente de aprendiz a diretor.

Em 1904, aos 33 anos, William Waterlow casou-se com uma moça de Edimburgo, Adelaide Hay, apenas um ano mais jovem. Conheceram-se durante uma partida de golfe. Dessa agradável união nasceram dois filhos. Devido às raras amizades do marido, Adelaide logo se tornou sua confidente em questões comerciais.

Sua reputação no ramo de impressão se expandiu e, em 1914, tornou-se presidente da Federação dos Mestres Impressores da Grã-Bretanha, após exercer as funções de Mestre da Associação dos Papeleiros, uma das 81 antigas guildas que se espalhavam pelo centro financeiro de Londres.



Sir William Waterlow no hipódromo de Ascot, em 1931, pouco antes de sua morte

Como diretor-gerente, William incrementou as atividades de impressão de papel-moeda estrangeiro na Waterlow Brothers & Layton, muitas vezes tirando clientes da empresa rival dos primos. Estes, no entanto, ficaram verdadeiramente irritados com uma negociação local: a solicitação, feita pelo Tesouro Britânico, de too milhões de notas de uma libra. Confiaram-lhe a encomenda, pois William prometeu entregar os primeiros 4 milhões no prazo de cinco dias. O pedido foi formalizado em 2 de agosto de 1914 - o dia em que a Alemanha declarou guerra à Rússia e foram dadas ordens formais de mobilização na França e na Alemanha.

Em 6 de agosto, com a reabertura dos bancos - o feriado bancário se estendera por três dias em virtude de um decreto oficial-, entraram em circulação 2,5 milhões de novas cédulas, impressas pela firma de sir William em papel de selo postal e não no fino papel de algodão e fibras de linho que, desde 1724, era fornecido ao Banco da Inglaterra. As novas notas eram menores que as usualmente emitidas pelo banco e traziam a assinatura de sir John Bradbury, o secretário permanente do Tesouro. Era inevitável que passassem a ser chamadas de "bradburies".

Alguns banqueiros criticaram as novas cédulas, pois não as julgaram dignas da arte de impressão de papel-moeda. Na pressa de distribuí-los, alguns maços de notas foram embrulhados em folhas inteiras de dinheiro recém-impressas. Ainda assim as notas chegaram aos bancos a tempo e, para uma casa impressora, esse feito fora realmente notável.

Mais tarde, a Waterlow & Layton obteve ainda o contrato para a impressão de milhões de notas de io xelins, mas teve que se contentar em dividir a encomenda com uma empresa concorrente - a Thomas de Ia Rue & Company .

Com o aumento da demanda por papel-moeda, a Waterlow & Layton construiu uma nova fábrica em Watford. Além das notas de uma libra e io xelins, a empresa também era fornecedora dos vários bancos escoceses que tradicionalmente imprimiam suas próprias notas e dos bancos de certos condados ingleses que tinham permissão para emitir o próprio dinheiro - um direito que só seria revogado em 1921.

Em 7 de janeiro de 1919, William Waterlow foi agraciado com o título de Cavaleiro Comendador da Divisão Civil da Ordem do Império Britânico, pelos serviços que ele e sua firma prestaram à Coroa durante a guerra. A honraria era

comparativamente modesta - situava-se abaixo da Grã-Cruz do Cavaleiro e dos Companheiros de Honra, embora acima de outras classes. De qualquer modo, era agora sir William Alfred Waterlow, Cavaleiro do Império Britânico (KBE).

Sob certos aspectos, 1919 foi um mau ano para as honrarias. O pós-guerra rendera títulos demais. Lloyd George, um membro proeminente do gabinete de Asquith, sucedeu-o em dezembro de 1916. Livre de Asquith, Lloyd George provocou um cisma no Partido Liberal. O novo primeiro-ministro sonhava criar seu próprio partido depois da guerra. Na Grã-Bretanha, como nos Estados Unidos, as bases financeiras dos partidos políticos não são muito visíveis. Para angariar fundos, George começou a vender honrarias - a quase todos que pudessem custeá-las. As taxas então vigentes eram de 10 a 12 mil libras [50 a 60 mil dólares] por um título de cavaleiro e 35 a 40 mil libras [175 a 200 mil dólares] por um baronato. Além da promoção de curioso tipo de comércio, que deu vazão a acalorados debates no Parlamento e na Câmara dos Lordes, havia também uma sensação de que muitos títulos concedidos em 1919 agraciavam os combatentes da frente doméstica em detrimento daqueles que serviram na França e no Oriente Próximo. Em 1919, os versos satíricos de um poeta anônimo circularam amplamente por Londres, em particular pelas ruas da City:

The O.B.E.

I knew a man of industry

Who made big bombs for the R.F.C.

And pocketed lots of L.S.D.

And he (thank God) is an O.B.E.

I knew a woman of pedigree,
Who asked some soldiers out to tea,
And said, "Dear me" and "Yes, I see,"
And she (thank God) is an O.B.E.
I knew a fellow of twenty-three
Who got a job with a fat M.P.
Not caring much for the Infantry
And he (thank God) is an O.B.E.
I had a friend, a friend and he
Just held the line for you and me,
And kept the Germans from the sea,
And died – without the O.B.E.

Thank God,

He died without the O.B.E.*

* O O.B.E. (Oficial do Império Britânico, na sigla em inglês). // Conheci um industrial/ Que fornecia bombas para a RFC (Royal Flying Corps)/ Em troca de

muito dinheiro/ E ele (graças a Deus) é um O.B.E. // Conheci uma mulher de estirpe/ Que convidou alguns soldados para o chá/ E dizia "Ai, meu Deus!" e "Sim, entendo"/ E ela (graças a Deus) é uma O.B.E.// Conheci um sujeito de 23 anos/ Que arranjou emprego com um gordo parlamentar/ Pouco se importa com a Infantaria/ E ele (graças a Deus) é um O.B.E.// Tive um amigo, um bom amigo/ Que, em nosso nome, nas linhas de combate/ Rechaçou os alemães que vinham pelo mar/ E morreu - sem o O.B.E./ Graças a Deus,/ Ele morreu sem o O.B.E.

Compreensivelmente sir William se ressentia desses comentários. Quando a guerra eclodiu, tinha 43 anos, mas permaneceu, com uma comissão, como membro ativo da Guarda Nacional da Cidade de Londres. Além dos serviços prestados à Coroa com a impressão de grande volume de notas, então extremamente necessárias, durante o conflito auxiliou o serviço secreto britânico em atividades de impressão que nunca discutiu em público, mas às quais, às vezes, aludia de modo misterioso. Foram serviços de falsificação.

Em 1917, o serviço secreto britânico solicitou a ajuda de Waterlow e Thomas de la Rue para a confecção de selos da Alemanha, da Áustria e da Baviera. Essas falsificações eram coladas a envelopes que continham propaganda, e essas cartas eram postadas nos países apropriados por agentes e indivíduos neutros.

Numa operação ainda mais sigilosa, o serviço secreto requisitou a Waterlow que falsificasse o papel-moeda alemão. Os gravadores de Waterlow ajudaram na elaboração das matrizes, que foram empregadas em serviços realizados numa seção especialmente resguardada das oficinas de impressão do Banco da Inglaterra.

Em vista dos inúmeros serviços, manifestos e sigilosos, prestados à Coroa, era natural que sir William considerasse justo seu título de O.B.E. Definitivamente não fora comprado. Mas isso não impedia que o invejoso primo Edgar, um ano mais velho, afirmasse, de tempos em tempos, como se sentia satisfeito por não ter obtido qualquer honraria no sórdido ano de 1919.

A empresa de sir William obteve a melhor fatia dos negócios de impressão de papel-moeda do período da guerra e tinha toda a intenção de conseguir um pedaço ainda maior do mercado estrangeiro de impressão de moeda, agora que vários novos países haviam sido criados. Isso levou a Waterlow & Sons a negociar uma possível fusão. Não fazia sentido que os dois ramos da família Waterlow se engalfinhassem numa sangrenta guerra de preços, que beneficiaria exclusivamente os concorrentes que não faziam parte da família: de la Rue e Bradbury, Wilkinson.

Nos primeiros meses de 1919, iniciaram-se conversas sigilosas a respeito da fusão, que foram concluídas com um anúncio em 21 de janeiro de 1920. O novo presidente da empresa era sir Philip Waterlow. O cargo de diretor-gerente ficou dividido entre seu filho Edgar e sir William Waterlow. Entretanto, em nome da harmonia familiar - e porque não possuía ações suficientes da Waterlow, Layton - sir William viu-se reduzido a um papel secundário. Naquele momento, ele não tinha dúvida de que o primo de segundo grau, Edgar, seria o sucessor do pai, sir Philip.

Isso não ocorreu, porque a Thomas de la Rue abriu um processo contra a firma recém-reconstituída. Alegava que, por algum tempo - provavelmente desde 1913 -, a de la Rue e a Waterlow & Sons mantinham um acordo secreto com vistas a evitar uma concorrência predatória entre ambas as empresas na disputa pelos serviços de impressão de segurança prestados ao governo britânico. A empresa que obtivesse o contrato repassaria uma porcentagem dos lucros à concorrência. Em inúmeras ocasiões, esses pagamentos foram realizados entre eles. No entanto, aparentemente em 1919 ou 1920, sir Philip Waterlow não fez um repasse à de la Rue, o que resultou na ação impetrada.

Sir William Waterlow ficou particularmente irritado, bem como vários diretores da Waterlow que não tinham conhecimento do acordo secreto. Mas o pior estava por vir. Revelou-se que sir Philip Waterlow vinha embolsando esses pagamentos sigilosos feitos por de la Rue, em vez de depositá-los no caixa da empresa. Sir William, que descobriu esse pecado abominável, não hesitou em levá-lo ao conhecimento dos demais diretores da empresa. Como resultado disso, chegou-se a um acordo amigável com a de la Rue em 10 de abril de 1923, mediante o pagamento de 30 mil libras [então, cerca de 150 mil dólares]. Sir Philip foi substituído na presidência por sir William. Mas por que não Edgar Lutwyche Waterlow, o filho do presidente demissionário? Ao que parece, Edgar sabia dos desvios financeiros patrocinados pelo pai e se manteve em silêncio. Permitiu que a devoção filial se sobrepusesse às obrigações profissionais com os demais diretores da empresa.

Assim, em 9 de novembro de 1923, sir William Waterlow tornou-se presidente e diretor-gerente da Waterlow, com remuneração de 10 mil libras anuais, além do direito a carro, motorista e ajuda de custos. O primo de segundo grau, Edgar, tornou-se o outro co-diretor-gerente, embora sir William agora tivesse a sensação de que não poderia confiar nele nem em alguns diretores que o apoiavam. Depois disso, a Waterlow tornou-se uma empresa dividida nos altos escalões administrativos. Sir William acreditava que Edgar estava à procura de qualquer pretexto para destituí-lo da presidência. Por isso, sir William sabia que muitos assuntos administrativos não poderiam ser compartilhados com o primo.

Enquanto mantivesse os lucros da Waterlow & Sons, poderia contar com o apoio dos demais nove diretores da empresa.

Sir William logo se lançou ao trabalho. Em 1º de janeiro de 1924, a Coroa anunciou que todos os selos postais da Grã-Bretanha seriam impressos pela Waterlow. Poucos meses depois, o presidente anunciava também que a firma assegurara o contrato de impressão do papel-moeda da Letônia. O lucro líquido da empresa saltou de 114.910 libras em 1923 para 198.657 libras [cerca de 1 milhão de dólares] em 1924. Os acionistas e os diretores tinham claro que o novo presidente estava no comando da companhia.

Depois de obter o título de cavaleiro, sir William traçou seu próximo objetivo: a prefeitura de Londres. Talvez Dick Whittington* tenha começado sua escalada política com o auxílio de um gato astucioso, mas a ascensão dos modernos candidatos se dava por meios mais mundanos. Em 1921, sir William foi eleito presidente do Comitê Escolar da Cidade de Londres. Um ano depois, passou a representar Cornhill Ward junto à Câmara de Londres, o que o tornava um dos magistrados da City, uma etapa tradicional na carreira daqueles que pleiteavam a prefeitura.

Sua ascensão foi acompanhada com inveja pelos primos. Quando sir William tornou-se conselheiro municipal em 1922, sir Philip e Edgar Waterlow propuseram, mesquinamente, que o tempo dedicado às obrigações municipais resultasse em dedução proporcional de seu salário. Embora a humilhante discussão que se desenrolou no conselho de diretores o tenha envergonhado profundamente, o salário de sir William, após a votação, não sofreu qualquer redução. Esse assunto nunca mais seria abordado. Ainda que não dedicasse todo o seu tempo à empresa, sir William trouxe-lhe maiores lucros do que os produzidos por sir Philip em regime de dedicação integral. Ademais, como afirmou um dos diretores, embora de trato difícil, o autoritário sir William não era o tipo de homem que embolsava pagamentos ilícitos.



Desde 1866, os escritórios centrais do grande império de impressão dos Waterlow - que incluía oito fábricas grandes - estavam sediados num modesto edifício de quatro andares de tijolos amarelos na estreita Great Winchester Street, no centro financeiro de Londres. Perto do Banco da Inglaterra, da Bolsa de Valores e das sedes das principais companhias de seguro.

Na manhã de 4 de dezembro, Marang afastou-se um pouco do caminho para ir do Great Eastern Hotel até a sede da Waterlow. Aquele pequeno passeio foi uma homenagem à capital financeira mundial. Nas ruas estreitas com nomes antigos - Old Jewry, Cheapside, Poultry, Cornhill, Threadneedle -, observou admirado a correria matinal dos homens de negócios, com seus ternos escuros e chapéus-cocos - e dos corretores da bolsa com suas cartolas de seda. Alguns pareciam personagens dos populares romances de Galsworthy, e muitos outros pareciam saídos das páginas de Dickens.

Ao cruzar a discreta soleira de entrada da sede da Waterlow, Marang levantou o olhar e vislumbrou, no alto, o brasão de fornecedor real. No interior observou empregados e contador trabalhando no amplo escritório do andar térreo. No balcão de informações de madeira lisa, à direita da entrada, um funcionário uniformizado perguntou o que desejava, e Marang entregou-lhe a carta de apresentação de Enschedé para sir William. Em seguida acompanharam-no ao andar superior por uma estreita escada de madeira, que rangia bastante sob seus pés. Num escritório amplo e despretensioso com vista para a Great Winchester Street, Marang foi apresentado a sir William.

Entregou ao presidente o cartão de visita que o identificava como cônsul-geral da Pérsia em Haia, a carta do ministro português em Haia e, por fim, o contrato estabelecido entre Alves Reis e o governo de Angola.

Marang explicou que representava um grupo econômico disposto a auxiliar a província de Angola a superar sua grave crise financeira.

Sir William estava a par da situação, pois acompanhava os infortúnios angolanos através das páginas econômicas do Times. Nos últimos dois anos, a Waterlow imprimira para Angola várias notas de pequeno valor. Os pedidos foram feitos diretamente pela embaixada portuguesa em Londres.

Sir William não entendia português, mas, como possuía algum conhecimento do francês, correu os olhos pelo contrato bilingüe.

Marang explicou que o grupo que representava adiantaria 5 milhões de dólares a Angola e, em troca, o Banco de Portugal lhe permitiria imprimir esse lote especial de papel-moeda. Assim que chegassem à colônia, as cédulas receberiam um carimbo destacado: "ANGOLA"

As duas notas que Alves Reis anexara ao contrato pertenciam à chamada série dos poetas: estampavam os rostos de Luís de Camões, o grande poeta épico português do século XVI, e de João de Deus Ramos, um poeta romântico do século XIX.

Quando viu as duas notas, sir William percebeu que haviam sido feitas para o Banco de Portugal por seu maior rival em Londres, a Bradbury, Wilkinson. Normalmente teria encurtado a conversa com o estrangeiro, aconselhando-o a procurar o escritório do concorrente, que ficava nos arredores. Mas por que entregar ao rival mais um negócio de mão beijada? Talvez pudesse até mesmo afastar de vez a Bradbury, Wilkinson da esfera portuguesa. Assim, sir William recorreu a um delicado subterfúgio.

As notas dos dois poetas, disse ele a Marang, tinham sido feitas por "uma firma de papel-moeda norte-americana' Tecnicamente, era verdade: a Bradbury era uma subsidiária da American Bank Note Company. No entanto, o fato de sir William não ter conhecimento de que a Bradbury imprimia aquelas cédulas portuguesas em Londres equivaleria à General Motors ignorar que a Ford fabricava o Mustang nos Estados Unidos.

Marang perguntou, então, se a Waterlow conseguiria reproduzir as duas notas.

- Provavelmente - afirmou o presidente. - Mas não gostamos de copiar os produtos de outra empresa. Além disso, só o trabalho de gravação exigiria vários meses.

Marang deixara claro que as cédulas deveriam seguir para Angola aos cuidados do novo alto-comissário no fim de fevereiro de 1925.

-É uma pena - continuou sir William - que o senhor não nos tenha trazido uma cédula que fizemos para o Banco de Portugal: a de 500 escudos com a efigie de Vasco da Gama.

Em seguida, solicitou ao secretário que trouxesse um livro de amostras no qual se encontrava a nota de 500 escudos e que chamasse Frederick W. Goodman, o diretor da empresa encarregado da divisão de cédulas estrangeiras. Goodman estava na empresa desde 1881.0 filho, Vivian, também trabalhava ali e ascendera igualmente à diretoria. Ambos apoiavam Waterlow na batalha contra os primos.

De imediato, Marang reconheceu as notas de 500 escudos: era uma cópia daquela que mostrara ao pessoal da Enschedé em Haarlem e que dera ensejo à carta de apresentação à Waterlow. Obviamente, teriam de usar essa nota em vez daquela de mil escudos, de maior denominação e conveniência. Não havia dúvida de que Reis precisaria obter a permissão dos amigos corruptos no Banco de Portugal - que certamente significava que Marang deveria bancar do próprio bolso mais uma propina -, mas não havia outro jeito.

-Sim-afirmou com firmeza. - Esta nota serviria muito bem.

Quando Goodman, que se parecia com o falecido rei Edward III, entrou, sir William apresentou-o a Marang e fez um breve resumo da conversa mantida até aquele momento. Mais uma vez, Marang enfatizou a importância do sigilo de toda a transação, em particular porque, em condições normais, o Banco Ultramarino era a única agência autorizada a emitir dinheiro para as colônias portuguesas. Outro fator complicador, acrescentou, era o fato de que dois irmãos, os Ulrich, atuavam como diretores no Banco de Portugal e no Banco Ultramarino. Por esse motivo, um grupo muito restrito de diretores do Banco de Portugal estava a par dessa transação verdadeiramente sigilosa que tinha como objetivo angariar capital para Angola. Na verdade, somente o presidente e o vice-presidente do banco sabiam a esse respeito.

-De qualquer forma, precisamos da autorização do Banco de Portugal para usar suas matrizes para a impressão das novas notas - explicou sir William.

Isso se arranjará sem dificuldade, respondeu Marang. Na realidade, o secretário pessoal, José Bandeira, irmão do ministro português em Haia, em breve retornaria a Lisboa e obteria a autorização.

-Se for necessário - interveio Goodman -, Romer, nosso representante em Lisboa, poderá auxiliá-los.

Era uma boa idéia, concordou Marang. Talvez as recomendações a Romer pudessem ser enviadas igualmente através de Bandeira. Principalmente era recomendável alertá-lo a respeito do sigilo da questão, e que sua intervenção só se faria necessária no caso de alguma eventualidade.

Ao partir naquela manhã, Marang já sabia quanto 200 mil notas de 500 escudos iam custar: 1,5 mil libras [cerca de 7,5 mil dólares]. Tinha igualmente uma carta de apresentação para Bandeira entregar a Henry Gerard Wolfgang Romer, o representante especial da Waterlow em Lisboa. A carta que sir William ditara para Romer apresentava os detalhes do contrato angolano e salientava o fato de que era necessária a autorização do Banco de Portugal. A carta concluía que sua intervenção

talvez não seja necessária, visto que não temos qualquer envolvimento na transação do sr. Marang van Ysselveere. No entanto, o senhor há de compreender que necessitamos da autorização do Banco de Portugal, que haverá de nos fornecer também a numeração específica a ser impressa nas cédulas.

Goodman leu a carta e concluiu que deveria também escrever a Portugal a fim de esclarecer alguns detalhes a Romer. Frederick Goodman ficara bastante preocupado com a inabilidade de sir William ao afirmar que "não temos qualquer envolvimento na transação do sr. Marang" : Era vital que se mantivesse a Bradbury, Wilkinson distante daquele negócio, principalmente depois de todo o trabalho que a Waterlow tivera para afastá-los. Também era recomendável que Romer não falasse a respeito de preços. Em vista disso, Goodman escreveu:

O sr. Enschedé afirmou ao sr. Marang que as notas anexadas ao contrato foram provavelmente produzidas por nós e, como o senhor obviamente compreenderá, não desejariamos restabelecer quaisquer contatos de nossos predecessores com o Banco de Portugal. Simplesmente dissemos ao sr. Marang que, em vista da aparência das notas e da ausência de identificação visível, julgávamos que fossem de origem norte-americana. ... A questão do preço já foi discutida com o sr. Marang.

Para maior segurança, enviaram a Romer um telegrama criptografado, no qual se esclarecia que uma importante carta estava a caminho e que ele receberia uma visita na segunda de manhã. A mensagem foi encaminhada ao endereço telegráfico de Romer: "Lisboa Energética"

LISBOA, 5 DE DEZEMBRO DE 1924

O próprio Romer escolhera "Lisboa Energética" como seu endereço telegráfico. Soava como algo sólido e sensato; a marca registrada de um representante especial, sempre alerta e pronto a agir. Romer apreciava tanto sua condição de Energético da empresa quanto os códigos empregados nos telegramas. Outro vendedor poderia julgar o procedimento tedioso, mas ele jamais se cansava de lembrar que aquilo era o mais próximo de uma operação militar que se poderia chegar ao mundo dos negócios. Um legítimo Romer sempre se comprazia em lembrar o grandioso passado militar.

Um de seus famosos antepassados, Wolfgang William Romer, servira, aos 18 anos, como engenheiro militar ao príncipe de Orange. Na condição de coronel, acompanhou o príncipe William de Orange à Inglaterra em 1688, e a família Romer se estabeleceu em Berwick-on-Tweed. Wolfgang William tornou-se, então, o primeiro de uma longa linhagem de engenheiros militares britânicos de nome Romer. Projetou as defesas inglesas nas colônias de Boston, Nova York e Barbados e na baía de Portsmouth, na Inglaterra.

Quando morreu, em 1713, seu filho, John Lambertus Romer, edificava

defesas militares ao longo do Tâmesa. Um dos muitos descendentes de John que entrou para a vida militar foi o general-de-divisão Robert Romer. Em 1869, nosso Henry Gerard Wolfgang Romer nascia em Plymouth, na Inglaterra - um dos 11 filhos do general e sua esposa.

Lamentavelmente, quando o general se reformou, com meio soldo, três de seus quatro filhos decidiram não dar continuidade à tradição militar da família. E Henry, que desejava fazê-lo, era fisicamente incapaz, pois, quando criança, perdera a visão do olho esquerdo. Após freqüentar a Reading Grammar School - que equivale, aproximadamente, ao nosso ensino médio - os quatro rapazes partiram para a América do Sul.



H.G.W. Romer, fotografado por volta de 1920

Henry tinha bom ouvido para línguas e, em poucos anos, adquiriu fluência em espanhol e português. Aventurou-se, então, em inúmeros negócios pouco rentáveis na Argentina, no Peru, na Guiana Inglesa e no Brasil. Viajava e vendia: organizou e administrou fazendas, jogou golfe e escreveu artigos de viagem e negócios para o Times, um jornal brasileiro de língua inglesa. Então, em 1913, aos 44 anos, tornou-se representante especial da Waterlow Brothers & Layton, de Londres, no exterior.

Romer provou-se bastante hábil na venda de papel-moeda para a Bolívia e a Costa Rica. Os anos de prosperidade que boa parte da América do Sul vivenciava tinham produzido um nível elevado de inflação. Com isso, os bancos centrais da região tiveram a necessidade de introduzir mais e mais papel-moeda em circulação. Romer assegurou igualmente a impressão de selos postais costarriquenhos e bolivianos.

As Américas do Sul e Central eram mercados particularmente difíceis. Desde que, em 1860, a American Bank Note de Nova York passou a imprimir papel-moeda para Estados ao norte do México, a firma norte-americana conquistou praticamente todo o mercado do continente, afastando outros concorrentes americanos.

Em 1922, sir William Waterlow concluiu que Romer já havia passado longa temporada na América Latina e estava pronto para combater um importante concorrente: a Bradbury, Wilkinson. Embora tivesse sede em Londres, a Bradbury, Wilkinson pertencia, desde 1903, à American Bank Note Company, a mesma firma que impedira Romer de estabelecer um novo marco em suas aventuras comerciais na América do Sul. A fim de ficar quite com a American Bank Note, Waterlow tinha a intenção de roubar um dos mais importantes clientes da Bradbury, Wilkinson - a República de Portugal.

O negócio da venda de dinheiro a governos estrangeiros tinha mudado muito pouco nos 50 anos anteriores. Romer não nos legou nenhum relato detalhado de suas negociações em Lisboa, porém, trinta anos depois, em Londres, outro bem-sucedido vendedor de papel-moeda, que não só conhecera Romer, como também trabalhara para a Waterlow, descreveu como normalmente se desenrolava uma transação como essa:

"A maior parte dos representantes especiais estrangeiros é constituída, de modo conveniente, por escoceses, irlandeses ou norte-americanos. Os ingleses são demasiado arrogantes para exercer essa função, que exige muita flexibilidade e agressividade comercial. Romer era britânico só na certidão de nascimento e sua aparência física definitivamente o afastava do típico inglês. Sua pele era bastante bronzeada, e a longa permanência na América do Sul o tornara exaltado e exagerado na gesticulação. Tais características seriam prejudiciais na Inglaterra, mas extremamente úteis para quem fazia negócios no restante do mundo. Não era um mau sujeito. Até mesmo sua mãe admitiria que não era muito bonito, pois, além do olho imperfeito, tinha tendência a andar um pouco encurvado - uma postura inadequada para uma família de militares. Tinha cerca de 1,75m. Usava um grosso bigode e repartia ao meio os cabelos castanhos. Todavia era ótima companhia de bar e, depois de alguns drinques, abria a

carteira - exatamente como nós - para mostrar as notas que vendera a vários países, tal qual um chefe indígena exibiria seus escalpos.

"Quando Romer foi enviado a Lisboa, as condições de trabalho eram praticamente as mesmas que usufruía na América do Sul. Em primeiro lugar, recebeu uma remuneração especial pelas negociações portuguesas, quer vencesse, quer perdesse ou empatasse. Além disso, todas as despesas em Lisboa eram pagas pela empresa. Tinha um pequeno apartamento no monte Estoril. Tinha um bom casamento: a esposa, os dois filhos e a filha viviam em Streatham, um subúrbio de Londres. O trabalho de representante especial é difícil para a família, mas ganha-se um bom dinheiro: fechado um negócio, recebia uma comissão de 2,5%, às vezes mais. Muitos desses contratos para a produção de papel-moeda envolviam cifras de milhões de dólares.

"Como de costume, a Waterlow mantinha um agente local muito antes da chegada de Romer. Era Robert Andrew Walker, que, embora fosse súdito britânico, era filho de escocês com portuguesa. Walker tinha um pequeno negócio de provisionamento de navios em Lisboa que vendeu grande quantidade de redes de pesca durante a Primeira Guerra Mundial. Tinha, então, cerca de 35 anos e, quando Romer desembarcou em Lisboa, Walker passava por dificuldades. Como muitos agentes, vivia de comissão e, naquela época, depois de 16 anos de serviços prestados à Waterlow, não tinha muito do que se gabar.

"Seu trabalho era essencialmente descobrir que funcionários do governo ou do Banco Central estavam propensos a aceitar suborno ou algum outro tipo de incentivo. Walker e Romer não se deram muito bem, pois Walker acreditava que, por culpa de Romer, haviam perdido um considerável negócio com o Banco Ultramarino, o único banco português autorizado a emitir papel-moeda para as colônias portuguesas. Ao que parece, o negócio tinha sido acordado, mas, antes da assinatura do contrato, Romer referiu-se a ele de modo prematuro. Possivelmente o agente local da Bradbury, Wilkinson o ouviu e repassou a informação ao representante especial da BW, George T. Foxon, que tirou o negócio das mãos da Waterlow. Na verdade, como o Banco Ultramarino era um antigo cliente da Bradbury, a tarefa não deve ter sido muito difícil. Waterlow ganhou um prêmio de consolação - a impressão de algumas notas de pequeno valor para Angola.

"Esse fato naturalmente fez com que Walker se aborresse com Romer. Walker reclamou com sir William Waterlow em Londres, mas, ainda assim, a empresa optou pela manutenção de Romer no cargo. Não se pode esquecer que, tal como hoje, havia apenas 12 ou 15 agentes estrangeiros qualificados para atuar como representantes de companhias de impressão de papel-moeda em todo o

mundo. E não havia muitos, como Romer, que falassem fluentemente o português.

Ademais, não era a primeira vez que um grande negócio escapava das mãos de um representante estrangeiro especial pouco antes da assinatura do contrato. Quando se sabe que um país está aberto ao mercado de papelmoeda, os representantes das empresas que atuam naquela parte do mundo dirigem-se à capital. Antes de deixarem a sede da companhia, estabelecem códigos privados. É necessária uma lista com as pessoas-chave, talvez quatro ou cinco, além de alguns codinomes para os concorrentes que se sabe estarão presentes no local. Os codinomes são necessários, pois presume-se que tentarão comprar cópia de nossos telegramas dos encarregados dos Correios - tal qual nós faremos. Eles vão nos espiar; nós, a eles. Isso não é tão complicado, pois invariavelmente nos hospedamos no mesmo hotel da capital. Somos cordiais e simpáticos uns com os outros, e contamos mentiras entre drinques e, até mesmo, ao jantar. Sempre mantemos nossos documentos trancados a chave, de preferência no cofre do hotel. Para analisar nossos papéis com calma, pedimos ao agente local que telefone para o mais obstinado de nossos concorrentes, para que o mantenha ocupado por 20 minutos, passando-se por um funcionário do Banco Central que precise de alguma informação de vital interesse"

Em outubro de 1922, Romer conseguiu o contrato para imprimir as notas portuguesas, passando a perna na Bradbury, Wilkinson, que imprimira um lote de dez milhões de notas para o governo referentes a um contrato assinado em outubro de 1917.

(Por que Portugal não fabricava seu próprio papel-moeda? Antes da Primeira Guerra Mundial, com efeito, o Banco de Portugal o fazia, mas, durante a guerra, o equipamento de gravação dos números de série em seu maquinário de impressão quebrou, e não havia como substituí-lo. O motivo: os únicos fornecedores eram as principais empresas de impressão que fabricavam e controlavam, por meio de patente, a maior parte dos equipamentos de numeração. Visto que nenhum país imprimiria notas sem números de série, Portugal teve de recorrer às firmas particulares, tal qual estas desejavam.)

"Como Romer conseguiu o contrato de 1922? Não sei quem era o homem-chave aqui, mas nem tudo se resumia a um mero suborno, como é comum nos dias de hoje em alguns dos novos 'países emergentes'. Certa vez fechei um grande contrato com um país do Extremo Oriente. Primeiro apurei que o homem-chave era o presidente do Banco Central do país. Passei um ano tentando descobrir tudo o que pudesse a seu respeito. Enfim descobri que ele costumava se gabar de ser especialista em relações exteriores. Quando soube que visitaria a

Inglaterra, perguntei-lhe se estaria interessado em fazer uma palestra no Instituto de Relações Exteriores de Londres, do qual eu era um antigo membro. Não tive dificuldade em agendar-lhe a palestra, e por isso ficou extremamente grato. Acompanhei-o a Londres e me assegurei que tivéssemos um belo banquete antes da conferência e que a imprensa fizesse ampla cobertura do evento. Providenciei que pudesse freqüentar o clube como sócio temporário, arranjei-lhe ingressos para o teatro e despachei-lhe a bagagem de volta a seu país sem qualquer custo. Atuei como uma espécie de relações públicas e secretário particular ao longo de duas semanas e consegui o contrato - 600 mil libras, que valiam então cerca de 3 milhões de dólares, dos quais recebi 75 mil dólares, fora o reembolso das despesas.

"Mas, antes de obter todas as assinaturas necessárias e receber a informação de que o pagamento havia chegado a Londres, não relaxei sequer um minuto. Muitos contratos vão por água abaixo após o tradicional aperto de mãos.

"Uma firma londrina - não a Waterlow - tentou certa vez tirar do Canadá a American Bank Note, que usufruía uma posição aparentemente invulnerável em Ottawa. Os ingleses acreditavam que algo poderia ser feito. Contrataram um funcionário de um dos mais importantes bancos comerciais da cidade, uma empresa com excelentes contatos canadenses. O sujeito tinha um bom nome e tudo o mais - havia freqüentado boas escolas, integrado um bom regimento, e assim por diante. E, além disso, tinha muita lábia. Seguiu para Ottawa e tudo correu admiravelmente bem. Por fim, numa sexta-feira, soube que tudo estava alinhavado: o contrato seria assinado na segunda-feira seguinte. Então, no sábado à noite, encontrou-se numa festa com a filha do homem-chave. Seduziu-a e levou-a para a cama naquela mesma noite. Devo confessar que isso não era novidade. De algum modo, o pai da garota soube do ocorrido, e obviamente o contrato não foi assinado na segunda-feira. Quando o sujeito foi demitido, convidou-me para tomar um drinque, pois precisava desabafar. O infeliz não conseguia entender por que o homem-chave ficara tão indignado: afinal, a garota o havia provocado.

"Pois bem, um sujeito como Romer, que não tinha freqüentado as melhores escolas nem servido nos melhores regimentos, jamais sairia da linha quando estivesse prestes a fechar um contrato. Talvez depois, mas jamais durante a negociação"



A primeira encomenda que o Banco de Portugal encaminhou a Romer foi pequena: 600 mil notas de 500 escudos com a efígie do grande navegador português do século XV, Vasco da Gama. (Um escudo equivalia, então, a pouco menos que 5 centavos de dólar, de tal modo que cada nota valia cerca de 25 dólares.) No total, o valor do contrato alcançava quase 23 mil dólares, incluindo a taxa suplementar de mil dólares, correspondente ao preparo da marca-d'água, e outros 2,5 mil dólares para a confecção das matrizes.

Embora o contrato contemplasse igualmente a impressão de outras 500 mil notas de mil escudos, esta encomenda nunca chegou a ser feita. Na verdade, Romer assegurara uma fatia do mercado de produção do papelmoeda português com promessas de futuros trabalhos. Em fevereiro de 1924, a Waterlow entregou 400 mil notas ao Banco de Portugal; as demais 200 mil foram enviadas em junho por via marítima.

Depois que todas as partes assinaram o contrato elaborado por Romer em 1922, Frederick W. Goodman, que integrava a direção da Waterlow desde 1906 e era responsável pelo setor de impressão de papel-moeda estrangeiro, julgou que seria adequado um gesto de congratulação mútua. Afinal, a Waterlow tinha conseguido entrar no território da Bradbury, Wilkinson. Em 27 de outubro de 1922, Goodman escreveu aos diretores do Banco de Portugal para expressar

... a extrema apreciação de nosso conselho de administração pela grande honra que nos foi conferida por seu conselho, ao nos confiar a fabricação de seu papel-moeda. Tendo em vista que somos os responsáveis pela fabricação das cédulas do Tesouro britânico, desde a introdução dessa forma de moeda, pareceria extremamente adequado que pudéssemos atuar em idênticas condições junto ao Banco Central de nosso mais antigo aliado; e confiamos sinceramente que o início desse empreendimento seja o prenúncio afortunado de uma relação duradoura e harmoniosa entre nós.

Esse era o costumeiro estilo georgiano que predominava, então, em Londres, e, ao longo dos dois primeiros anos do contrato, as relações entre a Waterlow e o Banco de Portugal foram afáveis e cordiais. Em 5 de fevereiro de 1924, Romer recebeu nova encomenda para outras 200 mil notas de 500 escudos com a estampa de Vasco da Gama. O pedido adicional correspondia a um trabalho de impressão de apenas 6,4 mil dólares, o qual, no entanto, fortaleceria a posição da Waterlow. A fim de garantir todos os trabalhos de impressão de papel-moeda do banco português, a Waterlow sugeriu a Romer que oferecesse alguns incentivos e, em 1º abril de 1924, Romer, em Lisboa, escreveu à instituição uma carta curiosamente premonitória:

Prezados senhores,

Tenho a honra de reiterar, por escrito, a Vossas Senhorias as seguintes considerações, as quais, em várias ocasiões, tive a oportunidade de expressar verbalmente aos mais altos funcionários de sua estimada instituição: na eventualidade de que nos assegurem a totalidade dos serviços de impressão, minha firma propôs disponibilizar, livre de qualquer ônus, as matrizes necessárias para a impressão dessas notas, bem como daquelas que sejam necessárias para a substituição de qualquer uma na eventualidade, que esperamos jamais venha a ocorrer, de alguma espécie de falsificação. (Grifos meus.)

Com a mais elevada estima e consideração,

subscrevo-me

em nome da Waterlow & Sons Ltd.,

Henry G.W. Romer

O diretor do banco recebeu de bom grado o desconto especial e, em 27 de maio de 1924, escreveu à Waterlow para encomendar 500 mil notas de mil escudos, um milhão de notas de 500 escudos e 12 milhões de notas de 5 escudos. O custo de cada lote de notas diminuía de acordo com o valor nominal. Por exemplo, as notas de mil escudos [cerca de 50 dólares] custavam, cada uma, cerca de 3,3 centavos; as de 5 escudos [cerca de 25 centavos], no entanto, menos de um centavo.

Graças à mágica dos bancos centrais, ao abandono do padrão-ouro e aos alquimistas da Waterlow & Sons Ltd., o Banco de Portugal converteria 20 toneladas de aço, 60 toneladas de excelente papel de linho e 80 toneladas de tinta em cerca de 125 milhões de dólares em dinheiro - a um custo total de 575 mil dólares. Esse era, sem dúvida, o melhor negócio do mundo.

Em sua maioria, os termos do contrato reproduziam os dispositivos que, na época, eram padrão nesse tipo de documento.

Os artigos io e ii determinavam a forma de envio das notas, que deveriam seguir

... da empresa ao banco, em condições de uso, em pacotes de mil cédulas, atadas com fita e seladas, cada pacote composto por dez maços de 100 notas cada, igualmente atados por fita. Essas cédulas deverão ser agrupadas em

ordem alfabética das séries, e cada série em ordem numérica de i a 20 mil.

As notas deveriam ser enviadas em duas semanas pelos navios a vapor do Correio Real Inglês, visto que estes eram guarnecidos de caixa-forte especial. Os caixotes de madeira eram forrados com folhas de zinco, com amarras de arame e lacres nas junções. Vinte dias após a chegada do navio, o pagamento se efetuaria em libras esterlinas.

No geral, um ótimo contrato. Romer e Walker receberam as congratulações do escritório de Londres, e sir William Waterlow ficou convencido de que sua campanha para conquistar mais negócios de impressão de papelmoeda estrangeiro fora bem-sucedida.

Do imundo escritório de Walker no distrito comercial, no centro da cidade, Romer tomou um táxi em direção ao Bairro Alto, situado numa colina onde, na rua S. Pedro de Alcântara, uma construção bicentenária abrigava o Clube Real Britânico de Lisboa, espremido em meio à maior congregação de bordéis da cidade. Depois de se livrar do chapéu-coco e do sobretudo cinza, Romer pagou bebidas a vários colegas que confessaram ter organizado uma aposta, na qual a maioria se posicionara contra Romer. Afinal, quase ninguém acreditava que ele seria capaz de roubar o cliente português das mãos de Foxon, da Bradbury, Wilkinson.

Então, na noite de 4 de dezembro de 1924, Romer recebeu um telegrama criptografado da matriz, no qual se lia:

MUITO IMPORTANTE AGUARDAR CARTA AGORA ENVIADA
INFORMO-LHE REUNIÃO MARCADA CAVALHEIRO O PROCURARÁ
NO ESCRITÓRIO DE WALKER AMANHÃ DE MANHÃ EM
PARTICULAR.

WATERLOW

Após conferir o livro-código, enviou a seguinte resposta:

UGORYATWAD AMEVG

Ouseja:

EM REFERÊNCIA TELEGRAMA DIA 4 AGUARDO ENCONTRO.

Voltou, em seguida, para tomar mais alguns drinques no Clube Britânico.

HAIA, 5 DE DEZEMBRO DE 1924

Em seu escritório, Marang estava animado e cheio de otimismo. A visita a Londres, segundo contou a José, tinha sido um sucesso. O contrato havia impressionado Waterlow - assim como o passaporte diplomático - e, agora, só faltava Reis obter a permissão específica junto a seus comparsas no Banco de Portugal para que se pudesse fazer a impressão das notas. Era uma pena que a Waterlow não pudesse produzir as notas de mil escudos, afinal a emissão de um pedaço de papel no valor de 50, em vez de 25 dólares, a um custo de apenas 3,5 centavos, seria duplamente lucrativo. Talvez mais tarde descobrissem uma forma de produzir igualmente as notas de mil escudos.

-Evidentemente-afirmou Marang a José - o senhor não vai procurar esse Romer antes de conversar com Alves Reis. Quanto menos pessoas souberem do acordo, melhor. Basta entregar a Reis a carta endereçada a Romer.

José ficou um pouco ressentido com o tom vagamente condescendente que Marang assumia em relação a ele. No entanto, outro problema o incomodava ainda mais.

-O senhor sabe que Reis não vai gostar disso. Ele disse que o senhor não deveria ir à firma que produzia as notas para o Banco de Portugal.

Marang deu de ombros:

-Mas eu não fui. A Waterlow não produziu as notas dos poetas anexadas ao contrato. Elas foram feitas por outra firma. De acordo com a Waterlow, uma empresa americana.

Naquela noite, José seguiu, a caminho de Portugal, até Paris, onde tomou o Sud Express, que, em 36 horas, alcançava a capital portuguesa.

LISBOA, 7 DE DEZEMBRO DE 1924

José registrou-se no Avenida Palace Hotel e telefonou a Alves Reis para dizer-lhe que trazia grandes notícias. Precisavam se encontrar imediatamente.

Quando Reis chegou ao hotel, José exibiu-lhe com orgulho a carta que sir William solicitara que Marang entregasse a Romer. Em seguida fez um relato detalhado da visita de Marang à Waterlow Não podia compreender por que Reis não compartilhava de seu entusiasmo diante do rumo que as coisas tomaram. Tudo de que precisavam era uma carta de autorização a ser obtida por Reis junto

a seus amigos no Banco de Portugal, e as 200 mil notas - no valor de quase 5 milhões de dólares - seriam tão boas quanto as do banco.

"Graças à minha firmeza mantive a cabeça no lugar"; escreveu Reis mais tarde. Com o intuito de manter o controle, criticou Bandeira e Marang por não terem seguido as recomendações que lhes foram passadas.

"Se meu amigo, o alto-comissário de Angola, desejasse que eu entrasse em contato com a Waterlow, ele o teria dito. O fato de meus amigos não terem anexado essa nota de 500 escudos ao contrato demonstrava que não estavam interessados nesse valor - ou em que a Waterlow as fabricasse. Qualquer idiota perceberia isso!"; acrescentou com desprezo.

Quando José sugeriu que os dois se encontrassem com Romer, Alves Reis disse-lhe que seria fatal introduzir o representante da Waterlow nesse negócio.

-Não, agora nossa única esperança é que eu me encontre com meus amigos do Banco de Portugal e veja o que se pode fazer para dar um jeito nessa confusão.

Na manhã de 9 de dezembro, Reis encontrou-se novamente com José.

-Encontrei-me com o alto-comissário e com Camacho, o presidente do banco. Ambos estão prestes a cancelar todo o negócio. Marang ignorou as ordens que lhe dei. Eles não tinham a menor intenção de envolver a Waterlow nessa negociação. Mas, por fim, consegui acalmar Camacho, que concordou que a autorização solicitada pela Waterlow era natural e apropriada, embora não se dispusesse a trocar qualquer correspondência com o impressor inglês.

-Por quê? - espantou-se José.

-Porque é muito fácil que uma carta se extravie ou que caia nas mãos de algum funcionário do campo e torne pública essa questão sigilosa a respeito de Angola num momento extremamente desfavorável para o aumento do dinheiro em circulação.

Alves Reis não podia confessar a José seus reais motivos. A obtenção de uma carta de autorização à Waterlow, assinada por Camacho, presidente do Banco de Portugal, implicava outra complicada falsificação, para a qual não estava preparado. Talvez pudesse, no entanto, reelaborar o atual contrato de tal modo que Waterlow acreditasse, de fato, ter plena permissão. Talvez Reis pudesse, até mesmo, arrancar mais algum dinheiro de Marang, afinal os credores o pressionavam com grande voracidade.

Naquela tarde, José telegrafou a Marang. Para maior segurança, enviava sempre a mensagem ao irmão, o embaixador em Haia, que encaminhava, então, o texto criptografado a Marang:

CONSIDERE TRANSAÇÃO CONCLUÍDA. EM VEZ DE CARTA DE AUTORIZAÇÃO PODEMOS OBTER CONTRATO TOTALMENTE LEGAL EM NOME DO BANCO ASSINADO PELO PRESIDENTE E UM DIRETOR, ALTO-COMISSÁRIO E REIS. CONTRATO CON CEDE PLENA PERMISSÃO ALTO-COMISSÁRIO PARA PRODUÇÃO PAPEL-MOEDA. PRESIDENTE BANCO JÁ DE ACORDO MAS ASSINATURA OUTRO DIRETOR ESSENCIAL. CUSTARÁ 1 MILHÃO ESCUDOS [50 MIL DÓLARES 100 MIL SEM FALTA MOMENTO ENTREGA CONTRATO QUARTA-FEIRA [10 DE DEZEMBRO] VISTO DIRETOR PARTINDO PARA MADEIRA QUINTA-FEIRA. SE MARANG CONCORDAR TRANSFERIR DINHEIRO. PRESIDENTE BANCO CONSIDERA NEGÓCIO MAL CONDUZIDO LONDRES. PROÍBE DIVULGAÇÃO CONTEÚDO DESTE TELEGRAMA EMPRESA LONDRINA ANTES NOSSA CHEGADA HAIA.

JOSÉ

Em outra parte de Lisboa, Romer começava a ficar preocupado. O visitante que aguardava havia três dias ainda não aparecera. Na noite de 8 de dezembro, telegrafou à Waterlow (endereço telegráfico: IMPRIMERIE, LONDRES).

REFERENTE ÀS CARTAS 3 E 4 CORRENTE CAVALHEIRO NÃO APARECEU. BANCO DE PORTUGAL NÃO TEM NENHUMA RELAÇÃO COM NEGOCIAÇÃO. BANCO ULTRAMARINO É O BANCO QUE CUIDA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS. ENVIAR INSTRUÇÕES.

Mais cedo, naquele mesmo dia, enviara a sir William uma carta longa que expressava, com clareza insolente, sua impaciência e grandes dúvidas:

... são agora 3hio e passei o dia inteiro à espera do sr. Bandeira, que ainda não deu o ar de sua graça!!!

Imagino haver alguma confusão de sua parte a respeito da relação entre o Banco de Portugal e Angola. Ao que me consta, até este momento, o Banco de Portugal jamais imprimiu papel-moeda colonial!! Pelo que sei, o Banco Ultramarino é o único banco a deter o direito de imprimir papel-moeda para as colônias portuguesas....

Estou quase certo de que essas notas não são do Banco de Portugal, mas do Ultramarino. De qualquer modo, visto que ainda não me encontrei com o sr. Bandeira, não posso me posicionar, mas acredito que seja prudente alertá-lo o mais breve possível de que, no meu entender, o senhor está fazendo confusão entre esses dois bancos.

Para alguns presidentes de empresas de impressão de papel-moeda, uma observação tão incisiva seria motivo suficiente para despertar suspeita e levantar dúvidas a respeito do caráter incomum do contrato apresentado pelo desconhecido holandês. Entretanto, sir William era um homem de fibra. Cada um daqueles cinco pontos de exclamação apenas serviu para convencê-lo da incapacidade de compreensão de seu representante. Ademais, a reiterada ênfase na "confusão" que estaria cometendo confirmou a impressão do presidente da Waterlow de que Romer não só era um tolo grosseiro e convencido, mas também um sujeito que deveria ser mantido o mais longe possível de um negócio tão delicado. Na manhã do dia 9 de dezembro, sir William telegrafou a Romer:

SEU TELEGRAMA REVELA POSIÇÃO DISCORDANTE. NÃO FAÇA NADA! NÃO DIGA NADA! AGUARDE VISITA CAVALHEIRO.

Não apenas devolveu a Romer duas de suas cinco impertinentes exclamações, como também deixou claro quem dava as ordens.

Mesmo após receber essa mensagem, Romer não acatou a recomendação. Depois de esperar em vão pelo misterioso Bandeira durante todo o dia, resolveu escrever outra vez a sir William.

Agradeço-lhe o telegrama e, por certo, nada sei a respeito da situação, mas o que de fato sei é que a impressão de papel-moeda para as colônias portuguesas sempre esteve a cargo do Banco Ultramarino e, ao que me consta, o Banco de Portugal não tem qualquer participação nas finanças das colônias portuguesas. Seria necessário um novo acordo com o governo português e a assinatura de um novo decreto que autorizasse o Banco de Portugal a produzir o papel-moeda necessário ao financiamento de qualquer negócio relativo a Angola. Além disso, visto que, neste momento, os jornais aqui em Lisboa discutem amplamente as finanças angolanas e o estado desastroso que atravessa a colônia, creio que o Banco de Portugal jamais consentiria que suas matrizes fossem empregadas por uma colônia portuguesa, cuja economia encontra-se aparentemente num verdadeiro caos.

É evidente que, como ainda não me encontrei com o sr. Bandeira, nada faço ou posso fazer. Tomo, porém, a liberdade de recomendar-lhe cautela na

condução dessa proposta, em vista dos inúmeros acontecimentos de que tenho conhecimento aqui em Lisboa, aos quais não posso me referir por escrito. Não posso deixar, portanto, de encarar o desenlace dessa questão com graves preocupações.

Os indivíduos mais prudentes, em particular aqueles cujas previsões têm um embasamento lógico, representam clara ameaça aos demais e devem ser convenientemente silenciados. Assim sir William o fez em sua carta:

... e precisamos expressar nosso espanto diante do fato de que o senhor não nos julga sabedores de que o Banco Nacional Ultramarino é a instituição que lida com as colônias portuguesas, e nossas cartas, caso as analisasse, demonstrariam que surgiram circunstâncias especiais. Acima de tudo, nenhuma palavra a esse respeito deve chegar ao Banco Ultramarino.

De sua parte, esperamos apenas que, depois de se encontrar com o sr. Bandeira e que este tenha resolvido todas as pendências com o ministro da Fazenda português e os diretores do Banco de Portugal, o senhor salvasse nossos interesses junto ao banco, a fim de obtermos, para a impressão dessas cédulas, a completa autorização para o uso das matrizes, bem como a numeração e as assinaturas que se façam necessárias.

Enquanto Waterlow e Romer trocavam telegramas e cartas, Alves Reis estava ocupado em elaborar um novo contrato que atendessem às exigências de sir William concernentes à autorização do Banco de Portugal para o uso das matrizes das notas de 500 escudos.

Não foi fácil. Antes de mais nada, precisou levar o contrato original, que tinha sido apresentado a Waterlow, novamente ao consulado britânico em Lisboa para ser autenticado. Originalmente, Reis não solicitara a autenticação consular britânica, pois jamais imaginara que uma empresa britânica pudesse imprimir as notas. Essa autenticação consular, datada de 9 de novembro, adicionava-se, então, àquelas dos consulados francês e alemão de 25 de novembro. Se Marang e Hennies observassem tal discrepância, Reis poderia tirar vantagem desse ponto fraco: graças à grande influência de seus amigos, fora capaz de obter as autenticações francesa e alemã em data anterior. Os ingleses, porém, por serem demasiado escrupulosos, não o permitiram.

O novo contrato foi datilografado pelo gerente de Reis, Francisco Ferreira Jr., que servira na África e confiava de modo irrestrito em seu chefe. Apesar disso, a fim de se assegurar, Reis explicou-lhe que as assinaturas do contrato - do presidente do Banco de Portugal, Camacho, e do vice-presidente, Mota Gomes -

seriam adicionadas por eles quando os visitasse em suas residências.

Na verdade, Reis obteve as assinaturas de modo bastante comprometedor, embora, devido às circunstâncias, muito mais apropriado: copiou as assinaturas dos banqueiros, tomando por modelo as que apareciam nas notas portuguesas. A fim de ampliá-las, usou um pantógrafo.

O novo contrato era mais sucinto que o original.

CONTRATO CONFIDENCIAL

Os abaixo-assinados

Banco de Portugal, devidamente representado por seu presidente, Innocência Camacho Rodrigues, e seu diretor, João da Mota Gomes Junior, como primeira Parte Contratante, de um lado, e o governo de Angola, devidamente representado por seu alto-comissário, Francisco da Cunha Rego Chaves, como segunda Parte Contratante, de outro lado, declaram:

Primeiro: que a primeira Parte Contratante autoriza à segunda Parte Contratante que fabrique 200 mil notas bancárias de 500 escudos e 100 mil notas de mil escudos da emissão da primeira Parte Contratante e de acordo com os modelos anexados a este contrato.

Segundo: cada nota bancária exibirá as designações especiais da segunda Parte Contratante, números de série e assinaturas, que serão impressas pela primeira Parte Contratante.

Terceiro: que a segunda Parte Contratante garante à primeira Parte Contratante que concede o privilégio de emissão de papel-moeda em Angola e endossa a Artur Virgílio Alves Reis, engenheiro, casado, todos os poderes assegurados por este contrato no que diz respeito à fabricação de notas e tais poderes e condições serão estabelecidos posteriormente na íntegra no contrato a ser firmado nesta data entre a segunda Parte Contratante e o referido Artur Virgílio Alves Reis.

Elaborado em Lisboa, na Agência-Geral das Colônias, no dia 6 de novembro de 1926, por mim, Delfim Costa, o que certifico. Elaborado e assinado em duplicata, sem que haja outra cópia.

Com a nova falsificação feita e as assinaturas copiadas, Reis então costurou o antigo e o novo contrato com uma comprida agulha de sapateiro e anexou a página das assinaturas notariais extraída do contrato original. Anexou igualmente,

numa folha separada, uma nota de 500 escudos com a efígie de Vasco da Gama, de modo que, caso a Waterlow se recusasse a realizar o trabalho, ele pudesse retirar essa cédula antes de encaminhar o contrato a alguma outra firma impressora.

Com um laque de cera e um brasão português em papel selado oficial, o novo contrato tinha, para José Bandeira, um aspecto ainda mais impressionante. Em 11 de dezembro, depois de ler o mágico contrato pela terceira vez - e em todas as vezes desconsiderou sintomaticamente o fato de que sir William solicitara uma carta do presidente do Banco de Portugal -, Bandeira telegrafou, radiante, a Marang, em Haia:

TEMOS EM MÃOS SUFICIENTE PARA CONCLUIR TRANSAÇÃO.
PARTO SÁBADO [13 DE DEZEMBRO]. NADA DECIDA ANTES DE
NOSSA CHEGADA SEGUNDA-FEIRA. SOLICITE PRESENÇA ADOLF
EM HAIA.

Enquanto José transmitia esse telegrama, Romer, intrigado, escrevia mais uma vez a seu obstinado patrão:

...Agora é meio-dia de quinta-feira e ainda não há qualquer sinal do Sr. Bandeira e, de acordo com os jornais de hoje, a lamentável situação financeira de Angola está sendo bastante comentada.... Ainda sou da mesma opinião, ou seja, de que nada a esse respeito seja feito....

No sábado, 13 de dezembro de 1924, Alves Reis e José Bandeira tomaram o Sud Express em direção a Haia. A era dos transportes aéreos ainda engatinhava. Durante a viagem de 36 horas a Paris, Reis ensaiou mentalmente as cenas que representaria em Haia, bem como inúmeras perguntas que precisaria fazer. José, por sua vez, conversava animadamente sobre seu tema favorito: mulheres.

HAIA, 13 DE DEZEMBRO DE 1924

No encontro no escritório de Marang, Reis deliberadamente não lhes mostrou de imediato o novo contrato. Em primeiro lugar, queria ouvir novamente o relato do encontro de Marang com sir William. No íntimo, nutria o grande respeito que os homens de negócios portugueses têm por seus colegas ingleses e, por isso, ainda não acreditava que pudesse ludibriar uma grande firma inglesa com aquele contrato; preferia que outra casa de impressão, possivelmente alemã, imprimisse as notas.

Com paciência, Hennies explicou mais uma vez por que não era conveniente

recorrer a uma firma alemã e por que ele era a pessoa menos recomendada para fazer esse contato. Finalmente, Hennies e Marang convenceram Reis de que a Waterlow era a melhor opção, e o novo contrato foi-lhes apresentado.

Marang e Hennies leram o documento cuidadosamente e logo perceberam o que José Bandeira deixara passar: aquela não era a carta do presidente do Banco de Portugal, que sir William havia solicitado.

-Mas o contrato é muito melhor que uma carta - argumentou Reis. - Não só concede a autorização à Waterlow, como lhe garante, no futuro, a possibilidade de outra impressão - de notas de mil escudos -, de modo que não seja necessário um novo contrato quando tal impressão se fizer necessária.

Ainda que relutante, Marang concordou. Partiria para Londres no dia 16 e mostraria o novo - e o antigo - contrato a sir William.

Obviamente, Marang e Hennies perceberam as pequenas discrepâncias do documento: o fato de o segundo contrato não conter uma data e o curioso intervalo entre as duas autenticações. No entanto, era como se lessem uma carta de um bom e velho amigo e desconsiderassem que ela trazia uma solicitação casual de empréstimo. Ou como o amante que desconfia, mas que não deseja confirmar suas suspeitas. Mais provavelmente, tinham plena confiança nos contratos e na corrupção escandalosa de Portugal que os tornara possível. As curiosas inconsistências eram meros detalhes. Por certo Marang não teria ido a Londres se não acreditasse na autenticidade dos contratos.

Dois dias depois - após escrever a sir William para avisá-lo de sua chegada -, o motorista de Marang o conduziu a Hook para outra vez atravessar o canal. Marang estava satisfeito com o modo como afinal convencera Reis de que a Waterlow era, de fato, a única firma que poderia produzir aquelas notas.

Na verdade, a única notícia ruim que lhe estragou o dia da partida foi uma curta mensagem que o barão Lehmann lhe enviara de Paris. O embaixador liberiano junto à Terceira República ainda aguardava - com crescente impaciência - o passaporte diplomático liberiano que Mijneer Marang obtivera ilegalmente em 1913.

LONDRES, 17 DE DEZEMBRO DE 1924

Naquela manhã, ao chegar ao escritório de sir William, Marang percebeu uma cordialidade maior do que em sua primeira visita. Quando sir William perguntou

se seu advogado particular, Allan Ernest Messer, poderia analisar os contratos, Marang respondeu que sim, certamente. Sir William sugeriu, então, que o visitante retornasse por volta das 16h.

Como Messer só chegaria à empresa no início daquela tarde, sir William solicitou a um tabelião londrino, Henry A. Woodbridge, que encarregasse seus funcionários de averiguar a correção da tradução francesa e elaborar uma versão dos contratos em inglês. Feito isso, Woodbridge após seu selo notarial e assinou, atestando que as traduções eram "verdadeiras e fidedignas" e que os contratos haviam sido devidamente legalizados e autenticados em Lisboa.

Depois de reler os contratos, Messer, o advogado de sir William, fez algumas ressalvas:

1. Os contratos encontravam-se em ordem errada. O contrato entre o banco e o governo angolano deveria aparecer antes daquele entre o governo e Reis.
2. O contrato entre o governo e Reis é de difícil compreensão, embora isso não fosse essencial.

De passagem, embora considerasse um pouco estranho que o consórcio holandês fizesse um empréstimo de um milhão de libras à empobrecida Angola em troca de um milhão de libras em papel-moeda português sem qualquer lucro adicional, não julgou que isso fosse do interesse da Waterlow

Julgou que os contratos conferiam "autoridade suficiente a Reis para a produção dessas notas e, caso fossem feitas por pessoa por ele autorizada, não haveria motivo para um futuro questionamento por parte do banco"

Além disso, por garantia, sugeriu que "seria conveniente que sir William escrevesse uma carta particular e confidencial ao presidente do Banco de Portugal"; a fim de obter sua expressa autorização. A pedido de sir William, Messer ditou essa carta.

Quando Marang retornou no fim da tarde, sir William leu para ele a carta que enviaria a I. Camacho Rodrigues, presidente do Banco de Portugal.

A carta, que mencionava a visita do sr. Marang, os dois contratos e a procuração que o sr. Reis concedera ao sr. Marang, finalizava com as seguintes palavras:

... O senhor compreenderá que é impossível para um fabricante de papelmoeda imprimir notas bancárias, exceto com a direta autorização do

banco, e, por isso, ficaria bastante grato se o senhor gentilmente me notificasse se, ao aceitar o pedido para a impressão das notas em questão e usar com esse propósito as matrizes correspondentes, temos sua aprovação.

Marang estava completamente de acordo.

-No entanto, a fim de assegurar o sigilo - acrescentou ele -, gostaria que meu secretário, José Bandeira, o irmão do embaixador português, entregasse em mãos a carta ao senhor Camacho Rodrigues.

Sir William aceitou a sugestão. Para demonstrar sua total confiança em Marang e em José Bandeira, solicitou a sua secretária, Alice Shaw, que não selasse o envelope com a carta.

Além disso, enviou o seguinte telegrama a Romer.

REITERAMOS NOVAMENTE NÃO MENCIONAR A NINGUÉM
NEGÓCIO BANDEIRA. ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL.

Naquela noite, ao retornar a Haia, Marang sabia que as novas cédulas seriam tão boas quanto as originais.

HAIA, 18 DE DEZEMBRO DE 1924

Na reunião em seu escritório, a confiança de Marang era contagiante. Somente Reis parecia um pouco incomodado, pois teria de se encontrar novamente com Camacho Rodrigues a fim de resolver o delicado problema da carta de autorização. Na verdade, Reis procurava uma alternativa para a necessidade de forjar mais um documento.

Para disfarçar a ansiedade, fingia analisar mais uma vez os contratos no escritório de Marang. Como contaria mais tarde:

Bati os olhos no reconhecimento cartorial e logo percebi que havia cometido um erro grosseiro na falsificação. A fórmula "Certifico como autêntica a assinatura acima" deveria estar no plural. Será que alguém percebera aquela idiotice? Seria possível que o tabelião e o tradutor de Waterlow não tivessem percebido deslize tão traiçoeiro?

Pedi a Marang o contrato estabelecido entre o governo de Angola e Reis e, mais uma vez, o reconhecimento do cartório encontrava-se no singular. Fiquei furioso comigo mesmo. Meu erro era tamanho, que nada poderia desculpá-lo. Assim, no momento em que um dos funcionários de Marang solicitou sua

presença em outra sala, aproximei-me rapidamente da escrivãinha e, com uma caneta-tinteiro, acrescentei um "s" às palavras "assinatura" e "signatário". Ao perceber a aproximação de Marang, sentei-me rapidamente na poltrona onde antes me encontrava. Fiquei ainda mais abalado. Entreguei os contratos a Marang e sai para almoçar com Hennies no Hotel Central, onde me hospedava. Meu orgulho estava ferido. A fim de esquecer aqueles deslizes, decidi forjar uma carta em nome do presidente do banco, apenas para manter minha mente ocupada.

Minha boa estrela ainda me protegia, e uma mão oculta me ajudava ...

LISBOA, 22 DE DEZEMBRO DE 1924

No Sud Express, Reis começou a se preocupar verdadeiramente com a carta que José entregaria a Camacho Rodrigues. Como poderiam se certificar de que sir William, com a típica eficiência britânica, não enviara cópia da carta pelo correio ao Banco de Portugal?

Em Lisboa, outra coisa começou a preocupá-lo. O ministro das Colônias português apresentou ao Parlamento, sem prévia consulta ao alto-comissário de Angola, uma lei que autorizava empréstimos de 200 milhões de escudos [cerca de 12 milhões de dólares] à empobrecida Angola. O alto-comissário, julgando-se destituído de confiança, renunciou. No entanto, refletindo sobre o assunto, Reis percebeu que a notícia da renúncia em Londres apenas confirmaria a impressão de sir William de que a situação da economia angolana era desesperadora e que o "empréstimo" holandês era a única solução viável.

"O destino"; afirmou mais tarde Reis, "me auxiliava ao convencer a todos que o alto-comissário desejava qualquer tipo de financiamento além daquele que se efetuava através do constante e sigiloso aumento de papelmoeda em circulação - justamente o tipo que eu estava disposto a proporcionar. Se um líder político o fizesse, seria perfeitamente legítimo; se eu o fizesse, então era um crime. Que absurdo!"

A fim de garantir que sir William recebesse a notícia e aplacar seus próprios temores em relação à possibilidade do envio pelo correio de uma cópia da carta, Reis telegrafou a Marang:

ALTO-COMISSÁRIO RENUNCIOU DEVIDO MINISTRO COLÔNIAS
DISCORDAR NOSSA TRANSAÇÃO. CONSIDERO SITUAÇÃO GRAVE.
CASO IMPRESSOR NÃO TENHA ENVIADO POR CORREIO CÓPIA

CARTA ENTREGUE E MANTIVER SIGILO ESTOU CERTO SITUAÇÃO
PODE SER NORMALIZADA.

Além dos temores que não podia compartilhar com seus comparsas, Reis tinha outro de caráter estritamente particular: os credores o pressionavam outra vez. Era hora de apelar novamente a Marang. No dia 24, passou-lhe um telegrama:

NENHUMA ASSINATURA PRESIDENTE ATÉ RECEBIMENTO MIL
LIBRAS. CASO NÃO CHEGUE LOGO ME EXIMO QUALQUER
RESPONSABILIDADE.

Marang sabia que Reis o pegara. Tudo o que tinha sido feito até aquele momento seria inútil sem a carta do presidente do banco. As viagens a Londres, a crescente cordialidade de Waterlow - tudo se perderia, a não ser que pagasse as mil libras adicionais [5 mil dólares]. Que vergonhosa corrupção deve haver em Lisboa!

No dia seguinte, Marang telegrafou a Reis para informar-lhe que, embora a transferência do dinheiro se efetivasse na segunda-feira, dia 28, a carta do presidente deveria estar pronta com antecedência.

Naquele momento, Reis já se ocupava daquele documento tão necessário. Mas como arranjar um papel timbrado do presidente do Banco de Portugal? É simples: basta fazer um, do seguinte modo:

Um parente distante me apresentou ao proprietário de uma pequena casa de impressão.... Em nossa conversa, convenci-o de que lhe encaminharia em breve uma grande encomenda. Prestes a me despedir, mencionei de passagem que meu amigo, o presidente do Banco de Portugal, havia me solicitado que trouxesse de Paris um tanto de papel timbrado e envelopes, mas que, infelizmente, eu tinha me esquecido de fazer a encomenda na capital francesa. Todavia, como bom patriota, eu estava certo de que seria possível fazê-los tão bem - ou melhor - aqui mesmo em Lisboa.

O papel, que tinha sido desenhado por Reis, trazia no alto, à esquerda, os seguintes dizeres:

Banco de Portugal

Gabinete do Presidente

Particular

Alertou ainda ao impressor que redobrasse seus cuidados para que, após o término de seu trabalho, não deixasse folhas espalhadas pela oficina, pois "alguém poderia usá-las de modo indevido" A encomenda custou-lhe 50 escudos ou cerca de 2,5 dólares. Na época, um escudo ainda valia alguma coisa em Portugal.

Para reforçar a ilusão de que a carta era de fato do presidente do banco, Alves Reis decidiu acrescentar o timbre português. (Sem jamais ter visto uma correspondência do Banco de Portugal, não sabia que o austero papel timbrado da instituição desdenhava tais ostentações arrivistas.) O timbre arranjou-se com facilidade. Reis solicitou a um gravador que preparasse o selo para seu clube - o Esporte Clube Português. No centro, haveria o timbre de Portugal e, ao redor, o nome do clube. Depois de alguns dias, Reis o procurou novamente para explicarlhe que houvera uma pequena alteração. Ainda precisava do timbre, mas haviam decidido que o nome seria impresso no momento da confecção do papel timbrado. Reis levou, então, o timbre ao amigo impressor.

Ao receber uma centena de folhas e envelopes com o timbre do presidente, Reis deu início à falsificação. Em vista de seu pouco domínio do inglês, escreveu o texto em português. Ao mesmo tempo, escreveu a mão outra versão da carta, omitindo endereços e palavras comprometedoras, como "papel-moeda". Pediu, então, a um engenheiro de minas, que costumava prestar-lhe serviços de tradução, para verter a carta para o inglês, pois ele não sabia que o Banco de Portugal mantinha sua correspondência com a Waterlow em português. A lembrança do tradutor foi a de estar lidando com alguma espécie de cautela ou recibo de ações.

Em seguida, de modo pouco usual, Reis cumprimentou Waterlow por sua esplêndida cautela:

Embora se deva reconhecer que os contratos apresentados pelos srs. Marang & Collignon sejam documentos suficientemente válidos para isentar qualquer impressor de toda responsabilidade, não posso senão agradecer à sua firma a atenção e o cuidado especial em consultar-me antes de utilizar as matrizes do banco que se encontram em seu poder e tenho a imensa satisfação de informar-lhe que os senhores podem aceitar a encomenda de Marang & Collignon e utilizar as referidas matrizes.

Então, a fim de evitar quaisquer deslizes, como o envio pelo correio de uma eventual carta de Waterlow ao presidente do Banco de Portugal, Reis acrescentou uma prolixa advertência.

Agradeço-lhes, de antemão, a gentileza de tratar diretamente com Marang & Collignon sobre qualquer assunto relativo à impressão das notas ... e, na eventualidade de precisarem de novas informações de minha parte, peço-lhes que uma carta confidencial seja endereçada a Marang & Collignon ou a mim, por intermédio desses senhores, e de forma igualmente confidencial!

Quanto aos detalhes de fabricação, a carta era admiravelmente informal:

As notas devem ser entregues a Marang & Collignon em Londres.

Quanto à numeração, datas, assinaturas etc., das cédulas, os referidos senhores estão autorizados a fazer as notas conforme seu entendimento, ou seja, a providenciar que as notas sejam numeradas, assinadas e impressas por sua firma, ou qualquer outra, conforme sua decisão.

E, por fim, caso alguém na Waterlow estranhasse o fato de que haveria dois lotes similares de cédulas em circulação em Portugal, havia a garantia de que essas notas receberiam posteriormente o carimbo de "ANGOLA".

A assinatura de I. Camacho Rodrigues, presidente do Banco de Portugal, não trouxe maiores dificuldades a Reis, que a copiou de uma nota de 500 escudos.

Em outro papel timbrado do banco, Alves Reis fez nova falsificação. Dessa vez, um recibo no valor de 100 mil escudos [cerca de 5 mil dólares] "assinado" por Mota Gomes, vice-presidente do banco, em agradecimento à propina recebida. O recibo foi enviado por Reis a Marang a fim de comprovar que as mil libras adicionais, que o português solicitara com tanta insistência, tinham sido muito bem empregadas.

José Bandeira chegou a Lisboa em 27 de dezembro de posse das mil libras de Marang, que lhe recomendara diligentemente que não entregasse o dinheiro a Reis até que tivesse em mãos a carta do presidente do Banco de Portugal.

Além do dinheiro tão ansiosamente aguardado, Reis recebeu igualmente uma informação tranquilizadora: Marang telegrafara à Waterlow e recebera a confirmação de sir William de que não enviara ao presidente Camacho uma cópia em papel-carbono da carta entregue a Marang.

Recobrada a confiança, Alves Reis decidiu que era hora de dar o passo seguinte no plano. José era sua cobaia ideal: se, ao longo de uma hora de conversa, visse falhas ou fizesse objeções, o caso estava perdido, pois Marang e Hennies, bem mais perspicazes, perceberiam a artimanha num piscar de olhos.

-As notas deverão circular em Portugal e nos Açores - explicou ele a José.- Devido à renúncia do alto-comissário de Angola, Camacho julgou isso mais apropriado. Por esse motivo, não havia mais a necessidade de assinalar as notas com o carimbo «ANGOLA», como havíamos planejado. Mas, em compensação, precisaremos investir parte do dinheiro em certos empreendimentos angolanos.

Naturalmente, um dos empreendimentos seria a Companhia de Mineração de Angola, com a qual Reis tinha uma íntima relação. Na verdade, uma das condições que impusera era a de que as novas notas fossem usadas para livrá-lo de um investimento desastroso.

Para José, aquela era uma ótima idéia. Telegrafou ao irmão em Haia a fim de informar que estava com a carta do presidente e que entregara o dinheiro a Reis.

Porém havia algo mais. Reis precisaria, num prazo de 10 dias, de outras 1.050 libras, em virtude de uma nota promissória neste valor que venceria em breve. Mais uma vez Reis não podia contar a José ou a qualquer outro membro do grupo o verdadeiro motivo daquele empréstimo. Sem esse dinheiro, não haveria como desvendar a exata combinação de assinaturas dos diretores do banco e a numeração que seriam usadas nas novas notas.

Em Haia, Marang comunicou à Waterlow que em breve receberia a carta do presidente do banco e estaria em Londres em 6 de janeiro, "na confiança de que os senhores disponibilizarão uma parcela de seu tempo para nos receber, a fim de que possamos estabelecer um contrato definitivo.

Marang, porém, não enviou as 1.050 libras a Reis. Por certo desejava pôr fim às demandas insaciáveis daqueles funcionários corruptos! Não, não enviaria mais nem um centavo a Lisboa enquanto não assinasse o contrato de impressão com a Waterlow.

A demora representou terrível provação para Reis, pois, sem o dinheiro, não poderia descobrir o segredo da exata combinação de assinaturas dos diretores do banco e dos números de série que deveriam aparecer nas novas notas.

Em princípio, aquele era um problema elementar de criptoanálise. A dificuldade residia na necessidade de se possuir um número considerável de mensagens codificadas - nesse caso, de notas - para decifrar o mistério.

Auxiliou-o, nessa tarefa, uma cópia do regulamento do Banco de Portugal que tinha comprado da Imprensa Oficial. O artigo 223 determinava que as notas

emitidas pelo banco deveriam ser assinadas pelo presidente ou vice-presidente e um diretor. Além disso, as assinaturas dos diretores se alternariam em cada série, de acordo com seu grau de importância. Outra publicação, o relatório da diretoria do banco, informou-lhe a hierarquia dos diretores, que deveriam se alternar em cada série de 20 mil notas. Isso só seria possível deduzir através da análise de várias notas de 500 escudos, para cuja aquisição necessitava do dinheiro que Marang teimosamente se recusara a enviar, enquanto não tivesse em mãos o contrato da Waterlow.

Em 5 de janeiro, Alves enviou a Marang um telegrama patético e desesperado:

DESCUMPRIMENTO PROMESSA ENVIO DINHEIRO COLOCOU-ME
DIFÍCIL POSIÇÃO. ESTOU OBRIGADO DECLARAR FALÊNCIA
QUALQUER MOMENTO. SUA MESQUINHEZ AMEAÇA TODA
OPERAÇÃO.

Marang ficou impassível: nem um centavo a mais até a assinatura do contrato. Mas não era mera teimosia, afinal o próprio Marang estava à beira da falência.

Capítulo dois: 1925



LONDRES, 6 DE JANEIRO DE 1925

Marang chegara na noite anterior, após uma travessia particularmente difícil. Violentas tempestades e vendavais fustigaram o canal da Mancha e as ilhas Britânicas. O Tâmesa transbordara em várias regiões. A disposição do viajante refletia as condições climáticas. Como pudera se envolver numa aventura financeira para a qual contribuía com boa parte do dinheiro, mas sobre a qual exercia pouco ou nenhum controle? E como se deixara envolver com aquele exaltado português que se encontrava à beira da falência?

Sentiu-se melhor no aconchegante escritório de sir William. A boa acolhida devia-se, em parte, ao próprio anfitrião, que agora depositava confiança ainda maior em seu visitante, em virtude de um relatório deixado sobre sua mesa naquela manhã. Sir William solicitara à Stubbs, uma importante empresa britânica de análise de crédito, se era possível conceder a Marang um empréstimo no valor de 5 mil libras.

O relatório afirmava, em parte:

Esse cavalheiro é proprietário da casa de exportação Marang & Collignon, que exporta basicamente para a Pérsia e o Levante. Consta que seja correto em seus negócios. Atua igualmente como cônsul-geral da Pérsia em Haia.

Além disso, consta que o sr. Marang é homem de recursos. ... Cumpre com regularidade suas obrigações, de modo que suas relações comerciais não sofrem qualquer ressalva. Embora o considerem merecedor de amplo crédito comercial, nossos informantes não podem afirmar haver garantias para um empréstimo no valor mencionado.

Atua igualmente como cônsul da missão diplomática liberiana.

Era, evidentemente, conforme havia concluído sir William, homem de respeito e boa posição. Uma pessoa em quem os governos estrangeiros podiam depositar sua total confiança.

Depois que a carta do presidente do Banco de Portugal foi traduzida a seu pedido, sir William concluiu que estava plenamente autorizado a dar continuidade à encomenda de papel-moeda e, no fim daquela manhã, elaborou um memorando de entendimentos, no qual a Waterlow & Sons Ltd. concordava

em imprimir e entregar à Marang & Collignon 200 mil notas de 500 escudos,

conforme a última emissão enviada ao Banco de Portugal e plenamente de acordo com um dos modelos anexados ao contrato entre o Banco de Portugal e o governo de Angola, datado de 6 de novembro de 1924, exceto os detalhes de numeração, datação e assinaturas, que serão fornecidos pelo Banco de Portugal, por intermédio da Marang & Collignon, no prazo de dez dias....

O custo das notas acima mencionadas será de 1,5 mil libras, e as cédulas serão entregues pela empresa à Marang & Collignon em Londres nas seguintes datas:

10 mil notas em 10 de fevereiro

e

190 mil notas em 28 de fevereiro

O contrato determinava que Marang arcaria com "todas as despesas referentes a embalagem, frete, seguro etc., relacionadas à remessa do dinheiro para Lisboa ou qualquer outra localidade".

Marang entregou a Waterlow um cheque pessoal no valor de 1,5 mil libras, com o cuidado de enviar, em inglês, o seguinte telegrama a Reis:

CONTRATO ASSINADO. PRIMEIRA ENTREGA DE 10.000 UNIDADES EM 10 FEV RESTANTE ATÉ FIM DO MÊS NECESSÁRIOS NÚMEROS DE SÉRIE DENTRO UMA SEMANA.

Ainda assim não enviou o dinheiro que Reis lhe pedira. O cheque entregue a Waterlow tinha aberto um rombo em sua conta bancária. Hennies, que dividia com Marang as despesas daquela empreitada-até então o investimento tinha sido de aproximadamente 40 mil dólares-,teria de providenciar mais dinheiro com urgência.

Marang telegrafou a Hennies para solicitar o envio imediato de 400 libras a Reis. Essa quantia deveria acalmá-lo por algum tempo.



No fim da tarde do dia seguinte, sir William viu o arquivo a respeito de Marang sobre sua mesa e lembrou-se de que prometera escrever ao holandês para transmitir algumas informações solicitadas.

Em resposta à sua solicitação, informo-lhe que as notas de 500 escudos devem respeitar as seguintes medidas: 43/4x7'/zx73/4, com um peso de cerca de alg.

O arquivo continha igualmente a importante carta, em que Camacho Rodrigues dava seu consentimento para o uso das matrizes dos escudos. Por certo era necessário confirmar discretamente o recebimento da carta. Em completo desrespeito às recomendações feitas por Camacho em "sua" carta, sir William decidiu enviar-lhe, por correio, a seguinte mensagem:

Tenho a satisfação de reconhecer o recebimento de sua carta confidencial de 23 de dezembro, de cujos termos tomei conhecimento e pela qual lhe agradeço.

Atenciosamente,

William A. Waterlow

Presidente da Waterlow & Sons Ltd.

A senhorita Shaw, que recebeu a incumbência de enviar a carta num envelope sem o timbre da empresa, assinalou no registro de correspondência o fato de que sir William enviara uma carta ao presidente do Banco de Portugal. Em seguida a colocou entre as demais correspondências a serem remetidas. No fim daquela tarde, após recolhê-la, Jim Ney, o empregado do escritório encarregado de copiar o nome e o endereço nos envelopes, observou que ainda podia alcançar a coleta das 18h30. Depois de colar o selo, levou a correspondência à caixa de correio que havia no saguão principal do prédio da Waterlow.

Em planos bem elaborados, o sucesso ou o fracasso não deveriam depender de detalhes insignificantes como o extravio de uma carta. No entanto a discreta mensagem de sir William jamais chegou ao Banco de Portugal, de modo que Camacho Rodrigues não tomou conhecimento de que enviara uma "carta confidencial" a sir William Waterlow A incrível sorte de Reis não o abandonara.

LISBOA, 13 DE JANEIRO DE 1925

As 1.050 libras enviadas por Marang haviam chegado na véspera, bem como as 400 libras de Hennies, que, por algum motivo, sofreram um atraso. Reis entregou

as 400 libras suplementares a José Bandeira, que regressava a Haia levando a carta de Camacho com os nomes dos diretores do banco e os números de série que deveriam figurar nas novas notas.

Reis fizera às pressas a identificação dos números e da seqüência de nomes. De posse de 100 cédulas de 500 escudos com a efígie de Vasco da Gama que ele e Ferreira, seu funcionário de confiança, obtiveram em várias agências, Reis pôde ter uma boa idéia de como o Banco de Portugal alternava os nomes dos diretores a cada 10 mil notas - na verdade, a cada 20 mil -, embora não tenha se dado conta de que não se numeravam as cédulas além da série IAN. Tampouco descobriu que o banco jamais usava duas vogais juntas, de modo que as séries iAE e IAI foram equivocadamente ordenadas. E não havia W e Y, uma vez que essas letras não integram o alfabeto português.

Mas Reis teve bastante sorte. Em nova carta falsificada de Camacho a Waterlow, perguntava-se à firma de impressão os nomes dos diretores que já figuravam nas matrizes. Waterlow forneceu gentilmente essa lista. Curiosamente sir William não se surpreendeu que os funcionários do banco não soubessem quais eram as matrizes que estavam em sua posse. Do mesmo modo, Marang e Hennies não estranharam que o presidente do banco não tivesse conhecimento de quais matrizes se encontravam de posse da firma que era a própria responsável pela impressão dessas notas.

LONDRES, 10 DE FEVEREIRO DE 1925

Confiante no resultado do empreendimento, Marang passou a noite no Ritz Hotel, em vez de no mais conveniente e modesto Great Eastern, onde se hospedara em sua visita anterior. O primeiro lote de notas - cerca de 20 mil - ficaria pronto naquele dia. O ar inspirava bons augúrios: Londres tinha acabado de comemorar o 400º aniversário de nascimento do célebre navegador Vasco da Gama.

Da sede da Waterlow, Roland S. Springall, assistente de Frederick W. Goodman, o diretor que supervisionava toda a produção de papel-moeda, conduziu Marang a um fabricante de malas nas proximidades e ajudou-o a escolher uma valise de couro resistente para transportar o primeiro lote de dinheiro.

Na fábrica de papel-moeda da Waterlow, em Scrutton Street, depois que as 20 mil notas foram embaladas - 15 mil na valise e 5 mil num pacote à parte, amarrado com arame -, Springall acompanhou Marang num táxi de volta ao Ritz, onde um carregador levou os 45 quilos de dinheiro ao quarto do holandês.

Marang agradeceu efusivamente a Springall e disse que aguardaria com ansiedade seu reencontro em 25 de fevereiro, data da entrega do próximo lote. Springall saiu e, após solicitar que lhe enviassem o almoço, Marang permaneceu em seu quarto, sozinho, a fim de não perder de vista os quase 460 mil dólares que se encontravam na valise e no pacote.

No fim daquela tarde, solicitou um táxi e regressou à estação de Liverpool Street a fim de pegar um trem e depois um barco até Hook, na Holanda.

HAIA, 11 DE FEVEREIRO DE 1925

A manhã estava bastante fria. O motorista de Marang conduziu Reis e Hennies até Hook a fim de saudar Marang e sua valiosa bagagem, que, como sempre, exibia as etiquetas cor de laranja do serviço diplomático. Isso e o fato de possuir um salvo-conduto assinado pelo embaixador português na Holanda livraram Marang da costumeira inspeção na Alfândega. De lá, seguiram rapidamente para a casa de Marang, em Haia.

Os quatro se congratularam. Agora que, afinal, tinham em suas mãos o primeiro lote de cédulas, era o momento de chegar a um acordo sobre como exatamente se faria a partilha do dinheiro.

Na sala de estar, sentaram-se ao redor de uma mesa de mogno. As paredes exibiam reproduções de Rafael e ornamentos em bronze no estilo império sobre quase todos os móveis.



A cédula de 500 escudos da série de 1922, com o retrato de Vasco da Gama e as caravelas. Em letras miúdas, abaixo do número 500, ao centro, vê-se o registro do impressor: "Waterlow & Sons Ltd., Londres": Essa foi uma das notas duplicadas

Reis receava que uma longa e penosa discussão se seguisse, e tinha se preparado para isso. Conforme escreveria mais tarde, inicialmente

havíamos concordado em dividir os lucros em três partes iguais: uma para Reis, outra para Marang e Hennies e a terceira para José Bandeira. ... Agora, Marang propunha que os lucros fossem divididos em quatro partes iguais. Isso significava que Bandeira e eu deveríamos abrir mão de um sexto de nossos lucros em favor de Marang e Hennies. Marang argumentou com firmeza que ele e Hennies arcaram com 1 milhão de escudos [50 mil dólares], que tornara possível toda a operação. Por certo tinham direito a um reembolso de suas despesas antes da divisão dos lucros. O holandês não percebeu que armara para si mesmo uma armadilha.

Eu estava disposto a concordar com Marang e a convencer Bandeira - que havia saído da sala indignado - a aceitar a proposta do holandês. Sim, disse eu, Marang e Hennies tinham direito a um reembolso. Porém, em vista disso, Alves Reis e José Bandeira tinham igualmente o mesmo direito. Agora que a questão fora posta em debate, era importante que soubessem que os "homens" no Banco de Portugal que tornaram possível o contrato desejavam 17 milhões de escudos [cerca de 850 mil dólares] por sua "cooperação": Marang ficou sem saída e teve de aceitar.

Marang se viu obrigado a concordar, pois a alternativa era inadmissível. Se Alves Reis não tivesse prometido uma propina tão generosa aos funcionários do banco, isso implicaria que eles não teriam lhe entregado os contratos e as esplêndidas cartas de confirmação. Não, não valia sequer pensar no assunto. A conclusão lógica de tal raciocínio era demasiado amedrontadora para ser contemplada ainda que por uma fração de segundo.

Um pouco mais calmo, Marang redigiu em francês o que denominou de "petit contract":

Os abaixo-assinados, Artur Alves Reis, José Bandeira, Adolf Hennies e Karel Marang concordaram que os lucros resultantes do empréstimo que fizeram ao governo de Angola serão divididos entre eles após a dedução das despesas feitas por cada um, de modo que cada qual receba 25% do lucro líquido. Dos futuros dividendos, o primeiro a ser pago será Marang: 1 milhão de escudos

[cerca de 50 mil dólares] por todas as despesas com que arcou até o momento. Em seguida, Alves Reis receberá 17 milhões de escudos [cerca de 850 mil dólares] referentes às despesas e às dívidas em que incorreu. O restante será dividido em quatro partes iguais entre as partes deste contrato.

Assinado em ii de fevereiro de 1925.

Com a assinatura do contrato, algumas convenções fictícias podiam ser descartadas. Obviamente não haveria qualquer empréstimo de 5 milhões de dólares à desamparada Angola.

Expansivo, Reis lembrou a seus companheiros que havia certas obrigações de que não poderiam esquecer: ele prometera a seus amigos no Banco de Portugal que boa parte dos lucros seria investida em certos empreendimentos angolanos que definitivamente, em sua opinião, trariam enormes vantagens. Angola precisava de ajuda, e Alves Reis, por sua vez, imbuído de sentimento patriótico, estava determinado a garantir-lhe generosa assistência.

Em relação à distribuição das notas, ela seria feita sob sua supervisão, uma vez que todos concordaram que tinha mais conhecimento a esse respeito. Ele e seus funcionários, sozinhos, seriam capazes de fazer quase tudo, mas de tempos em tempos ele recorreria ao auxílio de seus companheiros.

Naquela noite, planejaram as ações a serem tomadas de imediato. Num primeiro momento, Reis e Hennies seguiriam para Lisboa sem as notas, a fim de ter certeza de que tudo corria bem e de que nenhum obstáculo surgira no Banco de Portugal. Se tudo estivesse em ordem, conforme sua expectativa, eles telegrafariam a Marang e José e avisariam a eles que levassem o dinheiro. Estes últimos aguardariam o telegrama no Hotel Claridge, em Paris - que já havia se transformado num de seus inúmeros quartéis-generais.

Quando Reis e Hennies embarcavam, naquela noite, no trem para Paris, Hennies viu o jogo de malas com as iniciais de seu companheiro de viagem e meneou a cabeça.

Que imprudência, essas iniciais! - disse.

Reis ficou intrigado:

-O que há de errado com elas?

-Meu amigo - disse Hennies, das profundezas de sua experiência no serviço secreto alemão -, talvez chegue um momento em que não vai desejar ser

identificado pelas iniciais em sua bagagem. O homem experiente viaja o mais anonimamente possível.

Reis agradeceu-lhe o conselho com um sorriso educado, mas nada disse. De agora em diante, o anonimato seria a menor de suas preocupações. Portugal estava praticamente a seus pés.

LISBOA, 16 DE FEVEREIRO DE 1925

Marang e Bandeira chegaram com o dinheiro na véspera, um domingo. Não houve quaisquer dificuldades em Vilar Formoso, um agradável vilarejo na fronteira com a Espanha, o ponto onde o Sud Express entra em Portugal. As prerrogativas diplomáticas - o cartão cor de laranja de José e os dois passaportes de Marang, da Pérsia e da Libéria, e as recém-criadas etiquetas oficiais da bagagem - abriram o caminho com facilidade. Marang nem mesmo precisou mostrar o salvo-conduto, assinado por Antônio Bandeira, o ministro português em Haia, datado de 12 de fevereiro de 1925:

O abaixo-assinado, ministro português na Holanda, recomenda às autoridades portuguesas o portador deste documento, o sr. K. Marang van Ysselveere, que segue para Portugal em missão oficial, e solicita que lhe sejam asseguradas as habituais comodidades previstas na lei.

Reis refletiu bastante sobre a melhor maneira de pôr as notas de 500 escudos em circulação de modo seguro e com o máximo de lucro. A única forma, concluiu ele, seria entrar no mercado paralelo de câmbio.

Como alguns países europeus cujas moedas não eram conversíveis em ouro, Portugal tinha um amplo mercado ilegal, onde se realizavam operações de compra e venda com taxas acima dos valores oficiais. Os negociantes, particularmente os exportadores de vinho do Porto, preferiam uma moeda forte, dólar ou libra esterlina, para os depósitos em suas contas no exterior, no lugar do fraco escudo.

O centro das transações do mercado paralelo era o Porto, cidade de pedra cinzenta e escura, no norte do país. O Porto sempre foi mais sombrio que Lisboa e muito mais comercial. Num dia chuvoso - e há muitos assim no Porto - tem-se a impressão de que se está em Birmingham, na Inglaterra. Talvez o clima e o ambiente cinzento levassem um número desproporcional de portugueses do norte a migrar para a América, o Brasil e, até mesmo, a Grã-Bretanha.

No cemitério da vila de Moura, no norte de Portugal, encontra-se a lápide de um morador que "morreu de rir". Centenas de milhares de outros portugueses riram somente depois de abandonar Portugal em busca de oportunidades em outras terras. À medida que prosperavam nos Estados Unidos e no Brasil, enviavam dinheiro para suas famílias e parentes próximos em Portugal. Quando os dólares, os mil-réis e as libras chegavam ao norte do país, os beneficiários freqüentemente procuravam cambistas a fim de obter melhor taxa de conversão. O ágio no mercado negro podia chegar a 20% sobre a taxa oficial, mas, em geral, girava em torno de 8 a 10%. Além da moeda estrangeira e dos cheques administrativos emitidos por bancos do exterior, havia também o comércio das permissões para a aquisição de moeda estrangeira no mercado oficial, cujo preço variava conforme o ágio entre o paralelo e o oficial.

Reis e Ferreira, seu gerente de confiança, rapidamente recrutaram um grupo de cambistas, conhecidos como "zangões", que atuavam no mercado negro. Prometeram-lhes 2% de comissão em todas as transações realizadas e a cada um entregaram um lote de 500 mil escudos nas novíssimas notas de 500 escudos. Reis levou-os à estação de Lisboa a fim de que seguissem para o Porto no trem noturno das oito horas. Confiava em todos os homens que escolhera, porém, por garantia, pediu que Ferreira os acompanhasse.

Nos dois primeiros dias no Porto, o grupo adquiriu - com o pagamento de bonificações um pouco acima dos preços do mercado negro - cerca de 23 mil libras [115 mil dólares] em troca das notas de 500 escudos. Depois de acertar suas comissões diárias, Ferreira transferia de imediato os valores em moeda forte para contas especiais abertas por Reis.

Outro método para passar adiante as novas notas era ainda mais simples: Reis e seus ajudantes abriram dezenas de contas em bancos do Porto e de Lisboa, nas quais depositavam as novas notas de 500 escudos e, após alguns dias, realizavam uma série de retiradas. Inúmeras vezes faziam igualmente depósitos em agências dos bancos de Lisboa e do Porto em cidades pequenas. Depois de alguns dias, sacavam o dinheiro nas agências centrais dessas duas grandes cidades.

No primeiro dia, ao chegar ao Porto, um dos cambistas agiu com prudência. Foi ao banco trocar uma de suas notas de 500 escudos por cédulas de menor valor. Caso estivesse negociando com notas falsas, desejava saber de imediato. O caixa do banco examinou a nova nota minuciosamente e trocou-a por cédulas menores, com um leve aceno de cabeça. Os caixas portugueses nunca sorriem.

Outro agente de Reis enfrentou um pouco mais de dificuldade. Adriano Silva, que operava em Braga, outro ponto importante de origem de emigrantes, era um

pouco menos cuidadoso. Simplesmente depositava o dinheiro numa conta em Braga, no Banco do Minho, em vez de distribuí-lo por várias contas distintas. Intrigado, o gerente do banco, que lembrava vagamente que Silva fora preso certa vez por desfalque, enviou duas das novas notas de Soo escudos para o Banco de Portugal de Lisboa, com um histórico de Silva. O banco devolveu as notas com um breve comentário: as notas são excelentes e podem ser distribuídas sem receio.

Um dos empregados do banco contou isso a Silva, e este, por sua vez, correu para Lisboa a fim de informar seu chefe. Embora tenha ficado naturalmente satisfeito com o comentário do Banco de Portugal a respeito das novas notas, Alves Reis achou que talvez fosse a hora de se posicionar para defender a honra e a dignidade de seu agente. (Honra e dignidade costumam andar lado a lado em Portugal, a ponto de se comportarem praticamente como um único vocábulo.)

Como posteriormente narrou Reis:

O episódio me incomodou mais do que Silva jamais pôde imaginar. Eu começava a ser "alguém", e rapidamente me tornava um dos maiores depositantes do Banco do Minho. [No final de fevereiro, a Alves Reis Ltd. tinha cerca de 125 mil dólares depositados em várias agências do banco.] Na sede do banco, no Porto, saudavam-me com grande deferência. Expus friamente o caso e deplorei que tivessem manchado a honra e a dignidade de Silva, que era meu agente de maior confiança. Desculpavam-se com profusão, e Silva, que estava presente, recebeu a reparação moral que lhe era devida. Naturalmente, Silva relatou o fato aos demais cambistas que trabalhavam para mim. Se havia alguma dúvida a respeito de toda a transação, ela se dissipou naquele momento. Agora sabiam que trabalhavam para um homem com importantes relações.

LISBOA, 1º- DE MARÇO DE 1925

Marang e José Bandeira trouxeram sem incidentes o segundo lote de notas. Dessa vez, havia 30 mil cédulas, no valor aproximado de 700 mil dólares. Springall conduziu Marang ao mesmo fabricante a que recorreram da primeira vez e encomendou duas maletas de couro para carregar as notas, que pesavam cerca de 70 quilos.

As despesas de Marang foram pagas por Reis, e o dinheiro, transferido para a conta do holandês em Haia. Marang, porém, estava ainda mais satisfeito por saber que sua própria honra e dignidade estavam prestes a ser apreciadas de

forma gloriosa. Além do dinheiro, trouxera com ele uma autorização da Cruz Vermelha Holandesa para representá-la na celebração do 600 aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa. E também inúmeros presentes da Cruz Vermelha Holandesa que entregaria, em 1º de março, ao presidente da República de Portugal, Teixeira Gomes.

Depois de acertada com Reis a questão do dinheiro, Marang retirou-se para seu quarto no Avenida Palace Hotel a fim de ensaiar o discurso que proferiria no domingo - e saborear a futura reparação.

Em 1922, no momento da celebração do 400º aniversário da circunavegação do globo por Fernão de Magalhães, Marang se empenhara diligentemente em Haia para ser indicado, ao lado de Piet Wattel, igualmente ávido por honrarias, como representante da Sociedade Holandesa de Geografia nos jantares comemorativos em Madri e Lisboa. No entanto, suas intenções foram frustradas pela áspera objeção de Antônio Santos Bandeira, o ministro português na Holanda, que alertou o Ministério do Exterior em Lisboa que

os senhores Marang e Wattel, dois negociantes holandeses a caminho de Lisboa, expressarão o desejo do governo de seu país de que várias personalidades recebam comendas portuguesas, em troca de condecorações holandesas. Tudo isso não passa de um estratagem a dos dois negociantes, que não gozam aqui do menor apreço ou posição. Os dois não estão, direta ou indiretamente, autorizados a falar em nome de quem quer que seja neste país e estão unicamente dispostos a explorar para fins pessoais a representação do Comitê de Magalhães, do qual, a seu próprio pedido, são meros integrantes. Ambos pertencem à classe de pequenos comerciantes. Marang fez pequena fortuna durante a guerra e, desde então, intitula-se Marang de Ysselveere. Wattel tem a fama, talvez infundada, de devotar grande parte do tempo à aquisição de títulos e honrarias para novos-ricos.

Visto que a diplomacia é o exercício extremo da flexibilidade, Antônio Bandeira se tornara agora colaborador e, até mesmo, amigo de Marang em decorrência da operação das notas. Quando desembarcou dessa vez em Lisboa, Marang era obviamente o legítimo e honrado representante da Cruz Vermelha Holandesa, graças à intervenção de Bandeira.

No domingo, a cerimônia encaminhou-se a contento, e o discurso de Marang - em francês - foi bem recebido. Ele presenteou a Cruz Vermelha Portuguesa com uma placa de prata do príncipe Henrique da Holanda, consorte da rainha Guilhermina. No mundo sombrio em que se originam e se distribuem honrarias, a reciprocidade é uma palavra de ordem. Assim, Karel Marang foi agraciado

com a Placa de Honra, a maior condecoração da Cruz Vermelha Portuguesa, e com a própria Ordem de Cristo do governo português, para a qual foi indicado por um político local chamado Barbosa de Magalhães. A última comenda trouxe imensa satisfação a Marang: ela lhe assegurava o direito de usar uma fita vermelha e branca na lapela do paletó. A listra branca era tão fina que a fita se assemelhava, quando inserida de modo apropriado, à da Legião de Honra francesa, uma distinção que havia muito Marang cobiçava.

Para completar os prazeres decorrentes desse esplêndido dia, um jornal local publicou uma fotografia de Marang no momento em que recebia a Ordem de Cristo - identificando-o, por engano, como o príncipe Henrique da Holanda. Marang não perdeu a oportunidade de enviar vários recortes de jornal sobre o evento para o céptico barão Lehmann, o embaixador da Libéria, em Paris. Ainda assim Marang não devolveu o passaporte diplomático que lhe fora inúmeras vezes solicitado pelo correio.

Como parte das festividades promovidas pela Cruz Vermelha Portuguesa, o ministro dos Correios e Telégrafos apresentou uma bela série de selos comemorativos, impressos pela Waterlow & Sons. Quando as fotos da cerimônia apareceram nos jornais de Lisboa, Robert Walker, o representante local da Waterlow, enviou um recorte para a sede da empresa, em Londres. Sir William estudou cuidadosamente as fotos e ficou satisfeito ao reconhecer o rosto de seu atual cliente, Karel Marang, que parecia portar algum tipo de comenda, próximo ao presidente de Portugal.

No final das contas, o mês de março de 1925 foi bastante favorável à renovação da honra e da dignidade dos integrantes da quadrilha. Agora que o dinheiro fluía em abundância, chegara a vez do próprio Alves Reis. O português estava ávido por uma reparação moral. O cheiro da prisão e a mancha do fracasso precisavam ser eliminados de uma vez por todas. "Nenhum homem é suficientemente rico para resgatar o passado", lamentou certa vez Oscar Wilde. No entanto, ele não era tão rico nem tão poderoso quanto Alves Reis estava prestes a se tornar. Com as armas apropriadas, um homem determinado poderia reconstruir o passado.

Agora Alves Reis contemplava, exultante, sua iminente reabilitação. Tinha de lavar a nódoa que impregnara seu nome por culpa dos diretores traiçoeiros da Ambaca, que o levaram à prisão. Com o propósito de recuperar o controle acionário, gastou 2 milhões de escudos [cerca de 92 mil dólares] - cuja impressão lhe custara somente 144 dólares - para adquirir as ações. Sabia que não tinham muito valor, mas ansiava loucamente pelo prazer de tornar a ser acionista majoritário e destituir os antigos colegas da direção da empresa.

Todavia ainda não estava preparado para o confronto final, que ocorreria em maio, quando os diretores da Ambaca deveriam se reunir.

LISBOA, 15 DE ABRIL DE 1925

O dinheiro afluía. Reis agora precisava mostrar a Lisboa o grande homem em que se transformara. Comprou uma bela mansão de quatro andares, conhecida localmente como Menino d'Ouro. Embora adornada com madeiras brasileiras raras, do ponto de vista de Reis, a maior qualidade da casa era o cofre, oculto engenhosamente sob o assoalho da biblioteca. O nome inusitado era decorrência de um casal de portugueses que enriquecera no Brasil. Sem filhos, o casal rezava para a Virgem: caso lhes concedesse a graça de uma criança, eles a agradeceriam com seu peso em ouro quando ela fizesse um ano. Aos 41 anos, a mulher ficou grávida e deu à luz um menino saudável. No dia do primeiro aniversário do garoto, doaram o ouro, quase iokg, à Igreja.

Segundo os supersticiosos, aquela casa também era amaldiçoada. Dizia-se que a Inquisição tinha utilizado seus jardins para o sepultamento de suas vítimas. De fato, quando Reis mandou construir uma garagem para abrigar seu Hispano-Suiza novo, os pedreiros desenterraram muitas ossadas antigas.

O português adquiriu a mansão por um milhão de escudos [50 mil dólares] e gastou outros 25 mil para decorá-la. Nas joalherias do Porto e de Lisboa, comprou 50 mil dólares de jóias para a esposa, incluindo um colar com 399 pérolas, brinços de diamantes, broches, braceletes, oito anéis de diamante, um binóculo de teatro com armação de platina, e outro, para a noite, com a armação de platina cravejada de brilhantes.

Nesse mês de prosperidade florescente, houve apenas um momento de perigo. Hennies se ofereceu para levar uma das remessas de notas a Lisboa. Como adido comercial da delegação liberiana, possuía passaporte diplomático bem mais recente do que o de Marang.

Conforme mais tarde se recordaria Reis, Hennies levava cerca de 40 mil cédulas no valor de 20 milhões de escudos [um milhão de dólares].

Eu o vi encaminhar-se ao balcão da aduana, mas o chefe da Alfândega decidiu ignorar a imunidade diplomática que o passaporte liberiano concedia a Hennies. A situação era grave e o nervosismo do alemão era evidente. Se o chefe da Alfândega insistisse em abrir a mala, ficaríamos todos em maus lençóis. Intercedi junto ao funcionário afirmando que a bagagem se

encontrava em trânsito a caminho e que seria transportada, no dia seguinte, para o posto alfandegário de Santos, o cais de embarque em Lisboa.

Deixamos a mala ali fechada e levei Hennies para um jantar de boas-vindas no Avenida Palace, tendo o cuidado de não demonstrar a menor preocupação. Disse-lhe que meu amigo Camacho Rodrigues, presidente do Banco de Portugal, tomaria as devidas providências. No dia seguinte, retornei ao posto da Alfândega na estação do Rossio e felizmente deparei com outro chefe de plantão. Cumprimentei-o com afabilidade e descrevi as dificuldades que seu colega impusera ao diplomata Hennies no dia anterior.

"Embora o episódio não seja de maior importância, como bem o sabe", disse-lhe eu, "o senhor sabe como esses diplomatas são zelosos de seus privilégios. Hennies estava disposto a levar, ainda hoje, seu protesto ao Ministério do Exterior e, é claro, precisava de um paletó e de calças listradas que se encontravam na mala." Peguei, então, um elegante porta-chaves de couro de crocodilo com friso de ouro, como se estivesse pronto a abrir a mala para pegar as peças de roupa. Ao contrário de seu colega no dia anterior, o oficial da Alfândega foi extremamente gentil. Lamentou o engano que, com certeza, o outro funcionário cometera. Ele estava certo de que não havia qualquer objeção à liberação da bagagem mediante a apresentação do passaporte diplomático. Acorri ao Avenida Palace e disse a Hennies que meu amigo Camacho tinha conseguido liberar a mala. Bastava apresentar o passaporte diplomático. Encarreguei Ferreira, meu funcionário, de ir ao posto da Alfândega com o passaporte de Hennies, e a mala foi, então, liberada. O alemão pôde confirmar, mais uma vez, quão íntimas eram minhas relações com as autoridades portuguesas.

Agora, a quadrilha tinha 70 mil cédulas em circulação no valor de quase 1,75 milhão de dólares. Era necessário, o mais rapidamente possível, trocar essas notas por libras, dólares e francos.

Com tamanha injeção de moeda na moribunda economia portuguesa, a desconfiança foi inevitável: Cuidado! Há notas falsas de 500 escudos por toda parte!

Sempre que recebiam um maço de notas de 500 escudos, os bancos de Lisboa e do Porto as enviavam sem demora ao Banco de Portugal para averiguar a legitimidade. Era comum que os comerciantes relutassem muito em receber as notas de 500 escudos. Em algumas regiões, os negócios ficaram parados, pois os vendedores não mais as aceitavam.

O Banco de Portugal naturalmente examinava as notas assim que chegavam. José Armando Pedroso, o renomado especialista em falsificações, conferia e reconferia as cédulas suspeitas. Ele as media, ampliava-as para melhor visualização, analisava-lhes a tinta e as cheirava. O veredicto era firme e incontestável: as notas eram perfeitas.

O banco enviou circulares discretas a seus correspondentes em todas as partes do país: os rumores acerca de falsificações das notas de 500 escudos eram totalmente infundados. Nenhuma falsificação fora identificada pelo banco.

Ainda assim, os rumores aumentavam. Em Lisboa, alguns gaiatos sugeriam que as novas notas de 500 escudos fossem examinadas pelo elefante: ele saberia. O zoológico de Lisboa tinha um elefante capaz de distinguir moedas de prata e de cobre. As de cobre que lhe eram oferecidas ele as arremessava com a tromba na vala que o mantinha isolado em sua ilha. As de prata, porém, guardava numa caixa, num ponto distante de seus domínios, e puxava um sino por uma corda a fim de que o tratador lhe trouxesse um feixe de capim - em troca da moeda.

Quando as pessoas começaram a fazer troça sobre o dinheiro, Alves Reis soube que era a hora de fazer uma parada estratégica.

Suspendi as transações com as notas. Informei a meus funcionários de confiança que o temor popular a respeito das notas chegara ao Banco de Portugal, e meus amigos Camacho e Gomes [presidente e vice-presidente] recomendaram cautela e discrição.

No fim da tarde de 15 de abril, Reis recebeu a visita de vários amigos negociantes que o alertaram de que havia muitas notas de 500 escudos falsas em circulação. Reis agradeceu-lhes o aviso e acrescentou, divertido: é como diz o velho ditado, "mais vale amigo na praça que dinheiro em caixa"

Talvez fosse prudente dar ouvidos àquele conselho. Além disso, Alves Reis estava pronto para a próxima etapa de seu plano. Chegara a hora de reunir seus cúmplices em Paris para informar-lhes o que aconteceria em seguida. Solicitou a seus funcionários que enviassem telegramas a Hennies, em Berlim, e a Bandeira e Marang, em Haia. Em todas as mensagens, os mesmos dizeres:

ENCONTRO MUITO IMPORTANTE CLARIDGE PARIS 29 ABRIL.

Contou a seus funcionários que estava na iminência de fechar alguns negócios relativos a trigo e fósforo em Paris. Disse à senhora Reis que era hora de adquirir alguns elegantes vestidos parisienses que combinassem com sua impressionante

coleção de jóias. Os três filhos, sob a supervisão de uma governanta, e a criada pessoal da sra. Reis viajaram com o casal para Paris pelo Sud Express.

PARIS, 29 DE ABRIL DE 1925

O Claridge era, na época, um dos melhores hotéis de Paris: localizado bem no centro dos Champs Élysées, era o primeiro hotel parisiense a dispor de uma piscina coberta e banhos turcos. Anunciava-se como o "único palácio dos Champs Élysées": Com seus 300 quartos - cada qual com banheiro privativo e telefone, uma combinação relativamente incomum na Paris de 1925 - e sua grande galeria comercial, repleta de colunas, era um deslumbramento para os visitantes endinheirados. Um jovem maitre chamado Henry Soulé dirigia, com mão firme, o salão do restaurante. Ele tinha, então, 23 anos e estava a décadas de distância de sua autocracia no restaurante Le Pavillon em Nova York.

Para esse encontro importante, José levou sua amante, Fie Carelsen. Hennes estava sozinho: o caso que mantinha com uma amiga do tempo da guerra, Annaliese Angold, perdera havia pouco seu encanto. Em Berlim, ela arranjara um protetor mais generoso.

Fie Carelsen tinha, naquela época, 35 anos. Era alta e magra, com uma boca larga e enormes olhos pretos que iluminavam sua pele pálida e delicada. A moda dos anos 1920, que comprimia e encobria os seios, caía-lhe bem. A cor em voga era o bege, mas ela era bastante ousada para adicionar detalhes em cores quentes. Como uma das principais atrizes da Holanda, podia desafiar as convenções da moda tão facilmente quanto as do sexo.

Conheceu José Bandeira em Haia em 1921, logo depois de seu divórcio. Seu marido, Jean-Louis Pisuise, era um importante ator holandês. "Um ótimo artista e um péssimo marido"; dizia ela.

Meu coração estava despedaçado quando conheci José - que era pobre, muito pobre. Todos me criticaram por me unir a um pobre-diabo, mas não me incomodei. Eu o amava, e ganhava dinheiro suficiente para viver bem. José costumava dizer: "Quando eu for rico, hei de comprar-lhe um anel de safira." Quando obtive seu primeiro sucesso com o negócio do porto de Macau, de fato comprou-me o anel prometido. Eu lhe era muito grata. Eu sabia que, antes daquilo, seu orgulho passara por uma dura provação.

Em Haia, José freqüentava a bela casa de mármore e alvenaria da amante. Era mobiliada, de modo atraente, conforme a moda do período: quinquilharias

orientais, muitas almofadas pelos cantos, abajures marrons e várias recordações das inúmeras viagens que fizera pela Europa e América do Sul. E uma criada javanesa.

De certa forma, seu caso com o aventureiro português era uma repetição do memorável encontro que ocorrera nos Estados Unidos nos anos 1920 entre uma atriz e um notório jogador: Fanny Brice e Nicky Arnstein. Embora as duas ativas mulheres apresentassem algumas semelhanças superficiais, Fie não alimentava as ilusões pequeno-burguesas de felicidade conjugal de Fanny. Jamais, durante os cinco anos de seu caso com José, sugeriu ou desejou o casamento.

Muitas vezes ele me disse: "Se você fosse minha esposa, não teria o mesmo valor." Não havia entre nós uma grande paixão, mas um sentimento caloroso, duradouro e bastante delicado. Além de gentil e charmoso, raramente permitia que algo o afastasse da única atividade em que era especialista: fazer amor. Eu não era sua amante; nós dois éramos amantes. Ele jamais me sustentou. Ele jamais me bancou, pois sempre paguei minhas contas.

Ela tinha consciência de que, naquela época, não era a única mulher na vida de José. "Mas eu suspeitava ser a única amante de que ele se orgulhava. Afinal, todos em Haia sabiam que estávamos juntos. Não fazíamos o menor segredo"

Apresentaram-na a Alves Reis numa das visitas do português à Holanda, no final de 1924.

"Não gostei dele. Nunca olhava diretamente nos olhos e só falava de mulheres e de como tinha necessidade de possuir uma mulher diferente a cada noite. Passava-se por um grande dom-juan. Acho que queria me impressionar, mas jamais tentou algo comigo.

"Só se interessava por mulheres e dinheiro. Estou certa de que, desde o início, foi infiel à esposa. Não tinha o menor senso de humor.

"A segunda vez que o vi foi no início de abril de 1925, por ocasião de um encontro de negócios com José, que me levou à reunião, pois iríamos comemorar meu aniversário em 5 de abril. Todavia, Reis ficou acamado em virtude de uma forte gripe. Como estivesse sozinho na cidade e fosse um amigo de meu amigo, tratei-o com consideração, levei-lhe os remédios, li para ele e dediquei-lhe os melhores cuidados. Ao se recuperar, demonstrou grande gratidão.

"Certa vez ouviu uma conversa que José e eu tivemos a respeito do novo Renault. José tinha me prometido um, mas receava comprá-lo para mim, pois

temia que eu me acidentasse. Não era fingimento, pois, quando tinha dinheiro, José era muito generoso. Então Reis interrompeu nossa conversa e falou: "Deixe-me comprar um Renault para você. É o mínimo que posso fazer para agradecer-lhe a gentileza de cuidar de mim enquanto estive doente. Foi assim que ganhei um Renault de Alves Reis"

José não se esqueceu de seu aniversário, e presenteou-a com um anel de brilhante de 3,5 quilates.

No entanto, suas dúvidas a respeito de Reis não desapareceram.

"José insistia que Alves Reis era um grande homem e me falava de como ele era importante em Portugal e dos projetos grandiosos que realizara. Eu me limitava a dizer: se ele é tão importante, por que não domina o francês?"

Hennies a preocupava.

"Ele tinha olhos frios e andava um pouco encurvado. Tinha olhar triste, mas bastante perspicaz. Na verdade, parecia um vigarista. Passava-me sempre a impressão de que o pobre José andava em má companhia. José me falou que Hennies tinha uma amiga alemã, mas que haviam terminado. Hennies e eu éramos bastante formais um com o outro: sempre o tratava por herr Hennies, enquanto ele a mim se dirigia como madame Carelsen"

Como o grupo se reunia com frequência para tratar de negócios, Fie naturalmente passava bastante tempo com a sra. Alves Reis, embora a companhia não lhe agradasse.

"Ela falava muito mal o francês e, para meu gosto, era demasiado burguesa. Conversava sobre comida, vestidos e filhos. Era baixa e atarracada, e isso não a ajudava. Os vestidos caros que trajava não lhe caíam bem, e o excesso de jóias fazia com que parecesse ter se casado com o sr. Svarovsky... E olha que as jóias eram legítimas. Penso que meu relacionamento com José a envergonhava. Certa vez me perguntou por que não me casara. Disselhe que não estava apaixonada por José e, depois dessa conversa, nossos assuntos passaram a ser apenas comida e vestidos.

Marang não levou sua esposa ao encontro de Paris.

"Ele sempre a mantinha em segundo plano. Eu a encontrei algumas vezes em Haia, mas jamais fomos amigas. Marang era bonito, elegante e o mais alto de todos, embora um pouco propenso a ganhar peso. Era parcimonioso com seus florins, mas se vestia bem. Julgo que, no íntimo, desprezava-me por me unir a

um português baixinho como aquele. Com ele, é claro, as relações eram estritamente comerciais"



Antônio Bandeira, à direita, em trajes diplomáticos, na chegada a uma recepção em Haia, em setembro de 1923

Embora Antônio Bandeira, o ministro português na Holanda, não tenha comparecido ao encontro por estar bem representado pelo irmão, José, era-lhe impossível estar presente. Ele encontrava-se ocupado em apresentar sua nova esposa à família em Portugal.

"Era impressionante"; recorda-se Fie. "Ele era bem-apegoado e bastante popular nos círculos estrangeiros - especialmente entre as mulheres. Teve inúmeros casos com mulheres muito atraentes. Mas com quem se casou? Com uma mulher baixinha e gorducha. Sem charme algum. Ou dinheiro. E nem ao menos estava apaixonado por ela! Por que um homem faz uma coisa dessas?"

Antônio era bastante amável com Fie porque, além da influência positiva que exercia sobre seu irmão mais novo, apreciava sua companhia. Por isso, contou a ela a insólita história.

"A primeira pista de que ele ia se casar surgiu quando anunciou, em 25 de março, que repararia um grande erro de sua juventude. No mesmo mês, José saldou todas as dívidas de jogo de Antônio e lhe deu to mil por sua ajuda no negócio do papel-moeda. Assim, pela primeira vez em sua vida adulta, Antônio não se encontrava endividado e tinha dinheiro no banco. Isso possivelmente o abalou um pouco.

"Presumi que em sua juventude talvez tenha seduzido essa portuguesa e que ela seria o 'grande erro' que o atormentava. Ela sempre o amara e escrevia-lhe com freqüência. Embora eu tenha certeza de que ele jamais a encorajou, ela tomou a decisão de buscar ajuda externa para se tornar a esposa do diplomata Antônio Bandeira. Uma vez por ano, dirigia-se a Lourdes para rogar a Bernadette pelo milagre de casar-se com ele. Em meio a todos aqueles enfermos e inválidos, justificava sua peregrinação dizendo a si mesma que sua enfermidade era o amor não correspondido de Antônio.

"Quando o milagre finalmente se realizou, ela naturalmente regressou a Lourdes para agradecer a Bernadette por sua intervenção milagrosa"



Os quartos que tinham à disposição no Claridge refletiam os evidentes graus de importância que os distinguiam.

'Alves Reis era o líder inquestionável'; recorda Fie. "Ocupava a maior suíte. Marang, uma menor. José e eu dividíamos um quarto amplo, e um mais modesto cabia a Hennies"

Na tarde de 29 de abril, Alves Reis reuniu o grupo em sua suíte. Mandara a esposa às compras, na companhia de Fie, e a governanta ao parque com as crianças.

Como presidente informal do encontro, relatou a seus colegas certos desdobramentos - bons e ruins - ocorridos recentemente em Lisboa. Todos já sabiam que ele ordenara a interrupção temporária da distribuição das cédulas remanescentes devido à agitação provocada pelos comunicados do Banco de Portugal. Mas não havia a mesma clareza a respeito de um tema mais relevante: a criação, por parte do grupo, do Banco de Angola e Metrópole.

José foi o primeiro a manifestar seu receio:

-Qual a necessidade disso? Apenas para pagar salários e aluguel?

Reis respondeu com um ar de serena superioridade:

-A abertura do banco foi sugerida veementemente por meus amigos no Banco de Portugal. Mas a razão principal é que precisamos de um banco. O uso de cambistas independentes para a aquisição de libras e dólares chegou ao limite.

Inevitavelmente, o fato de aparecerem somente com notas de 500 escudos atrairá atenção indesejável, tanto para eles quanto para nós. Um banco pode agir de modo mais simples e mais discreto - e poderemos economizar os 2% de comissão que dispensamos a esses zangões.

A obtenção da necessária licença do Conselho Bancário ou da Inspeção dos Bancos não seria uma tarefa fácil, esclareceu Reis. Já fizera algumas sondagens preliminares e fora informado de que os trâmites seriam facilitados se abrisse mão da indicação de alguns dos diretores que tinha em vista, tais como José Bandeira - "com sua longa e conhecida ficha criminal" - e Adriano Silva - "que certa vez fora preso por desfalque. Embora absolvido, será que um diretor com esse era mesmo necessário?"

Reis estava certo de que José compreenderia os motivos que o impediam de nomeá-lo para a direção do banco. Aborrecido, José concordou: os erros de seus "verdes anos" jamais o abandonariam.

Os diretores do banco incluiriam Hennies e Marang, homens de gabarito - e com ficha limpa -, que se comprometeriam com um capital significativo, assim como Alves Reis, é claro.

A José caberia outra tarefa, continuou Reis, de enorme relevância.

-Nosso Banco de Angola e Metrópole terá certos propósitos. É claro que, por seu intermédio, poderemos dispor do restante das notas provenientes da primeira impressão - e das impressões subsequentes. O banco será também o instrumento que nos permitirá investir em imóveis em Portugal e adquirir o controle de certas empresas angolanas. Os lucros deverão ser consideráveis, e parte significativa deles seria guardada para nosso principal objetivo.

Reis, um ator inato, fez uma longa pausa dramática.

-O objetivo, meus amigos, é dominar Portugal. E o modo de fazer isso, sem revolução ou golpe de Estado, é através da aquisição do controle do Banco de Portugal.

As expressões de espanto - as bocas entreabertas e os olhos arregalados - foram uma visão acalentadora para Alves Reis.

-Sim, chegou a hora de mostrarmos nossa gratidão aos amigos no Banco de Portugal - o presidente Camacho e o vice-presidente Gomes - oferecendo-lhes ajuda substancial na luta velada que travam contra os diretores mais retrógrados da instituição. Quando tivermos a maioria das ações do banco, poderemos afastar

os críticos capciosos e os reacionários inúteis do passado. A compra silenciosa das ações disponíveis do Banco de Portugal será a missão de nosso caro José.

Todos congratularam Reis pelo plano audacioso e sua esplêndida visão. Hennies fez até mesmo um breve discurso, no qual se dirigiu a Alves Reis como "um dos grandes gênios financeiros de nossa era".

Reis ficou imensamente satisfeito com a aceitação unânime do plano, que concebera quando ainda se encontrava preso no Porto. Essa era a solução para o insidioso obstáculo que se impunha a todos os falsificadores: a inevitável descoberta e a severa punição por parte do Estado. Porém, assim que ele e seus comparsas assumissem o controle do Banco de Portugal, esse perigo desapareceria.

Em seu diligente estudo dos estatutos do banco, Reis descobriu que somente o Banco de Portugal poderia dar início a uma ação contra falsificadores de seu papel-moeda. E se ele e seus amigos tivessem o controle acionário da instituição, por que haveriam de tolerar a presença de qualquer funcionário que desejasse dar início a uma ação mal direcionada?

Uma vez no comando, as emissões "não-autorizadas" de papel-moeda seriam discretamente regularizadas, bem como quaisquer evidências de atos ilícitos. A nova administração do banco faria uma lavagem perfeita de todo o processo.

Antes de partir de Lisboa para Paris, Reis pediu que o leal Ferreira o mantivesse informado de quaisquer novidades relacionadas à agitação popular em torno das notas de 500 escudos.

Em 7 de maio, Reis recebeu um telegrama:

DOIS DIRETORES BANCO GOMES E [RAMIRO] LEÃO SEGUEM PARIS
SUD EXPRESS.

Estariam a caminho de Londres e da Waterlow? Não seria uma boa idéia "recebê-los" em sua chegada à Gare d'Orsay, às dez horas da noite? Alves Reis sugeriu a José que fossem à estação para que pudessem conversar com os diretores a fim de descobrir, se fosse o caso, o que o banco faria a respeito dos rumores sobre a circulação de notas falsificadas de 500 escudos.



Alves Reis no auge da "carreira" de empresário

Naquela noite seguiram para a Gare d'Orsay. Reis sugeriu a José que observasse tudo a uma discreta distância.

Reis obviamente não comentou com José a dificuldade que teria em reconhecer Mota Gomes, afinal não fazia a menor idéia de como era seu suposto e íntimo colaborador. No entanto, ao avistar dois homens cuja aparência julgou apropriada, seguiu-os de perto até o ponto de táxi. Um terceiro indivíduo, possivelmente também diretor do banco, foi ao encontro deles. Era Emídio da Silva, conhecido professor de economia, que mais tarde se tornaria um estadista "à Bernard Baruch". Ele também era diretor do banco.

Reis os seguiu de perto a ponto de ouvi-los conversar em português. Silva perguntou a Mota Gomes se havia algum fundo de verdade nos boatos a respeito da circulação de grande quantidade de notas falsas de 500 escudos. Gomes respondeu de imediato:

-Boatos, apenas boatos. Não há notas falsas de 500 escudos. Pouco antes de partirmos de Lisboa, concordamos em publicar nos jornais de ontem uma nota oficial na qual se apontava de modo categórico o caráter nocivo desses rumores.

Os três entraram num táxi, e Reis ouviu-os indicar ao motorista:

- Grande Hotel.

Louco de alegria, Reis voltou para junto de José, que de longe o aguardava e observava.

"Troquei apenas algumas breves palavras com Mota Gomes. Ele me falou que logo poderemos pôr as notas remanescentes em circulação, pois os jornais de ontem divulgaram um comunicado que negava categoricamente a circulação de notas falsas. Tenho um encontro com ele amanhã no Grande Hotel. Mais tarde vai me telefonar no Claridge para combinarmos o horário."

Na manhã seguinte, sai do hotel para uma pequena caminhada. De outro hotel, telefonei a Alves Reis no Claridge. Minha família não estava, e a telefonista perguntou-me se desejava deixar algum recado. Pedi-lhe que informasse a Alves Reis que Mota Gomes o aguardava às 16h. Depois do almoço, durante o qual mostrei a Bandeira o recado anotado pela telefonista, levei-o à agência de viagens portuguesa nos Champs-Élysées, onde comprei dois jornais do dia anterior.

Como bem o sabia, os jornais traziam a seguinte declaração do banco:

CÉDULAS DE 500 ESCUDOS

A administração do Banco de Portugal informa que não há qualquer fundamento nos rumores correntes em algumas localidades do país de que haja em circulação notas falsas de 500 escudos.

Naturalmente José mais uma vez se impressionava com a intimidade que seu sócio e amigo Alves Reis tinha com todos os planos do banco.

Às 3h45, Reis saiu do Claridge para sua "entrevista" com Mota Gomes. Já no saguão do Grande Hotel, teve outro incrível golpe de sorte. Avistou Mota Gomes na recepção e se aproximou o suficiente para ouvir o vice-presidente do Banco de Portugal fazer reserva no trem para Londres.

Em meio a um turbilhão de temores, Reis regressou ao Claridge. Por certo o banqueiro iria à Waterlow & Sons em Londres. Ainda que esse não fosse seu principal objetivo, invariavelmente haveria de fazer uma visita a seu maior fornecedor de papel-moeda. Então, do alto de sua inocência, sir William sem dúvida iria perguntar a Mota Gomes se ficara satisfeito com as novas notas de 500 escudos que imprimira para uso em Angola.

Essa terrível possibilidade exigia uma medida imediata: a intervenção urgente de Marang.

No Claridge, Reis deparou com outro motivo para entrar em contato com Marang sem demora. Um de seus mais confiáveis assistentes, Ahrens Novaes, estava à sua espera. Ele tinha ido até lá a pedido de um assustado Ferreira, o gerente de Reis, a fim de informar o chefe de que outro diretor do Banco de Portugal, Caeiro da Mata, encontrava-se a caminho de Paris. Quatro diretores viajando pelo norte da Europa! Seria possível que nenhum deles fizesse uma visita à Waterlow em Londres?

Sim, Marang precisava averiguar rapidamente a situação em Londres. Alves Reis telefonou a Haia. Segundo acabara de saber, disse o português, alguns diretores "oposicionistas" do Banco de Portugal estavam a caminho da capital inglesa. Seria prudente que Marang fosse à Inglaterra a fim de estreitar suas relações com sir William e alertá-lo e a seus principais funcionários sobre o fato de que alguns diretores do Banco de Portugal se opunham à administração dos atuais presidente e vice-presidente com o intuito de destituí-los de seus cargos. (No entender de Reis, sir William ficaria imediatamente sensibilizado com a possibilidade de que uma nova administração no banco pudesse buscar um novo

fornecedor de papelmoeda.) E, por fim, Reis sugeriu a Marang pedir que lhe informassem sobre quaisquer eventuais visitas por parte de diretores do banco.

Marang logo concordou com a necessidade de uma viagem a Londres. Se Reis lhe pedisse, viajaria até mesmo à Sibéria. A parte dos lucros que lhe coubera na operação das cédulas o tornara um homem ainda mais rico do que jamais fora. No mês anterior, comprara dois novos automóveis americanos, um Lincoln e um Kissel. Na última semana, pagara todas as suas dívidas, cerca de 40 mil dólares, junto ao Rotterdamsche Bank E, justamente naquela semana, Hennies se tornara sócio integral da Marang & Collignon, oficializando, assim, as relações comerciais que os uniam. Por toda a Europa abriam-se novas e esplêndidas oportunidades agora que possuíam capital em abundância e não mais precisavam pagar juros extorsivos às instituições bancárias. Na verdade, tudo corria às mil maravilhas, e em breve poderia tomar em empréstimo, sem juros, todo o dinheiro de que precisasse - do Banco de Portugal.

LONDRES, 9 DE MAIO DE 1925

Sir William não se encontrou com Marang nessa ocasião, pois participava da Segunda Exposição do Império Britânico em Wembley. No grandioso dia em que o rei Jorge V e a rainha Maria inauguraram a exposição, mais de 100 mil pessoas compareceram. O pavilhão da Waterlow, na ala sudoeste do Palácio da Indústria, era uma atração popular. Estava a cargo do coronel James F. Waterlow, o filho mais velho de sir William, mas este, é claro, fez as honras da casa no momento em que o rei e a rainha visitaram o pavilhão.

No local, de acordo com o livro *Under Six Reigns* ("Um breve relato sobre os 114 anos de progresso e desenvolvimento da Casa de Waterlow sob a permanente administração da família"):

são exibidos aos visitantes os melhores produtos da indústria gráfica, em todas as suas formas. Sul-americanos, portugueses, suíços, ao menos metade das nacionalidades do mundo, podem apreciar ali exemplares de suas cédulas.

O rei, um notório filatelista, ficou particularmente encantado com alguns selos postais impressos pela Waterlow e

apresentou seus cumprimentos à firma e ao coronel Waterlow pelo admirável caráter e alcance da exposição. Pelo pavilhão, em meio aos visitantes, desfilaram inúmeros ministros do Exterior ... e muitos outros destacados estrangeiros.

Não havia muitos portugueses na exposição, mas aqueles que estiveram presentes demonstraram seu orgulho diante das notas de 500 escudos com a efígie do grandioso Vasco da Gama, que pareciam particularmente belas entre as demais notas expostas.

John Boon, o autor daquele livro finamente encadernado em homenagem à história da família, concluiu:

Não se fez qualquer tentativa de exaltar a Casa de Waterlow em detrimento de outras empresas: as afirmações feitas retratam a pura realidade. Não houve excessos ... a Waterlow foi fundada há mais de um século - e progrediu através de reiterados esforços, sob a liderança da família. Embora em assuntos mundanos não haja certezas absolutas, não é demais supor que se possa comemorar, em 2025, mais um século de ininterrupto sucesso por parte da Waterlow & Sons Ltd.

Agora que, aparentemente, a família Waterlow encontrava-se mais uma vez reunida, tudo era possível. Na capa do livro aparecia em relevo o brasão dos Waterlow: uma grande serpente engolindo sua própria cauda. No centro do círculo havia um feixe de trigo e o lema: *Vis unita fortior* ("A união faz a força").

Dessa vez, Marang hospedou-se no Carlton Hotel. Pareceu-lhe, durante sua última visita, que o Ritz estava levemente mal freqüentado.

Quando chegou ao escritório de Frederick Goodman na Waterlow, foi recebido com cordialidade. O diretor convocou seu assistente, Roland Springall, que estava encarregado da impressão do papel-moeda do Banco de Portugal.

O relacionamento com Springall tinha sido cuidadosamente cultivado por Marang. Por ocasião da entrega do último lote de 150 mil cédulas, em 3 de março, fizeram-se necessários cuidados especiais para o transporte, devido ao grande volume. Marang sugeriu que procurassem malas mais resistentes do que as das duas últimas viagens, e Springall o levou a outro fabricante. Dessa vez, encomendou três malas, que suportassem, cada uma, 100 quilos em notas. Depois que os porteiros da Waterlow colocaram as pesadas malas em dois táxis, Springall e Marang percorreram a pequena distância até o setor de embarque da estação de Liverpool Street. Foram até o guarda-volumes, e Marang recebeu um recibo de 2 pence [0,04 centavo de dólar] para cada uma das três pesadas malas que, juntas, totalizavam 3,6 milhões de dólares em papel-moeda português.

Em seguida, Marang insistiu para que Springall almoçasse com ele no Pimm's, em Cheapside. Durante o café, Marang expressou sua gratidão pela

atenção especial e seu desejo de oferecer-lhe uma pequena lembrança. Mais tarde, Springall assim recordaria o episódio:

Ele desejava presentear-me com uma caixa de charutos. Agradei-lhe a gentileza, mas expliquei que não desejava qualquer presente.... Estava bastante satisfeito em poder prestar-lhe toda a ajuda possível na compra das malas e nos demais assuntos, afinal aquilo estava mais ou menos implícito no contrato. Disse-lhe que não fumava e procurei demovê-lo da idéia...Ao contrário de meus irmãos, jamais fumara em minha vida. Como insistisse, para não ofendê-lo, aquiesci. Visto que desejava enviar os charutos à minha casa, entreguei-lhe meu cartão de visita pessoal.

Marang previra a eventual necessidade de um contato com Springall fora do ambiente de trabalho e, até mesmo, no fim de semana. Os charutos foram um pretexto simples, mas efetivo.

Agora, nesse vibrante dia de maio, Marang se encontrava no escritório de Goodman, onde discorria com o entusiasmo de um connoisseur sobre as qualidades técnicas de seus dois novos carros, o Lincoln e o Kissel. Eram bem equipados, mas faltava-lhes um adorno que tanto almejava: a placa esmaltada do Royal Automobile Club. Goodman, que era membro do clube - como Marang já se informara-, aproveitou a deixa com rapidez e cortesia: ficaria contente em indicar o nome de Marang para que se associasse ao clube.

Resolvidas as questões pessoais, Marang passou à discussão dos negócios. Como Springall recordou mais tarde,

do grupo econômico que ele constituía faziam parte igualmente o presidente e o vice-presidente do Banco de Portugal...e alguns outros diretores...era uma organização intimamente ligada ao Banco de Portugal e ao governo com o intuito de oferecer auxílio a Angola...Entretanto, disse haver um grupo de oposição no conselho de diretores, e seus aliados buscavam assumir o controle da instituição através da compra de ações ... Na oposição encontravam-se os outros membros do Banco de Portugal, que não estavam a par da impressão sigilosa das cédulas nem dos entendimentos acerca da ajuda secreta a Angola. Na ocasião, parecia bastante preocupado com a eventual chegada de diretores do banco a Londres. Informado de que alguns desses diretores eram aguardados na cidade, perguntou-me se os havíamos visto ou se nos haviam procurado. Não houvera qualquer visita.

Como favor pessoal, Marang solicitou a Springall que lhe telegrafasse na eventualidade de algum diretor do banco aparecer na Waterflow. Springall

prometeu-lhe que o faria.

Naquela noite Marang retornou a Haia certo de que estabelecera um sistema de alerta eficaz para Alves Reis e para si próprio.

Após a partida de Marang, chegou à Waterlow, com a última entrega dos Correios, uma carta de Robert Walker, o observador da Waterlow em Lisboa, na qual discutia a possibilidade de uma encomenda do Banco de Portugal para notas de mil escudos e de valores menores.

Quanto às notas de 500 escudos,

é bem provável que recebamos encomendas para a reimpressão das notas que colocamos atualmente em circulação, visto que são bastante apreciadas, a despeito do fato de algumas pessoas (possivelmente nossos concorrentes) terem divulgado, por motivos que os senhores poderão imaginar, a notícia de que fossem falsificadas.

Walker, como o Romer, não tinha conhecimento de que as notas de 500 escudos haviam sido reproduzidas 200 mil vezes sem a anuência do Banco de Portugal. Mas, como antigo conhecedor do mundo do papel-moeda, conhecia perfeitamente o velho truque de espalhar boatos sobre "falsificações" dos produtos da concorrência. Uma vez que sempre se encontrava nas ruas algum tipo de falsificação, havia boa chance de os boatos terem algum fundamento.

Nesses casos, muitas vezes, era até mesmo possível roubar os clientes do antigo fornecedor. A concorrência nesse meio podia se tornar feroz. Conseqüentemente, Walker adotava como lema um velho ditado português: quem não confia nos vizinhos, dorme com um olho fechado e o outro aberto.

HAIA, 21 DE MAIO DE 1925

"Um excesso de preocupações pesa tal qual uma sentença de culpa na consciência de um homem de negócios, de tal modo que geralmente apresenta o aspecto, a agitação, o desassossego e a pressa de um criminoso"; observou William Hazlitt num de seus penetrantes ensaios. Sendo assim, qual o tamanho do fardo que se abate sobre a cabeça de um negociante que é um criminoso?

Era pesado demais para que Reis o suportasse sozinho em Paris. Por isso deixou a família entregue a passeios turísticos, compras e banhos de cultura na capital francesa, enquanto partia para Haia em busca da tranqüilidade que um sereno Marang lhe proporcionou ao descrever a bem-sucedida visita a Londres.

No entanto, o espectro do medo, que viaja mais rápido do que os trens, já o aguardava na chegada a Haia. Agora, Reis estava tomado por outra preocupação desgastante: talvez o Banco de Portugal buscasse uma solução alternativa para o problema do protesto popular em relação à grande quantidade de novas notas de 500 escudos. Não ocorreria aos diretores do banco que talvez fosse prudente recolher todas as cédulas de 500 escudos e substituí-las por novas? Nesse caso, a duplicidade dos números de série seria detectada rapidamente, e o grande plano chegaria a um fim vergonhoso. Estaria condenado a ser derrotado por mais um capricho desdenhoso da história? Tal qual o ridículo cravo da ferradura do rei inglês ou a malária que acometeu César Bórgia justo no momento em que aguardava a notícia da morte de seu pai, o papa Alexandre VI, para invadir a cidade de Roma?

Reis telegrafou a José, que tinha retornado a Lisboa, recomendando- lhe ficar de olhos abertos:

POR FAVOR CONFERIR CUIDADOSAMENTE SE AÇÕES AINDA EM CIRCULAÇÃO.

Como criminosos e espíões em toda parte, o bando tinha adotado os próprios eufemismos enigmáticos. "Ações" soava bem mais inocente do que "cédulas".

José conferiu. O anúncio oficial do Banco de Portugal de que não havia notas falsas de 500 escudos em circulação tivera razoável efeito tranquilizador. Resignados, os negociantes aceitavam as cédulas: eles disseram que o dinheiro era bom, o que significava que era tão bom quanto qualquer outro papel que eles emitiam. Não era muito para garantir a tranquilidade num mundo em que as moedas não eram conversíveis, mas já era o suficiente.

José telegrafou a Reis em Haia:

DUAS TRANSAÇÕES EFETUADAS COM BANCO. NENHUMA AÇÃO DESCOBERTA. TODOS OUTROS BANCOS EMPREGAM AÇÕES LIVREMENTE.

Bastante aliviado, Reis retornou a Paris. Lá, permaneceu alheio aos encantos primaveris da cidade devido a seus temores em relação a uma visita de Gomes a Londres e, possivelmente, à Waterlow.

Com intervalos de poucos dias, telefonava a Marang em Haia: Springall dera alguma notícia? A quase certeza de que os diretores do banco já tinham visitado a empresa o deixava apavorado.

Em 15 de maio, Marang enviou um telegrama à residência de Springall, em Chingford, subúrbio de Londres:

FAVOR TELEGRAFAR CASO TENHAM RECEBIDO VISITANTES LISBOA INFORMANDO MEDIDAS TOMADAS. OBRIGADO.

Springall telegrafou para informar que nenhum visitante proveniente de Lisboa tinha aparecido.

Os portugueses não foram à Waterlow e, em 26 de maio, Reis concluiu que, se algum diretor do banco viajara a Londres, o motivo da viagem não estava relacionado à emissão de papel-moeda. O retorno a Portugal parecia perfeitamente seguro.

Talvez ainda houvesse algum perigo em Lisboa, e era razoável que um bom chefe de família mantivesse seus familiares longe do campo de batalha. Mas se a sra. Alves de nada sabia antes, agora percebia os primeiros sinais de que a prosperidade da família talvez tivesse sua origem num esquema que não recebera, na realidade, o auxílio secreto de alguns funcionários do Banco de Portugal.

Quando partiu para Lisboa, Reis disse à esposa que aguardasse um telegrama avisando que tudo estava tranqüilo. Ainda havia muito perigo pela frente. Se o pior acontecesse, ela dispunha de mais de 150 mil dólares em jóias e grandes somas de dinheiro em várias contas bancárias na França, na Inglaterra e na Suíça.

Reis embarcou no Sud Express para ir ao encontro do triunfo e da reabilitação - ou da mais tola derrota, em caso de algum infortúnio. Se eles o vencessem, não seria por superioridade intelectual, mas por mero golpe de azar - um acontecimento tolo e desarrazoado -, a força incontrolável que impede que o crime, e a política, torne-se uma verdadeira ciência.

LISBOA, 28 DE MAIO DE 1925

Um túnel de quase dois quilômetros conduz à estação do Rossio em Lisboa. Atualmente é usado apenas para tráfego local, mas em 1928 os trens internacionais provenientes de Paris mergulhavam, ao fim de sua jornada, na escuridão desse túnel. Ainda que se fechassem todas as janelas, a fuligem cobria os passageiros, até mesmo os de primeira classe que viajavam nos vagões-leitos.

Isso não incomodava Alves Reis. Naquele dia, vestia armadura de ouro:

Mais uma vez, com calma e espírito fortalecido, entrei triunfante em Lisboa. Meus amigos me receberam como a um rei na estação do Rossio. Eu estava preparado para as duras batalhas que estavam por vir.

Naquela tarde em Lisboa, cuidou dos negócios da Ambaca numa reunião com os demais acionistas. Agora que se tornara o acionista majoritário, tudo lhe seria mais favorável. Posta em votação, uma moção de reconhecimento ao bom trabalho de Alves Reis à frente da empresa foi aprovada por unanimidade. Após a reunião, chegaram-lhe mais boas notícias.

Um amigo no gabinete do promotor público falou-lhe a respeito de certas atividades altamente irregulares do Banco Comercial do Porto. A iniciativa da ação que levou Reis à prisão no ano anterior partira de dois diretores desse banco.

Numa assembléia de acionistas do Banco Comercial do Porto, Reis atacou os diretores envolvidos no escândalo e distribuiu cópias das provas de suas irregularidades no gerenciamento dos fundos do banco. No fim daquela noite, alguns diretores solicitaram a Reis que procurasse uma conciliação, agora que integrava a direção da instituição (a Ambaca detinha parte das ações do banco). Reis afirmou que só haveria trégua mediante a demissão dos dois diretores. A proposta foi recusada. Reis entregou as provas ao inspetor de Atividade Bancária, e o Banco Comercial do Porto teve de fechar as portas. Os diretores, a seguir, foram julgados e condenados por irregularidades financeiras.

A proposta de criação do novo Banco de Angola e Metrópole não seria resolvida com a mesma facilidade. A fachada do banco era impressionante. Reis convencera um destacado ex-comandante da Marinha, João Manuel de Carvalho, a aceitar o cargo de presidente do conselho fiscal da instituição. Carvalho possuía ótimas relações pessoais: sua filha era casada com o filho de Luís Viegas, inspetor do Conselho Bancário e membro do Conselho Bancário Nacional.

O pedido de autorização para a abertura das portas do novo banco incluía muitos propósitos louváveis:

- Financiar projetos de desenvolvimento em Portugal e no exterior.
- Firmar contratos com o Estado e corporações estatais, tendo em vista a valorização da moeda portuguesa.
- Promover a criação e a operação, ou delas participar, de empreendimentos

comerciais, industriais, agrícolas, mineradores.

Entretanto, o dr. Mota Gomes, vice-presidente do Banco de Portugal, cujo consentimento era necessário, não se mostrava favorável à solicitação, devido à "reputação" de alguns de seus signatários. (Somente Reis sabia que o maior adversário era o homem que, supostamente, seria seu melhor amigo no Banco de Portugal.)

Para superar essa resistência, Reis lançou mão de novas armas. Convocou Marang a Lisboa para que intercedesse junto ao presidente da República. Afinal, o holandês era um estrangeiro notável, condecorado em duas ocasiões pelos serviços prestados à nação portuguesa.

Incapaz de resistir à insistência do presidente e de seu inspetor de bancos, o dr. Mota Gomes retirou, relutante, sua oposição - desde que o novo banco tivesse um capital inicial de, no mínimo, 20 milhões de escudos [1 milhão de dólares]. Isso o colocaria em pé de igualdade com os principais bancos de Lisboa.

Reis não havia se esquecido da esposa e dos filhos em Paris. Em 5 de junho, enviou-lhe um telegrama, informando que poderia regressar tão logo desejasse. No entanto, agora que sua tranqüilidade fora restaurada, a sra. Alves Reis não estava particularmente ansiosa por retornar a Lisboa. Ainda precisava de muitos acessórios que combinassem com os 19 vestidos e o casaco que encomendara, por cerca de 5 mil dólares, a Jenny de Paris. Havia também muitas jóias que desejava adquirir na Cartier. Com o telegrama, Reis enviou-lhe igualmente uma carta na qual solicitava que retirasse a caixa que se encontrava no cofre do Claridge e a entregasse a José, com todo o seu conteúdo, inclusive o livro de código do grupo. As autoridades alfandegárias portuguesas e espanholas às vezes criam dificuldade, por isso advertiu-a que escondesse as jóias no seio ao atravessar a fronteira com a França e as deixasse ali até estar em território português. A caixa, que a sra. Reis inspecionou meticulosamente, continha 22 folhas e 18 envelopes com o timbre pessoal de Camacho Rodrigues, presidente do Banco de Portugal.

Se ainda não sabia que seu marido se tornara o mais ousado estelionatário de toda a Europa, agora tinha absoluta certeza. A descoberta a motivou a fazer mais compras. Enviou um telegrama ao marido, pedindo-lhe mais dinheiro para si e para Fie Carelsen, que também precisava de roupas novas.

Marido condescendente, Alves Reis telegrafou a Marang, solicitando-lhe que entregasse o dinheiro à sra. Reis quando chegasse a Paris. Em seguida, enviou um novo telegrama à esposa:

MARANG CHEGARÁ 6 JUNHO E ENTREGARÁ DINHEIRO SOLICITADO. TAMBÉM ENTREGARÁ FIETJE 5.000 FRANCOS [250 DÓLARES À CUSTA JOSÉ.

José, entretanto, que em geral era bastante generoso com a amante, estava alarmado com os gastos de Fie. Achava que a sra. Alves Reis, normalmente tão comedida, estava dando um péssimo exemplo à amiga e, por isso, enviou o seguinte telegrama a Fie:

SE AMBAS PERSISTIREM NESSAS LOUCURAS NÃO ENVIAREMOS NEM MAIS UM CENTAVO.

Em 27 de junho de 1925, foi publicado o decreto através do qual o Conselho Bancário autorizava a criação do Banco de Angola e Metrópole. Sempre pronto a ajudar velhos amigos leais, Alves Reis encarregou o cartório de Avelino Faria, que com a autenticação dos primeiros contratos falsificados possibilitara a fundação do novo banco, da elaboração de sua carta patente.

De início, o novo banco contava com 23 acionistas: amigos, parentes e indivíduos influentes como um deputado, um ex-ministro da Agricultura e um eminente professor de economia. Alves Reis, é claro, era o acionista majoritário.

Os acionistas eram todos portugueses. Originalmente, Alves Reis pensara em incluir seu amigo e comparsa, Adolf Hennies, como um grande acionista, mas a inclusão do alemão provocou considerável mal-estar nos círculos oficiais. Todos sabiam que a Alemanha, destituída de suas colônias após a vitória dos Aliados, tinha interesse nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique e procurava negociá-las com os ingleses. Em parte, a suspeita advinha do ultrapassado Tratado Anglo-Germânico que, em 1898, estabelecia a partilha das colônias portuguesas entre as duas potências, caso elas entrassem no mercado. Ao menos uma vez por ano, o Ministério do Exterior britânico precisava assegurar ao ministro das Relações Exteriores de Portugal que não havia qualquer fundamento nas alegações correntes de que a Grã-Bretanha tivesse interesse, ou encorajasse o interesse de outras nações, nas colônias portuguesas. No entanto, alguns livros de colonialistas alemães, como o dr. Heinrich Schnee, mantinham viva essa suspeita. Numa de suas obras, Schnee citava, com óbvia aprovação, o germanófilo inglês William Harbutt Dawson:

É inconcebível que um país decadente como Portugal, com uma população de 6 milhões de habitantes, detenha um império de 2,5 milhões de quilômetros quadrados.

Dez dias antes da concessão oficial da carta patente do banco, um confiante Reis gastou 125 mil dólares na aquisição de um imóvel para sede do novo empreendimento, na rua do Crucifixo, no centro financeiro de Lisboa. Adquiriu uma opção de compra de um prédio para a instalação de uma filial no Porto e, logo em seguida, gastou 50 mil dólares para a concretização do negócio. Comprou também, por 88 mil dólares, o edifício que abrigava os escritórios da Alves Reis Limitada.

De imediato, o novo banco fez grandes investimentos em empreendimentos angolanos e portugueses. Com essas despesas, o Banco de Angola logo sentiu necessidade de outra emissão de notas. O que acelerou consideravelmente essa necessidade foi o fato de Reis estar impossibilitado de usar 90 mil notas da primeira impressão.

Reis deplorava a idéia de confessar a seus comparsas que cometera tamanha asneira. Afinal, não era o único culpado. A avareza de Marang nos primeiros dias de sua sociedade limitara o número de cédulas de 500 escudos do Banco de Portugal analisados por Reis a fim de desvendar o segredo dos nomes dos diretores e da numeração usados pelo banco. Devido à pressa, chegou a uma solução imperfeita. Alves Reis não percebeu que o banco não empregava vogais duplas diante dos números de série e que as séries do banco não iam além de AN. Por tudo isso, foi obrigado a esconder em seu cofre no palácio do Menino de Ouro cerca de 90 mil cédulas que poderiam ser facilmente descobertas caso entrassem em circulação. Como o Banco de Portugal não se dava ao trabalho de conferir os números de série das notas que retornavam ao banco, no decurso normal das transações, as notas duplicadas passavam com facilidade. No entanto uma nota com um prefixo de letras jamais empregado pelo banco chamaria a atenção de um funcionário que soubesse que não se usam vogais duplas e letras além de AN nos números de série. O risco era grande demais.

Certa noite, Reis abriu o grande cofre sob o assoalho da biblioteca do palácio do Menino de Ouro, onde vivia atualmente com a família e seis empregados. As inúteis 90 mil cédulas, no valor de 2,25 milhões de dólares, cortavam-lhe o coração. Quanto poderia fazer com todo aquele dinheiro, se ao menos pudesse usá-lo com segurança.

Tomou nas mãos um maço de mil cédulas e sentiu um leve aroma de cânfora. Como colocara grande quantidade dessa substância no cofre na esperança de que absorvesse o cheiro de tinta fresca das cédulas, agora as notas cheiravam a tinta fresca e a cânfora.

No dia seguinte, solicitou a um dos funcionários, Ferreira, que realizasse uma

experiência com algumas poucas notas, mergulhando-as numa banheira cheia de água à qual se adicionou o suco de algumas dezenas de limões. Após algumas horas de imersão, o cheiro de cânfora desaparecera, bem como o colorido original das cédulas, que agora tinham um matiz avermelhado.

Ao zombar de si mesmo, Reis comprovava a grande confiança que depositava em Ferreira:

-Veja, Francisco, que grande mágico sou eu. Transformei notas graúdas em miúdos camarões.

Mais tarde, tentou secar as notas - cerca de 2 mil - com mata-borrão. Diante do fracasso, tentou passá-las a ferro. Finalmente conseguiu secá-las, mas o matiz avermelhado inviabilizava totalmente seu uso.

Uma semana depois, Ferreira chegou com boas notícias. Segundo explicou a Reis, tinha ouvido falar de uma nova técnica para a remoção do cheiro de tinta fresca das cédulas: uma forte solução de água e glicerina resolveria o problema. Reis entregou-lhe para a nova experiência 500 cédulas, que foram imersas na banheira do suntuoso aposento ao lado do escritório particular de Alves Reis. Seis horas depois, Ferreira descobriu, para seu contentamento, que as cédulas, de fato, haviam perdido o incômodo cheiro de tinta fresca. Depois de secá-las, percebeu que haviam encolhido mais de meio centímetro. Ferreira ficou desolado, mas o chefe procurou consolá-lo:

-Não se preocupe. Meu amigo Camacho Rodrigues dará boas gargalhadas quando eu lhe contar a respeito de nossas experiências. De qualquer modo, essas cédulas não poderiam ser utilizadas.

Infelizmente, seus sócios não possuíam o mesmo senso de humor. Envergonhado demais para admitir o erro, Reis apresentou-lhes uma longa e complicada explicação a respeito dos motivos que impossibilitavam o uso das 90 mil cédulas. Conforme confessou mais tarde, havia

três possibilidades ditadas pela inteligência, pela prudência e pela ambição. A prudência me dizia para abandonar a idéia de pôr em circulação as notas inutilizadas. Ou eu poderia fingir que o Banco de Portugal suspendera a circulação das notas de 500 escudos que emitimos, ou seja, que chegáramos ao fim da linha e que deveríamos empregar nossos lucros na compra imediata das ações do Banco de Portugal que garantissem o número suficiente de assentos no conselho de diretores e o conseqüente controle da instituição. A terceira possibilidade era simplesmente solicitar uma nova

emissão de notas à Waterlow

Os comparsas engoliram com facilidade aquelas desculpas esfarrapadas. Marang ansiava pela oportunidade de uma viagem de férias à Noruega ao lado da esposa. Hennies estava de partida para a Albânia, onde explorava, em nome do grupo, a possibilidade de participarem da criação de um banco central para essa instável nação e adquiria monopólios comerciais. E José Bandeira, que confiava cegamente em Alves Reis, não poderia se importar menos. Agora que tinha muito dinheiro, levava a vida que sempre sonhara viver.

Certo dia, em fins de junho, em Lisboa, José cedeu irrefletidamente ao capricho de, como homem rico, acrescentar mais um automóvel aos três que adquirira recentemente. Enviou um longo telegrama à Letourneur & Marchand nos Champs-Élysées em Paris, encomendando um modelo que combinasse uma carroceria conversível "Claridge" sobre chassi de um Hispano-Suiza Boulogne, com as seguintes especificações:

Estrutura de madeira e aço, interior em madeira com fino acabamento, párabrisa com inclinação (vidro tripló); divisória com acionamento manual entre o condutor e os passageiros [obviamente o carro seria conduzido por um motorista]. Um pequeno armário na parte traseira. Tapete de couro marroquino preto de primeira qualidade; capota preta em couro bovino. Assoalho acarpetado. Bancos com estofamento de crina de cavalo. Telefone para comunicação interna entre passageiro e motorista. Carroceria vermelha, com frisos de prata e pára-lama preto. Acessórios suplementares: três valises Vuitton - uma grande, duas pequenas. E não esquecer os faróis Barker.

Por alguns meses, Reis manteve a esperança de que o Banco de Portugal autorizasse a Waterlow a imprimir um lote de notas de mil escudos. Dessa forma, conseguiria que o presidente do banco "autorizasse" a mesma empresa a produzir secretamente um segundo lote a Reis e seu grupo. Obviamente, era preferível a emissão de notas de outros valores àquelas de 500 escudos sobre as quais recaía ligeira suspeita. O banco, todavia, ainda não encomendara as novas cédulas de mil escudos.

Agora, sabia Reis, teriam que se contentar com uma nova encomenda de notas de 500 escudos com a efigie de Vasco da Gama. Ainda havia muitas ações do Banco de Portugal a comprar, e muitos investimentos a fazer em Angola. O Banco de Angola e Metrópole precisava rapidamente de mais dinheiro. Era hora de voltar à velha máquina de escrever e ao seu equipamento de falsificação.

HAIA, 26 DE JULHO DE 1925

Alves Reis chegou no domingo, 26 de julho, com as duas falsificações necessárias. A primeira era uma carta confidencial de I. Camacho Rodrigues, presidente do Banco de Portugal, à Waterlow & Sons Ltd:

Prezados senhores:

Para a plena execução das instruções que foram passadas ao sr. Marang van Ysselveere, os senhores estão autorizados, por meio desta, a imprimir 380 mil notas de 500 escudos do modelo de Vasco da Gama, para as quais poderão empregar as matrizes que se encontram em seu poder.

Visto que este é um complemento do primeiro pedido que lhes enviamos, através do sr. Marang van Ysselveere, as mesmas condições de pagamento, entrega etc. serão mantidas, a saber:

- (a) pagamento da impressão a cargo do sr. Marang;
- (b) entrega da encomenda, em sua totalidade, em Londres, ao mesmo cavalheiro.

Em vista de essa negociação ser extremamente confidencial, solicitamos aos senhores que mantenham o sigilo observado na primeira oportunidade e pedimos a gentileza de tratar todos os assuntos relativos à negociação diretamente com o mesmo sr. Marang, que dispõe de plenos poderes para sua conclusão.

Estejam cientes de que, no dia 31 do corrente, enviaremos aos senhores, através do sr. Marang, os números e as assinaturas a serem empregados.

A segunda carta, na qual se listavam os números de série e as assinaturas dos diretores, que se alternavam a cada grupo de 5 mil notas, foram providenciados, dessa vez, com uma perfeição quase absoluta. Reis tivera tempo suficiente - e, é claro, quantidade de notas adequadas - para deduzir as relações de modo apropriado. Nessa oportunidade, utilizou todas as letras, exceto as vogais, e adequadamente destinou 20 mil notas para cada série de letras: iB, iC, iD, iF - e assim por diante. Cometeu apenas um deslize. Listou um dos diretores como A. Pereira Lima", quando, na verdade, era A. Pereira Júnior".

Reis levava a esposa e os três filhos a Paris, onde aguardavam. Depois de concluir o negócio em Haia, retornaria à capital francesa, de onde seguiriam para o balneário de Carlsbad.

Como bom português, Alves Reis dispensava zelosos cuidados a seu fígado. Não se tratava simplesmente de macaquear os excessivos cuidados dos franceses. Devido à voracidade - e à paixão por doces -, todos os homens portugueses que se preocupassem verdadeiramente com a saúde sabiam que o fígado precisava de, ao menos, uma limpeza anual, a fim de ficar pronto para novas comilanças. Os portugueses da classe média freqüentavam balneários locais como Pedras Salgadas e Vidalgo; os ricos, porém, preferiam os do exterior. Nos anos 1920, Carlsbad era um dos destinos favoritos.

Embora houvesse outros assuntos a discutir com Marang, a impressão das novas cédulas era de longe o mais importante. Marang ficou aborrecido com a impossibilidade de substituírem as cédulas de 500 escudos por outras de maior valor. Em sua opinião, era preferível um produto que se poderia vender por 50 dólares a outro que renderia apenas 25.

Os amigos de Reis no Banco de Portugal não lhe haviam prometido que, dessa vez, poderiam usar as matrizes das notas de mil escudos? Reis reconheceu que a promessa fora feita, mas lembrou que, no banco, havia uma maioria que se opunha à impressão dessas novas cédulas. Por conseguinte, precisariam aguardar até que eles e seus aliados assumissem o controle. José já comprara, através de intermediários, cerca de 4.600 ações do Banco de Portugal. Ainda estavam muito longe de conquistar o controle acionário, mas, a seu tempo, ele chegaria.

Sem alternativa, Marang aceitou a nova encomenda de 500 escudos, mas se queixou novamente em virtude do grande investimento que ele e Hennes haviam feito, a conselho de Alves Reis, na Companhia de Mineração da Angola Meridional, controlada pelo grupo. Marang disse ter obtido acesso a relatórios provenientes da colônia que afirmavam que concessões de mineração da companhia nada mais valiam...

Isso era fato, mas como Alves Reis poderia admiti-lo? Como reconhecer que ele e seus sócios haviam empregado quase 250 mil dólares em concessões de tão pouca valia? Obviamente, só lhe restava o clássico recurso de não admitir e contra-atacar. E o que dizer dos negócios na Albânia, aos quais ele e José se haviam oposto desde o início? Já tinham investido 50 mil dólares na tumultuosa e pequena Albânia, e agora parecia que o governo italiano, em vez do grupo de Reis, receberia a autorização para instituir um banco central no país. Além disso, salientou o português, mesmo que não tivesse encontrado qualquer sinal de minério de ferro, a Companhia de Mineração da Angola Meridional detinha o controle de milhares de quilômetros, nos quais ainda se faziam trabalhos de exploração. Se não ferro, quem sabe brotaria da terra algum petróleo, muito mais valioso?

Apesar da divergência, Marang foi obrigado a admitir que, até aquele momento, Reis administrara muito bem os negócios. Agora eram milionários e, em breve, com a nova emissão, seriam multimilionários - e controlariam o Banco de Portugal.

Naquela noite, Marang ofereceu a Reis, a Antônio Bandeira e ao conde Simón Planas-Suárez, o embaixador venezuelano em Portugal, um jantar num hotel em Scheveningen, o popular balneário próximo à cidade de Haia.

A inclusão do venezuelano fazia parte de uma campanha iniciada por Reis após o incidente de Hennies com os funcionários da Alfândega em Lisboa. Desde então, nas conversas com Marang, Reis muitas vezes sugeria que o grupo poderia se valer de outro tipo de correio diplomático - cujas credenciais fossem absolutamente inquestionáveis. O segundo lote de notas da Waterlow seria quase duas vezes maior do que a primeira encomenda, e como Marang bem o sabia, o transporte das notas para Portugal deveria ser feito o mais rápido possível. Não lhes convinha mais fazer o transporte em pequenas remessas como no passado. Sabendo do orgulho que Marang tinha por seus vários passaportes diplomáticos, Reis procurou abordar a questão de modo delicado.

Antônio Bandeira tinha sugerido o nome do conde como um courier ideal. Conhecera Planas-Suárez em Lisboa. A amizade foi reatada quando este realizou uma série de palestras na Academia de Direito Internacional de Haia, em 1924.

Marang sugeriu que o embaixador venezuelano fosse recompensado pelo favor com um Ford cupê novinho em folha, mas Antônio, que conhecia intimamente os meios diplomáticos venezuelanos, julgou que esse presente não "estava de acordo com sua elevada estatura diplomática" Muito mais apropriado - e muito mais bem-vindo - seria uma quantia em dinheiro. Digamos, 200 mil escudos [9 mil dólares]. Em suas próprias notas de 500 escudos, é claro.

Desde 1904, dom Simón servira à Venezuela como ministro plenipotenciário sem remuneração na Áustria, Itália, Grécia, Holanda, Hungria, Romênia e Iugoslávia. Agora, encontrava-se em Portugal. Nasceu em 1879, em Caracas, em uma próspera família de classe média. O pai, Ricardo Planas Torres, dirigia um bem-sucedido negócio de importação e exportação de produtos europeus, e, em 1882, levou a família para uma longa estada em Paris. O jovem Simón retornou a Caracas para cursar a Universidade Central da Venezuela, onde concluiu um bacharelado em direito e um doutorado em ciência política. Começou, então, a escrever o primeiro de cerca de 20 livros sobre os mais diversos assuntos: arbitragem internacional, extradição na América Latina, história da diplomacia, o Tribunal de justiça da América Central, relações entre

Portugal e a América Latina. E, naquele ano, o diplomata elegante, embora carrancudo, de 46 anos de idade, completara outro volume: As doutrinas Monroe e Bolívar nas Relações Internacionais da América Latina.

Planas-Suárez dispunha de bastante tempo para os livros, pois o trabalho como embaixador estava longe de ser absorvente. Refinado e espirituoso - ao contrário de seus livros tão entediantes -, era sempre bem-vindo nas reuniões diplomáticas. Ele e a esposa formavam um casal popular em todos os postos por onde passava e, invariavelmente, era agraciado com inúmeros prêmios e honrarias estrangeiras, incluindo a Ordem de Cristo de Portugal e o título de Comendador da Legião de Honra da França. Tornara-se também conde da Santa Sé. Embora em seus dias de universitário gostasse de ser reconhecido como um livre-pensador, agora se orgulhava de ser um conde papal. De fato, insistia em ser reconhecido como conde Planas-Suárez, ainda que sua terra natal fosse ostensivamente uma república. Afinal, o bom amigo, o presidente Juan Vicente Gómez, era um ditador absoluto, quase um monarca.

Dom Simón não era um daqueles empobrecidos condes papais que circulavam por toda a Europa depois da Primeira Guerra Mundial. Sua esposa, cujo nome de solteira era Angelina Yudice Rossi, provinha de uma eminente família de San Salvador e dispunha de razoável renda pessoal.

Nesse jantar social em Scheveningen, informaram a dom Simón que Marang e Reis possuíam grande número de "documentos confidenciais" que desejavam transportar de Haia a Lisboa como bagagem diplomática. Obviamente, ficariam contentes em arcar com todas as despesas de dom Simón, que, por certo, seriam bastante pesadas em vista do número de malas envolvido.

Planas-Suárez afastou a idéia de que lhe recompensassem o favor. Bons amigos sempre estão dispostos a ajudar uns aos outros. Antônio Bandeira, porém, insistiu que seus amigos Karel e Artur considerariam aquilo um favor ainda maior se lhes fosse permitido pagar por todas as consideráveis despesas. Dom Simón reconsiderou sua posição. Nesse caso, é claro, ficaria contente em aceitar uma recompensa.

Imbuído dos dois úteis Ds da diplomacia - discrição e delicadeza-, o venezuelano não solicitaria qualquer informação adicional a respeito dos "documentos confidenciais" que enchiam tantas malas.

No fim daquela noite em Haia, Reis parabenizou Marang pelo modo astuto com que lidara com o embaixador.

-O mundo diplomático perdeu um grande talento, quando você se voltou para

o mundo dos negócios.

Marang ficou feliz em ouvir a confirmação de uma avaliação que havia muito fazia de si mesmo. E combinou com Reis que iria para Londres na noite de terça-feira, 28 de julho, para uma visita à Waterlow na manhã do dia seguinte.

Marang estava ansioso por essa visita. Seria bom rever os amigos sir William e Frederick Goodman. Justo naquela semana encarregara seu motorista de afixar as placas esmaltadas do Royal Automobile Club nos três automóveis. Precisava agradecer pessoalmente a Goodman pela filiação ao clube.

LONDRES, 29 DE JULHO DE 1925

Marang tomou o barco noturno para cruzar as 120 milhas entre Hook e Harwich e ficou satisfeito com a travessia especialmente tranqüila do canal da Mancha. Durante o inverno, enfrentara inúmeras viagens terrivelmente desagradáveis.

No escritório de sir William foi recebido efusivamente. Entregou a carta confidencial do presidente do Banco de Portugal a sir William, que convocou Frederick Goodman para que tomasse as providências necessárias, visto que Marang salientara a urgência com que o enorme pedido era aguardado - em Angola, é claro.

Embora já tivesse a outra carta do presidente, na qual estavam listados os nomes dos diretores e os números de série que deveriam figurar nas matrizes, Marang concluiu que seria mais inteligente de sua parte se a retivesse por alguns dias, como fizera no passado. Prometeu a sir William que receberia a carta necessária em um prazo de dez dias.

Quando se viu a sós com Frederick Goodman, Marang lhe agradeceu pela indicação ao Royal Automobile Club. Para demonstrar sua gratidão, desejava incumbir a Waterlow da impressão das 11.500 cautelas representativas de ações para o novo Banco de Angola e Metrópole.

Goodman ficou satisfeito com o negócio adicional, que confirmava a assiduidade de seu novo cliente.

-Há apenas uma pequena condição - afirmou Marang com um ligeiro sorriso.-Gostariamos que a usual referência ao nome da Waterlow & Sons no canto inferior das cautelas, bem como a marca-d'água no próprio papel, fossem eliminadas. Duas grandes gráficas de Lisboa são clientes importantes de nosso banco e não desejamos aborrecê-los com o fato de imprimirmos no exterior

quando precisamos de maior segurança.

Essa era a melhor desculpa que Alves Reis tinha conseguido imaginar. Quando Marang lhe falou pela primeira vez sobre a idéia de permitir que a Waterlow fizesse as cautelas para as ações do banco, não pensou nas conseqüências.

Após refletir um pouco mais, Reis percebeu que alguns de seus inimigos talvez considerassem uma curiosa coincidência que aquele novo banco, tão atarefado, imprimisse suas cautelas na mesma firma que fornecia papel-moeda para o Banco de Portugal. Para que correr esse risco? Bastava permitir que a Waterlow produzisse as cautelas - sem qualquer identificação da firma impressora.

Frederick Goodman prometeu que o departamento de gravação da Waterlow elaboraria, em alguns dias, um desenho condizente para as novas ações. No fim daquele dia, sir William tinha o novo contrato relativo às 380 mil cédulas pronto para a assinatura. Era quase idêntico ao assinado por ocasião da primeira encomenda. Obviamente, o preço da impressão era um pouco mais elevado: 2.850 mil libras [aproximadamente 14 mil dólares]. O primeiro lote de 50 mil cédulas estaria disponível em 28 de agosto, e o segundo, com as remanescentes 230 mil cédulas, um mês depois.

Marang assinou com um floreio e preencheu o cheque de 2.850 libras. Naquela mesma noite, retornou a Haia.

LISBOA, 12 DE AGOSTO DE 1925

José tinha passado as duas últimas semanas em Lisboa. Trouxera Fie Carelsen a Portugal e estava orgulhoso em apresentá-la a seus familiares e amigos. Não era mais o pequeno e inútil José, com antecedentes criminais. Era agora um "morgado"; um proprietário de terras.

José gastara 150 mil dólares na compra de três enormes propriedades: uma do conde da Guarda, a Quinta de Musgueria nos arredores de Lisboa; outra do marquês de Sagres; e uma terceira do marquês de Funchal. O cavalheiro do campo equilibrava as aquisições de propriedades rurais com sonoros investimentos na cidade. Em Lisboa, comprou uma frota de táxis e o controle acionário de uma importante fábrica de camisas que, havia muito, lhe fornecia o linho de sua escolha, e uma popular barbearia no centro financeiro.

Fie Carelsen lembrou assim sua visita a Portugal:

"O motorista nos conduziu a bordo do novo Hispano-Suiza a cada uma de suas novas quintas, nas quais José instalara vários membros de sua família para garantir o bom andamento dos negócios. Conheci uma irmã mais velha e um irmão mais novo adoentado. Era visível que ainda estavam intrigados com os afortunados rumos dos últimos anos da vida de José. Lembravam-se muito bem dos escândalos de seus crimes juvenis e da prisão, e agora o viam comprar quintas de condes e marqueses como se fossem cachos de uva.

"Fomos a todos os pontos turísticos de Portugal, como Sintra e Estoril. Foram férias maravilhosas. Fiquei muito feliz por José. Tudo corria às mil maravilhas. A sorte lhe sorria todos os dias.

"Freqüentemente havia presentes. José era muito generoso, mas a consideração que cada um deles representava era mais importante que o valor. Lembro quando, em Lisboa, eu estava com uma enxaqueca particularmente incômoda e ele me deu uma bela caixinha de pilulas, toda de ouro, com os seguintes dizeres: "Se meu grande amor não puder curar seu mal de tête, espero que esta caixinha o consiga"

Como sua amante era uma das maiores atrizes holandesas, foi muito apropriado que José auxiliasse o combalido teatro de Lisboa. Empréstou 640 mil escudos [cerca de 30 mil dólares] para a reforma e modernização do Teatro Ginásio. Enviou representantes para averiguar a possibilidade de compra do maior jornal de Lisboa, o Diário de Notícias, pelo qual estava disposto a pagar 9 milhões de escudos [cerca de 45 mil dólares].

Durante esse período vertiginoso e próspero, ele não se esqueceu das inúmeras outras mulheres que, ao longo da vida, ficaram à parte. A cada uma de suas cinco ex-amantes ofereceu belas recordações, em valores que iam de mil a 5 mil dólares. Um príncipe não faria melhor.

Quando, certa noite, perdeu 7 mil dólares no jogo no exclusivo Clube dos Patos, o velho amigo Oscar Zenha, que tinha sido promovido a secretário particular de José, estava em sua companhia. Diante da expressão assustada de Zenha, que se retorcia à medida que suas perdas se acumulavam, Bandeira deu-lhe um tapinha nas costas e riu jovialmente.

-Oscar, se eu perdesse somente 350 escudos [cerca de 10 dólares] você faria essa cara?

Zenha respondeu que até mesmo ele poderia se dar ao luxo de perder 250

escudos.

-Pois bem, Oscar, acredite em mim quando lhe digo que perdi somente 250 escudos esta noite.

Ele não poderia explicar a Zenha que esse era justamente o custo de impressão das 350 notas de 500 escudos perdidas no jogo.

LONDRES, 6 DE AGOSTO DE 1925

Ao reexaminar a nova encomenda que lhe fora entregue dez dias antes por Marang, sir William observou uma discrepância sobre a qual escreveu a Camacho. Na carta adiantou também informações que certamente seriam do conhecimento do presidente do banco, embora em Lisboa os detalhes das transações não costumassem ser tão cuidadosamente observados quanto em Londres.

Tenho o prazer em acusar o recebimento de sua carta de 20 de julho, que me foi entregue pelo sr. Marang van Ysselveere, na qual havia a instrução para que imprimissemos e entregássemos ao sr. Marang a quantidade de 380.000 (trezentas e oitenta mil) cédulas de 500 escudos, com a efigie de Vasco da Gama, do Banco de Portugal, a serem impressas com as matrizes que se encontram em nosso poder, e cuja produção está em andamento.

Devido à referência a esse pedido como "complemento" do primeiro, presumi que seja a continuação daquele, visto que se excederá o número total originalmente mencionado pelo sr. Marang.

Quando nos enviar os números e as assinaturas a serem impressos nas notas, ficarei grato se o senhor nos informar se esses números serão impressos em vermelho, como na primeira remessa da encomenda, ou em preto, como recentemente fomos instruídos pelo banco em relação a futuros pedidos.

Reitero-lhe minha alta estima,

Seu criado,

Marang recebeu esta carta em Haia junto com outra que lhe estava endereçada a respeito das cautelas do novo Banco de Angola e MetrÓpole. A carta a Marang concluía:

Anexamos aqui uma carta confidencial ao sr. I. Camacho Rodrigues que lhe solicitamos a gentileza de encaminhar, através dos canais usuais. Ficaremos contentes em receber o mais breve possível a relação de números e assinaturas necessários.

Marang prontamente enviou pelo correio a relação que recebera de Reis havia mais de duas semanas. Para Reis, que se encontrava no balneário de Carlsbad, enviou a carta que Waterlow endereçara a Camacho. Marang, é claro, leu a carta antes de enviá-la, e percebeu que Reis, cujo inglês não era muito bom, precisaria de auxílio na elaboração de uma suposta resposta de Camacho. Solicitou à sua secretária que datilografasse uma carta em inglês que servisse de modelo para Reis preparar a resposta à Waterlow.

Fica no ar uma pergunta: de que maneira Marang acreditava que Reis arranjaría em Carlsbad a assinatura de Camacho, que então se encontrava em Lisboa, para a resposta a sir William?

HAIA, 8 DE AGOSTO DE 1925

A maioria de nós já contemplou a possibilidade de cometer um crime - e desejou que tal crime pudesse ser cometido de modo reservado e impessoal, sem qualquer risco de ser descoberto. Porém, as mais sombrias intenções não são suficientemente perniciosas. Para cometer um crime, devemos atravessar - ou permitir que nos levem gradualmente nessa travessia - uma fronteira entre a expressão de um desejo e um ato de desespero... Haverá um momento ao longo de sua trajetória em que o criminoso reconheça ter cruzado essa fronteira e que seus mais terríveis projetos assumiram uma desconfortável concretude?

Peter Quennel

Teria Karel Marang percebido que se encontrava profundamente envolvido numa atividade estritamente criminosa e não em um empreendimento financeiro que envolvia uma certa dose, ainda que considerável, de corrupção?

Em sua longa busca por honrarias, riqueza e reconhecimento social, Marang, como muitos outros, havia cometido excessos, sonogado impostos, mentido e trapaceado quando necessário. No entanto, ao que se saiba, não se envolvera em nenhum grande e manifesto ato criminoso.

Nesse dia de agosto, em seu escritório, ao exibir sua recente prosperidade

através da aquisição de mais um automóvel, um pesado Lincoln americano, seria possível que não soubesse que era um dos protagonistas de uma trama criminosa?

Psiquiatras interessados em fenômenos psíquicos aventam a hipótese de que a verdadeira função da mente é preservar nossa sanidade, por meio da filtragem de boa parte dos milhões de mensagens aleatórias que nos chegam a cada segundo, provenientes de outras mentes. Quando os filtros se danificam ou funcionam de modo imperfeito, tornamo-nos esquizofrênicos. "Vozes" e "mensagens radiofônicas" nos bombardeiam por todos os lados e ficamos incapazes de manter a sanidade diante do zumbido ensurdecedor do excesso de comunicação.

O indivíduo saudável não só filtra as "mensagens" que não lhe dizem respeito, como possui uma proteção adicional: não precisa "ver" o que não deseja.

Exatamente o que o saudável Marang via, ouvia e compreendia é uma questão problemática. De fato, pode-se admitir que jamais percebeu estar envolvido numa trama criminosa, conforme a intenção de Alves Reis, que sabia intuitivamente ser mais apropriado que os comparsas vivessem seus papéis, em vez de simplesmente representá-los.

Em caso de desconfiança, Marang tinha inúmeros motivos sólidos para tranquilizar-se:

- Afinal, o ministro português na Holanda estava profundamente envolvido. É verdade que tinha suas fraquezas, mas, de qualquer forma, era um homem digno, em quem o governo português depositava sua tácita confiança. Além disso, a Waterlow & Sons, esse verdadeiro paradigma no mundo da impressão de segurança, não analisara cuidadosamente e aceitara os contratos para a emissão das cédulas?
- A bem da verdade, seu sócio, Alves Reis, elaborava cartas em Carlsbad assinadas pelo presidente do Banco de Portugal, embora o banqueiro se encontrasse em Lisboa. Reis explicara com toda a clareza a José Bandeira e Marang que os "homens" em Lisboa tinham tamanha confiança nele que assinaram papéis em branco, com o timbre do banco, para que utilizasse conforme a necessidade.
- Finalmente, as notas já estavam em circulação em Portugal havia mais de seis meses, sem qualquer sinal de suspeita por parte do Banco de Portugal. De fato, por ocasião dos preocupantes comentários sobre as novas notas de 500 escudos em circulação, o banco prontamente emitira um comunicado oficial a fim de tranquilizar os comerciantes rurais e os banqueiros.

Alves Reis levara a esposa e os três filhos a um estúdio fotográfico para tirar um retrato da família. Sua pose favorita o mostrava com uma bengala de junco, chapéu de feltro e jaquetão cinza, com um lenço branco de três pontas no bolso superior. O rosto rechonchudo e largo era o de um homem empreendedor e ciente de seus atos. Embora o dia estivesse quente, insistira, diante de poucos protestos, para que a esposa vestisse o novo casaco de pele russo.

Os três filhos, cuidadosamente vestidos para a ocasião, apareciam enfileirados, ao lado dos pais, por ordem de idade. Alves Jr., então com sete anos, vestia uma popular boina à Jackie Cooper e uma camisa de colarinho aberto; o pai colocara-lhe uma pequena flor azul na lapela. Os dois filhos menores estavam de calças curtas.

Reis encomendou duas dúzias de retratos, em moldura moderna, recortada e vertical, em vez do modelo tradicional. Enviaria cópias aos sócios e a vários membros de sua família e à de sua esposa.

Ele já havia demonstrado sua grande generosidade em relação aos membros de ambas as famílias. Para o sogro, adquirira em Lisboa dois prédios de apartamentos para alugar. Para o irmão mais novo, Álvaro Alves Reis, de 17 anos, financiava cursos de comércio e de línguas em Amsterdã e lhe prometera, quando se formasse, uma boa colocação no Banco de Angola e Metrópole.

Para a correspondência que precisasse fazer durante sua estada em Carlsbad, Reis levara uma máquina de escrever portátil Corona. Os freqüentes telegramas que os sócios lhe enviavam de Lisboa e de Haia precisavam ser decodificados, e as respostas eram enviadas igualmente em código. Um verdadeiro aborrecimento. Mais de uma vez lamentou não ter levado um de seus fiéis funcionários a Carlsbad para fazer o trabalho de decodificação e datilografia de toda aquela correspondência. A esposa levara a governanta dos meninos, bem como sua criada pessoal, a fim de dispor de mais tempo para si mesma durante os banhos e as compras de cristais tchecos.

Quase todos os dias, chegavam de Lisboa cartas e telegramas de José, que, quando não estava apresentando sua amante aos amigos e à família, supervisionava os negócios do grupo. No entanto, nunca era demais alertá-lo, de tempos em tempos, de que alguns prazos eram inexoráveis. Conforme escreveu Reis:

Tudo deverá estar em funcionamento em 30 de setembro. O prédio na rua do

Comércio está demorando demais para ficar pronto, e, apesar de no início parecer bastante amplo, assegure-se de que vai atender às nossas necessidades. Embora tudo indique que, em março de 1926, [o controle acionário do Banco de Portugal] seja nosso, ainda que isso não se concretize, o espaço é demasiado restrito para o que temos em mente.

Agora Reis podia falsificar facilmente a assinatura do presidente do banco, sem a necessidade do árduo trabalho de copiá-la de uma cédula e, em seguida, ampliá-la. Numa de suas próprias folhas com o timbre do Banco de Portugal, datilografou:

Prezados senhores:

Em resposta ao favor de 6 do corrente, informo-lhes que estou plenamente de acordo com o conteúdo. Em relação aos números, solicito encarecidamente que a impressão seja feita com tinta vermelha.

Espero que a execução do pedido tenha sua irrestrita atenção.

Cordialmente,

I. Camacho Rodrigues

A pequena máquina portátil estava ligeiramente desalinhada, mas sir William estava familiarizado com o papel timbrado e não lhe chamou a atenção o fato de o Banco de Portugal não dispor de melhores datilógrafos.

Sir William estava mais preocupado com uma descoberta feita por Roland Springall. A última encomenda de Camacho, apresentada por intermédio de Marang, solicitara notas que teriam os mesmos números de série das notas de 500 escudos, que, a pedido de Romer, haviam sido impressas um ano antes para o Banco de Portugal. É verdade que lhe haviam dito que, assim que as notas chegassem à colônia, receberiam um carimbo "ANGOLA, mas ainda assim...

Frederick Goodman, ao verificar as assinaturas dos diretores que figurariam no novo lote, observou um possível equívoco entre os nomes listados.

Sir William ficou ligeiramente preocupado. Como deveria abordar essa questão? Mandou chamar seu advogado particular, Messer, que tanto lhe auxiliara no passado ao esclarecer certos aspectos dos contratos entre Reis e Angola. Messer afirmou que se deveria informar Marang a respeito dos erros e sugeriu os termos de uma carta, que sir William despachou naquele mesmo dia, na qual se lia a seguinte passagem:

Parece-nos haver um erro de datilografia (abaixo mencionado), mas, além disso, é importante ressaltar que as notas, até que recebam o carimbo em Angola, serão idênticas, incluindo os números de série, às encomendadas pelo banco em 1922. Presumimos que isso seja do conhecimento do presidente.

Em relação ao erro a que nos referimos, um dos signatários, mencionado em oito ocasiões, aparece como A. Pereira Lima. Não dispomos de nenhuma assinatura referente a esse diretor; não se trataria de A. Pereira Júnior, do qual possuímos o modelo correspondente? Em caso contrário, pedimos o favor de enviar o fac-símile da assinatura de A. Pereira Lima.

Em resposta à sua pergunta, 50 mil cédulas estarão à sua disposição em 28 de agosto, conforme o combinado.

Além disso, sir William anexou uma carta a ser enviada por Marang a Camacho.

Reis ficou aborrecido consigo mesmo devido a esse erro grosseiro. Era a terceira vez que cometia um deslize dessa monta desde que começara esse enorme empreendimento criminoso. Felizmente, em todas as ocasiões, a providência lhe abençoara com os meios necessários para corrigir os erros sem maiores dificuldades. Parecia claro que seus planos se concretizariam com sucesso. Certamente teria sido muito mais difícil se Marang não tivesse conquistado a confiança de sir William, a ponto de algo que seria suficiente para despertar uma perigosa suspeita ter se tornado apenas um insignificante erro de datilografia.

Em seguida, telegrafou a Marang:

USAR ASSINATURA PEREIRA JÚNIOR NA IMPRESSÃO. JAMAIS PEREIRA LIMA. EM CARTA HOVE ERRO DATILOGRAFIA.

Seguiu, então, pela última vez para os banhos minerais. Graças a Deus, as "férias" em Carlsbad chegavam ao fim. As prescrições de água mineral o deixavam enjoado.

De Haia, Marang escreveu, em seu inglês peculiar, a Waterlow:

...sua observação estava exatamente correta. Portanto empregue a matriz com a assinatura do sr. A. Pereira Júnior.

Em relação à numeração, agradeço-lhe bastante a informação e, para sua tranquilidade, informo-lhe que, justamente por serem destinadas a Angola, o

presidente determinou que a mesma numeração fosse atribuída às cédulas.

Pela primeira vez, ele teve a certeza de que não era necessária uma mensagem específica do presidente do banco a respeito da duplicação da numeração.

PARIS, 27 DE AGOSTO DE 1925

Na manhã dessa quinta-feira, Alves Reis tinha convocado o grupo para uma importante reunião às vésperas da entrega do primeiro lote de notas da segunda encomenda feita à Waterlow.

Dessa vez, ele e a esposa estavam sozinhos em Paris. A governanta, acompanhada dos filhos do casal, tinha ido visitar a irmã em Estrasburgo.

Havia vários assuntos importantes em pauta, e Reis, na condição informal de presidente, marcara a reunião em sua suíte no Claridge para as onze horas da manhã, muito cedo para os padrões de um negociante português.

Primeiro, a entrega do lote inicial das novas notas. Dessa vez José acompanharia Marang a Londres e se encontraria com o pessoal da Waterlow para que, no futuro, ele próprio pudesse se encarregar dessa tarefa, caso necessário.

Segundo, a questão da distribuição das notas. Dessa vez, explicou Alves Reis, adotariam uma rotina distinta - por sugestão, é claro, dos "homens" do Banco de Portugal. As notas seriam contadas no escritório de Marang em Haia e cuidadosamente retiradas da ordem numérica. Era uma medida de segurança pequena, mas relevante. Cédulas novas em seqüência talvez despertassem curiosidade indesejável em alguns banqueiros rurais, e o resultado poderia se assemelhar ao pânico de maio. Para essa tarefa, Reis sugeriu o nome de um de seus auxiliares de escritório, Justino de Moura Coutinho, no qual depositava absoluta confiança. Além disso, por não falar nenhum outro idioma além do português, não teria possibilidade de fofocar com algum funcionário de Marang que porventura ficasse curioso com a presença, por várias semanas, de um desconhecido no escritório.

Em seguida, discutiram o acordo com dom Simón, o embaixador venezuelano em Portugal, que concordara em facilitar para o grupo a entrada em Lisboa de várias malas de "documentos confidenciais" provenientes de Haia. Além disso, guardaria de bom grado as malas em seu apartamento na capital portuguesa, que

também funcionava como missão diplomática. Infelizmente, parecia haver um mal-entendido por parte de Planas-Suárez, em relação à quantia que lhe seria paga, conforme havia sido acertado em Haia. Ele desejava receber mais. A negociação em nome do grupo caberia a José, que indicara o embaixador para atuar como correio privilegiado. Naturalmente, o pagamento seria feito com as novas notas de 500 escudos, mas, ainda assim, não havia motivos para desperdício de dinheiro: adiante o grupo ainda teria muitos gastos significativos.

Confiante, José aceitou o encargo:

-Deixem-me lidar com ele.

Agora que se tornara diretor-gerente do novo e importante Banco de Angola e Metrópole, sentia-se disposto e até mesmo ansioso para comprovar sua capacidade como financista e negociador.

Reis abordou, então, o negócio albanês. Embora não visse com entusiasmo os investimentos naquele país, ele e José haviam concordado em se unir a Marang e Hennies como co-investidores. Agora, sem a menor dúvida, havia chegado a hora de contabilizar as perdas e dar o fora. O novo ditador italiano, Benito Mussolini, firmava sua hegemonia no território albanês, e os outros capitais estrangeiros não pareciam bem-vindos.

Marang queria defender o investimento no país, mas o negócio já não o atraía. Reis estava com a razão. Os 65 mil dólares investidos em vários empreendimentos locais - além das propinas - não dariam lucro. E a esperança de obter o direito de emitir papel-moeda para o novo banco em troca de ouro já não era mais sequer remotamente possível, pois, com efeito, uma semana depois o novo Banco Nacional da Albânia foi criado sob os auspícios de um empréstimo italiano. Marang ficou tentado a comentar, em tom de ironia, as perdas ainda maiores que possivelmente teriam com a Companhia de Mineração da Angola Meridional, mas para que introduzir uma nota de discordância num encontro dedicado à proteção e ao cuidado de sua crescente prosperidade?

Havia questões de menor importância a respeito do Banco de Angola e Metrópole. Reis queria nomear seu assessor, Ferreira, diretor. Sabia quanto este ambicionava essa honra. Há muito um de seus mais fiéis assistentes, Ferreira dedicara longas horas ao trabalho e nunca traíra sua confiança.

A nomeação foi apoiada e aprovada por unanimidade.

Discutiram-se, em seguida, as futuras compras de imóveis que o grupo faria através da recém-organizada Companhia Comercial Holanda & Portugal, em

que teriam participação equitativa. A sede seria em Haia, de acordo com a tática recentemente adotada de manter, cada vez mais, o controle de seus investimentos fora de Lisboa. Em conjunto, os quatro dispunham, então, de mais de 750 mil dólares em contas na Inglaterra, França, Suíça e Holanda.

Por fim, debateu-se a viagem que Reis e Hennies planejavam fazer a Angola. Lá verificariam os resultados dos investimentos já feitos e buscariam novas oportunidades que lhes assegurassem melhor emprego do capital.

Às duas horas da tarde, o encontro terminou com uma troca de congratulações. Fizeram vários brindes ao banco de sua propriedade, o de Angola e Metrópole, bem como ao Banco de Portugal, que tornara possíveis todas aquelas conquistas e que, em breve, seria deles.

Então, para coroar a magnífica jornada, havia uma carta que Reis acabara de receber de Ferreira, seu lugar-tenente em Lisboa. Enquanto o Banco de Angola e Metrópole prosperava e atuava com esplêndido vigor

vários bancos em Portugal estão à beira de fechar as portas ... a maior parte devido às retiradas feitas pelo governo nas filiais africanas ... a situação está desesperadora em Angola e em Moçambique e esses bancos quebrarão a qualquer momento, a menos que ocorra alguma mudança drástica.

Ferreira provou ser um legítimo profeta. De fato, cinco dos sete bancos arrolados fecharam as portas nos meses seguintes. A falência do Banco do Minho proporcionou uma satisfação especial a Reis, pois alguns de seus diretores estiveram por trás de sua prisão no caso da Ambaca.

Entretanto, o mais importante era o fato de que o fechamento desses bancos significava que o Banco de Angola e Metrópole enfrentaria muito menos concorrência na compra de moeda forte estrangeira.

LONDRES, 29 DE AGOSTO DE 1925

O verão tinha sido úmido e com muito pouco sol, mesmo para Londres. Porém, para José, era como se estivesse penetrando na resplandecente e dourada capital do mundo. Ali chegava como o honrado diretor-gerente de um banco importante e não como o jovem perdido que havia roubado alguns trocados de uma companhia britânica de navegação em Lisboa; ou o sujeito assustado preso pela polícia britânica na África do Sul por crimes de ridícula banalidade. Chegava, sim, como o orgulhoso membro de um grupo econômico que estava prestes a adquirir cerca de 9,5 milhões de dólares em cédulas ricamente impressas. Um

Monte Cristo não alcançaria reabilitação mais apropriada.

De sua suíte no Carlton, Marang telefonou à Waterlow para avisar a Springall que, dentro de uma hora, apareceriam para receber o primeiro lote de notas. Springall informou que tudo estava pronto e que, dessa vez, encomendara malas ainda mais resistentes, visto que Marang reclamara que as fechaduras das anteriores se romperam durante a viagem. Então, acrescentou:

-A propósito, temos hoje um visitante do Banco de Portugal.

O coração de Marang quase parou, mas conseguiu perguntar com naturalidade quem era o visitante. Era José Armando Pedroso, diretor-técnico do setor de impressão do Banco de Portugal e seu principal especialista em falsificações.

-Ele prestigiou nosso pavilhão na Exposição do Império Britânico em Wembley - continuou Springall - e está visitando nossa fábrica a fim de conhecer as máquinas automáticas de numeração.

Marang logo decidiu que talvez não fosse o melhor dia para apresentar José aos executivos da Waterlow. Havia boa chance de que Pedroso não fosse aos escritórios dos diretores na Great Winchester Street e, provavelmente, permanecesse na fábrica da Scrutton Street, em Finsbury, uma das oito unidades da Waterlow naquela área. Mas, como Marang também recebia as cédulas na fábrica, ainda havia a possibilidade de uma confrontação. Para que se arriscar?

Informou a José a mudança nos planos.

-Embora Pedroso jamais me tenha encontrado, talvez o reconheça e certamente não desejamos levantar qualquer suspeita de que haja uma relação entre os diretores do Banco de Angola e Metrópole e a Waterlow & Sons.

José concordou com relutância. Ainda que Pedroso não o identificasse, poderia reconhecê-lo como um compatriota. José tinha a inequívoca aparência de um português: baixo, de rosto magro e moreno.

A Waterlow tinha orgulho especial do trabalho executado na fábrica da Scrutton Street. O autor do livro sobre a história da companhia, Under Six Reigns, descreveu-o como um edifício construído

...para todas as atividades relacionadas à produção de papel-moeda, selos postais, cautelas de ações....Milhões de cédulas passam anualmente por esse departamento com destino a uma grande quantidade de países estrangeiros e

a muitos bancos da Escócia e das colônias. Durante o processo, são observadas as mais estritas e perfeitas precauções ... Os prédios estão sob constante vigilância, e os diretores se revezam com o intuito de visitar as fábricas no período noturno e transmitir ao presidente o informe de que tudo opera normalmente...

A missão de Pedroso era um tanto delicada: estava ali como espião industrial patriota.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o Banco de Portugal imprimira seu próprio papel-moeda, mas não dera continuidade à produção, que se fazia sob a supervisão de Pedroso, pois o equipamento tinha quebrado, e não foi possível adquirir um novo. Agora, Pedroso se encontrava em Londres para inspecionar o equipamento de numeração da Waterlow mais de perto com o intuito de verificar se, de algum modo, poderia copiá-lo para que o Banco de Portugal pudesse retomar sua própria produção de papel-moeda.

Roland Springall, que havia providenciado a visita de Pedroso, sabia de seus propósitos, mas teria sido extremamente indelicado despachar o representante de um cliente tão importante.

Pedroso observou, durante horas, o funcionamento das máquinas de numeração que imprimiam os números de série das notas de 500 escudos da encomenda de Marang. Todavia, como Pedroso sabia que a Waterlow ainda imprimia notas de 500 escudos para o Banco de Portugal em conformidade com o contrato assinado em 1922 - o grande golpe de Romer -, não tinha motivos para perguntar quando essas notas chegariam ao Banco de Portugal.

Foi uma sorte para Springall, que ficou atormentado com a possibilidade de que ele lhe fizesse tal pergunta, pois não saberia como respondê-la.

Pedroso tampouco encontrou Marang. Depois que suas 50 mil cédulas, que pesavam mais de 200 quilos, foram colocadas em duas fortes malas de couro curtido, Marang foi levado até o guarda-volumes da estação de Liverpool Street por Springall e George U. Rose Jr.

Rose, então com 60 anos, era gerente da fábrica de cédulas da Waterlow em Scrutton Street. Depois de trabalhar muitos anos no Bureau de Gravação e Impressão dos Estados Unidos, em Washington, com cédulas americanas, fora para a American Bank Note Company auxiliar a dirigir a grandiosa fábrica da empresa no Bronx, na cidade de Nova York. Sir William, que nutria enorme respeito pela competência técnica da firma americana, atraiu Rose com um

polpudo contrato de sete anos.

No táxi que os levava à estação, Marang comentou com Rose:

-O transporte seguro dessas cédulas é uma grande responsabilidade para mim.

George Rose procurou tranquilizá-lo:

-Frequentemente, a forma mais simples é a mais segura, mas entendo que o senhor não goste de tamanha responsabilidade. Creio que posso afirmar que transportei mais dinheiro como bagagem pessoal do que qualquer outro indivíduo na face da Terra.

Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, deram-lhe a incumbência de levar uma quantia de vários milhões de dólares do Bureau de Gravação para São Francisco.

Ao despachar as malas, com cerca de i milhão de dólares em cédulas, Marang, mais tranquilo depois de ouvir as histórias do experiente George Rose sobre o transporte de dinheiro, tomou um táxi para o Carlton.

Ele e José retornaram a Haia naquela mesma noite. José não perdera a viagem completamente. Na Bond Street, comprou bolsas para dar de presente a vários amigos.

Ao chegarem ao escritório de Marang em Haia - onde Coutinho já se encontrava instalado numa sala batizada de "escritório do delegado" -, José telegrafou a Alves Reis.

CHEGADA SEGURA. TUDO EM ORDEM. TRABALHO SEPARAÇÃO INICIADO.

LISBOA, 14 DE SETEMBRO DE 1925

Em princípio, o conde Planas-Suárez deveria se encontrar com José, Marang e Coutinho em Paris, onde se encarregaria da nova encomenda de papel-moeda e a levaria no Sud Express até Lisboa. Mas ele quebrou uma perna durante as férias em Dax, no sudoeste da França. O conde sugeriu que embarcasse ali, em vez de regressar a Paris. Reis, que se reunira ao grupo em Paris, concordou.

Num momento de imprudência, Reis pensou em colocar suas 17 malas, um

carrinho de bebê e duas bicicletas na bagagem do diplomata, mas, condizente com seu novo papel de banqueiro e financista internacional, desprezou expediente tão vergonhoso. Na fronteira portuguesa, pagou uma tarifa de importação de 225 dólares, em virtude de uma toalha de linho e dos cristais que sua esposa comprara na Tchecoslováquia e na Alemanha.

Em Lisboa, as malas de dinheiro seguiram primeiro para o apartamento de Planas-Suárez, onde se procedeu a uma rápida recontagem a pedido do próprio venezuelano, que, com sagacidade, antecipara-se aos demais, que só não sugeriram o mesmo por falta de coragem. Após a rápida verificação, José e Coutinho levaram as malas para o Banco de Angola e Metrópole.

Agora, fora da seqüência numérica, as notas inundaram rapidamente a economia portuguesa, através da compra de imóveis, da aquisição de moeda estrangeira, da realização de empréstimos e da aquisição de ações do Banco de Portugal.

Todavia, o controle do banco não se alcançaria com a facilidade imaginada por Reis.

O estatuto do banco explicava algumas dessas dificuldades. O artigo 75 esclarecia que somente os acionistas que possuísem, no mínimo, 50 ações tinham direito a voto nas assembleias ordinárias e extraordinárias do grupo. Além disso, as ações deveriam estar integralizadas.

O artigo 77 apresentava outra restrição:

Nas assembleias, os acionistas dispõem de um número de votos proporcional ao número de ações que possuem, mas ninguém tem direito a mais de cinco votos. De 50 a 90 ações, 1 voto; de 100 a 149, 2 votos; de 150 a 199, 3 votos; de 200 a 249, 4 votos; de 250 em diante, 5 votos.

Somente um "português, natural ou naturalizado, detentor de mais de 5 mil ações do banco, pode ser eleito diretor dessa instituição" Além disso, havia restrições ao nepotismo:

Artigo 70. Os seguintes não poderão ser conjuntamente membros do Conselho Geral do Banco:

i. Dois ou mais membros de uma corporação comercial ou dois ou mais diretores de uma mesma companhia.

2. Pai e filho, irmãos, tio e sobrinho, cunhados, pai e genro, padrasto e enteado.

Em 1925, o Banco de Portugal possuía 97 mil ações, que correspondiam a exatos 1.734 votos. Com o intuito de garantir 900 votos - uma margem segura de controle -, Reis e seu grupo deveriam comprar ao menos 45 mil ações, de preferência em grupos de 250 a cada vez para que não houvesse desperdícios. Para que comprar 255 ações quando se poderia obter o máximo de votos com apenas 250 ações?

Muitas ações, como era do conhecimento de Reis, jamais chegariam ao mercado, exceto a preços exorbitantes, pois se encontravam nas mãos de algumas das mais tradicionais famílias portuguesas, seu quinhão permanente na estrutura de poder da terra. Os governos podem passar - e em Portugal, entre 1910 e 1925, o governo se tornara uma verdadeira porta giratória -, mas o Banco de Portugal permanecia.

Uma dificuldade adicional: as compras não poderiam ser feitas completamente no escuro. Muito antes de que Reis pudesse assumir o controle, o Banco de Portugal tomaria conhecimento de suas intenções. Inevitavelmente, diante da oferta de venda, alguns potenciais vendedores também ofereceram

suas ações ao banco, em parte devido a um vago sentimento de patriotismo, mas principalmente na esperança de alcançar preços mais elevados. Como diz o provérbio: na água revolta pesca o pescador.

Mas eles iriam saber, como Reis havia descoberto através do artigo 21 do estatuto da instituição, que o banco estava "expressamente proibido de comprar suas ações com recursos próprios".

Isso, no entanto, poderia ser contornado sem maiores dificuldades. As ações não poderiam ser adquiridas pelo banco, mas por seus amigos: banqueiros privados, corretores que pudessem descontar suas promissórias na instituição e muitos outros.

Quando Reis iniciara suas compras, as ações do Banco de Portugal valiam cerca de 40 dólares. O preço subira de modo constante, e agora uma ação custava entre 68 e 70 dólares.

Nesse dia, Reis avaliou sua posição. O grupo possuía, registradas por pessoas "de confiança", cerca de 7.100 ações, que totalizavam 140 votos. Havia ainda um longo caminho a percorrer. Talvez demasiado longo.

Desejou ter passado o verão em Lisboa, em vez de seguir para Carlsbad, onde ficara praticamente isolado. De agora em diante, permaneceria patrioticamente fiel aos balneários portugueses.

Antes de partir para Carlsbad, enfatizou a José a importância da compra das ações do Banco de Portugal. Recomendou também que, embora tivesse o cuidado de não jogar dinheiro fora, José não deveria pechinchar, afinal não estavam adquirindo tapetes num bazar. Para conquistar o controle de Portugal, deveriam pagar ocasionalmente um preço acima do mercado pelas ações.

Obviamente Reis não poderia exagerar nas recomendações a respeito desse assunto, pois agora que José era diretor-gerente do Banco de Angola e Metrópole seu amor-próprio aumentara significativamente. Qualquer reparo às suas deficiências o melindrava.

Alves Reis sabia que José gastara boa parte de seu tempo procurando apurar quem eram os acionistas do banco. Essas pessoas não apareciam em listas públicas e o banco não divulgava os nomes. Se fosse pressionado, inevitavelmente José se voltaria para Reis com a incômoda pergunta:

- Por que não solicita a lista a seus amigos no banco? Isso facilitaria muito meu trabalho.

Por duas vezes, Alves Reis ficara tentado a chamar José para uma conversa reservada, depois de um jantar íntimo, para pôr fim àquela mentira. Tinha, até mesmo, ensaiado um pequeno discurso:

Meu caro José, passamos por muitas coisas juntos nos últimos oito meses e lucrámos enormemente com nossa associação. Agora chegou a hora de lhe falar mais francamente do que tenho ousado fazer com você ou qualquer um de nossos sócios.

Por certo, neste momento, você já tem conhecimento de que os "contratos" entre o Banco de Portugal e Alves Reis são falsos, que a única maneira de obter a assinatura de Camacho, durante minha estada em Carlsbad, era falsificando-a. Já estivemos na prisão e certamente não precisamos fingir um para o outro como fazemos diante do hipócrita de nosso sócio, Marang.

Agora que nos entendemos, devo lhe dizer com firmeza que, a menos que você se dedique com todo o afinco à compra dos títulos do Banco de Portugal, seremos derrotados e, com certeza, presos. Não temos alternativa: ou nos tornamos donos do banco ou nos trancam para sempre na prisão.

Enquanto estiver na África com Hennies, devo confiar em você para dar continuidade aos negócios a qualquer custo. Devo falar outra vez com firmeza, quase como um pai, ainda que você seja mais velho. É agradável observar seus prazeres juvenis com as mulheres, com o jogo, com as festas nas boates, mas chegou a hora de colocar tais prazeres de lado até que estejamos seguramente no controle.

Como José reagiria a uma conversa de homem para homem? Alves Reis foi obrigado a admitir que não estava seguro. José se tornara cedo demais um homem muito rico e poderoso. Uma confissão franca poderia ser um incentivo a que se dedicasse com afinco à sua principal tarefa, ou motivo de pavor. Ele poderia simplesmente transferir todos os bens para o exterior e fugir - com uma breve parada em Haia a fim de alertar o irmão.

Reis estava inseguro a respeito da reação que provocaria, porém algo mais o impedia de compartilhar seu grande segredo: ainda tinha imenso orgulho do plano que elaborara com tanta astúcia e habilidade. Assemelhava-se, de certa forma, à curiosa garrafa auto-suficiente sobre a qual lera. O grande matemático alemão, Felix Klein, tinha morrido recentemente, e um jornal publicou uma reportagem sobre a garrafa de Klein, cujas paredes se voltavam para o próprio gargalo, de modo a se tornar "uma superfície unilateral, fechada e sem limites".

Não, a conversa com José não era bem-vinda. Em vez disso, ele instruiria Ferreira a participar mais ativamente das compras das ações do Banco de Portugal. Ferreira agiria com sensatez e compreenderia que ele e José não poderiam competir veladamente entre si para não levar a uma enorme alta dos preços.

Reis não esquecera a devoção e a grande dedicação de seus "amigos fiéis e verdadeiros": Ferreira tinha recebido um bônus no valor de 20 mil dólares; Silva, cerca de 15 mil, quantias vultosas para os padrões de Lisboa na época, onde um bom gerente se contentava com rendimentos anuais de 1.200 dólares. Mas a lealdade era genuína, não apenas comprada. Pouco antes de Alves Reis partir para Angola, Silva escreveu ao irmão, de Lisboa, aonde fora após deixar o Porto

... com o único propósito de se despedir do meu grande amigo, o engenheiro Alves Reis. Meus interesses estão ligados aos dele por uma confiança semelhante à que deposito em você - uma pura e íntima afeição fraterna. Alves Reis é meu outro eu, numa escala maior e mais grandiosa...

A fidelidade que Reis devotava a Angola era responsável por alguns dos maiores investimentos e empréstimos do Banco de Angola e Metrópole. Em 14 de agosto, o banco assinou um contrato com a Aboim Company of Angola, que tinha enormes plantações de dendê e uma ferrovia.

O banco emprestaria à firma 50 mil dólares no ato da assinatura, outros 50 mil em 1º de setembro e em 15 de outubro, e, por fim, 20 mil dólares nos últimos meses do ano, de acordo com as necessidades da empresa. O dinheiro era emprestado a juros baixos: a Aboim concordava em pagar 10% nas parcelas pagas em 1925 e 12% nas parcelas subseqüentes. Além disso, o banco garantiu a opção de compra de 90 mil ações da empresa e poderia, a qualquer momento, comprar sua maior fábrica de óleo de dendê por 200 mil dólares.

A taxa de juros era modesta para os padrões angolanos. Todavia, o fato de o banco conceder o empréstimo em libras esterlinas, em vez de no depreciado escudo angolano, fazia com que uma taxa de meros 10% fosse extraordinariamente generosa.

Um negócio em moldes semelhantes foi fechado com a Companhia de Minas de Cobre de Bembe, que explorava diversas jazidas na região. O banco auxiliaria a empresa a financiar uma ferrovia que ligasse as minas ao porto de Luanda. Adquiriu-se igualmente o controle acionário de um importante jornal de Angola, O Gráfico. Também foi feito grande empréstimo, com opção de compra, à Companhia Quissamã de Agricultura Ltda., uma imensa fazenda de copra. E

assumiram o controle da maior firma de exportação da colônia, a Companhia Mercantil de Portugal e Angola.

Em setembro, o Banco de Angola e Metrópole abriu filiais nas principais cidades da colônia. Numa entrevista coletiva, em meados de setembro, Alves Reis anunciou que chefiava uma missão técnica de consultores em desenvolvimento que seguiria para Angola em outubro com o objetivo de realizar um levantamento dos problemas da região. Entre as principais prioridades do grupo estaria a possibilidade de estabelecer mil famílias portuguesas nos planaltos de Benguela e Moçâmedes. O ministro das Colônias tinha prometido toda a ajuda possível aos visitantes.

A chegada de Alves Reis foi destaque em todos os jornais angolanos, e um editorial louvou o novo banco como "um instrumento altamente consciente para o desenvolvimento de Angola".

No Porto e em Lisboa, os agentes do banco convertiam com rapidez as notas de 500 escudos em moedas fortes estrangeiras, que, por sua vez, eram transferidas para vários bancos ingleses e holandeses. Em outubro de 1925, só o Westminster Bank de Londres recebeu mais de 400 mil dólares provenientes do Banco de Angola e Metrópole.

Com numerosos investimentos também em Portugal, o novo banco trouxe considerável implemento para a economia. Tomé Vieira, que ocupou o cargo de editor do Diário de Notícias de Lisboa e era, no último semestre de 1925, repórter em Lisboa, lembrou que

havia grande quantidade de dinheiro em circulação. Os empréstimos tornaram-se acessíveis. Havia maiores oportunidades de emprego. Construíam-se novos edifícios. Nas lojas de departamento, as vendas aumentavam. Tudo se expandia. Creio que, na eventualidade de uma candidatura à Câmara dos Deputados, Alves Reis seria eleito com facilidade. Saudavam-no como o grande gênio financeiro que resgatara Portugal da crise econômica.

Havia muitos favores pessoais. Um conhecido, com lágrimas nos olhos, procurou Reis no banco. A menos que pudesse levantar 75 mil escudos, iria para a cadeia por desvio de dinheiro na repartição pública em que trabalhava... Tinha esposa e três filhos.

Reis levantou-se da mesa, colocou o braço no ombro do sujeito e pediu que parasse de chorar. Chamou um funcionário:

-Dê 75 mil escudos [cerca de 3,7 mil dólares] a este homem.

Um comerciante de Lisboa, que conviveu com Reis naqueles dias, recordou que

quando ele entrava na sala, imediatamente assumia o controle. ... Parecia sempre adivinhar o que se ia dizer a ele antes que se pudesse abrir a boca. Ouvia com atenção, como se estivesse de fato interessado no que lhe diziam, e era bastante popular, graças à sua ótima memória para fisionomias e nomes. Teria sido um grande político e, caso concorresse à Câmara dos Deputados, tenho certeza de que se tornaria sem demora um ministro de Estado.

Mesmo no auge de sua popularidade, quando articulava negócios com cifras de milhões de escudos, Alves Reis encontrava tempo para reforçar os pilares de seu grande crime. Ao tomar conhecimento de que um parente distante possuía um pequeno débito pessoal de 600 escudos [cerca de 30 dólares] com Camacho Rodrigues, não teve dificuldade em convencer o devedor de que, para um importante banqueiro como Alves Reis, seria uma desonra ter um parente em débito, ainda que se tratasse de meros 600 escudos, com o presidente do Banco de Portugal. Era só um pretexto, mas quem se incomodaria em ter suas dívidas pagas sem qualquer esforço?

Reis escreveu a Camacho Rodrigues a fim de comunicar-lhe o desejo de saldar uma velha dívida de Luís Filipe Fernandes Alves. Assim que o presidente enviasse, através de um emissário, um recibo assinado por ele ao escritório de Alves Reis, o dinheiro seria pago.

O pagamento de velhas dívidas esquecidas é particularmente bem-vindo. Embora fosse o banqueiro mais importante de Portugal, os rendimentos do presidente não passavam de 3 mil dólares por ano. Por isso, até mesmo aqueles módicos 27 dólares lhe seriam úteis.

Numa folha de papel timbrado da presidência do Banco de Portugal, Camacho escreveu a Alves Reis:

Acuso o recebimento de sua carta do 23 do corrente, na qual o senhor me autoriza a receber em seu escritório os atrasados que meu amigo Fernandes Alves pôs à minha disposição por intermédio de seus bons serviços. O portador lhe entregará o recibo correspondente.

Com a mais alta estima,

Atenciosamente,

1. Camacho Rodrigues

Reis ficou fascinado ao ver quanto seu conceito a respeito do papel timbrado usado pelo presidente - que tinha sido empregado com tanto sucesso junto à Waterlow - diferia do original. Com o brasão português, a versão de Reis era muito mais graciosa. Além disso, Reis, entre espantado e divertido, observou as pequenas discrepâncias entre a verdadeira assinatura do presidente e a que ele havia usado nas falsificações, que tinha letras mais grossas e regulares que a original.

Começou a praticar a nova assinatura, mas concluiu que, àquela altura, uma mudança seria perigosa. Para que mudar o que dera certo? Guardou, então, a carta no cofre. Quem sabe quando lhe poderia ser útil aquele agradecimento por parte do presidente do Banco de Portugal pelo pagamento de uma dívida?

Embora o grupo de Reis tivesse adquirido mais ações do Banco de Portugal, o total não passava de 9 mil.

ANGOLA, 8 DE OUTUBRO DE 1925

Os triunfos em Lisboa foram interrompidos somente pela viagem a Luanda, onde a comitiva de Reis - a esposa; Hennies; Albano Teixeira da Silva, um chefe de departamento do Banco de Angola e Metrópole; e Jaime Mendonça, secretário particular de Reis - foi recebida com entusiasmo caloroso e discursos de boas-vindas. Reis não exagerou quando mais tarde recordou:

Fui recebido pelas autoridades com o amor devido a um messias que carregasse um pote de ouro. Tinha muitos amigos em Angola, e até mesmo meus inimigos reconheceram a força de vontade de um homem que desejava desenvolver a riqueza da nação. Ao vislumbrar meus sonhos, não mais me consideravam um sonhador.

A Província de Angola - um jornal que não lhe pertencia - falou em nome de todos ao afirmar que na colônia

o engenheiro Alves Reis não precisa de apresentações. Angola foi agraciada, há muito, por seus destacados serviços, quer como competente servidor público com um histórico grandioso, quer como arrojado colonizador, que estabeleceu entre nós a Companhia de Mineração da Angola Meridional com o intuito de explorar as ricas jazidas de ouro e cobre em Moçâmedes. ... Ele é um homem de ação, com visão incomum e grande de iniciativa.... Tem fé

inabalável no grande futuro de Angola, desde que os vastos recursos disponíveis sejam plenamente explorados.

Em toda parte, Reis era saudado como a "grande esperança de Angola". E, sob vários aspectos, era justamente isso. Angola encontrava-se, então, como sempre estivera no passado: em uma crise infernal.



Em 1925, Angola era apenas uma colônia portuguesa subdesenvolvida e economicamente abalada, que raramente recebia a atenção da imprensa internacional.

Em geral, os esforços colonialistas portugueses não foram representativos até o século XIX e, mesmo então, a ocupação limitava-se às regiões litorâneas. No interior, havia tribos hostis, todas as doenças tropicais conhecidas e uma total ausência de estradas. Até 1908, os portugueses ainda buscavam conter as guerrilhas nativas. Mas em 1917, todas as tribos estavam pacificadas.

Muito antes, o sistema angolano de mão-de-obra contratada havia se tornado a mais cruel perpetuação da escravidão do século XX. Um representante do Ministério das Colônias de Portugal considerava tal sistema ainda pior

que a mera escravidão, sob a qual os nativos são negociados como animais e, por isso, os senhores zelam por seu bem-estar físico, como se fossem cavalos ou touros. No entanto, aqui os nativos não são comprados; embora sejam considerados homens livres, são alugados pelo Estado. Assim, o empregador não se importa com eventuais doenças ou mortes, pois quando um trabalhador adoece ou morre, simplesmente solicita outro para seu lugar.

Todos os nativos africanos, exceto os chamados assimilados ou "europeizados"; estão sujeitos ao contrato de trabalho, a menos que desempenhem uma atividade lucrativa. Todavia, a agricultura de subsistência, praticada na maioria dos vilarejos, não é considerada "atividade lucrativa": O empregador aceita pagar ao trabalhador contratado um salário irrisório e providenciar alojamento, comida e roupa.

Quando, em outubro, a comitiva portuguesa desembarcou em Luanda, a

capital de Angola, Alves Reis logo se deu conta de que, como na ocasião de sua última visita à colônia em 1921, os abusos nos contratos de trabalho ainda estavam em vigor. No entanto, esses contratos faziam com que os investimentos do grupo em vários empreendimentos agrícolas de porte tivessem boa chance de se mostrar lucrativos. Grandes empregadores normalmente conseguiam com o governo contratos de mão-de-obra a custos ainda mais baixos.

Entre os portugueses em Angola havia considerável insatisfação com as políticas de Lisboa. O recém-formado Partido Pró-Angola defendia maior autonomia que satisfizesse as aspirações políticas e econômicas dos angolanos. Muitos amigos de Reis pertenciam ao novo partido.

Embora algumas de suas reivindicações fossem políticas, as mais numerosas e importantes eram econômicas. S.C. Spouse, que era, então, o único comerciante britânico em Angola, lembraria, mais tarde, como os negócios eram ruins na colônia:

O banco local [Banco Ultramarino] não oferecia qualquer facilidade para a transferência de dinheiro para o exterior ou, até mesmo, para Portugal. Era comum que os funcionários do governo e outros portugueses me pedissem um cheque em libras a fim de remeter dinheiro a seus familiares em Portugal, que, segundo eles, estavam à míngua.

Quando se espalhou a notícia de que o engenheiro Alves Reis e seus amigos estavam interessados em comprar propriedades locais em moeda estrangeira forte, longas filas de negociantes e fazendeiros desesperados começaram a persegui-los nos hotéis. Reis precisou explicar, durante uma entrevista, que poucas compras se concretizariam naquela viagem, que era basicamente uma viagem de inspeção. O grupo possuía um capital de 1,5 milhão de dólares investido em Angola.

Em Moçâmedes, onde o filho mais velho de Alves Reis nascera em 1918, o grande benfeitor de Lisboa foi recebido como um herói. De acordo com um jornal local,

o nosso grande e distinto amigo afinal desembarcou em nossa cidade, após viajar num trem especial ao lado da esposa e de M. Adolf Hennies.

O trem chegou às 8h e, antes mesmo desse horário, a estação já se encontrava lotada de pessoas, grandes comerciantes, personalidades oficiais e muitos amigos pessoais de Alves Reis, que ali acorreram para abraçá-lo.

Uma rápida conversa com os ilustres visitantes não nos permite adiantar qualquer informação definitiva além dos propósitos por eles estabelecidos em várias entrevistas que tiveram a delicadeza de conceder. ... Deve-se dar tempo para que os esplêndidos objetivos sejam alcançados, visto que devem ser levados a cabo com grande dose de planejamento e prudência.

A presença de Reis resultou no maior uso do serviço de telégrafos entre Angola, Lisboa e Haia em muitos anos.

Só havia notícias boas.

LONDRES, 9 DE OUTUBRO DE 1925

José e Marang chegaram a Londres para a entrega de 150 mil cédulas no valor de cerca de 3,75 milhões de dólares. Como nas outras oportunidades, reservaram uma suíte no Carlton. Dessa vez, porém, Marang contornou a possibilidade de um encontro com qualquer funcionário do Banco de Portugal na Waterlow ao marcar um almoço no hotel a fim de apresentar José a Springall.

O holandês escrevera a Springall para novamente reclamar a respeito das malas usadas na remessa anterior. Dessa vez, solicitara à Waterlow que

gentilmente encomendasse sete malas com fechos de segurança, pois as fechaduras das malas anteriormente providenciadas eram muito ruins. Talvez a fábrica possa fornecer malas mais resistentes dessa vez.

Como antes, Marang e Springall levaram as três malas cheias de dinheiro para o guarda-volumes da estação de Liverpool Street. Marang apresentou José Bandeira como o diretor-gerente do Banco de Angola e Metrópole.

Marang falava com entusiasmo, pois, como Springall se lembraria mais tarde,

ele logo se tornaria um diretor do Banco de Portugal. Afirmou que ele e seus amigos estavam comprando as ações do banco e muito em breve assumiriam o controle. ... Assegurou-me que, daí por diante, somente a Waterlow teria direito a imprimir as cédulas do banco....Mencionou a possibilidade da emissão de novas notas de 2.500 [125 dólares] e, até mesmo, de 5 mil escudos [250 dólares]....Confie em mim, afirmou ele, pois providenciarei que recebam essas encomendas.

José discutiu algumas mudanças nas cautelas de ações que desejava para o Banco de Angola e Metrópole. Foi um almoço bastante proveitoso, segundo o

relato que Springall fez a seu chefe, Frederick Goodman, naquele mesmo dia.

-0 sr. Marang - afirmou ele - é de fato um homem muito agradável.

Era bom ver a virtude e a dedicação recompensadas, acrescentou ele. O sr. Bandeira, que era apenas um secretário de Marang, agora se tornara diretor-gerente de seu próprio banco.

O comentário de Springall tinha segundas intenções. Aos 53 anos, não passava de um assistente de Frederick Goodman, após perder um cargo de gerência quando as duas firmas Waterlow se fundiram em 1921. Pensara, de início, que Goodman, na casa dos 70 anos, permaneceria na ativa por alguns poucos anos a mais. No entanto, ele continuava ali.

No barco, durante a travessia do canal da Mancha, José sentiu-se surpreendentemente satisfeito consigo mesmo. Nada dissera quando Marang falou a respeito da indicação para o cargo de diretor do Banco de Portugal. O holandês era um negociante esperto, mas negligenciara algo a que José se dedicara inúmeras vezes, a leitura dos estatutos do Banco de Portugal. Estes estabeleciam, de forma específica, que os diretores da instituição precisavam ser portugueses, naturais ou naturalizados. Obviamente, o grupo poderia mudar os estatutos assim que assumisse o controle, mas para que levantar um tema espinhoso num país tão nacionalista quanto Portugal? Não seria mais fácil indicar José dos Santos Bandeira, filho de uma tradicional família portuguesa? Antes de Alves Reis partir para Angola, José conseguira arrancar uma promessa: a de que seria um dos diretores do Banco de Portugal.

HAIA, 10 DE OUTUBRO DE 1925

Mesmo com o grande crescimento das fortunas dos irmãos Bandeira nos últimos sete meses, a vida não havia mudado muito na casa de quatro andares do diplomata português. É verdade que José não vivia mais ali, como nos últimos três anos - a nova esposa de Antônio não gostava do irmão caçula dele -, mas, de resto, a vida do ministro não mudara muito.

Frau Bertha Leuchtner, a governanta alemã da família, dirigia a casa com a ajuda de um casal português, Manuel e Maria. Frau Leuchtner aprovava plenamente a nova sra. Bandeira. Elas eram parecidas em muitos aspectos: a embaixatriz verificava diariamente as despesas da casa e sempre se preocupava em abastecer as despensas com os produtos mais baratos. Remendava suas próprias roupas, que eram feitas por uma costureira conhecida por produzir

peças simples e fortes, embora fora de moda.

Antônio, porém, que tinha ficado igualmente próspero com os golpes do irmão, quando recebiam, insistia em trocar os vinhos portugueses simples por crus franceses muito mais caros. Agora as recepções eram mais freqüentes, apesar dos parcos e vergonhosos "rendimentos" como embaixador português. A festa que dera em honra do príncipe Henrique da Holanda - à custa de José - tinha sido uma noite memorável nos meios diplomáticos. Marang e a esposa estavam entre os convidados e ele repetia sem parar a história de como fora confundido com o príncipe Henrique pela imprensa portuguesa na última primavera. De fato, não havia qualquer semelhança entre os dois. Marang, é claro, guardara para si o comentário de que, na verdade, era muito mais bonito que o príncipe consorte.

Nessa noite, José jantou sozinho com o irmão. Fie estava atuando na peça *Outward Bound*, de Sutton Vane, um grande sucesso em Haia e Amsterdã. Ela era ainda bastante jovial para interpretar o papel de uma moça ingênua. José a vira inúmeras vezes nesse papel, e Antônio, cuja esposa se encontrava em Lisboa, desejava conversar calmamente a sós.

Durante o jantar, trocaram fofocas de família e José relatou ao irmão mais velho seu almoço em Londres com o funcionário da Waterlow. Então, ao café, Antônio assumiu um aspecto sombrio:

-É possível que Hennies não seja o que pareça?

Surpreso, José se fez de desentendido.

-Ele se encontra em Angola.

Antônio prosseguiu. Duas semanas atrás, soubera por intermédio de um velho amigo na embaixada portuguesa em Paris que o ministro das Colônias em Lisboa havia pedido ao adido militar na embaixada em Paris que contatasse suas melhores fontes no *Deuxième Bureau*, a contra-inteligência francesa, a fim de apurar o que sabiam a respeito de Adolf Hennies.

José interrompeu de imediato:

-Adolf é um espião?

Antônio às vezes se perguntava como seu irmão mais novo, em geral tão astuto e habilidoso, podia ser tão obtuso.

-Você não sabia que ele foi um espião alemão aqui durante a guerra?

José deu de ombros.

-Todo mundo sabia. Mas isso foi durante a guerra. Agora... agora ele é um empresário rico. Meu sócio.

Com paciência, Antônio continuou:

-José, você não está me ouvindo. Eu lhe disse que a investigação foi solicitada pelo ministro das Colônias - não pelo Exército ou pela Marinha.

José afinal entendeu.

-Ah, os alemães estão de olho em nossas colônias na África...

-Exatamente.

O relatório do Deuxième Bureau era bastante preciso, mas Hennies teria adorado ver que nem mesmo o serviço secreto francês conseguira descobrir sua verdadeira identidade:

Ele é um brasileiro de origem alemã; pai suíço. É um grande germanófilo. Nasceu em Berna, em 21 de novembro de 1884.... Durante a guerra trabalhou ao lado do chefe da espionagem alemã na Holanda. Um de seus sócios no período anterior à guerra, Robert Haag de Lima, foi enviado aos Estados Unidos com o propósito de espionar para os alemães....Negociou armas e títulos com os alemães após a guerra...Manteve contato com o governo soviético logo após a guerra....A amante é uma alemã. Frau A. Angold, com quem viveu em Paris e no Palace Hotel, em Scheveningen. ... Possui uma conta no Rotterdamsche Bank com cerca de 500 mil florins [cerca de 150 mil dólares].... Recentemente afirmou a um conhecido em Haia que espera em breve ser tão conhecido quanto Hugo Stinnes [um eminente e rico industrial alemão].

José sorriu.

-E daí? 0 que tudo isso tem a ver com as colônias portuguesas?

-Infelizmente-continuou Antônio - alguns ministros e funcionários influentes em Lisboa estão convencidos de que Hennies ainda é um agente secreto alemão. Que seu trabalho é pôr firmemente os pés em Angola através da compra de empresas e fazendas por intermédio do Banco de Portugal e Metrópole. Se Alves

Reis tivesse me perguntado, eu certamente lhe teria aconselhado a não dar mais munição aos inimigos de Hennies.

José explicou que todos os investimentos do grupo em Angola eram feitos em conjunto, e apenas por motivos comerciais e não em benefício de uma conspiração internacional.

-Por que Alves Reis ou eu desejaríamos dar Angola para os alemães? E quem disse que eles a querem, mesmo de graça? Aquele lugar desgraçado está praticamente falido, e boa parte dos portugueses que lá estão sonha em voltar para Portugal, se ao menos pudesse recuperar parte de seu investimento. Estamos colocando dinheiro em Angola pois há muitas barganhas à disposição.

Antônio, desejoso de ser convencido, aceitou a explicação do irmão a respeito da participação de Hennies. Mas estava muito mais preocupado com o fato de o ministro das Colônias não tê-lo procurado, como fizera em Paris, para solicitar um relatório sobre Hennies. Estava claro que se acreditava em Lisboa que esse relatório não seria confiável, visto que o irmão do embaixador em Haia era um aliado próximo do suspeito.

Mais tarde, em seu apartamento, José compôs mentalmente uma carta a Alves Reis em Angola revelando-lhe a essência dos comentários do irmão. Então se lembrou: Reis dissera inúmeras vezes que os grandes investimentos em Angola foram sugeridos pelos "homens" do Banco de Portugal, os poderosos que tornaram possíveis as emissões sigilosas de papel-moeda. Além disso, José sabia quanto Alves Reis admirava o julgamento e o discernimento comercial de Hennies. Diante de uma carta como essa, Reis talvez concluísse simplesmente que José se tornara um fofoqueiro com os nervos à flor da pele, que por certo não era o tipo de homem que alguém desejaria ter a seu lado na direção de um reestruturado Banco de Portugal. Por isso desistiu da carta.



Nos escritórios de Marang, Coutinho contava e reorganizava em nova ordem o segundo lote de 150 mil cédulas. Ele não estava contente. Às vezes jantava com José, mas o sigilo necessário em torno de sua tarefa no escritório de Marang - nenhum dos funcionários tinha permissão de entrar no "gabinete do delegado" - e sua inabilidade em falar holandês ou francês limitavam tremendamente os contatos sociais. Para piorar, Marang, que lhe pagava de forma descontínua e insuficiente, insistia caber a Alves Reis o pagamento de Coutinho. Este só

consequia pagar as próprias despesas em Haia com a ajuda dos empréstimos de José.

As notas foram recolocadas nas malas e, dessa vez, Planas-Suárez escoltou as 150 mil cédulas desde Haia até Lisboa, onde permaneceriam em seu apartamento até que fossem necessárias no Banco de Angola e Metrôpole.

LISBOA, 12 DE NOVEMBRO DE 1925

Antes de partir de Haia para Lisboa, José teve uma longa conversa com Marang.

As notícias que lhe haviam sido dadas pelo irmão - que o ministro das Colônias de Portugal suspeitava que Hennies fosse agente alemão - começavam a preocupar José. Embora soubesse que Hennies não tinha a intenção de comprar Angola por motivos políticos, algo estranho estava acontecendo. Como não tivera coragem de escrever a Alves Reis sobre sua inquietação crescente, José decidiu dividi-la com Marang.

A reação do holandês foi tranquilizadora: aquilo era um absurdo! Por Hennies, um homem com quem trabalhara por mais de uma década, colocaria sua mão no fogo! Um negociante internacional com vasta experiência e recursos consideráveis. Hennies não só era seu sócio na Marang & Collignon, mas também seu amigo. Tudo não passava de uma insanidade burocrática. José agira bem em não escrever a Alves Reis em Angola a esse respeito.

Talvez o comentário de Marang tenha sido demasiado tranquilizador. José concluiu que não faria nenhum mal se precaver. Retirou do cofre de seu irmão na embaixada portuguesa - muito tempo atrás o ministro lhe confiara o segredo - os dois contratos originais entre Reis e o Banco de Portugal, em que se autorizavam as emissões de papel-moeda, e, após colocá-los num envelope de papel pardo, pediu que Fie Carelsen os guardasse.

Marang não conseguia acreditar que seu sócio pudesse ter sido agente alemão durante todo o tempo, mas o fato de as altas autoridades portuguesas o considerarem um espião era motivo de preocupação. Em vista disso, decidiu guardar 100 mil cédulas da última remessa da Waterlow. Ficariam em Haia até que Reis retornasse de Angola e conversasse com os "homens" no Banco de Portugal a fim de descobrir o que estava por trás daquela campanha contra Hennies.

Em Lisboa, José se lançou ao trabalho - e a alguns novos casos amorosos -

com o intuito de esquecer esses vagos temores. Não esqueceu a enfática recomendação de Reis para adquirir todas as ações do Banco de Portugal que pudesse encontrar. Isso, no entanto, não era fácil. O preço continuava em alta, e alguns especuladores, na esperança de revendê-las a preços ainda mais elevados, ajudavam a aquecer o mercado. Estava claro que alguém estava disposto a pagar qualquer preço por aquelas ações.

Enquanto isso, José supervisionava os vários funcionários do banco na conversão das novas notas em moeda estrangeira no Porto - onde o Banco de Angola e Metrópole tinha uma filial importante - e em Lisboa. A situação melhorava por todo o Portugal, e alguns jornalistas previam que aquele Natal seria o mais próspero dos últimos tempos no país. A evidente prosperidade e o aumento da oferta de empregos de algum modo conseguiram impressionar os corretores de câmbio no exterior.

O escudo aos poucos começou a se valorizar em relação à libra e ao florim.

Certa manhã, José teve um pensamento amedrontador: até aquele momento, estivera comprando as ações do Banco de Portugal através de testas-de-ferro, amigos, parentes e, até mesmo, funcionários do Banco de Angola e Metrópole, e, por isso, os títulos eram registrados em seus nomes na lista dos acionistas do Banco de Portugal. Mas agora que se desenrolava uma investigação secreta em torno de Hennies, seria possível que os negócios do Banco de Angola e Metrópole escapassem ao crivo dos investigadores do governo? Por certo perceberiam rapidamente o verdadeiro detentor das ações escondido por trás daquele fino véu.

Por duas semanas, José interrompeu a compra de títulos do Banco de Portugal. Porém, em seus telegramas semanais a Alves Reis, recorreu a algumas mentiras a fim de não preocupá-lo:

AGORA TEMOS 15 MIL AÇÕES.

E então:

AÇÕES TOTALIZAM 22 MIL.

Não havia por que preocupar Reis. Tão logo desejassem, poderiam obter as ações. Enquanto isso, as notas de 500 escudos teriam um destino melhor. Os dividendos do Banco de Portugal eram de apenas 3%. Sem esforços, o Banco de Angola e Metrópole alcançava 12% em seus empréstimos e investimentos.

Uma semana antes, Alves Reis recebera a primeira indicação de que desde seu desembarque estava sob vigilância. Um velho amigo que se tornara um importante funcionário da polícia angolana lhe falou, numa noite ao jantar, em total confiança, que dois detetives a mando do ministro das Colônias acompanhavam o grupo de Reis e Hennies em suas viagens, e que seus telegramas eram copiados.

Reis não viu motivos para alarde: os telegramas de e para Lisboa estavam em código. Quanto à vigilância, devia ser árduo para os detetives acompanhá-lo, pois certamente não viajavam no vagão especial que Reis e seu grupo tinham à disposição para percorrer várias regiões da colônia.

Obviamente suas atividades começavam a preocupar aqueles que se sentiam ameaçados pela entrada na colônia de um novo poder financeiro. Talvez o próprio Banco Ultramarino. Reis nada disse a Hennies e, assim, continuaram sua viagem de inspeção.

Com o consentimento de Hennies, Reis assegurou a compra pelo grupo de duas grandes fazendas de açúcar localizadas na margem direita do rio Quanza, ao sul de Luanda. O preço não era importante: apenas 26 mil dólares por 60 mil hectares. (Ah, quantas barganhas havia à disposição em Angola.) Com as novas aquisições e os enormes investimentos no grande império da fazenda Quissamã, nos limites das terras da Aboim, Reis agora possuía mais de 500 mil hectares de algumas das terras mais férteis da colônia. Como o rio era navegável, poderiam construir seus próprios ancoradouros para não dependerem do incerto transporte ferroviário para Luanda.

Em 17 de novembro, a viagem e as compras do grupo de Reis terminaram. Restavam alguns poucos encontros com a imprensa e jantares de despedida em Luanda, para os quais tinham sido convidados por seus muitos amigos e admiradores.

O alto-comissário de Angola, Rego Chaves, anunciou com orgulho que a instituição bancária de Alves Reis, o ativo Banco de Angola e Metrópole, fizera uma proposta para construir uma ferrovia entre Bembe e Luanda, com o intuito de que as minas de cobre de Bembe pudessem ser exploradas em sua totalidade.

-Esse empreendimento - afirmou o alto-comissário - é merecedor do maior apreço, pois simboliza a elevada confiança que essa instituição bancária deposita em Angola e na nação.

No jantar em sua homenagem, Alves Reis pintou um quadro inspirador do futuro de Angola, que ele e seus sócios ajudariam a compor:

Vamos construir novas ferrovias, criar comunidades. Portos bem equipados receberão os navios que agora desprezam e evitam as águas angolanas. Ferrovias modernas cortarão o território virgem e levarão prosperidade ao interior dessa vasta terra ... florestas serão derrubadas para que os colonos extraiam o máximo de riqueza dessa rica terra, onde crianças saudáveis chegarão com seus pais para engrandecer o nome de Portugal em Angola.

Seguiu-se uma prolongada salva de palmas.

No dia seguinte, o jornal local louvou a grandiosa e corajosa visão de Artur Alves Reis: "Enfim Portugal encontrou seu próprio Cecil Rhodes. Eis um homem que dá uma sólida consistência a nossos sonhos mais antigos"

Na manhã de 22 de novembro de 1925, Reis, sua esposa, Hennes e o restante da comitiva embarcaram no vapor alemão Adolf Woerman para a viagem de volta a Lisboa. Uma inédita multidão acorreu ao porto de Luanda. Antes de embarcar, Reis recebeu outro telegrama de José Bandeira. O grupo agora detinha 31 mil ações do Banco de Portugal. Com a compra de mais 14 mil, eles seriam os donos de Portugal, e também de Angola. Reis retribuiu com entusiasmo os acenos de seus muitos amigos na praia.

LISBOA, 23 DE NOVEMBRO DE 1925

Um dos jornais matutinos mais vibrantes de Lisboa era O Século. O noticiário incluía, então, escândalos e casos de corrupção do governo, em especial os que envolviam os ministros dos partidos a quem fazia oposição.

O jornal pertencia a Pereira da Rosa, que estava intimamente ligado a vários banqueiros e industriais portugueses importantes. Entre esses últimos, encontrava-se Alfredo da Silva, o principal magnata de óleos vegetais no país. Da Silva estava alarmado com a crescente aquisição de fazendas angolanas pelas empresas controladas pelo novo Banco de Angola e Metrópole. No início de novembro, convenceu o editor Da Rosa a designar dois de seus melhores repórteres para investigar os negócios daquele banco em expansão ameaçadora. Agora, nessa manhã, o primeiro de uma série de artigos sobre a instituição tinha sido publicado em O Século.

Aparecia logo na primeira página:

O QUE ESTÁ ACONTECENDO?

Fomos informados de que pessoas ligadas a certas instituições bancárias, que causaram bastante polêmica mesmo antes de sua criação, estão em busca de vários negócios em Angola e Moçambique.... Inúmeros proprietários se recusaram a vender suas terras sem antes obter uma clara informação sobre os objetivos do negócio proposto ... para se certificarem de que tais vendas não representam um perigo imediato ou remoto à soberania nacional.

Sabe-se que o grupo, através de vários intermediários, já adquiriu io mil ações do Banco de Portugal e que, por consequência, os valores desses títulos aumentaram de modo significativo ... Várias pessoas, algumas das quais se encontram em cargos oficiais, compram imóveis em nome de parentes sem que tivessem, há poucas semanas, quaisquer meios visíveis para adquirir fortuna. Acredita-se que os gastos com essas aquisições cheguem a mais de 700 mil libras [cerca de 3,5 milhões de dólares].

Parece, até mesmo, que há amigos no governo com interesses na estruturação desse misterioso banco. Em seu conselho de diretores há pessoas que, embora renomadas, não o são nos meios financeiros.... Há boatos de que estejam adquirindo grandes jornais e lançando novos títulos no mercado....



Alfredo da Silva, o industrial que levantou suspeita sobre o Banco de Angola e Metrópole

Tudo isso é suspeito e alarmante num país como o nosso, com um vasto e cobiçado domínio colonial.

O que está acontecendo? A nação precisa saber.

Cravara-se a primeira banderilla. Deliberadamente, O Século planejava dar intervalo de um dia para a publicação do segundo artigo da série a fim de observar os estragos causados pelo primeiro ataque e descobrir quem se apresentaria para defender o novo banco.

Em 23 de novembro, dois jornais de Lisboa se juntaram ao ataque contra o banco ainda anônimo. Os ataques tiveram, ao menos, um efeito imediato nos círculos oficiais. Vários dias antes, o ministro das Finanças decidira fazer algo a respeito da maciça compra de ações do Banco de Portugal pelo novo Banco de Angola e Metrópole. Convocou o inspetor de bancos, Luís Viegas, e pediu-lhe que conduzisse uma discreta investigação.

Embora Viegas tivesse a intenção de agir de modo lento e comedido, a campanha da imprensa, conforme declarou mais tarde

me forçou, contra minha vontade, a dar início à minha investigação, embora julgasse, então, como ainda julgo, que seria preferível que ela se desenvolvesse de forma gradual.

Por conseqüência compareci à sede do banco na rua do Crucifixo, às 15h do dia 24 de novembro. Fui recebido pelo diretor-gerente, José dos Santos Bandeira, a quem li minhas instruções que disfarçavam e escondiam minhas reais intenções.... Em minha presença, ordenou-se que se pusessem à minha disposição todas as informações necessárias para que não houvesse dúvida sobre os propósitos e objetivos do banco. Despedi-me, após os cumprimentos de praxe.

José não ficou muito preocupado. Afinal, Viegas concedera a carta patente ao banco e um de seus parentes integrava a direção da instituição. Havia, no entanto, outras forças mais poderosas em ação.

José reagiu do modo como os homens muito ricos sempre reagem diante dos ataques dos jornais: se não há acordo, compre-os. Num longo telegrama a Marang em Haia, pediu-lhe que descobrisse, junto a um de seus correspondentes

holandeses em Lisboa, se O Século se encontrava em dificuldades financeiras e se os donos tinham interesse em vendê-lo.

Ferreira perguntou a José se deveria solicitar ao advogado que processasse o jornal por calúnia. José deu de ombros.

-Eles ainda não apresentaram nomes. Vejamos até que ponto irão.

A consciência pesava-lhe em virtude dos falsos telegramas que enviara a Alves Reis sobre as compras de ações e da suspensão por duas semanas da aquisição de novas ações. Agora, é claro, o risco se tornara ainda maior, visto que novos negócios confirmariam as acusações feitas pelo jornal.

Em 25 de novembro, publicou-se o segundo artigo da série. Dessa vez, com o nome do banco:

O notório Banco de Angola e Metrópole deu início às suas manobras. De onde vem o dinheiro? Onde obteve os milhões com que inunda o país? Ninguém sabe. Na Holanda, dizem alguns.... Nos bancos alemães, asseguram outros. ... Ninguém à frente da nova organização é conhecido no mundo financeiro. A opinião pública, porém, conhece-os e protesta com base em suas suspeitas. Há rumores de que diplomatas portugueses tenham atuado como intermediários, bem como de que estejam a adquirir imóveis por milhões de escudos em nome de parentes.... Os nomes começam a vir à tona e tudo nos faz crer que Portugal caiu nas garras de uma quadrilha que se prepara para devorar o coração da nação.

O Banco A&M não perde tempo. Continua a manobrar, a tecer intrigas e a corromper.... Lançou suas garras sobre as empresas angolanas e de algumas se apoderou.... Voltou-se para o Banco de Portugal e já aporta em suas praias. ... Deseja nos conduzir, primeiro, à perda de nossas colônias e, em seguida, à de nossa própria independência.

Cabe salientar, em outra instância, que, apenas outro dia, fomos procurados em O Século por indivíduos interessados em se informar a respeito da situação financeira do jornal. Conforme nos disseram, uma firma de Amsterdã havia solicitado a informação. O que lhes interessava era saber se passávamos por dificuldades financeiras, ou se tínhamos intenção de lançar ações no mercado, ou se, até mesmo, desejávamos abrir mão de nossa condição de acionistas. Quem estava por trás da iniciativa? O Banco A&M ... Há um bando de abutres a pairar sobre essa terra, a cobiçar-lhe cada posto de liderança e o controle das finanças e da política, bem como o da imprensa.

Compram tudo o que esteja à venda e que lhes possa ser útil.

Mais preocupado que José, Ferreira enviou uma longa mensagem por rádio a Alves Reis, que ainda se encontrava a bordo do navio, e entrou em contato com os funcionários de Lisboa das várias firmas angolanas que o banco controlava e nas quais tinha grande participação. Elaborou uma declaração a ser assinada por todos, demonstrando sua fé na solidez e no patriotismo do Banco de Angola e Metrópole.

Naquela tarde, Ferreira teve uma oportunidade favorável: em seu escritório apareceu um repórter da Imprensa Nova, outro diário de Lisboa, com o seguinte recado do editor: mediante o pagamento de 500 mil escudos [2,5 mil dólares], o jornal não se uniria à campanha contra o banco. Ferreira fez com que o repórter repetisse a oferta de suborno, que, dessa vez, chegou aos ouvidos do inspetor Viegas, que se encontrava na sala ao lado, analisando alguns documentos do banco. O inspetor prendeu o repórter em flagrante. A notícia se espalhou rapidamente, e todos os jornais da cidade interromperam os ataques ao banco. Conhecendo o jornalismo português, todos concluíram que a continuidade dos ataques significaria apenas que outros órgãos aguardavam uma oferta de propina.

Somente O Século manteve-se no ataque. Em 26 de novembro, fulminou:

O plano dos capitalistas do A&M é óbvio. Angola está à beira da ruína.... Não haveria melhor momento para uma penetração pacífica. O que valia io mil havia dois ou três anos, agora pode ser comprado por 4 ou 5 mil....

A Alemanha logo entrará na Liga das Nações. Certamente desejará colônias. Aquelas que tinha antes da guerra não lhe serão restituídas. A opinião pública internacional está sendo preparada para que a Alemanha seja silenciada e não se transforme no desmancha-prazeres do concerto internacional - à custa do domínio colonial português.

No dia seguinte, a inesperada falta de movimento no banco chamou a atenção do redator de O Século:

Não se fazem saques, não se aceitam depósitos, nem se realizam as corriqueiras operações de um banco.... Os juros chegam aqui a 12,15 e, até mesmo, 18%, no entanto um banco que atua em nosso mercado se dá ao luxo de rejeitar esses valores e investir 12 milhões de escudos [600 mil dólares] para comprar e imobilizar as ações do Banco de Portugal, que rendem 3%....

Na verdade, todas as grandes nações estavam, de algum modo, envolvidas na conspiração contra Portugal.

Os estrangeiros cobiçam Angola, os alemães desejam se estabelecer ali... Um estudioso norte-americano chamado Ross, sob o manto da filantropia, acusa-nos de implementar a escravidão. O delegado britânico, o sr. Cecil, discretamente aplaude essa calúnia. O cônsul holandês em Lisboa emitiu um belo certificado de conduta para o Banco A&M no qual afirma não haver qualquer capital alemão envolvido. O cônsul perdeu excelente oportunidade de ficar calado. Por acaso está sob sua jurisdição interferir numa discussão que envolve nosso patriotismo?

Ferreira claramente desejava que o banco interrompesse as operações de câmbio com moeda estrangeira durante algum tempo - até que o alvoroço daquele momento passasse ou até que pudessem comprar O Século. Mas José Bandeira, ansioso para mostrar que os ataques não o inquietavam, insistia em manter a rotina normal dos negócios a fim de converter o mais rapidamente possível as notas de 500 escudos em libras, florins e francos.

Naquela tarde de 29 de novembro, ele soube que uma perigosa crise se aproximava rapidamente. De Haia, o irmão lhe enviou um telegrama no qual comunicava que o ministro das Relações Exteriores o convocara com urgência a Lisboa para uma "consulta".

Ao longo da campanha de O Século, foram feitas inúmeras alusões a um diplomata português, antes sem recursos, que agora ostentava carros novos e oferecia luxuosas recepções no exterior - ainda que, havia somente um ano, houvesse escrito uma carta a um diário de Lisboa na qual se queixava da insuficiente remuneração que Portugal dedicava a seus ministros no exterior.

A descrição se ajustava perfeitamente a Antônio Bandeira. Em 29 de novembro, o ministro das Relações Exteriores ordenou a volta do embaixador português em Haia.

No Sud Express para Lisboa, Antônio avaliava sua posição com cuidado. Quanto estava ele ligado aos sócios do irmão? Havia os passes do correio diplomático que assinara para Marang. Por certo, o esperto negociante já os havia destruído. E os vários telegramas enviados à embaixada portuguesa em Haia pelos demais integrantes do grupo? Ah, eram endereçados somente ao irmão, que ali vivia naquela ocasião. E, por fim, havia os contratos - os documentos mágicos que viabilizaram todas as emissões de papel-moeda. Felizmente, insistira para que José os guardasse e, agora, eles se encontravam sob

os cuidados de Fie Carelsen.

Tudo considerado, concluiu Antônio, sua posição ainda era bastante sólida. Evidentemente não haveria motivos para censura, muito menos para ressentimentos. Em 3 de dezembro, quando descansava numa das propriedades do irmão nos arredores de Lisboa, escreveu a seguinte mensagem ao ministro das Relações Exteriores:

Ao receber o telegrama em que o senhor me convocava a comparecer em Lisboa, estava acamado em virtude da reincidência de uma gripe que havia pouco me acometera. Devido à gravidade dessa recaída, meu médico autorizou-me viajar, desde que, a cada hora, tomasse meus remédios. Embora o estado de minha saúde me impeça de comparecer ao Ministério, estou à sua inteira disposição...

A campanha de O Século é certamente mais escandalosa, na medida em que também faz alusão a meu nome. Embora a campanha seja anônima e não cite qualquer acusação, fato ou documento, exijo uma completa investigação em minhas atividades na Holanda a fim de comprovar se, direta ou indiretamente,...tive qualquer interferência ou influência em questões relacionadas à aquisição de capital estrangeiro pelo Banco A&M ou qualquer outro ato relacionado a essa instituição....

Ao despedir-se, usou a saudação oficial daquele período: "S e F" (Saúde e Fraternidade, que era o lema da República, que, mais tarde, seria modificado pelo governo de Salazar para "A bem da nação").

PORTO, 4 DE DEZEMBRO DE 1925

Há quatro tipos de leitores, escreveu Samuel Taylor Coleridge, no início do século XIX, quando a maior parte de seus compatriotas não sabia ler. O primeiro tipo

se assemelha a uma ampulheta na qual a leitura, como a areia, escorre de um lado a outro sem deixar vestígios. O segundo se assemelha a uma esponja, que absorve toda a água e a devolve quase nas mesmas condições, embora um pouco mais turva. O terceiro se assemelha a um coador, que permite que tudo o atravesse, retendo somente refugos e resíduos. E o quarto se assemelha ao escravo nas minas de diamantes de Golconda, que, deixando de lado tudo o que não tem serventia, retém somente as gemas de real valor.

Há um quinto tipo, que Coleridge ainda não havia identificado. Era o leitor semi-analfabeto, que lê apressadamente e chega a conclusões equivocadas. Um leitor desse feitio era, no Porto, Manoel Lutero de Sousa.

Não é incomum que se considere alfabetizado um homem que saiba assinar o nome num documento. Manoel de Sousa ia muito além. Sabia ler e escrever e se gabava, até, de ter desenvolvido uma das mais elevadas habilidades de um leitor: a de ler nas entrelinhas.

Em suas caminhadas diárias, do pequeno apartamento para o trabalho, através da ponte de metal sobre o rio Douro - a primeira grande obra do engenheiro francês Eiffel -, costumava ler os jornais. À medida que caminhava, absorvia as acusações feitas pelos jornais contra o Banco de Angola e Metrôpole sobre sua misteriosa prosperidade e seus vastos planos perigosos.

Na península Ibérica, a divisão entre Espanha e Portugal não é apenas geográfica. A diferença de temperamento é ainda mais relevante: os espanhóis têm senso dramático; os portugueses, senso comum.

Nessa manhã, ao dirigir-se à casa de câmbio A.P. da Cunha, onde trabalhava como caixa, deu-se conta, de repente, de que os jornais não haviam percebido o ponto crucial das operações do Banco de Angola e Metrôpole: as notas eram falsificadas. Tinha de ser esse o segredo, a origem de sua enorme riqueza.

No trabalho, estudou cuidadosamente várias notas de 500 escudos que seu empregado trouxera da filial local do Banco A&M. O cambista Alfredo Pinto da Cunha fizera um acordo com o banco no sentido de lhe fornecer moeda estrangeira em troca de uma bonificação. Visto que tais operações eram ilegais, Pinto da Cunha eliminava os registros contábeis dessas transações assim que pagava com as notas de 500 escudos os clientes que chegavam com dólares e libras.

Quanto mais analisava as notas, mais convencido Manoel de Sousa ficava de que eram falsificadas. Tinha de reconhecer que era bastante difícil apontar a diferença entre as cédulas do A&M e aquelas que, segundo sabia, tinham vindo diretamente do Banco de Portugal, mas estava certo de que eram distintas. Isso, é claro, explicaria por que o chefe destruía tão furtivamente os livros-caixas.

Após pedir licença para ausentar-se, seguiu imediatamente à filial do Banco de Portugal, onde trabalhava um amigo. Falou-lhe de suas suspeitas e dos livros-caixas destruídos. O amigo levou-o ao gerente da filial, e Manoel de Sousa repetiu a história.

Em geral, o gerente simplesmente solicitaria as notas suspeitas e, caso não fossem falsificações grosseiras que ele próprio pudesse comprovar, as enviaria para análise em Lisboa. Mas esses não eram tempos comuns. Todos sabiam que o Banco de Angola e Metr pole tinha algo de estranho. A resposta estaria em notas falsificadas? Não parecia provável, e ele se lembrou de como, em maio, o Banco de Portugal tranq ilizara a opinião pública a respeito das notas de 500 escudos. Ainda assim, havia a questão da destrui o dos livros-caixas. Mesmo que as notas fossem verdadeiras, provavelmente havia câmbio ilegal de moeda estrangeira no estabelecimento de Cunha.

Assim, naquela sexta-feira de dezembro, o gerente telefonou ao Banco de Portugal em Lisboa. Falou com o diretor Assis Caminho, que se esforara muito no último verão para impedir que o Conselho Bancário concedesse a carta patente ao Banco de Angola e Metr pole.

A liga o estava "normal"; ou seja, uma ou outra palavra dita no Porto se ouvia em Lisboa. Além disso, entre as que de fato se ouviam, algumas eram mal compreendidas por Camilo, que costumava ouvir apenas o que desejava.

O que ouviu foi que havia dezenas de falsifica es de notas de 500 escudos no Porto, provenientes da filial do Banco A&M. Ouviu que o banco financiava muitos cambistas em esquemas ilegais para obten o de moeda estrangeira. Ouviu que os livros-caixas das transa es eram cuidadosamente destruídos todos os dias. E isso foi o suficiente. Contou as novidades a outro diretor do banco, Ruy Ennes Ulrich. De acordo com seu excitado relato, havia agora centenas de notas falsas provenientes do banco sob suspei o.

  tarde, o presidente e o vice-presidente do Banco de Portugal souberam da história. Convocaram o dr. Teixeira Direito, que atuava, a um só tempo, como juiz de investiga es criminais e inspetor de bancos. No final da tarde, o dr. Direito e vários altos funcionários do Banco de Portugal - inclusive José Pedroso, o especialista em falsifica o - embarcaram no trem noturno para o Porto.

Quando Manoel de Sousa soube que tinham dado aten o a seu alerta e que sua suspeita estava sendo investigada pelos principais funcionários do próprio Banco de Portugal, lembrou-se de uma de suas histórias favo ritas, O mandarim, de Eça de Queirós, o grande romancista português do século XIX.

Como Manoel de Sousa, Teodoro, o herói de O mandarim, era um pobre amanuense português. Então, um dia, o diabo o tentou: com o simples toque de uma campainha, mataria um velho mandarim na China e se apossaria de sua esplêndida fortuna no valor de 114 milhões de dólares. O amanuense toca a

sineta, o mandarin expira, e Teodoro se torna o atormentado Creso de Lisboa.

Manoel de Sousa tocara outro tipo de campainha, e em breve o mandarin Alves Reis haveria de morrer. Na vida, é claro, as coisas não se dão exatamente como na ficção, portanto não haveria como Manoel se apossar da fortuna do banqueiro. Mas, por certo, um agradecido Banco de Portugal o recompensaria com generosidade pelo aviso.

Na manhã de sábado, 5 de dezembro, o grupo de trabalho do Banco de Portugal obteve reforço da polícia do Porto e, como lembraria mais tarde Campos e Sá, um dos funcionários do banco, mandou cercar a agência do Banco de Angola e Metrópole. O gerente Adriano Silva foi detido na rua e enviado à prisão. Então

nos apresentamos na casa de câmbio de Pinto da Cunha. Pedimos os livros-caixas a fim de fazer uma averiguação... Durante rápida inspeção no primeiro andar, encontramos cédulas novas de 500 escudos. Em seguida, Pedroso, nosso técnico, atestou, sem sombra de dúvida, que as notas eram genuínas, ou seja, provenientes da mesma matriz usada pelo Banco de Portugal, o que todos constatamos.

O grupo de reconhecimento do Banco de Portugal logo se deu conta de que se pusera em situação relativamente embaraçosa. Sem mandado ou provas, enviaram um gerente de banco inocente para a prisão e invadiram o estabelecimento de um conceituado comerciante local. Todos os olhares se voltaram na direção de Manoel de Sousa, o informante original, e tornaram-se, com o passar das horas, mais e mais inamistosos.

Prosseguindo em suas buscas, os investigadores, cada vez mais desesperados, seguiram para a joalheria ao lado que pertencia a David Pinto da Cunha, irmão do cambista suspeito. Ali encontraram novas notas de 500 escudos. Depois que Pedroso as examinou,

descobriu-se que provinham da mesma matriz das emissões do Banco de Portugal. Visto que era absolutamente impossível produzir uma matriz falsa com a mesma perfeição e acuidade, Pedroso atestou que as notas eram legítimas.

Em sua crescente frustração, os funcionários do Banco de Portugal enviaram o gerente da joalheria à delegacia e confiscaram todos os livros-caixas. Entre os investigadores, já havia quem lamentasse a pressa com que viajaram ao Porto. Logo cada um começou a olhar furtivamente para os outros a fim de descobrir a

quem se poderia atribuir a responsabilidade por aquela confusão. O Banco de Angola e Metrópole tinha amigos poderosos. Surgiriam muitas críticas virulentas na Câmara dos Deputados e editoriais bombásticos a respeito das iniquidades ditatoriais do Banco de Portugal e da subserviência da polícia. De vez em quando, um dos integrantes do grupo do banco perguntava ao especialista:

- Tem certeza de que são verdadeiras?

Ele confirmava com a cabeça. Um aflito Campos e Sá assim prossegue seu relato:

Após o envio dos três indivíduos à prisão, seguimos para a agência do Banco de Angola e Metrópole, que desde aquela manhã estava sob a guarda da polícia, que recebera instruções de não permitir a saída de dinheiro nem a abertura dos cofres. Ali, ordenamos que o cofre na sala do diretor fosse aberto... Todas as notas eram de 500 escudos e estavam arranjadas em pacotes de 20 notas, dobradas ao meio, mas inteiramente novas. Ao examiná-las, Pedroso afirmou que, sem dúvida, eram genuínas, o que, aliás, todos fomos obrigados a confirmar.

Foi o momento mais sombrio daquele dia frio e úmido, e vários membros do grupo começaram intimamente a imaginar as desculpas que apresentariam aos homens injustamente encaminhadados à prisão. Mais uma vez perguntaram a Manoel de Sousa, com crescente hostilidade, onde exatamente estavam as notas falsas que mencionara. Bastante amedrontado, ele agora se lembrava de que Teodoro, o amanuense de O mandarim, também enfrentara grande quantidade de problemas desesperadores depois de tocar a campanha que levava à morte o milionário chinês.

Embora os escudos fossem reiteradamente apontados como legítimos, Campos e Sá continuava a analisar os pacotes em que se encontravam e

verifiquei que a numeração das notas não era consecutiva, nem as séries eram iguais, o que não seria o caso se tivessem vindo diretamente do Banco de Portugal, o que, devido às condições impecáveis das notas, parecia ter ocorrido. ... Então, ao ver desaparecer a esperança de encontrar notas falsas ... convenci-me de que aquelas cédulas haviam sido impressas com a matriz original, roubada da fábrica de onde provinham as cédulas originais, e solicitei ao inspetor que apreendesse todo o conteúdo do cofre para que se pudesse fazer uma análise meticulosa do material ...

Diante daquela noção barata de ficção policial, Pedroso ficou na incômoda

posição de chamar os colegas à razão.

O simples roubo das matrizes não resolveria todos os problemas dos criminosos, que, para utilizá-las, precisariam dispor do tipo apropriado, e bastante caro, de equipamento de impressão, exatamente o mesmo papel e um sistema de numeração caro e complexo - tão raro que nem mesmo o Banco de Portugal conseguira obter esse dispositivo.

Campos e Sá não raciocinava mais com clareza. As matrizes tinham que ser roubadas. Pedroso simplesmente não sabia de que enormes façanhas os criminosos mais ardilosos eram capazes. Para provar que a matriz fora roubada, Campos e Sá solicitou que as notas de 500 escudos fossem levadas ao Banco de Portugal, onde seriam comparadas às verdadeiras.

Enquanto isso, a equipe do Banco de Portugal percebeu que os métodos arbitrários e a quase total falta de provas tornava sua permanência no Porto bastante difícil. Na noite de sábado, Campos e Sá teria uma idéia clara dessas dificuldades, quando Moura Coutinho, o gerente da filial do Banco de Angola e Metrópole, foi

interrogado pelo dr. Teixeira Direito e pelo chefe de polícia, Pereira dos Santos, que, logo em seguida, o liberaram e me comunicaram, por intermédio deste último, suas suspeitas em relação ao funcionário técnico Pedroso - do que inferi que suspeitas semelhantes pairavam sobre mim -, visto que, em sua opinião, as cédulas, embora falsas, tinham sido emitidas pelo próprio Banco de Portugal.

Tive a confirmação dessas suspeitas quando, no dia seguinte, fomos impedidos de comparecer ao interrogatório de Adriano Silva, visto que, conforme nos disseram, faria acusações contra os funcionários do Banco de Portugal.

Os representantes do Banco de Portugal passaram uma noite péssima e aflitiva em seu hotel no Porto. Os policiais no saguão, segundo lhes assegurara o chefe de polícia, eram, em princípio, para proteção deles, embora não tivessem ilusões. Sabiam que o delegado estava parcialmente convencido de que todos integravam uma enorme conspiração e que, se tivesse qualquer tipo de prova, em qualquer direção, ele os jogaria na prisão.

Então, por volta das onze e meia da manhã de domingo, 6 de dezembro de 1925, a incrível sorte de Alves Reis chegou ao fim. Terminou porque um dos investigadores do banco deve ter lido a recomendação de Nietzsche:

Uma pessoa dificilmente comete um erro só. Um único erro já é demais, pois logo se cometem outros erros, que, assim sendo, nunca são de menos.

A trama chegava ao fim, pois um indivíduo, Luiz Alberto de Campos e Sá, do Banco de Portugal, fizera algo a mais. E pela segunda vez.

Sobre aquela manhã de domingo, mais tarde Campos e Sá recordou:

Como resultado do trabalho de separação das notas que ordenei que se fizesse na agência do Banco de Portugal, apareceu a primeira duplicação de números e de séries, o que constituía uma prova irrefutável de falsificação e, de imediato, telefonei ao presidente do Banco de Portugal na capital. Resolvi partir imediatamente para Lisboa a fim de que, na segunda-feira, a agência recebesse instruções e dinheiro, em antecipação ao pânico que a notícia da falsificação provocaria.

HAIA, 5 DE DEZEMBRO DE 1925

Oscar Zenha, secretário e companheiro de jogatina de José, chegou à casa de Marang no fim da tarde, depois de uma cansativa viagem de Lisboa. José enviou-o para buscar uma procuração a fim de que os advogados em Lisboa pudessem iniciar um processo de calúnia contra O Século. Na opinião de José, Marang deveria mover um processo. Antônio, que também fora consultado, achava que isso não condizia com a dignidade de um funcionário do serviço diplomático. Além do mais, como antigo jornalista, sabia como um processo como este poderia ser perigoso. Uma velha máxima jornalística valia em toda parte: não processe, pois o jornal pode vir a provar as acusações.

A procuração estava pronta [recordou Zenha] e ... durante a conversa com Marang o telefone tocou. Ele atendeu. Era um funcionário da agência de notícias Havas que acabara de ser informado de que a polícia invadira o Banco de Angola e Metrópole, no Porto, e descobrira uma grande quantidade de notas falsas em seus cofres. Marang desmaiou.

Mais controlado, Oscar reagiu de modo distinto. Tomou um trem para Paris, onde tinha algumas amigas. Não retornaria a Lisboa nos próximos quatro meses - não antes de as mulheres, o dinheiro e os prazeres se esgotarem.

A BORDO DO S.S. ADOLF WOERMAN, 6 DE DEZEMBRO DE 1925

A viagem tinha sido relativamente tranqüila. A despeito da mensagem de Ferreira sobre os ataques publicados em O Século, Alves Reis não parecia muito preocupado, pois sabia que os jornais portugueses podiam ser facilmente subornados. Por certo suas aquisições em Angola ameaçavam alguns interesses estabelecidos, mas isso já era esperado.

Estava de volta a Lisboa por mar pela oitava vez. Era uma manhã de inverno triste e chuvosa ... o barco estava ancorado na baía, perto de Cascais, à espera do práctico. De repente, uma lancha se aproximou e ouvi gritarem meu nome. Alguns amigos tinham vindo me alertar que a polícia estava à minha espera em Lisboa. Sugeriram que eu fugisse.

A prisão o aguardava, alertaram os amigos, devido aos desdobramentos de uma investigação sobre os negócios da filial do Banco de Angola e Metrópole no Porto. O banco possuía notas falsificadas nos cofres. Havia igualmente um mandado de prisão contra Hennies.

Quando a lancha se aproximou, o alemão estava no convés. Em virtude de sua longa passagem pelo Brasil, falava fluentemente o português e, por isso, entendeu os gritos de alerta.

Quando a lancha se afastou, Hennies conversou com o sócio.

-Não vai se deixar prender, vai?

-Não cometi crime algum. Não admito que me transformem num bode expiatório simplesmente porque meus amigos no Banco de Portugal foram derrotados por seus rivais.

Por certo, insistiu Hennies, seria mais fácil continuar a lutar - e a ajudar os amigos no Banco de Portugal - se estivesse no exterior, onde ele teria acesso a depósitos, documentos e tudo o mais que fosse necessário.

-Não, eu devo permanecer e lutar - rebateu Reis. - Tenho cópias dos contratos e todas as evidências de que preciso para comprovar que fui encarregado das emissões das cédulas pelo presidente e pelo vice-presidente do Banco de Portugal.

Hennies retrucou:

-Para que se colocar na incômoda posição de ter de provar sua inocência de dentro de uma cela na prisão? Por certo você teria muito mais força fora de Portugal. Confie em mim. Posso providenciar nossa fuga em segurança. Se for

uma questão de dinheiro...

Dinheiro não era o problema. Reis tirou do bolso um título ao portador no valor de 300 mil escudos [15 mil dólares] que lhe fora confiado pelo administrador de uma fazenda angolana para que o entregasse em Lisboa.

Hennies tentou nova investida. Nos tribunais marítimos se costumava empregar a expressão "ponto crítico"; que se referia ao ponto além do qual se estava certo de não haver mais volta. Se Reis permanecesse no navio e fosse preso, por certo não haveria volta. Mas poderia se livrar do perigo se deixasse o navio naquele momento, como Hennies estava prestes a fazer.

Vaidoso da própria vilania, Reis manteve-se inflexível: ficaria para lutar! As chances não eram tão ruins quanto Hennies imaginava. O por tugues recordou os inúmeros escândalos financeiros por que passara Portugal nos últimos cinco anos, nos quais sempre houvera o envolvimento de funcionários corruptos nos altos escalões. Invariavelmente os culpados ficavam impunes, e os lucros fabulosos ficavam nas mãos desses velhacos. Todos tinham amigos influentes dispostos a compartilhar os lucros ilícitos.

Por um instante, Reis ficou tentado a perguntar se Hennies de fato acreditava que os contratos eram verdadeiros ou se sabia que Artur Alves Reis, o negociante português que eles menosprezaram quando foi jogado numa prisão do Porto, tinha passado a perna em Marang e Hennies, dois astutos negociantes internacionais.

Reis, no entanto, resistiu, por pura vaidade, à ingênua tentação. Hennies e Marang ainda lhe poderiam ser úteis - mas somente se acreditassem que seu sócio era o instrumento de uma grande conspiração que se desenrolava no interior do próprio Banco de Portugal. Se tivesse planejado tudo aquilo sozinho - e imaginado que se safaria no final -, só poderia estar completamente maluco. E quem, em sã consciência, se associaria a tal sujeito?

Hennies avaliou a própria situação. Como amigo do capitão do navio alemão, não teria dificuldades de deixar a embarcação no barco do práctico, que chegaria às 7h. Tinha à mão boa quantia de dinheiro, algumas cartas de crédito e uma lembrança de sua vida pregressa - o velho passaporte. Tinha chegado a hora de enterrar Adolf Hennies e ressuscitar a antiga identidade usada até 1914.

Às seis horas da manhã, Reis se despediu da esposa, sem lágrimas ou sentimentalismo. Ele a instruiu sobre o que deveria dizer em várias ocasiões, mentiras que precisaria repetir com plena convicção.

A polícia subiu a bordo às nove horas e apresentou a ordem de prisão contra Artur Alves Reis, presidente do Banco de Angola e Metrópole. Na praia, escondido num café à beira-mar, Adolf Hennies viu o brilhante sócio ser levado num carro da polícia. Caminhou rapidamente até o cais e entrou no barco que havia contratado para levá-lo de volta ao Adolf Woerman. O capitão não zarparia enquanto seu abastado compatriota não retornasse ao navio.

PORTO-1

Telegrama Matr. n.º 12 Recção n.º 3

Nota: Nos telegramas recebidos pelo aparelho ligamos o primeiro alínea que segue à direita da estação receptora e o endereço de origem e o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e hora do depósito.

Esta impressão deve acompanhar qualquer reclamação que o expedidor ou o destinatário fizer sobre erros de transmissão ou demora na entrega.

Indicações especiais: DL = DL porto 566 38 5 14250

Registo: 12/10

Expedido de: 12/10

Por: [Assinatura]

Detenha já porha incomunicavel ferreira junior rua bartolomeu gusmao, administrador amanha chega vapor alemao reis, faca mesmo, lacre cofres do b. referiao relatorio, vigie bandeira e restantes, telegrafarendo direito

Pronta a eu de apressar
interventor Li. + Xij-esa
[Assinatura]

N.º da linha Enunciado Transmissão por

Telegrama informando que Alves Reis seria preso ao chegar a Lisboa

LISBOA, 6 DE DEZEMBRO DE 1925

Não era apenas a gritaria dos pequenos engraxates de rua que quebrava a tranqüilidade daquele domingo no centro financeiro da cidade. Importantes funcionários do Banco de Portugal trabalhavam na agência central e esquadrões especiais da policia acorriam a vários pontos da cidade, atravessando-a quase na mesma velocidade que os boatos sobre o Banco de Angola e Metrópole. Segundo Alves Reis,

após a prisão a bordo do navio, fui conduzido à presença do governador civil de Lisboa e, em seguida, por ordem do dr. Crispiniano da Fonseca, o chefe do Departamento de Investigação Criminal, fui transferido para a sala de interrogatório da prisão da Pampulha, onde seria interrogado pelo dr. Fonseca no dia seguinte.



Ahrens Novaes e José Bandeira, pouco depois da prisão de Alves Reis, em dezembro de 1925

A despeito de sua experiência anterior na cadeia, aquela prisão foi um duro golpe para Reis.

Aquele terrível buraco em que me jogaram envenenou toda a decência de meu coração. A atmosfera úmida, fétida e mórbida da cela, sem qualquer ventilação ou iluminação, e a total incomunicabilidade a que fui submetido mostraram-me o caráter desumano das chamadas elites da República. Talvez acreditassem que aqueles métodos arrancariam de mim meu segredo ... Mas seria uma estupidez me entregar a meus indignos algozes. Nesse momento dei início ao maior de meus crimes - eu não desistiria. O escândalo seria minha vingança e, com absoluta calma e frieza, arquitetei o ataque àqueles homens inocentes - o presidente e o vice-presidente do Banco de Portugal, o alto-comissário de Angola e os políticos. Eles afundariam comigo. Comecei a planejar meu contra-ataque durante as horas que passava estirado no catre de minha cela.

No fim daquela tarde, Campos e Sá telefonou do Porto para transmitir as terríveis notícias ao presidente do Banco de Portugal. Até aquele momento, havia quatro ou cinco cédulas genuínas de 500 escudos com números e séries duplicados. Suspeitava-se que havia "dezenas e dezenas"; se não milhares. Era impossível distinguir as notas verdadeiras das falsas. Campos e Sá guardou a pior notícia para o fim: um dos diretores do Banco de Portugal, o dr. Lobo D'Ávila Lima, parecia estar envolvido naquela grande conspiração.

Dois dos principais funcionários do Banco de Angola e Metrópole no Porto afirmaram acreditar na autenticidade das cédulas, pois viram com frequência o dr. Ávila Lima em conversas íntimas com José Bandeira, na sede do banco em Lisboa.

Quando os diretores do Banco de Portugal foram convocados por telefone para uma reunião de emergência às oito horas daquela noite, o dr. Ávila Lima não foi avisado.

No encontro, o presidente Camacho apresentou aos colegas os detalhes das terríveis notícias provenientes do Porto. Então o conselho decidiu

retirar imediatamente de circulação as cédulas suspeitas e publicar, nos jornais de Lisboa e do Porto, uma nota alertando a população que as referidas cédulas poderiam ser trocadas na sede do banco e em todas as suas agências.

Contrariados, os diretores chegaram à conclusão de que não havia outra alternativa. Visto que era impossível distinguir as notas verdadeiras das falsas, não era justo esperar que os inocentes portadores das cédulas arcassem com o prejuízo. O banco precisaria providenciar a substituição por novas notas e de outras denominações para quem se apresentasse.

Uma outra reunião de emergência foi marcada para o meio-dia da segunda-feira, 7 de dezembro, e dessa vez o dr. Ávila Lima compareceu. Estava furioso por não ter sido avisado do encontro da véspera e pela mácula que se abatera sobre seu nome. Diante de sua insistência em comparecer à nova reunião, seus colegas

pediram-lhe que não estivesse presente, devido à delicadeza das circunstâncias do momento. Suas relações com um ou mais funcionários do alto escalão do Banco de Angola e Metrópole ... talvez viesse a público, e a revelação desse fato tornaria a situação extremamente difícil para o banco e sua administração.

Em Braga, ao que parece por uma questão de disciplina, um polícia assassinado um ano há a lição da prisão.

O SECULO

O jornal de maior circulação em Portugal

7 DEZEMBRO 1925

AS COLONIAS

Régia Escola de Cirurgia

OS MILHOES DO ANGOLA E METROPOLE Foi ontem preso o director-gerente, Artur Vergílio Alves dos Reis

Casa na Paris que o capital de Indochina e Indias controla em quantidade por outras terras.



A situação de Gonal

A manobra

Assalto palatino

A situação de Saca

Nova cadaverina

Comissão de Fidei

Manchete sobre a prisão de Alves Reis em O Século de 7 de dezembro de 1925

O dr. Ávila Lima recusou-se a abandonar sua cadeira na sala da diretoria. A verdade, afirmou ele, era que conversara com José Bandeira, a quem conhecia superficialmente, duas ou três vezes. Tais conversas ocorreram a pedido de um amigo banqueiro, grande acionista do jornal O Século, cuja compra interessava ao Banco de Angola e Metrópole. Nada mais.

Inflexíveis, os demais diretores se recusaram a aceitar sua participação na reunião. O miasma da suspeita começara a se espalhar - antes mesmo de Alves Reis dar início à sua campanha. A existência de cédulas produzidas com a mesma matriz das emitidas pelo Banco de Portugal só poderia indicar o envolvimento de funcionários da instituição. Quem mais, além de Ávila Lima, estava envolvido na trama?

O telegrama enviado às agências do Banco de Portugal, que determinava a troca das cédulas, ressaltava que todos os portadores de 20 ou mais notas de 500 escudos com a efigie de Vasco da Gama deveriam se identificar e assinar um recibo no momento da transação.

Às 14h25 de 7 de dezembro, Camacho Rodrigues telegrafou à Waterlow em Londres:

GRANDE FALSIFICAÇÃO NOTAS DE 500 ESCUDOS. ENVIAR URGENTE ESPECIALISTA A LISBOA PARA EXAME. PROVIDENCIAR TAMBÉM SUAS INVESTIGAÇÕES.

O telegrama chegou ao escritório após a saída de sir William, portanto somente ao meio-dia do dia seguinte, 8 de dezembro, a Waterlow enviou a resposta:

PREPARATIVOS IMEDIATOS PARA ENVIO ESPECIALISTA A LONDRES. INFORMAREMOS HORÁRIO EXATO DA PARTIDA. ENVIEM MAIS DETALHES E AMOSTRAS.

Em toda parte, os portugueses faziam fila em frente às agências do Banco de Portugal para trocar as notas de 500 escudos. A operação era demorada, e as pessoas nas filas tinham tempo de sobra para ficar a par das últimas notícias sobre o caso: o próprio Banco de Portugal estava envolvido; vários diretores já haviam sido presos; era um complô alemão - afinal não tinham larga experiência na fabricação de milhões de sua própria moeda inflacionada? - para se apoderar das colônias portuguesas. A cada novo relato os boatos aumentavam, bem como os distúrbios nas proximidades das agências bancárias de Lisboa e do Porto.

LONDRES, 9 DE DEZEMBRO DE 1925

Nessa manhã, o exemplar de *The Telegraph* que sir William lia a caminho da sede da Waterlow na City trazia uma pequena notícia na primeira página:

NOTAS FALSAS DE PORTUGAL PRODUZIDAS NA RÚSSIA

Lisboa. 8 de dezembro. Desdobramentos sensacionais vieram à tona como consequência da descoberta da emissão de notas falsas por um banco recém-inaugurado no valor de 600 mil libras [3 milhões de dólares] ou mais. Ao que tudo indica, as notas, que estão sendo retiradas de circulação, foram fabricadas na Rússia, e a polícia acredita que sejam reproduções de cédulas fornecidas por uma casa de impressão inglesa ao governo português. Embora esse estabelecimento bancário tenha sido inaugurado há pouco com um sonoro título colonial, a alma do negócio era um holandês de estabilidade financeira duvidosa com credenciais obtidas junto ao ministro português na Holanda que, em virtude desse escândalo, foi chamado de volta pelo governo de Portugal.

Pela primeira vez, sir William soube que eram as notas produzidas em sua empresa a pedido de Marang e seu grupo as que estavam sendo recolhidas pelo Banco de Portugal. Aparentemente, as cédulas não tinham recebido o carimbo com o nome "ANGOLA"

Não se surpreendeu ao descobrir que o coronel José Augusto dos Santos Lucas, da embaixada portuguesa em Londres, estivesse ansioso para conversar com ele. Também encontrou um memorando do departamento de contabilidade: Marang ainda não pagara sua conta de 458 libras, 4 xelins e 6 pence pelas malas e serviços pessoais de impressão.

O coronel, um veterano do Exército português, fora designado para aquela tarefa no dia anterior. O embaixador recebera um telegrama de Lisboa a respeito das notas falsas e da probabilidade de que inúmeros diretores do Banco de Angola e Metrôpole, agora interditado, tivessem grandes contas bancárias em estabelecimentos londrinos.

O coronel Lucas foi às filiais do Midland Bank e do Westminster Bank. Neste, o coronel descobriu que o Banco de Angola e Metrôpole chegara a depositar até 76 mil libras [cerca de 380 mil dólares], porém a maior parte desse dinheiro já fora retirada. No Midland Bank, descobriu um depósito de mais de 20 mil libras em nome de José Santos Bandeira. O banco se recusou a interromper o pagamento dos cheques que porventura fossem apresentados por Bandeira, a

menos que uma corte inglesa, o embaixador português ou o Banco de Portugal concordassem em pagar-lhes uma indenização, caso Bandeira movesse um processo contra eles. Concordaram, porém, em segurar por 24 horas os pagamentos de quaisquer cheques que fossem apresentados.

Acompanhado por um inspetor da Scotland Yard que conhecia, F.J. Eveleigh, o coronel Lucas visitou, então, sir William Waterlow. A situação era delicada, e exigia muitos cuidados e traquejo. Sir William era, afinal, um conselheiro municipal de Londres, que possuía sua própria força policial, e a Scotland Yard só poderia agir ali com a devida autorização.

Segundo o relato do coronel Lucas, no encontro com sir William,

expliquei-lhe o propósito de nossa visita e, em seguida, solicitei sua colaboração. De início, sir William declarou que antecipara o propósito de nossa visita em virtude da notícia publicada em *The Telegraph* naquela manhã. Perguntei a quem ele entregara as cédulas. Sem qualquer hesitação, respondeu-me que tinha sido a Marang e que as notas não eram falsas, pois sua empresa as fabricara com a convicção de cumprir ordens e instruções do senhor I. Camacho Rodrigues. De bom grado, sir William atendeu à solicitação de me mostrar essas ordens e instruções, apresentando-nos vários documentos para análise ... Solicitei a sir William cópias desses dois documentos ... Sir William perguntou qual era minha opinião a respeito da autenticidade dos contratos, bem como das cartas enviadas pelo senhor Camacho. Respondi-lhe julgar que tais documentos eram falsos.

Na embaixada, o coronel Lucas ficou até as duas da madrugada escrevendo, em código, um longo telegrama para o Ministério do Exterior sobre os contratos.

Após a saída do coronel, o diretor Edgar L. Waterlow, sobrinho e ferrenho inimigo de sir William, entrou no escritório do tio. Soubera o suficiente sobre a visita para compreender que sir William, com o conhecimento de somente outros dois diretores da empresa, aceitara um duvidoso contrato de impressão de papel-moeda que lhe fora apresentado por um desconhecido holandês. Edgar exigiu a convocação de uma reunião do conselho para a primeira hora de terça-feira, 10 de dezembro.

Na reunião matinal, sir William apresentou aos demais diretores algumas informações a respeito da encomenda de Marang e deu a impressão de que a Waterlow ficara presa em meio ao fogo cruzado de duas facções do Banco de Portugal. Sir William, porém, percebeu o ressentimento por parte de vários diretores, em virtude de não terem sido informados sobre os contratos e as

encomendas de Marang.

No fim daquela manhã, o coronel Lucas apareceu para solicitar os números de série do segundo lote de notas entregues a Marang no verão e no outono de 1925 e os enviou a Lisboa por telégrafo. Então, na noite de 11 de dezembro, sua convicção de que os contratos eram falsos foi abalada. Chegaram-lhe dois telegramas de Lisboa: Camacho Rodrigues e Mota Gomes, presidente e vice-presidente do Banco de Portugal, foram presos por determinação do juiz de instrução encarregado do caso, sob suspeita de envolvimento no caso de falsificação das notas portuguesas.

O coronel despertou o embaixador a fim de discutir as terríveis notícias sobre as prisões em Lisboa. Se aqueles homens estivessem realmente envolvidos e, por conseguinte, o próprio Banco de Portugal, haveria no futuro sérias dificuldades financeiras para o país. Precisavam de mais tempo para obter mais detalhes de Lisboa. Desde que a notícia não vazasse, era possível resguardar, por algum tempo, o crédito da nação. O momento exigia medidas extremas, e o coronel Lucas, o encarregado especial de assuntos de segurança, polícia, inteligência e imprensa, era o homem certo para a tarefa. Conforme se lembraria mais tarde, ele

se reuniu com um alto funcionário da Reuters a fim de solicitar que, se tivesse recebido ou recebesse notícias a respeito de prisões, não as repassasse aos jornais. O funcionário prometeu atender à solicitação do embaixador. Dessa forma, evitou-se a divulgação das notícias.

Naquela noite, o coronel Lucas recebeu outro telegrama de Lisboa, que o orientava a solicitar colaboração da Scotland Yard para a prisão e a extradição de um importante funcionário da Waterlow criminalmente envolvido na conspiração. O nome era Henry Gerard Wolfgang Romer. Telegramas de igual teor foram enviados às polícias de várias capitais da Europa.

LISBOA, 12 DE DEZEMBRO DE 1925

De acordo com as leis então em vigor da República de Portugal, nenhum cidadão pode ser detido sob suspeita de crime por mais de oito dias. E ninguém poderia ser mantido incomunicável por mais de 48 horas. Mas aqueles eram tempos de exceção, e muitas leis republicanas estavam sendo ignoradas. Alves Reis ficaria incomunicável por 108 dias. Mais tarde, escreveu:

Fiquei tão indignado com esse tratamento arbitrário que decidi enfrentá-lo com suas próprias armas: falsifiquei documentos, cartas e recibos com a

assinatura de Camacho Rodrigues e alguns outros.... Enviei alguns dissimuladamente à Holanda para convencer Marang de sua autenticidade.... Eu queria me vingar de uma justiça que buscava a qualquer custo me impingir um severo castigo ... a voz da consciência me dizia que confessasse meus crimes, mas minha indignação diante desses métodos ilegais me forçavam a lutar.

Nessa cela arquitetou um plano modesto, mas bastante eficiente para produzir cartas e documentos incriminadores. Ele parecia, recordou um amigo, uma mangueira de incêndio, que, devido à forte pressão, ganhava em precisão e intensidade.

Outra lei, essa internacional, seria igualmente ignorada. Desconsiderou-se a inviolabilidade de uma embaixada e, em io de dezembro, os investigadores entraram na embaixada venezuelana - na verdade, o apartamento do conde Planas-Suárez -, onde encontraram 85 mil cédulas de 500 escudos. Em ii de dezembro, ao receber autorização para deixar o país, o conde da Santa Sé seguiu para Paris.

A investigação daquele crime grandioso foi interrompida por dois dias, quando o dr. Costa Santos, procurador-geral da República que comandava a operação, foi subitamente destituído do cargo. Havia um recibo de Alves Reis comprovando que Costa Santos recebera um agrado de 500 mil escudos [cerca de 25 mil dólares]. Era uma das inúmeras falsificações produzidas por Reis.

O dr. José Pinto de Magalhães foi nomeado para o lugar de Costa Santos. Após longa conversa com o prisioneiro, abandonou a cela de Alves Reis convencido de que altos funcionários do Banco de Portugal o haviam autorizado a imprimir e distribuir as notas.

Como chefe das investigações, Magalhães tinha poderes extraordinários e os empregou com rapidez. Justo quando o Diário de Notícias, um importante jornal de Lisboa, fazia, em 13 de dezembro, a seguinte descrição:

ATO DE INSANIDADE?

Deu-se ontem um fato de preocupante gravidade, que só pode ser atribuído a uma súbita perturbação dos sentidos do dr. Pinto de Magalhães, o juiz a cargo das investigações. Numa conversa com o juiz, um funcionário do Ministério do Exterior perguntou a ele qual a opinião dominante no Banco de Portugal a respeito do caso de falsificação de dinheiro. O juiz ficou subitamente agitado, caminhou transtornado pela sala e, com gestos irracionais, afirmou aos brados

que o funcionário do Ministério certamente viera para fazer insinuações em nome do governo. "Estou me esforçando para cumprir meu dever e, se não faço mais, é porque não posso."

Em seguida gritou, a plenos pulmões, que não suportava mais aquela situação. Uma multidão acorreu à sala....O juiz, então, arremessou-se contra o dr. Camacho Rodrigues e o dr. Mota Gomes, que ali se encontravam, e, agarrando-os pelo colarinho, gritou para que todos no prédio o ouvissem: "Os senhores estão presos por minha ordem! Os senhores estão presos em nome da lei!"

Depois, o juiz dirigiu-se a um policial que ali se encontrava e disse: "Leve-os para a delegacia agora mesmo."

Os dois funcionários do banco foram levados a uma sala contígua ao gabinete do governador civil.

Todos ficaram chocados com aquela rápida e inesperada cena protagonizada pelo juiz, que ainda se encontrava transtornado. Ao ser questionado sobre a gravidade de suas ordens, ele afirmou: "O senhor tem razão! Isso é muito grave. Meterei uma bala na cabeça se nada for comprovado contra esses homens durante a investigação."

Enquanto isso, o presidente e o vice-presidente do Banco de Portugal permaneciam detidos. Ao ser informado sobre a prisão, o primeiro-ministro comunicou o fato ao presidente e solicitou que convocassem o juiz para uma reunião em seu gabinete. Como este não apareceu até as 15h, o primeiro-ministro determinou a liberação dos dois funcionários do banco.

Todavia, o juiz Pinto de Magalhães permaneceu à frente das investigações. Havia algum tempo determinara que se concedessem algumas comodidades ao prisioneiro Alves Reis. Os protestos de O Século foram publicados num longo artigo de primeira página:

É estranho que o juiz tenha autorizado Alves Reis a mobiliar de modo suntuoso a cela na cadeia da Lapa, onde se encontra detido, e que já dispõe de sofás, penteadeira, espelhos, tapetes etc. O magistrado criminoso converteu sua cela numa espécie de caverna das Mil e Uma Noites. Não sabemos se instalou aquecimento central, mas nos parece que nada falta a quem está habituado às comodidades sociais e recebe visitas freqüentes. Alves Reis usufrui uma condição especial que ameniza a detenção e o encoraja a enfrentar a adversidade e todos os esforços para se obter sua confissão. Apesar de

permanecer incomunicável, Reis tem pleno conhecimento sobre os acontecimentos que se desenrolam fora dos muros da prisão, lê jornais e recebe visitas da esposa, que mantém contato com seu advogado. Na pessoa do chefe da investigação, Reis encontrou o melhor advogado para sua causa e um grande defensor. Se não fosse por ele, o mistério do Banco de Angola e Metrópole há muito teria sido desvendado.

A situação era ainda pior do que O Século imaginava. Reis seduzira completamente o juiz, a ponto de este se dirigir a Reis como "Sua Excelência" e permitir que conversasse com os outros prisioneiros, tais como José Bandeira e Francisco Ferreira. Comprovando sua grande confiança em Reis, o juiz os deixava numa sala a sós durante esses proveitosos encontros.

Pouco depois de determinar a prisão do presidente e do vice-presidente do Banco de Portugal, o juiz foi à cela de Reis para informá-lo da operação e pediu-lhe "que não o decepcionasse". Reis respondeu que o juiz agiria de modo adequado ao prender os dois homens e que poderia ficar tranqüilo. Em poucos dias, haveria mais provas de sua cumplicidade. Provas irrefutáveis.

O juiz não era o único homem em Lisboa a acreditar piamente que Reis e os demais prisioneiros eram meros instrumentos de um complô inacreditável encabeçado pelo presidente e pelo vice-presidente do Banco de Portugal.

Enquanto isso, na sede do Banco de Portugal e em suas 34 agências, mais de 500 mil cédulas suspeitas de 500 escudos foram trocadas por notas de outras denominações.

Em meio à sensacional cobertura de imprensa do grande caso das cédulas, muitos leitores não perceberam um pequeno detalhe: o Banco de Portugal determinara o pagamento de uma recompensa de 3 mil escudos [150 dólares] a Manoel de Sousa, da cidade do Porto, "por serviços prestados ao banco em princípios de dezembro que levaram à descoberta da falsificação das notas de Soo escudos". O homem que ajudara a desmoralizar o esplêndido edifício de vilania com seu telefonema oportuno - ainda que a informação não fosse precisa - receberia a recompensa nas seguintes condições: em parcelas mensais de Soo escudos no decorrer do semestre seguinte. O banco, porém, não era assim tão mesquinho. Havia notícias de que Manoel era um apostador compulsivo, e os funcionários do banco não queriam que ele esbanjasse todo o dinheiro em bilhetes da loteria e, mais tarde, viesse a eles em busca de mais.

Houve outra reunião de diretores na Waterlow na manhã de sexta-feira, 11 de dezembro. Conforme sir William recordou mais tarde:

a meu pedido os diretores concordaram que eu deveria ir pessoalmente a Lisboa com outro diretor, o sr. Vivian Goodman, filho do diretor Frederick Goodman, e George U. Rose, o gerente de nosso departamento de papel-moeda, com o intuito de prestar ao Banco de Portugal e ao governo português toda a assistência ao nosso alcance. Partimos naquela tarde no trem das dezesseis horas, proveniente de Paris.

Os diretores receberam várias notícias conflitantes:

-que o presidente e o vice-presidente do Banco de Portugal foram presos e, em seguida, liberados pelo primeiro-ministro.

-que o embaixador português em Londres se recusara a receber sir William.

-que, devido a uma escassez de papel-moeda, o Banco de Portugal tinha a intenção de solicitar à Waterlow a emissão de mais cédulas, porém em denominações diferentes das de 500 escudos com a efígie de Vasco da Gama. Todavia essas novas cédulas não deveriam exibir a insígnia da Waterlow & Sons.

-o advogado da Waterlow recomendara que o grupo que viajaria a Lisboa obtivesse, em primeiro lugar, um salvo-conduto do governo português. Não era possível obtê-lo com a devida urgência, mas sir William determinou a partida imediata do grupo mesmo assim.

Edgar Waterlow estava atarefado naquela manhã de sábado, 12 de dezembro. Teve uma longa conversa com Henry Romer, que lhe falou das recomendações feitas a sir William, no ano anterior, sobre os contratos de Marang. Romer estava particularmente incomodado com o fato de não ter sido escolhido para integrar o grupo que viajaria a Lisboa. Ele disse a Edgar Waterlow:

O senhor sabe que eu lhes seria de grande ajuda em Lisboa ... proporcionaria um ambiente mais agradável para o grupo e os auxiliaria de inúmeras maneiras.

Naquele momento ainda não sabia que haviam encaminhado um mandado de prisão contra ele em vários países da Europa. Nem que o Banco de Portugal estava convencido de que tivera importante papel naquela trama. De que outro modo os conspiradores teriam acesso à numeração das notas?

Roland Springall, que também foi ouvido naquela manhã de sábado, providenciou um material útil, mas bastante perigoso, para o dossiê que Edgar Waterlow preparava contra seu primo. Caso o empregasse com habilidade, o dossiê ajudaria a destituir sir William da presidência da empresa. E, dessa vez, Edgar Waterlow conquistaria o cargo que lhe era devido desde 1923, quando um desafortunado escândalo envolvendo seu pai e de Ia Rue o impediu de alcançar seu objetivo.

Springall disse a Edgar que, em julho de 1925, quando Marang esteve na firma para discutir a segunda encomenda de papel-moeda, pediu

uma lista com todos os números e assinaturas já empregados nas cédulas de 500 escudos fornecidas ao Banco de Portugal. Com a autorização de Frederick Goodman, forneci, após uma consulta a nossos livros, tais informações a Marang.

Edgar ouviu aquilo com um misto de fascínio e horror. Não só sua firma fornecera as cédulas aos conspiradores - ele se recusava a acreditar que o Banco de Portugal estivesse envolvido no complô -, como também ajudara em larga medida os criminosos ao lhes informar o padrão da numeração e dos nomes dos diretores. Uma informação tão útil e sigilosa fora fornecida sem a menor cerimônia.

Essa informação, Edgar bem o sabia, era bastante perigosa. De fato proporcionava-lhe uma arma eficaz contra Frederick Goodman, um dos aliados de sir William na diretoria da empresa, teria terríveis efeitos contra a Waterlow & Sons, no caso de um processo demandando perdas e danos contra a empresa, o que era de esperar. A situação exigia extremo cuidado. Trancou o dossiê num cofre em sua casa, onde também guardava os itens mais valiosos de sua coleção de selos postais.

LISBOA, 14 DE DEZEMBRO DE 1925

O grupo da Waterlow chegou a Lisboa na noite de domingo, 13 de dezembro. A esposa do presidente insistira em acompanhá-lo. Quando desembarcaram do Sud Express, havia centenas de pessoas na estação. "Uma experiência bastante desagradável"; recordou sir William. Havia reservado quartos no Avenida Palace, que ficava nas proximidades, e ali sir William enfrentou o primeiro de inúmeros reveses. No saguão, avistou George T. Foxon, o representante especial da empresa Bradbury, Wilkinson, sua con corrente no ramo de papel-moeda. Os chacais estavam à espreita, observou amargamente a Goodman.

Um correspondente do Daily Mail procurou sir William. Sim, a situação era bastante complicada, ele disse ao repórter. A Waterlow estava ansiosa para oferecer toda a assistência possível, mas era necessário agir com cautela. Por exemplo, fora solicitado que fornecessem novas cédulas ao Banco de Portugal para a troca das notas suspeitas de 500 escudos. Mas obviamente, continuou ele, "a Waterlow não aceitaria novas encomendas de papel-moeda, a não ser das autoridades competentes". Como a comunicação é uma arte terrivelmente imprecisa, o repórter ouviu sir William afirmar que não daria sequer uma nota ao Banco de Portugal até que soubesse exatamente quem estava realmente autorizado a fazer tal encomenda. Afinal era preocupante a prisão de dois altos funcionários da instituição.

Na manhã do dia seguinte, segunda-feira, sir William foi até o Banco de Portugal.

Acompanhado dos srs. Rose e Walker (nosso agente residente em Lisboa), segui para o Banco de Portugal, onde o conselho de diretores se encontrava reunido. Solicitamos uma audiência com os diretores, mas nos informaram que não poderiam nos receber visto que o assunto estava agora nas mãos da polícia e deveríamos procurar o gabinete do governador civil da cidade. Recusamos a sugestão. Então manifestaram seu descontentamento em face da declaração que eu aparentemente fizera a um correspondente do Daily Mail na noite anterior.... Diante de nossa insistência para sermos recebidos pelo conselho, o dr. Ruy Ulrich, que falava inglês, abandonou a sala de reuniões e confirmou que não poderiam nos receber, mas que solicitariam a presença do juiz encarregado da investigação do caso para que conversasse conosco. A princípio, o sr. Ulrich recusou-se a cumprimentar o sr. Rose, acreditando que este fosse o sr. Romer, mas logo o cumprimentou quando se desfez o mal-entendido. Uma vez que mandaram chamar o juiz, julgamos adequado telefonar ao cônsul britânico, que logo compareceu...era grande a agitação no banco...não estava surpreso, mas todos pareciam ter perdido a cabeça, e era impossível discutir qualquer coisa com eles. Em vista disso, procuramos manter a cabeça no lugar.

Não é fácil manter a calma quando se é tratado como criminoso. Como sir William se lembraria mais tarde:

Para todos os efeitos, estávamos sob custódia. Aquela conduta e aquele tratamento eram absolutamente ultrajantes, mas me encontrava tão ansioso para oferecer minha ajuda que contive minha indignação.

O juiz Pinto de Magalhães interrogou os representantes da Waterlow ao longo

de toda a semana, às vezes até as nove horas da noite. Durante um desses longos interrogatórios, os jornais vespertinos anunciaram a prisão de sir William. Um repórter procurou lady Waterlow no hotel para informar-lhe a respeito da prisão do marido. Felizmente sir William apareceu 30 minutos depois e desfez a confusão.

O juiz foi bastante amigável e, a certa altura, até mesmo informou aos ingleses "que não havia negócios honestos em Portugal".

Em duas ocasiões, o juiz, conforme o relato de sir William,

mandou trazer o prisioneiro e, em nossa presença, Reis afirmou que o contrato que nos fora apresentado era autêntico e que o recebera das mãos do presidente do Banco de Portugal.

O juiz perguntou a sir William qual era sua opinião a respeito de Romer, Rose, Walker e Goodman. Sir William foi incisivo:

Romer era um sujeito bastante nervoso, mas honesto; Rose e Goodman eram pessoas de comprovada honestidade; e Walker, a quem conhecia havia mais de 16 anos, era igualmente honrado.

Reiteradas vezes o juiz voltava à carta de sir William a Camacho Rodrigues, datada de 7 de janeiro de 1924, que jamais lhe foi entregue, e a como os conspiradores tiveram acesso à combinação dos números de série e às assinaturas dos diretores do banco.

Tudo o que ocorreu no Departamento de Investigação Criminal apareceu nos jornais no dia seguinte, e o clima ficou extremamente ruim - talvez não pudesse ser pior. E eu, que percorrera uma grande distância na expectativa de esclarecer a situação, a fim de corrigir possíveis erros e imprecisões, deparei-me com uma situação em que nos encontrávamos de mãos atadas. Disse, então, a Goodman, Junior: "Veja bem, temos ainda muitos serviços a prestar ao Banco de Portugal, e não é bom que as coisas sigam desse jeito. Precisamos restabelecer a confiança que depositavam em nós.

A forma de fazer isso, à moda dos britânicos, era parar com toda aquela história de processos e demonstrar um pouco de confiança mútua.

Enviado como emissário ao banco, Walker foi recebido pelos diretores, a quem disse

lamentar profundamente os fatos ocorridos que causaram tantos transtornos, tanto para a Waterlow quanto para ele próprio...e propunha ao banco, como forma de compensação, a substituição das notas de 500 escudos e o pagamento de todas as despesas extraordinárias do banco em decorrência do caso das notas. Além disso a empresa estava disposta a fazer um depósito de 50 mil libras como prova de confiança e apreço...Sir William estava convencido de que, depois que toda essa situação desagradável fosse esclarecida, o banco e a Waterlow estreitariam ainda mais seus laços de amizade.

Mais tarde, num encontro com o dr. Ruy Ulrich, sir William reafirmou a oferta do depósito "como garantia de nossa boa vontade". Ulrich, no entanto, desejava considerar o dinheiro uma espécie de "indenização" parcial, ao que sir William se opôs. Ele disse que

não podíamos admitir qualquer responsabilidade, mas eu concordava com ele que, quando todos os fatos viessem à tona, a questão poderia ser cuidadosamente discutida entre nós. Disse-me que o banco tinha a intenção de honrar os contratos conosco, o que se comprovava com o pagamento de uma fatura recente... O montante das despesas com as cédulas de 500 escudos, falsas e autênticas, alcançava a cifra de 170 mil libras [850 mil dólares] e, para compensá-lo, contavam com os bens do Banco de Angola e Metrópole e alguns pagamentos a serem feitos por bancos estrangeiros com os quais mantinham vínculos.

Em 21 de dezembro, o grupo da Waterlow partiu de Lisboa. Mas o ambiente durante a permanência se tornara, nas palavras de sir William, "extremamente carregado e tenso"; e o juiz Pinto de Magalhães julgou adequado que viajassem com nomes falsos. Assim os certificados fornecidos pela polícia declaravam que os súditos da Coroa britânica chamados

sir William Alfred Waterlow, lady Waterlow, George Rose e V. Goodman viajariam sob os nomes de William Smith, sra. Smith, George Cooper e Jack Jones, e com esses nomes deixariam o território português.

Pela primeira vez desde que seus antepassados chegaram à Inglaterra em 1625, um Waterlow precisava abrir mão de seu imponente sobrenome. Sir William seria "William Smith": Mas a farsa não tinha razão de ser. O excêntrico juiz e alguns de seus investigadores compareceram à estação para acompanhar a partida do grupo. Como todos conheciam o juiz por fotografias publicadas nos jornais, os ingleses foram prontamente identificados. Ainda assim, partiram sem enfrentar quaisquer manifestações ou protestos por parte dos circunstantes.

Somente O Século incitava todos os bons portugueses a manifestar sua fúria e, até mesmo, a empunhar as armas. Seu mais recente editorial, traduzido para o grupo da Waterlow pouco antes de sua partida, afirmava:

Façamos uma nova tentativa: o escândalo do Banco de Angola e Metrôpole só poderia acontecer num país como o nosso, onde prevalece a miséria. Em outro país de verdadeira moralidade, ou até mesmo de moralidade menos venal, indivíduos como Reis, Marang, Bandeira e toda sua corja jamais poriam em prática um plano tão ambicioso. Isso só poderia acontecer num país onde a podridão corrompeu todas as fibras que constituem a honra, a dignidade e o prestígio de uma nação. Vivemos um período de decadência social. Todas as virtudes coletivas desvaneceram. Todas as qualidades fundamentais da raça, mantida pela tradição ao longo dos séculos, em meio a calamidades e sacrifícios, foram suprimidas e menosprezadas pela corja dos políticos ávidos por dinheiro e dispostos a obtê-lo por todos os meios. Então entraram em cena Marang, diplomata de uma república de negros; Bandeira, o presidiário da África do Sul e o ladrão do Porto; e, enfim, suas malas com notas de 500 escudos. Isso não foi suficiente. Todos se curvaram diante deles. A quadrilha atingiu o pleno sucesso.

Entre os portugueses que leram o editorial com aprovação fervorosa encontrava-se um professor de economia da Universidade de Coimbra, de 36 anos de idade, chamado Antônio de Oliveira Salazar. Ele estava particularmente interessado no caso da falsificação das cédulas, pois sua tese de doutoramento abordava justamente a evolução da moeda portuguesa.

LISBOA, 24 DE DEZEMBRO DE 1925

Por fim, o conselho diretor do Banco de Portugal decidiu tomar uma atitude sem precedentes, sugerida por vários diretores ao longo das duas semanas anteriores: uma renúncia coletiva. Bastava de picuinhas e acusações por parte do juiz Pinto de Magalhães.

Reuniram-se ao meio-dia na sala da diretoria do banco, com o intuito de elaborar uma declaração na qual defenderiam as medidas tomadas anteriormente e explicariam os motivos da renúncia.

A produção de notas duplicadas beneficiava o Banco de Portugal?

Claro que não.

O banco só lucra com a emissão de notas, sempre dentro de seu potencial de circulação, mediante sua aplicação em operações produtivas. E, através da análise dos relatórios semanais, todos sabem que os montantes emitidos têm permanecido abaixo desse potencial. É evidente que as notas indevidamente postas em circulação não o beneficiavam.

Além disso, nem todos têm conhecimento de que os culpados fizeram pesadas compras de ações do Banco de Portugal, com o evidente propósito de conquistar os cargos administrativos e, assim, se protegerem no crítico momento em que as notas fossem canceladas... Um conselho diretor complacente evitaria o aparecimento de provas comprometedoras.

A declaração explicava, em seguida, como os funcionários do banco desvendaram o crime numa ação "voluntária, resoluta e persistente"

E o que estava realmente por trás dessa conspiração?

Estamos diante de um vasto plano de subversão social com muitas ramificações, cujo propósito, de inclinação comunista, era precisamente a extinção dos bancos emissores, com a intenção de fazê-los se destruírem por seus próprios meios. Cédulas seriam anuladas por outras cédulas e, em consequência, o crédito desapareceria em meio a essa catástrofe.

Revelava-se, então, o real objetivo da declaração - um ataque ao juiz Pinto de Magalhães:

Uma calamidade pública (quase tão grave quanto a fraude em si) manteve à frente das investigações policiais ... a incrível incompetência de um homem cujas ações só alcançam explicação no terreno da patologia...um magistrado em função policial, que atua sob a evidente influência de um criminoso, da qual não consegue se livrar, e que confunde autocraticamente todos os fios de uma meada que suas próprias mãos são absolutamente incapazes de desenredar.

Como vítimas de uma fraude...protestamos energicamente contra a desastrosa confusão que vem adiando o aparecimento da verdade e, diante da nação, exigimos a punição dos culpados, onde quer que se encontrem, e o cumprimento pleno e perfeito da justiça.

Dois dias depois, em 26 de dezembro, foi convocada uma assembléia extraordinária dos acionistas do banco. As ações adquiridas pelo Banco de Angola e Metrópole estavam agora sob a custódia da Comissão de Liquidação,

que não exerceria o direito a voto.

A reunião mais dramática da história do banco prosseguiu com o vice-presidente Mota Gomes dizendo, aos brados, como, sob a influência do insano juiz,

surgiu pouco a pouco, na imprensa e nas ruas, uma campanha de descrédito contra a instituição; acusavam-na de um crime do qual era a única vítima imediata.... Não somente no país, como também no exterior, os jornais de grande circulação não hesitavam em apresentar o Banco de Portugal como um antro de vigaristas. Isso era resultado do ato de um magistrado absolutamente indigno da posição que ocupava. [Aplausos vigorosos.]

Quando o presidente Inocêncio Camacho Rodrigues - baixo, troncudo e de olhos esbugalhados - entrou na sala, ouviram-se aplausos prolongados. Também ele se emocionou ao fazer um apelo aos colegas diretores:

Perdoem-me por não demonstrar a serenidade que seria desejável num momento como esse ... Isso se deve à violenta comoção, aos tremendos vexames a que fui submetido pela loucura de uns e pela malícia de outros, ou de todos.

Nesta manhã, em minha casa, afirmei: esta é a semana da Paixão. Na quinta-feira [21 de dezembro] os representantes de todos os bancos de Lisboa vieram aqui, e eu tive o prazer de vê-los e de abraçá-los. Passei o dia de ontem como um morto, mas hoje eu ressuscitei. Aleluia! Aleluia!

Foi Alves Reis que planejou tudo isso? Não creio. Não foi sua mente que dirigiu, em sua totalidade, esse plano perverso contra a nação. Alguns dias atrás, quando o acusado me foi apresentado para que eu o identificasse ... esse homem, que eu jamais vira depois de adulto, afirmou que havia sido meu aluno e, por esse motivo, não podia evitar a influência que o antigo mestre ainda exercia sobre ele. Não ousou encarar-me, pois sentia perfeitamente que se encontrava face a face com um homem honrado, a quem acusara injustamente. Reis ficou tão abalado que solicitou deixar a sala, alegando mal-estar.

A despeito de tudo isso, os senhores, meus amigos, não estavam convencidos de minha condenação! [Vozes: "Ninguém estava convencido! O senhor é um homem honrado!"]

Obrigado, senhores, muito obrigado. [Uma salva de palmas corta as últimas palavras do orador, que foi efusivamente cumprimentado e abraçado.]

Antes do fim da reunião aprovou-se a proposta de apresentar ao Supremo Conselho Judiciário uma queixa contra o juiz de instrução.

Somente o irreverente vespertino ABC acreditava que havia um lado bom em toda essa terrível confusão.

Em última análise, a qualidade das novas notas é tão excelente quanto a das emitidas pelo Banco de Portugal ... o banco até mesmo saiu lucrando, pois ficará sem nenhum custo com as notas, bem como com os bens dos perpetradores dessa fantástica proeza ... produto da imaginação altamente fértil de um homem, mas levada a cabo de maneira desastrosa em alguns momentos, tais quais algumas peças em que os atores não estão à altura do texto do autor.

LONDRES, 28 DE DEZEMBRO DE 1925

Durante a ausência de sir William, Edgar Waterlow informou aos colegas diretores a respeito de algumas das mais impressionantes descobertas que fizera em consequência de suas conversas com alguns funcionários da empresa. Quando uma reunião extraordinária da diretoria foi convocada para a segunda-feira, já se encontrava preparado para dar o primeiro golpe contra o primo William.

O presidente fez um amplo relato sobre a viagem que ele e dois outros diretores tinham feito a Lisboa, sobre as conversas com os diretores do Banco de Portugal e sobre a oferta de um depósito no valor de 50 mil libras junto ao banco como demonstração de boa vontade.

Havia outra pendência financeira: mais de 200 mil das notas encomendadas por Marang haviam sido trocadas pelo Banco de Portugal. Como papel impresso, as notas inutilizadas representavam uma perda de 1.500 libras [7,5 mil dólares]. No entanto, como moeda negociável, os prejuízos se aproximavam de 5 milhões de dólares. Essa diferença deixou os diretores da Waterlow cada vez mais conscientes da vulnerabilidade da firma. Se um depósito de 50 mil libras poderia, de algum modo, aplacar os alegados prejuízos do Banco de Portugal, então seria um dinheiro bem empregado. A carta, que sir William preparara para enviar ao banco e foi apresentada à apreciação de seus colegas, esclarecia que o dinheiro era um depósito, sujeito a taxa de juros em vigor, "em libras esterlinas, cujo resgate, quando ocorresse, deveria ser feito igualmente na mesma moeda". Escudos, não, por favor!

Decididas as questões preliminares, o principal articulador da silenciosa revolta estava pronto para agir. Conforme registrado na ata da reunião, a cena se desenrolou da seguinte maneira:

O sr. [Russel] Palmer propôs e o sr [ER.] Muir apoiou a seguinte resolução: "que uma comissão formada por R. Palmer, W. Flemming, F.R. Muir e R.T.J. Smyth seja, de agora em diante, designada para investigar e relatar ao conselho diretor todos os fatos e circunstâncias relacionados, até o momento, às transações da empresa com Marang, e todas as questões a elas relacionadas, e que os diretores diretamente responsáveis por essas transações prestem a essa comissão todo o auxílio e todas as informações de que tenham conhecimento'.

Sir William se opôs à proposta que claramente insinuava que o presidente não apresentara a seus colegas diretores todos os "fatos e circunstâncias". Sugeriu, portanto, que a injuriosa resolução fosse retirada para que pudesse apresentar "a todos os diretores uma declaração a respeito de todas as circunstâncias conhecidas por ele, pelo sr. F.W. Goodman e pelo sr. [Thomas W.] Goldsack. A questão seria, então, submetida à apreciação dos diretores".

Palmer e Muir, que haviam previsto tal objeção num encontro preliminar com Edgar Waterlow, recusaram-se a retirar a resolução. Sir William ainda tentou uma medida protelatória: "que a apreciação da resolução fosse adiada por dez dias, para que o presidente pudesse, nesse prazo, apresentar a todos os membros do conselho um amplo relato de todas as circunstâncias relacionadas ao tema, inclusive toda a correspondência"

A emenda foi rejeitada por cinco votos a quatro. Posta em votação, a resolução foi, então, aprovada.

Era a primeira grande derrota de sir William na Waterlow. Ao regressar para casa naquela noite, sentiu que chegava ao fim sua esperança de um dia ver o filho James ocupar a presidência da empresa quando se formasse em Cambridge. Edgar Waterlow, seu mais ferrenho inimigo, assumira agora o comando efetivo da empresa da família.

Encerrava-se o ano de 1925, segundo o jornal The Times, com grandes inundações no país e no exterior.

Capítulo três: 1926-1932



HAIA, 11 DE JANEIRO DE 1926

Marang foi detido em 30 de dezembro por determinação do promotor público e conduzido à presença do Rechter-Commissaris, cuja função era analisar as acusações, conforme o modelo dos sistemas de justiça criminal do continente. Nos registros do Tribunal Distrital de justiça de Haia, Karel Marang, "que se apresentou como Marang van Ysselveere", ainda era o "Uerdachte", ou "suspeito", um termo que se empregava nos procedimentos preliminares. Somente durante o julgamento se tornou o "Beklaagde", ou "acusado".

Marang afirmou ao Rechter-Commissaris que

não teve dúvidas a respeito das assinaturas nos contratos que lhe foram entregues por Reis, pois o próprio Waterlow, um homem que não se deixaria enganar facilmente, estava certo de sua autenticidade.... Ao ler as notícias do escândalo em Portugal, quis entregar à polícia as muitas cédulas de 500 escudos em seu poder, porém seus advogados o dissuadiram da idéia, pois acreditavam que, em primeiro lugar, deveria consultar Reis.... Quando o representante diplomático português em Haia lhe solicitou que apresentasse os contratos, afirmou que não estava com eles, mas que poderia fornecê-los a qualquer um que fosse a Lisboa, com um salvo-conduto. Quando chegou à Holanda [a pedido do juiz português Pinto de Magalhães], Antônio Bandeira entregou os contratos a Marang e também pediu a ele que fosse a Lisboa para testemunhar. Marang teve de recusar, pois seu passaporte tinha sido apreendido e julgava que não se poderia garantir sua segurança em Lisboa. Afirmou que Adolf Hennies estava morando em Berlim, mas que havia tempo não o encontrava.

Marang não foi totalmente sincero. Na manhã de sua prisão, tinha se encontrado com o alemão em seu escritório. Hennies sugeriu que o sócio fugisse com ele, mas Marang, que já havia avaliado longamente sua própria situação, tinha decidido. Seu papel seria o de um honrado negociante holandês que se envolvera naquele caso em virtude de um conjunto de contratos que acreditava serem genuínos.

Hennies transferira praticamente todo o seu dinheiro para contas na Alemanha, abertas em seu antigo nome. Ao deixar Marang naquela manhã - somente 30 minutos antes da chegada da polícia -, reassumiu por completo a antiga identidade.

Poucos dias depois, um repórter de um diário de Lisboa, o ABC, entrevistou

Fie Carelsen em Haia:

Quando ela se encontrava em Portugal no último verão, salões pretensamente elegantes abriram-lhe as portas, e inúmeros artigos foram escritos a seu respeito. Depois da eclosão do escândalo, surgiram boatos sobre uma misteriosa caixa que levava a toda parte. Houve, então, uma completa reviravolta: os elogios se tornaram insultos; os admiradores, acusadores.

"Diga-me o que o futuro reserva a José? É verdade que o tratam com dureza? Ele será severamente punido? José est bien gentil, le petit José! Pauvre petit Bandeira. É verdade que falou mal de mim? Disseram-me que os jornais portugueses estão falando de mim - que nem ao menos era atriz, mas uma mera figurante. Chamaram-me de cocote e disseram que meu amor por José era algo calculado, que eu esbanjei todo o seu dinheiro. Isso é verdade? Quando estive em Lisboa, chamaram-me de a Sarah Bernhardt holandesa! Que elogio mais tolo. O que sabiam de minha arte, de minha classe, de minha posição? E agora me insultam. Mas não me importo. O que me magoa não é que duvidem de mim como mulher, mas como atriz. Eu, uma figurante! O senhor mesmo viu. Todos os holandeses me conhecem. Todos me amam. Nas ruas, nos saguões dos hotéis, nos restaurantes, aonde quer que eu vá, as pessoas comentam umas com as outras: "É a Fie, é a Fie!" Para eles, represento noites de emoção, lágrimas e felicidade. Imaginar que me considerem uma mulher ambiciosa e esbanjadora ...

"Quando estive em Lisboa, alertei José. Muitas pessoas viviam à sua custa. Ele pagava todas as despesas. Agora me caluniam. Tudo o que quero saber é o que acontecerá com Bandeira."

Embora Antônio Bandeira tenha sido enviado pelo juiz Pinto de Magalhães a Haia com o propósito específico de trazer os contratos originais a Lisboa, não o fez. Mais tarde, ao testemunhar diante do juiz, ele se explicou.

Declaração feita por Antônio Carlos dos Santos Bandeira, 50 anos, casado, chefe de missão de 2ª classe, na reserva ... que afirmou ter ido a Haia ... em busca dos contratos originais firmados entre o Banco de Portugal e Alves Reis e, assim, provar sua boa-fé em toda a transação. Os contratos se encontravam aos cuidados de uma fiel amiga de seu irmão, José, mas ao obtê-los, ele [Antônio] entregou-os a Marang, pois seria estranho que um diplomata retornasse a Portugal com documentos que pudessem dar a impressão que estava de algum modo envolvido naquela trama ... e Marang tinha grande interesse nos documentos que provavam ter negociado de boa-fé com a Waterlow. Marang se comprometeu a entregar os documentos às autoridades

portuguesas tão logo consultasse seu advogado a respeito da melhor maneira de fazê-lo. Ele, então, notificou as autoridades holandesas e portuguesas que os dois contratos estavam à disposição no escritório de seu advogado.

Antônio Bandeira entregou os contratos somente depois que Marang lhe prometeu solenemente arcar com as despesas dos advogados dele e do irmão. Agora que havia, talvez ingenuamente, entregado seus títulos e valores no exterior à Comissão de Liquidação, José encontrava-se sem recursos. Apenas Marang ainda tinha dinheiro. Hennies também, é claro, mas, como Antônio sabia, o alemão não tornaria a aparecer.

No momento da prisão de Marang, a polícia holandesa deteve igualmente um jovem estudante chamado Reis. Aos 17 anos de idade, o irmão de Alves Reis, Álvaro, tinha sido enviado à Holanda para aprender métodos comerciais e idiomas. Os portugueses não queriam se expor: talvez o irmão tivesse lhe ensinado algumas de suas habilidades.

LISBOA, 13 DE JANEIRO DE 1926

A pressão do Banco de Portugal, secundado pelos mais influentes banqueiros e negociantes do país, finalmente surtiu efeito. Em 3 de janeiro, o juiz Pinto de Magalhães foi obrigado a renunciar. Seu substituto foi o inspetor e juiz do Supremo Tribunal, o dr. Joaquim Augusto Alves Ferreira, sem qualquer parentesco com Francisco Ferreira, o funcionário de Reis.

O investigador demissionário deixou o cargo com uma ameaça. Numa entrevista afirmou que,

já que o consideravam maluco, faria agora uma verdadeira loucura - revelaria toda a verdade à nação. Apenas no exterior lhe deram ouvidos... Ele considerava Marang um homem digno e o que os jornais afirmavam a seu respeito não era verdadeiro. As cartas que Marang lhe enviara estavam repletas de elogios. Seu envolvimento no negócio devera-se exclusivamente a sua boa-fé.

Com a posse do novo investigador, começaram a vir à tona os planos e as maquinações de Alves Reis. Quando lhe mostraram uma carta que escrevera para solicitar a impressão de papel timbrado em nome do presidente do Banco de Portugal, Reis admitiu que a carta tinha sido escrita por ele. Mas nada mais.

Ele se recusou terminantemente a dizer uma palavra a mais antes do

juízo. Não lhe importava quem fosse o juiz e não adiantaria usarem de violência, pois preferia morrer...Quando lhe disseram que pessoas inocentes talvez padessem na prisão por sua culpa, insistiu que não abriria mais a boca. No entanto, exclamou em seguida: "Pela honra de minha esposa, juro que tudo o que disse é a mais absoluta verdade."

O chefe de polícia José Xavier explicou a Reis que sua esposa se encontrava presa numa cela imunda e infestada de ratos. (Como não pôde pagar a fiança de 5 milhões de escudos, foi detida como cúmplice.)

Reis, que amava profundamente a esposa, ficou indignado e começou a proferir insultos e protestos e, por fim, irrompeu em lágrimas. Afirmou, então, que era o único culpado e não se importava que pegasse 30 anos de prisão.

Uma hora mais tarde, negou a confissão.

O Século publicou um artigo sobre um dos conspiradores que tinha abandonado às pressas a capital portuguesa:

Os móveis e a decoração da residência de Planas-Suárez, um apartamento malconservado no segundo andar de um prédio na avenida da Liberdade, 157, foram hoje a leilão. Planas-Suárez vivera dez anos em Portugal. Todos os bens domésticos que se encontravam no apartamento eram ordinários e de mau gosto ... mobília vulgar, quadros baratos, bastante champanhe e vários quartos de dormir. A cartola cinzenta do conde recebeu um lance de 27 escudos.... Acredita-se que ele esteja em Paris, onde os investigadores descobriram que tem grandes depósitos nos bancos locais.

R. Muir, desembarcaram em Lisboa. Muir, é claro, representava a maioria do conselho diretor da Waterlow. Era um advogado escocês com conhecimentos de contabilidade que cuidava dos problemas legais e financeiros da firma. Em sua opinião, nada daquilo teria acontecido se sir William o tivesse consultado a respeito dos contratos de Marang, em vez de levá-los a seu advogado particular. Em Oxford, Muir distinguira-se em matemática; acreditava que as fórmulas ajudavam na solução de todos os problemas, inclusive aquele. Tinha também outra credencial: entendia e lia o português.

Waterlow foi a Lisboa para prestar novos depoimentos ao novo chefe da investigação, o dr. Alves Ferreira. Sir William levou de Londres cópias dos telegramas e das cartas de Romer, alertando-o contra a aceitação dos contratos de Marang. O dr. Ferreira ficou impressionado e decretou, de imediato, que se revogasse a prisão de Romer. Afinal, a essa altura, já era claro que Reis poderia ter descoberto as seqüências dos números de série e dos nomes dos diretores sem o auxílio de Romer, ou de qualquer funcionário corrupto do Banco de Portugal.

Sir William procurou igualmente sondar o Banco de Portugal a respeito de uma solução para aquela terrível confusão.

-Um arranjo satisfatório para ambas as partes - foram suas palavras.

O problema era que, nas palavras de um contemporâneo, as duas partes viam "animais diferentes".

Waterlow via apenas um gambá, pequeno e pouco perigoso, mas potencialmente bastante malcheiroso. Por sua vez, o banco olhava com apreensão e via somente um monstro enorme, tão grande e perigoso que era impossível calcular-lhe as dimensões. Havia igualmente o temor de que se tornasse ainda maior e mais destruidor com o passar do tempo.

Sir William não se abalou. Mantendo seu costumeiro ar empresarial, ele e Robert Walker visitaram o ministro do Comércio para expressar seu descontentamento devido ao fato de uma encomenda especial de impressão de selos da ilha da Madeira não ter sido encaminhada à sua empresa. Disseram-lhe, então, que, por decisão do governo, o departamento de Correios fora instruído a não fazer qualquer encomenda à Waterlow enquanto o caso não fosse esclarecido.

Antes de partir de Lisboa, sir William, de acordo com o Século,

visitou vários ministérios para deixar seu cartão de visita. Por fim, encontrou-se com os jornalistas no Avenida Palace Hotel... Perguntado a respeito de

Romer, sir William declarou que era um homem honesto; um pouco irritadiço, mas bastante digno. Afirmou que os jornais portugueses que questionaram sua honra ainda haveriam de lhe fazer justiça. ... Disse não acreditar que o caso das notas fizesse parte de um complô bolchevista internacional, mas tudo era possível.

Quando retornou a Londres, o grupo da Waterlow relatou aos demais diretores as tentativas infrutíferas de resolver o assunto. Era possível que uma batalha nos tribunais fosse iminente.

Era evidente que o ano de 1926 seria um período terrível para os fabricantes de papel-moeda. A Thomas de Ia Rue & Company, uma importante concorrente, também passava por dificuldades. Sem nenhum motivo aparente, eles perderam seu principal cliente, a Índia. Esse subcontinente e possessão britânica decidira, enfim, imprimir seu próprio dinheiro. Uma vez que sir William roubara-lhe inúmeros clientes nos últimos cinco anos, o golpe foi muito duro para a de Ia Rue. Havia rumores de que a empresa estava à beira da falência.

HAIA, MARÇO DE 1926

Marang contratou os melhores advogados holandeses ao ser preso em janeiro. Eles o visitavam com frequência e o juiz o interrogou com regularidade. Agora, em março, um novo elemento entrou em cena quando o Banco de Portugal, através de um advogado holandês, Jan Tobias Asser, solicitou e obteve o seqüestro - *saisie-d'arrêt* - dos "bens e valores pertencentes aos cinco criminosos na Holanda". Em consequência, todos os bancos do país foram obrigados a informar o montante dos depósitos em nome de Marang, dos irmãos Bandeira, de Hennies e de Alves Reis. Diante dessa ordem, os bancos estavam proibidos de entregar bens ou dinheiro a essas pessoas. Os bancos informaram um total de cerca de 70 mil dólares, dos quais cerca de 66 mil dólares estavam em nome de José Bandeira.

Embora estivessem na prisão, a centenas de quilômetros de distância, Marang e Reis mantiveram contato por meio de emissários secretos, entre os quais se destacava Carlos Chavez, um velho camarada de Alves Reis. A estranha lealdade de Marang com o homem que agora se sabia ser o autor dos contratos falsificados foi alvo do comentário de Antônio Horta Osório, advogado do Banco de Portugal.

Como tudo isso é estranho: eis Marang, um honesto negociante holandês, de

quem Alves Reis "se aproveitou" e que foi conduzido "inadvertidamente" a uma aventura criminosa. Ele vê seu nome arruinado, mas em hipótese alguma rompe a parceria, trai o parceiro abertamente ou revela ao tribunal as informações de que dispunha. Seu primeiro impulso é escrever ao homem que o enganou, colocando-se à disposição e oferecendo-lhe todo o dinheiro que ele precisasse para sua defesa. Mantém um íntimo contato, suas defesas são combinadas com antecedência, cartas e mensageiros se sucedem.

E quanto ao dinheiro? Por acaso ele o restituiu à justiça e abriu suas contas para que o público soubesse se ainda escondia algum centavo? De modo algum. Ele guardou o dinheiro com todo o cuidado em lugar completamente ignorado. O fato é que ainda se encontra em suas mãos.

A despeito dos esforços da Comissão Oficial de Liquidação, que procurou descobrir todos os bens da quadrilha e do Banco de Angola e Metrópole, Osório e o Banco de Portugal tinham a impressão de que ainda havia muita coisa escondida. Os criminosos ainda possuíam muitas contas secretas, das quais podiam dispor para orquestrar novos ataques contra os funcionários do banco e providenciar novas falsificações para confundir a opinião pública. Osório fez o seguinte cálculo:

Cerca de 105 milhões de escudos [cerca de 5,25 milhões de dólares] entraram em circulação. Somando-se todas as despesas conhecidas, o financiamento das empresas africanas, a compra de imóveis, ações, empréstimos, notas promissórias, móveis, carros etc., chegamos a pouco mais de 40 milhões de escudos [2 milhões de dólares]. A isso podemos acrescentar o dinheiro devolvido por José Bandeira [300 mil dólares] à Comissão de Liquidação, e chegamos a 46 milhões de escudos. Se incluirmos despesas não declaradas, tais como gratificações à arraia-miúda, no valor de 10 milhões de escudos [500 mil dólares], chegaremos a um total de 56 milhões de escudos. Deduzindo depósitos em moeda estrangeira e ações em outros países, restam 32 milhões de escudos [1,6 milhão de dólares]. Isso foi dividido pelos sócios em quatro partes iguais, pois, como se sabe, reuniam-se com frequência para fazer um balanço de suas contas.

Segundo minha estimativa, Alves Reis tem, sob nomes falsos, em moedas e ações no exterior, de 15 a 20 milhões de escudos [de 750 mil a 1 milhão de dólares].

Ainda assim, as cartas trocadas entre Reis e Marang sempre faziam referência à necessidade de dinheiro do primeiro. Nelas, Reis com frequência solicitava auxílio para custear suas enormes despesas.

Osório não se deixava comover por essas lamúrias:

Há dois motivos para que Alves Reis esteja interessado no dinheiro de Marang. Em primeiro lugar, quanto menos gastar de seu próprio bolso, mais guardará para o futuro. Além disso, parte da fortuna de Marang lhe pertence. Em segundo lugar, Alves Reis sempre desejou aparentar uma condição de pobreza tanto diante da opinião pública quanto de seus próprios comparsas.

Marang enviava somas consideráveis a Alves Reis, e ainda acreditava que este pudesse entregar documentos que comprovassem o total desconhecimento de Marang sobre uma conspiração criminosa e que tudo não passava de um complô dos diretores do Banco de Portugal. Nesse caso, Alves Reis apenas cumprira ordens, e Marang se envolvera de modo inocente.

As cartas eram escritas em francês. As de Marang muito fluentes e gramaticalmente corretas; as de Reis, num francês ginásiano, cheio de erros. Nessa correspondência, Reis sempre se referia a Marang na terceira pessoa, jamais empregando "tu" ou "vous": "Marang deve se convencer de que não estou mentindo."

Uma das cartas que Marang recebeu de Reis dizia respeito a Hennies:

A polícia internacional está à procura de Hennies, que, segundo crêem, encontra-se em Berlim. Contataram ali uma mulher, chamada Angold, que acreditam ser sua amiga ... o Banco de Portugal enviou um agente a Berlim para procurá-lo.... É essencial que Hennies não seja preso.... Estou praticamente quebrado.

A essa altura, o advogado de Marang, J. Rolandus Hagedoorn, deixara claro que a situação de seu cliente se complicaria caso dependesse de quaisquer futuras falsificações feitas por Reis. Marang, no entanto, não interrompeu a correspondência secreta nem as remessas de dinheiro ao português. Todavia diminuiu os valores. Sabia que, caso Reis se voltasse contra ele, ficaria em maus lençóis.

De tempos em tempos, Alves Reis o tranquilizava:

Peça paciência a Marang. Trabalho dia e noite por ele....Arranjarei tudo o que for necessário para provar sua inocência. Quando faço uma promessa, eu a cumpro.

Certa vez, Reis, como um bom marido, solicitou ao emissário que fizesse uma

escala em Paris a fim de fazer umas comprinhas para sua esposa, que ainda se encontrava no presídio feminino de Ajube:

De Paris preciso de seis sutiãs e camisolas de bom crepe da China, com bordados cor-de-rosa. Você encontrará esses itens nas Galeries Lafayette. ... que sejam de boa qualidade, número 45. ... também seis caixas de pó-de-arroz Doge e 12 pares de meias de seda. Tudo isso lhe custará 100 libras. Arranje 200 libras com Marang. ... Se inventar uma boa história, talvez consiga 300 libras. ... Marang é um pão-duro, e essa é a única forma de arrancar-lhe algum dinheiro. E não será nada de mais, levando-se em consideração tudo o que fiz por ele.

O advogado de Alves Reis, José Soares da Cunha e Costa, gastou um tempo considerável na tentativa de libertar a sra. Reis.

O Banco de Portugal opôs-se veementemente à sua libertação, pois acreditava ser ela a única esperança de obter uma confissão de Alves Reis. O conhecimento de que a esposa estava sujeita a contínuas indignidades na prisão talvez o convencesse a falar. Osório, o advogado da instituição, foi eloqüente ao expor sua oposição:

Osório, o advogado do banco, bradando contra sua libertação:

Observem as mulheres que se conhece e a quem todos cumprimentam respeitavelmente. Há ainda muitas em Portugal. Escolha uma.... Talvez sua própria mãe.... Pergunte como ela reagiria no dia em que soubesse que o pai de seus filhos trazia dinheiro roubado para casa! Essa mulher lhe diria que, assim que soubesse que seu destino se encontrava nas mãos de um ladrão, ela não descansaria enquanto não se afastasse desse iníquo caminho e só tocaria nesse dinheiro caso se exaurissem todos os recursos, e apenas para impedir que seus filhos morressem de fome. Digo-lhes que, a partir desse amaldiçoado momento em que a desonra lhe fosse revelada, seu coração irromperia em lágrimas. Por certo sua primeira reação não seria ir a Paris, com a bolsa cheia de dinheiro roubado, fazer compras na companhia de uma atriz, que era amante de um dos comparsas do marido. Milhões de escudos em vestidos cobertos de jóias valiosas - tudo roubado do povo de Portugal. Somente uma alma ingênua poderia crer que a pobre criatura de nada sabia. Pois bem!

Havia ainda outro motivo para uma atitude tão vingativa do banco: a senhora Reis havia meses repetia sem parar a história que o marido lhe confiara pouco antes de sua prisão a bordo do navio em dezembro: Alves Reis se encontrava

frequentemente em sua casa com o presidente e o vice-presidente do banco para conversas sigilosas, e o vice-presidente Mota Gomes tinha procurado seu marido inúmeras vezes no Claridge Hotel em Paris. Somente no fim de março de 1926, a sra. Reis admitiu que tudo não passava de uma terrível mentira. Diante de tão retumbante denúncia, Osório exultou:

A justiça divina não falha. Hoje ela se encontra no lugar onde desejava jogar dois homens inocentes que, ao longo de 60 anos, jamais se envolveram em escândalos....O próprio Alves Reis instruiu-lhe sobre o que dizer, caso fosse preso....Portanto, tinha plena consciência de que o marido fizera algo que poderia levá-lo à prisão...quando usava seus fabulosos colares e casacos de pele...que pagariam as despesas de seis famílias honradas portuguesas por toda a vida, ela devia saber que tudo aquilo tinha sido roubado.

A sra. Reis permaneceu na prisão.

LISBOA, 28 DE MAIO DE 1926

A essa altura pelo menos dois caminhos se abriam para o futuro de Portugal. O primeiro foi apontado por um general, com o apoio do Exército português. O outro, por um romancista barato, que se propôs a descrever o glorioso futuro do país, caso os políticos e a polícia, em sua incompetência, não tivessem atrapalhado o plano de Alves Reis.

Em Braga, no noroeste de Portugal, o general Gomes da Costa fez uma proclamação e apelou a seus compatriotas para ingressar na luta pela dignidade e pela honra nacional, libertando o país do domínio do Partido Democrático.

Entre 28 e 31 de maio, o país pegou em armas - ou ao menos a maioria das guarnições armadas o fez - e o governo central de Lisboa capitulou. Praticamente não houve baixas. Como descreveu um historiador, maravilhado:

É incrível que, ao longo de cinco dias, em parte alguma tenha surgido o menor sinal de apoio ao regime contra o qual se ergueu a revolução....Faltava ao governo o desejo de sobreviver....E o que surpreende é que não o tenham derrubado muito antes.

O novo governo foi instalado em 4 de junho. O professor Antônio de Oliveira Salazar, da Universidade de Coimbra, foi escolhido para assumir o Ministério das Finanças, mas não durou muito. Nem essa revolução.

O país vivia num estado de déficit crónico....A inflação era impulsionada para o alto pelo constante afluxo de papel-moeda.... Em 1928, o custo de vida era quase 30 vezes maior do que em 1914.

O romancista Eugenio Battaglia ofereceu uma revolução muito mais atraente. Não eram necessários exércitos, generais ou tiroteios furiosos. Precisavam apenas de Artur Alves Reis.

O título do livro era O banco fantástico: fraude ou ação patriótica? - um romance social. Foi um sucesso de vendas por vários meses. É quase certo que Alves Reis não custeara sua impressão, provavelmente nem ao menos sabia que estava para ser publicado.

Graças à sua determinação férrea, Alves Reis era agora o primeiro-ministro, depois de sua passagem pelo Ministério das Finanças e da Indústria. ... Guiado por seu sonho, ele passara de presidente do Banco de Portugal a ministro das Finanças e chegara a primeiro-ministro, conduzindo o país à sua máxima prosperidade, ainda que a Câmara dos Deputados fingisse ignorar, ingratamente, as origens dessa prosperidade.

Tudo começara, é claro, com o Banco de Angola e Metrópole:

Lisboa conhecia o novo estabelecimento bancário com capital quase inesgotável e filantropia quase perdulária. Suas agências se espalhavam por todo o país, e ele tinha bastante capital aplicado nas colônias.

Houve muitos avanços visíveis em Lisboa.

O parque Eduardo VII foi aterrado e ornamentado. [Isso não seria feito até 1954]...Planos para uma enorme usina, próximo a Leiria, para ligar o rio Sado ao rio Guadiana foram apresentados para combater a escassez de água no Sul - o celeiro de Portugal. [Um projeto semelhante só se iniciaria em 1963.]

O novo banco tentou comprar O Século, que o atacava. Sob pressão, o governo determinou uma investigação, mas Alves Reis estava preocupado.

...Alves Reis tinha uma amante, Maria de Lourdes, mulher sofisticada de seios firmes e suculentos...de limitada inteligência e pouca moral...Mas respeitava a esposa, uma santa, de quem tudo escondia.

Camacho Rodrigues e Ulrich do Banco Ultramarino investiram contra Reis: "O que diabos estava fazendo?", perguntaram. "Estou salvando o país, nada

mais." Cobriram-no de insultos. Reis saca uma arma e ordena que se calem. "Minhas notas valem mais do que as suas...Está próximo o dia em que a Câmara dos Deputados proclamará sua legalidade."

Sob a ameaça da arma de Alves Reis, ambos assinaram uma carta, na qual solicitavam o cancelamento da investigação contra o Banco de Angola e Metrópole. Vão ao primeiro-ministro e pedem a ele que encerre. Mas por quê? Desde que o deixem em paz, não haverá qualquer prejuízo para a estabilidade da nação. Ele resiste: "Devo curvar-me e tornar-me um laçao desse ousado vigarista e até mesmo louvá-lo por seus gestos patrióticos?" Deveria, e assim o fez.

Alves Reis constrói grandes projetos habitacionais que abrigam dez mil famílias pobres. Funde numa só instituição o Banco de Portugal, o Banco Ultramarino e o Banco de Angola e Metrópole, sob a denominação de Banco Emissor de Portugal e das Colônias. O escudo se valoriza dia após dia.

Espantado com tudo isso, o primeiro-ministro renunciou e ofereceu seu posto ao grande banqueiro.... Toda a burocracia foi imediatamente extinta...impostos reduzidos...logo, o Estado marchava a passos largos rumo à anarquia em sua forma mais bela e ideal ... Mesmo não sendo um político, ou mesmo um ditador, Alves Reis conduzia o país ao ápice da ideologia social.

Sugiram complicações. A amante de Alves Reis se rebelou por ele não desejar se casar com ela. Na Câmara dos Deputados, o ex-primeiro-ministro acusa Alves Reis de traição. Diante dessa acusação, Reis se defende:

Sim, hei de responder ... sem ocultar a verdade. Alves Reis é o único que trouxe prosperidade ao país ... O que tinham antes de mim? Uma nação faminta e decadente, sem indústria ou comércio ... e agora eu lhes dei casas, pão e colônias revigoradas ... o sistema de irrigação é uma realidade ... todos os impostos foram reduzidos e, em breve, instituiremos novamente o padrão-ouro ... O Exército foi dissolvido, e o povo organizou sua própria milícia ... Dizem que sou um agente de Moscou, mas não preciso deles para nada ... Sou contrário a todas as formas de ditadura, até mesmo a de Mussolini ... Sou contrário à civilização ianque e aos trabalhistas ingleses, que trazem o ranço do imperialismo racial.

Dizem que minhas notas são falsas? E as do governo? Poderia alguém trocar, em 1925, uma nota de 20 escudos pelo mesmo valor em ouro? O que fiz foi criar crédito ... Não roubei nada de ninguém e a ninguém pedi permissão para fazê-lo ... Com alguns poucos contratos bem redigidos, salvei

o país e não causei qualquer prejuízo ... Todo esse dinheiro foi criado e gasto sem qualquer dano ao contribuinte.

No fim da sessão parlamentar e de seu discurso, Alves Reis foi carregado em triunfo nos ombros dos entusiasmados deputados. Levaram-no até a praia e apontaram a ilha do Bugio, no Tejo, onde prometeram erigir uma estátua em sua homenagem, para que os estrangeiros soubessem o que Alves Reis tinha feito pelo seu país.

À noite, um filósofo barbudo relatava à multidão o que fizera Alves Reis ... como o lavrador que tinha uma terra inculta e roubou um milhão de escudos de seu vizinho. Depois de cultivar sua própria terra, restituiu com juro a quantia ao vizinho ... Mas, gritou alguém, o vizinho não padeceria? Ah, justificou o orador, nenhum dinheiro desapareceu de Portugal e ninguém deu por sua falta.

Na prisão, Alves Reis leu o romance e pensou em encomendar algumas centenas de exemplares para enviar às principais personalidades portuguesas. Todavia, não gostou da passagem da amante. O problema não eram os "seios firmes e suculentos": Na verdade, bem que gostava disso. Mas o fato de ela ter "limitada inteligência e pouca moral"; isso era ridículo, pois a amante ideal, pensava ele em sua cela solitária, era alta, elegante e inteligente. Na verdade, muito semelhante a Fie Carelsen. Será que ela ainda possuía o carro com que a presenteara?



A Câmara dos Deputados concordava em um aspecto com o romancista. Alves Reis não era um criminoso comum, que pudesse ter um julgamento comum. Em 16 de abril, a Câmara aprovou uma lei que estabelecia que os envolvidos no caso do Banco de Angola e Metrópole não seriam julgados por um júri popular, mas por um grupo de juizes. A justificativa, segundo um editorial de O Século,

era clara. Esse é um caso extraordinário que, se não fosse descoberto a tempo, teria posto em risco a integridade da nação. A sanção para tal crime não se encontrava prevista no Código Penal, pois se encontrava além do alcance das leis em vigor. Eram necessárias medidas excepcionais.

Em resumo, se o Estado estava disposto a condenar Alves Reis e seus comparsas, isso teria de ser feito com leis inconstitucionais ex post facto.

HAIA, 26 DE NOVEMBRO DE 1926

O julgamento de Karel Marang começou nesse dia no Tribunal Distrital de Justiça de Haia. Não havia júri, como raramente há na maioria dos países da Europa ocidental. Em seu lugar, encontravam-se três juizes. As testemunhas de acusação incluíam sir William; Frederick Goodman; Roland Springall; Camacho Rodrigues; o alto-comissário de Angola, Rego Chaves; vários funcionários da Alfândega; J.J. Quitens, o motorista de Marang; E.H. van Helten, o contador de Marang; e J.E.T.H. de Jong, o secretário de Marang. E Fie Carelsen. Um jornalista observou que ela

sempre estava de preto durante o julgamento.

Ela sussurrava suas respostas aos questionamentos que lhe faziam. Parecia surpresa diante dos olhares admirados que lançavam sobre ela, diante do fascínio que cada um de seus gestos despertava.

A respeito dos contratos de Angola que entregara a Antônio Bandeira, declarou:

Certa vez, quando estava de partida para Portugal, José veio à minha casa com um pequeno pacote e me disse: "Se algo acontecer comigo, não desejo que encontrem isso na embaixada." Pensei que fossem antigas cartas de amor e guardei-as numa gaveta.... Então, numa noite em dezembro, Marang telefonou: por acaso eu sabia onde José mantinha os contratos? Respondi-lhe que não sabia de nenhum contrato, mas que procuraria. Então telefonei para Antônio e disse-lhe que tinha um pacote para ele.



José Bandeira no jardim da prisão em 1926. Enquanto se encontrava em "prisão preventiva", podia usar seus próprios ternos

Logo após a prisão de José em Lisboa, Fie recebeu um telegrama: "TUDO BEM NÃO SE PREOCUPE. FLAGGIE""Demorei um pouco para concluir que 'Flaggie' era uma espécie de código para Bandeira"; afirmou.

Vários policiais testemunharam que encontraram malas com cédulas portuguesas no escritório do advogado de Marang, Fritz van Raalte; no depósito de bagagens da Brasch & Rothenstein, uma empresa de transportes marítimos; e no Banco de Roterdã.

O dr. W.F. Hesselink, encarregado pelo promotor público de fazer a perícia dos documentos e das assinaturas, revelou como Alves Reis preparara as falsificações. Mais tarde declarou espontaneamente que

todo o crime tinha sido perpetrado com astúcia digna de um gênio. Era surpreendente que tal plano tivesse sido concebido por mente humana.... Fora tão meticulosamente pensado, tão amadurecido, que era possível antecipar cada etapa de sua realização.

A defesa de Marang seguiu duas linhas.

Ele sempre agira de boa-fé, visto ter acreditado na autenticidade dos contratos e estar certo de sua validade, após a aprovação de sir William.

Além disso, alegava que o Banco de Portugal não tinha o direito de emitir as cédulas de Soos escudos. Essa curiosa defesa originou-se numa informação a que Alves Reis tivera acesso. O banco "não existia legalmente de acordo com as leis portuguesas e, portanto, não poderia, por meios legais, emitir papel-moeda".

O Código Comercial português estabelece, em seu artigo 49, que uma sociedade limitada, a fim de ter existência legal, deve registrar seu estatuto em cartório especial. O Banco de Portugal não fez isso.

Reis tinha absoluta razão. O banco tinha negligenciado essa formalidade, e, na verdade, só corrigiria essa falha no final de 1926.

O julgamento durou seis dias. Em 10 de dezembro de 1926, os três juízes consideraram Marang culpado e o sentenciaram a 11 meses de prisão, sob a exclusiva acusação de receptação de material roubado. Também determinaram que

todas as notas falsas do Banco de Portugal que se encontravam nas quatro malas surgidas durante o julgamento e que constituíam provas no presente caso, deveriam ser destruídas dentro de oito dias, após a decretação da sentença.

Como Marang já havia passado pouco mais de 11 meses na prisão, enquanto aguardava o julgamento - o pagamento de fiança não é uma prática comum na Holanda -, ele foi posto em liberdade.

O promotor público, influenciado provavelmente pelos veementes protestos do Banco de Portugal e do ministro português em Haia, recorreu a uma corte superior. Ele achava que a sentença fora demasiado leniente.

Mas antes que o caso fosse levado à Corte de Apelação, Marang partiu para Bruxelas com a esposa e os quatro filhos. Em 15 de junho de 1927, a Corte de Apelação sentenciou-o, in absentia, a dois anos de prisão. No entanto, de acordo com as leis belgas, não havia extradição para criminosos sentenciados a menos de quatro anos. Ali ele se encontrava a salvo. Em 1928, a família se mudou para Paris a fim de começar uma nova vida.

O Banco de Portugal persistiu em seus esforços para se apropriar dos bens de Marang e de Hennies. Em abril de 1930, um processo civil se iniciaria em Haia, mas nenhum dos acusados compareceu, embora estivessem representados por seus advogados. O de Hennies, o dr. J.H.W. Peter Spill, afirmou que o paradeiro de seu cliente era ignorado, mas que havia sido pago para representá-lo. A corte deu ganho de causa ao Banco de Portugal, que reclamava indenização de 12 milhões de florins [cerca de 5 milhões de dólares], mas, àquela altura, pouco havia a fazer. Hennies e Marang havia muito tinham transferido da Holanda a maior parte de seus bens.

HELSA, ALEMANHA, MAIO DE 1927

Não se tratava de uma decisão irrefletida. Depois de pesar cuidadosamente todos os riscos, Adolf Hennies sentiu-se seguro para abandonar a clandestinidade. Seu advogado alemão havia descoberto que, na República de Weimar, quase nunca se aceitava o pedido de outro país para a extradição de um cidadão alemão.

Hennies, agora, tinha 46 anos e estava rico e solitário. Essa é uma idade em que muitos homens suspiram saudosos dos dias doces e despreocupados da infância. Seriam de fato tão agradáveis?

Os filósofos ainda não esclareceram essa questão. Segundo Charles Pierre Péguy, o socialista católico francês, aqueles de nós

que escapam à miséria, não escapam à lembrança de sua miséria. Quer recordando-a, quer contra ela reagindo, a fim de superá-la; toda a sua vida é por ela afetada. A maioria daqueles que algum dia vivenciou a miséria busca refúgio numa amnésia voluntária.

Um ponto de vista discutível. Para muitos, um velho provérbio alemão seria mais preciso: é doce recordar o que foi amargo suportar.

Para Hennies, nos 16 meses anteriores, tinha sido muito fácil se refugiar numa amnésia voluntária em relação a Lisboa, Haia e Paris. Mas Friedrichsbrück e Helsa... ah, como era doce recordar os bons dias de sua infância. Por isso, embora envergonhado por sua covardia, retornou às cidades de sua infância e juventude. E sua covardia vergonhosa.

Ele nascera em 20 de novembro de 1881 no vilarejo de Friedrichsbrück, a pouco mais de 20km ao sul de Kassel e não muito distante da fronteira que por anos vigorou entre as Alemanhas divididas. Era o quinto dos sete de uma família de camponeses alemães e foi batizado com o nome de Johann Georg Adolf Döring. O pai, Hans, era agricultor, carpinteiro competente e vegetariano autodidata.

Os Döring eram huguenotes - assim como os antepassados de sir William Waterlow. Em 1777, o príncipe de Hesse, Frederico II, fundou uma vila para abrigar os colonos huguenotes franceses. Mandou construir para eles dez casas no típico estilo da Baixa Saxônia: os quartos, o estábulo e o celeiro situavam-se sob o mesmo teto, de modo que, no inverno, tudo pudesse ser feito sem deixar a casa.

O avô de Johann construiu sua própria casa em 1850. (A que originalmente havia na propriedade que adquiriu tinha se incendiado dez anos antes.) O pai acrescentou uma nova ala - fez sozinho todo o planejamento e a construção.

O menino freqüentou a pequena escola da vila com apenas uma sala, junto dos outros meninos, mas era visivelmente solitário. Era marcado por sua perna direita ligeiramente mais curta, mas conseguiu destacar-se graças à voracidade com que lia. Era o primeiro aluno da classe e, quando completou dez anos, o professor Kehl disse a seu pai que não sabia mais o que lhe ensinar. Não havia muitas opções de leitura em Friedrichsbrück, e naquela idade Johann Döring havia lido tudo. A mãe do atual burgomestre da vila, seu colega de classe, lembrava que ele lia até mesmo os recortes de jornais que encontrava, em geral,

afixados nas paredes dos banheiros.

Desenvolveu propensão para declamação e representação. Não havia sequer um casamento na cidade que não fosse agraciado com as declamações dos poemas de Schiller pelo pequeno Johann. A compleição morena e o cabelo escuro davam-lhe o aspecto de artista itinerante, originário do litoral do Mediterrâneo, em vez da Alemanha Central.

Em meio aos estranhos costumes da colônia huguenote, a arte da representação era altamente valorizada. Recentemente um antigo morador de Friedrichsbrück explicou:

Nos velhos tempos, quando nos dirigíamos à cidade mais próxima, Kassel, o que não ocorria com frequência, fingíamos ser engenheiros, especialistas em agricultura e coisas afins. O "pessoal da colônia, de passagem, representava seus papéis. Economizavam dinheiro antes da viagem, a fim de se vestirem a contento.

A tradição surgira por necessidade. Para sobreviver a um século de perseguição e a dez guerras por liberdade religiosa, os huguenotes aprenderam a arte do disfarce e da dissimulação. Foram forçados a frequentar as missas católicas, mas só o faziam após terminar suas próprias orações. Como estavam proibidos de deixar a França durante os anos de perseguição, faziam-se passar por mercadores italianos, espanhóis, ou, até mesmo, saltimbancos, a fim de buscarem a liberdade fora do país. E, mesmo quando se encontravam a salvo em suas colônias no exterior, preservavam a arte da ilusão por muito tempo desenvolvida. Porém não precisavam representar sua altiva insubmissão. Os huguenotes sempre falavam de "homem para homem" com seus margraves e representantes. Eram os defensores mais zelosos da igualdade na Europa. O fato é que nós, huguenotes, nos temos em muita alta conta.

Como o irmão mais velho de Johann herdaria a fazenda, o pai não se incomodava com sua falta de interesse pelas atividades na propriedade. A seu tempo conseguiria para o filho um posto de aprendiz com um fabricante de charutos.

Quando completou 19 anos, Johann mudou-se para Helsa, aldeia um pouco maior, a iokm de Friedrichsbrück. Ali trabalhou numa fábrica de charutos. Em 1905, casou-se com uma jovem local, Anna Elizabeth Schminke, e, em 7 de julho de 1906, nasceu a primeira filha, Anna Elizabeth.

Valendo-se do modesto dote da esposa, Johann levou a família para Kassel, onde abriu uma pequena tabacaria. Não obteve sucesso e alugou um quiosque que vendia cigarros perto da estação de trem.

Em maio de 1909, Johann descobriu que sua esposa estava grávida pela segunda vez. Aos 28 anos, vislumbrava, à sua frente, o fantasma do eterno cativo doméstico. Mais filhos, mais responsabilidade e menos chance de partir em busca do mundo com que sempre sonhara. Chegar, ao menos, até Frankfurt.

Johann obteve um empréstimo de 400 dólares junto ao proprietário de um mercadinho em Kassel para comprar uma tabacaria em Frankfurt. Em 13 de maio de 1909, o Ofício de Registros de Kassel registrava que Johann Döring, após abandonar a família, "se mudara para local ignorado.

Partira para Frankfurt e encontrou uma tabacaria à venda. Durante as negociações, o proprietário ausentou-se um instante de seu modesto escritório. Johann, que percebera sobre a mesa uma carta de crédito no valor de 2.500 marcos [cerca de 500 dólares], aproveitou a oportunidade para embolsá-la. As negociações desencontradas duraram mais uma hora. Ele voltaria, afirmou ele, em três dias para fechar o negócio.

Partiu para Hamburgo, de onde tomou um vapor para Nova York. Ali fabricou charutos por um ano, economizou mais dinheiro e arranjou uma colocação como representante da fábrica de máquinas de costura Singer para operar uma filial em Manaus, no Brasil.

Foi um período de grande prosperidade, pois as máquinas Singer não enfrentavam qualquer concorrência no Brasil. Por volta de 1910, Johann Döring inventou mais uma história. Através de um advogado, a esposa abandonada - que voltara a viver com sua família em Helsa - teve notícia de que o marido descobrira ter herdado certa quantia de um parente distante que acabara de falecer nos Estados Unidos. A fim de obter o dinheiro, precisava enviar ao marido uma procuração e sua certidão de nascimento. (Não foi possível descobrir por que Johann precisava desses documentos, mas, em todo caso, eles lhe foram enviados.) A esposa nunca mais ouviu falar dele.

Em 1914, Johann Döring vendeu a representação da Singer e partiu para o Rio de Janeiro. Atravessou a América do Sul vendendo de tudo: de escova de dentes a locomotivas. Então veio a guerra, o regresso à Alemanha, a nomeação para a Comissão de Compra Alemã na Holanda e o início de sua sociedade com Marang.

Em 1922, quando era um próspero negociante em Haia e em Berlim, soube

da morte da esposa. Enviou um funcionário a Helsa para entregar às duas filhas - a segunda, Anna Katharina, nascera em outubro de 1909 -10 mil marcos [cerca de 2,5 mil dólares]. O mensageiro tinha ordens expressas de não revelar seu paradeiro ou quem ele se tornara.

Agora, em maio de 1927, Döring regressava a Helsa. De início, procurou um velho amigo, Siebert Magersuppe, açougueiro e proprietário do Goldener Anker. No segundo andar da taverna, localizava-se a fábrica de charutos onde Döring um dia trabalhara.

Foi um reencontro feliz, com muita bebida e fartura. Tão logo Döring soube que o velho amigo estava em dificuldades financeiras, ofereceu-lhe 10 mil marcos. Sua generosidade não tinha limites. A um carpinteiro local que cuidara de sua filha caçula, ofereceu outros 10 mil marcos para a ampliação de sua oficina.

Não era fácil reconhecer nesse forasteiro distinto, grisalho e elegantemente vestido o jovem aprendiz da fábrica de charutos. Havia encontros, jantares e bebidas para todos. Todavia, pouco falava dos lugares por onde andara ou o que fizera. Só se sabia que o pequeno Johann Döring se tornara um homem muito rico. Nos anos seguintes, ele retornaria esporadicamente a Helsa.

Döring estabeleceu residência em Kassel, numa suíte de primeira classe do Hotel Schirmer. Aos domingos, convidava as filhas e os velhos amigos para jantar com ele ali.

À medida que desapareciam as lembranças da negociata portuguesa, ele ficava mais ansioso por descobrir novas oportunidades de negócios. Obviamente não precisava de dinheiro, mas não desejava perder a prática nos negócios. O antigo sócio, Marang, tinha aberto um escritório em Paris e escrevera a Hennes. Ele estava envolvido em algo promissor: uma oportunidade de adquirir armas para enviar à China.

LONDRES, JULHO DE 1927

Ao ficar claro que não haveria um acordo com o Banco de Portugal, a posição de Edgar Waterlow na empresa se consolidou ainda mais. Em julho de 1927, conseguiu expulsar o primo, sir William, do cargo da presidência, e o fez retornar ao antigo papel de "diretor-gerente associado.

O banco insistia que somente 5 milhões de dólares compensariam os prejuízos

financeiros. A Waterlow sugeria a possibilidade de 100 mil dólares, talvez 150 mil. A diferença era grande demais para que chegassem a um acordo.

Quando o filho, James, regressou em junho com o diploma de Cambridge, pai e filho sentaram-se para conversar. James, que se parecia fisicamente com o pai, por muito tempo acreditou que ingressaria na empresa da família após a faculdade. No entanto sir William o dissuadiu da idéia: "Ele não acreditava que houvesse ali muitas oportunidades para mim"; recordou James mais tarde. Em vez disso, ele foi trabalhar para a Amalgamated Press, que publicava várias revistas femininas e livros infantis.

Edgar Waterlow não ousaria afastar o primo tão abruptamente da firma. Era evidente que haveria uma longa e custosa disputa pela frente. Infelizmente, sir William era uma testemunha de defesa importante. Mas Edgar deixara claro que o primo deveria começar a procurar alguma outra coisa para fazer, pois tinha a intenção de solicitar ao conselho diretor o desligamento de sir William da empresa em novembro de 1928, quando seria obrigado a deixar até mesmo a diretoria da empresa. Todos os diretores da Waterlow eram administradores ativos da firma, e como sir William não teria mais tal papel...

O afastamento iminente era particularmente irônico para sir William. Grandes honras - e bastante dispendiosas - o aguardavam no horizonte. Infelizmente não poderia simplesmente dizer: "Senhores, queiram me desculpar, mas, em vista das circunstâncias, não me é possível aceitar a prefeitura de Londres" Ele não fez isso.

Em 1922 tinha assumido um compromisso, quando galgava os primeiros degraus invisíveis da ascensão política, ao se tornar um dos 25 membros do conselho da cidade. Desde o início soubera que seria indicado para o cargo de prefeito antes do final da década. De fato, quando, em 1926, prestou depoimento em Lisboa, afirmou que não só era membro do conselho da cidade de Londres, como "era razoável esperar que alcançasse a prefeitura em cinco ou seis anos".

A sucessão sempre era articulada discretamente pelos membros do conselho, a fim de evitar as vicissitudes do processo eleitoral e da política. Embora fosse uma grande distinção, nem todos estavam preparados para essa honraria, que exigia um afastamento dos negócios pelo prazo de um ano. Apesar disso, poucos, entre os elegíveis, não pleiteavam a indicação.

O prefeito recebia 15 mil libras para as despesas, mas isso nunca era suficiente. Havia uma série quase interminável de jantares e almoços, bailes de gala e donativos generosos às instituições de caridade. Em média, os custos extras

alcançavam cerca de io mil libras [50 mil dólares]. Devido à grandeza da honraria, muitos - por vezes, a totalidade - desses custos eram silenciosamente absorvidos pelas empresas do prefeito. Como em geral ele era o proprietário ou o acionista majoritário, não havia grandes dificuldades. Sir William, no entanto, não seria proprietário, ou sócio, ou, até mesmo, um diretor da Waterlow, quando chegasse o momento de assumir a prefeitura. Suspeitava, com alguma razão, que Edgar estava ansioso para desligá-lo da firma antes da iminente nomeação, de modo a evitar que a Waterlow cobrisse quaisquer despesas de sir William. Edgar se lembrava da terrível contenda que envolveu a firma quando o primo tornou-se vereador e teve que dedicar à cidade uma parcela de seu tempo.

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 1928

Quando foi proclamado presidente da República em 15 de abril, o general Oscar Carmona anunciou que o « secretário permanente das Finanças" deveria ser um homem da mais elevada competência, em quem toda a nação pudesse confiar. Obviamente não poderia ser nenhum dos homens do Banco de Portugal, que foram alvo das calúnias de Alves Reis, embora, posteriormente, a falsidade das acusações fosse comprovada. Nesse dia, o general nomeou Salazar, um solteirão de 41 anos de idade e professor de economia. Ao prestar juramento, Salazar vestia um terno preto, o tradicional uniforme dos mais austeros profissionais e homens de negócios de Portugal. Era tão magro e pálido que, de acordo com alguns críticos mordazes, assemelhava-se a um "funcionário de funerária que enterraria para sempre a economia portuguesa"

Como Alves Reis, e outros homens plenamente conscientes de seu destino, Salazar preferia falar de si mesmo na terceira pessoa:

O novo ministro das Finanças é uma pessoa modesta. Sua saúde é um tanto precária, embora jamais adoça. Tem limitada capacidade para o trabalho, mas uma disposição incansável.

Embora Carmona tenha se mantido na Presidência de 1928 até sua morte, em 1951, ficou claro, praticamente desde o início de seu relacionamento, que Salazar era o novo dirigente ditatorial da nação.

Ainda sob prisão preventiva e à espera de julgamento, Alves Reis trabalhava incansavelmente para provar as iniquidades do Banco de Portugal. No entanto diminuía aos poucos o número de seus ouvintes ou leitores. Publicou um pequeno volume, escrito na prisão, cujo título, O câncer nacional, obviamente se referia ao Banco de Portugal. Ainda mantinha a versão fantasiosa de que a emissão de

papel-moeda feita por seu grupo tivera o consentimento dos altos funcionários do banco.

O livro não teve uma vendagem tão boa quanto à da obra de Eugenio Battaglia, O banco fantástico.

Reis ainda tinha acesso a várias contas bancárias, e, por intermédio de seus advogados, protelava o julgamento. Os adiamentos sempre favorecem os criminosos: as testemunhas morrem ou desaparecem, as paixões se atenuam, os funcionários perdem seus cargos, os promotores são destituídos. Enquanto pudesse adiar o julgamento, ainda haveria esperança.

Na verdade isso significava ficar na cadeia sob "prisão preventiva", mas isso não era tão ruim. Podia receber visitas com frequência e boa comida, que lhe era enviada de fora da prisão. Quase tão importante, ainda podia receber igualmente sua cota diária de too cigarros.

LISBOA, 31 DE MAIO DE 1928

Alves Reis tinha sido transferido para a prisão fortificada de Lisboa, no alto da colina de frente para o parque Eduardo VII. Como se encontrava justamente no fim da avenida da Liberdade, a piada era inevitável: se você seguir a Liberdade, acabará na cadeia. Naquele momento, Alves Reis estava no fundo do poço.

Estava exausto, abandonado por todos e com a miséria batendo à minha porta. Perdi todas as esperanças e a confiança em mim mesmo.... Sabia que falhara e que minha vida se tornara um fardo.... Não parava de pensar em suicídio. Com minha morte, minha infeliz esposa receberia um seguro de vida no valor de 200 mil escudos [io mil dólares].

Por meses carreguei comigo um veneno extremamente poderoso [provavelmente atropina] e, quando se fecharam as portas da cela às 23h, dissolvi o amargo veneno num copo e me deitei no catre para pensar em minha vida e em minha família. Quando o relógio da prisão bateu 4h, reuni toda a minha coragem, empunhei o copo e me preparei para pôr fim à minha vida.

(Essa foi uma das poucas idéias não originais que passaram por sua cabeça.)

Escrevi uma breve confissão de meus crimes ao procurador-geral. Coloquei-a num envelope dentro da gaveta da mesa de pinho ao lado do catre. Bebi a

solução e me dirigi à pia para lavar o copo a fim de remover todos os vestígios do veneno. Deitei-me novamente no catre e adormeci ...

Somente o corpo saudável de um homem de 32 anos poderia me salvar dos braços da morte. Acordei na tarde de 10 de junho. Não tinha qualquer lembrança de minha tentativa de suicídio. Minha esposa me falou que, no dia 10 de junho, às 8h, quando abriram a porta de minha cela, eu estava estirado no chão, envolto no lençol.... Chamaram o médico da prisão, e meu médico particular chegou às 10h.... o diagnóstico apontou envenenamento por beladona ou um distúrbio mental. Minha condição piorava e somente a grande dedicação de meu médico e da equipe de enfermagem da penitenciária me salvou da morte....

Enquanto ouvia o relato de minha esposa, subitamente me alegrei de que ninguém percebera que se tratara de uma tentativa de suicídio e atribuíram tudo a alguma misteriosa doença cerebral.... Ao recobrar um pouco de minhas forças, retirei a confissão da gaveta e a rasguei em pedacinhos. Em meados de julho, estava completamente recuperado, mas minha visão foi afetada.

Nesse meio-tempo, meu advogado morreu, pouco antes de o caso ser levado à Corte de Apelação. Apesar disso meu coração se encheu de esperança. Consegui obter 30 mil escudos em empréstimos e, mais uma vez, tentei um plano diabólico para provar minha inocência. Reuni todas as informações esparsas que tinha em minha cela e preparei outro ataque em larga escala contra o Banco de Portugal.

Eu precisava de um grande escândalo e nada mais. Não me importava mais com o destino de meus cúmplices.

LONDRES, 29 DE NOVEMBRO DE 1928

Nesse dia, o rompimento gradativo entre sir William e a Waterlow & Sons Ltd. tornou-se irrevogável. A secretária da firma mostrou-se um pouco mais minuciosa do que a notícia publicada na imprensa. O Banco de Portugal foi comunicado através de uma carta que:

Sir William A. Waterlow, KBE, renunciou ao cargo de diretor desta empresa e, de agora em diante, não possui qualquer autoridade para assinar ou endossar cheques ou quaisquer outros documentos em nome desta companhia.

O banco precisava ser notificado de maneira incisiva, pois havia se tornado oficialmente um litigante. Em 27 de março de 1928, os advogados do banco em Londres, Travers-Smith, Braithwaite & Company, informaram à Waterlow que tinham sido instruídos pelo banco a

tomar as medidas legais contra os senhores a fim de pleitear uma indenização por perdas e danos, decorrentes da impressão e da entrega pelos senhores de notas de 500 escudos do Banco de Portugal a um tal Marang.

Antes de deixar a Waterlow, sir William assegurou a seus sócios que lhes daria toda a assistência possível no preparo do processo e no próprio julgamento.

Aliás, não ficaria inativo até o julgamento. Tinha sido indicado para a direção da Universal Printers, uma firma menos expressiva que a Waterlow Além disso, e mais importante, fora eleito um dos dois xerifes da cidade de Londres, cuja principal função é atender o prefeito e às sessões do Tribunal Criminal Central. Era necessária a presença de um dos xerifes todos os dias nas sessões ordinárias e de ambos quando o tribunal promulgava uma sentença capital. Em outros tempos, os xerifes eram responsáveis pelas execuções em Tyburn, mas agora não tomavam parte ativa de nenhum dos procedimentos da corte.

Outra importante função dos xerifes era atuar como alto mensageiro, se a cidade de Londres desejasse entregar uma petição à Casa dos Comuns ou se a Corporação da Cidade desejasse enviar uma mensagem ao rei.

Sob muitos aspectos, o exercício, por um ano, do mandato de xerife seria uma preparação útil para o cargo que em breve ocuparia. Como sempre, a sucessão se articulava de modo tranquilo e discreto, e a escolha estava feita: sir William Alfred Waterlow seria o prefeito de Londres em 1929. Era tarde demais para se livrar de um compromisso que, de fato, assumira em 1922. Mas ele não tinha se esforçado muito para isso. Por mais que pudesse custar, ele queria ser o prefeito. Não só isso frustraria o primo Edgar, como a honra o auxiliaria a superar as indignidades iminentes referentes ao processo do Banco de Portugal.

PARIS, JANEIRO DE 1929

Marang morava, com a esposa e os quatro filhos, num amplo e confortável prédio de apartamentos de classe média do Boulevard Richard Lenoir, 96, no 11º arrondissement. Eram três garotos - Karel Jr., Florent e Ido - e a filha Janet Wilhelmina. Aos 45 anos, Marang tinha tomado uma firme decisão.

Agora que tinha razoável certeza de que não precisaria enfrentar novo julgamento - desde que ficasse longe da Holanda -, começou a pensar no futuro. Isso significava, é claro, uma longa e inquietante revisão do passado. Mesmo com as enormes despesas com advogados e das vultosas somas que enviara a Alves Reis na prisão, ainda tinha uma fortuna considerável, provavelmente de mais de 200 mil dólares. Poderia viver de rendas, deixando que o dinheiro trabalhasse para ele, mas conhecia muito bem a si mesmo para saber que precisava de uma ocupação. Além disso, como pai, precisava pensar no futuro dos filhos.

Inicialmente ficara bastante entusiasmado com o plano de adquirir armas para revender às facções em guerra na China. Mas seu ânimo esfriou quando percebeu as complicações a que ficaria exposto. Não, Hennies podia ficar com tudo. Na verdade, desejava um negócio mais calmo e seguro, que não exigisse muitas viagens, para que pudesse usufruir a vida como um burguês abastado da classe média francesa.

Em janeiro soube de um pequeno negociante de lustres elétricos que precisava de capital. Comprou a empresa e logo possuía uma pequena fábrica em funcionamento no número 34 da rua Bréguet, não muito distante de seu apartamento. Os contatos com Hennies se tornaram cada vez menos freqüentes. Além disso, solicitou a seus advogados em Haia que não lhe encaminhassem a correspondência de Alves Reis. Tinha decidido enterrar para sempre essa parte de seu passado.

Em 16 de dezembro de 1928, deparou-se casualmente com o obituário do barão Rudolf August Louis Lehmann, o embaixador da Libéria na França. Depois de alguns instantes, lembrou-se da vergonhosa maneira com que o barão se recusara a renovar seu passaporte diplomático como adido do governo liberiano. Na atual condição de burguês honesto, tais veleidades eram ridículas. Retirou o velho passaporte liberiano do cofre do escritório e o queimou.

O governo português havia muito cancelara as honrarias que lhe foram concedidas. Até mesmo o Royal Automobile Club "sugerira" que seria melhor para todos se não procurasse renovar o título de sócio.

Essas mesquinhas vingativas não o aborreciam muito. Afinal, ainda havia uma organização, mais grandiosa e respeitável, com um verdadeiro sentimento de compaixão e compreensão. Em março de 1929, o sr. e a sra. Marang tornaram-se membros da Igreja Reformada Holandesa de Paris.

NICE, ABRIL DE 1929

No final de 1928, Hennies-Döring publicou um anúncio nos classificados do Berliner Tageblatt, com o intuito de entrar em contato com pessoas que exportassem para os países do Extremo Oriente. Um dos que responderam ao anúncio foi Karl Lampe, natural de Kassel, que dirigia uma empresa de exportação e importação em Nice, na França.

Por ocasião da publicação do anúncio, Lampe encontrava-se em Kassel, visitando a mãe. Döring escreveu a Lampe, e eles marcaram um encontro em Kassel, onde Döring estava vivendo.

Lampe, em 1966, era um vigoroso senhor de 80 anos de idade, que vivia numa casa confortável nos arredores de Bad Wildungen. Orgulhava-se, com razão, de sua memória. Na ocasião, Lampe, um hessiano robusto, com cabeça redonda e calva, recordou seu primeiro encontro com Döring.

Na suíte que este ocupava no Hotel Schirmer, Lampe rapidamente descobriu suas reais intenções: contratos com exportadores de material bélico. Já possuía um contato em Paris, que mantinha relações com os grupos em conflito na China. Só mais tarde Döring falou abertamente sobre rifles e outras armas. Lampe disse que nada sabia a respeito desse tipo de comércio, mas que tinha alguns amigos em Nice que conheciam Basil Zaharoff, o lendário negociante de armas. Zaharoff vivia luxuosamente no Hotel Paris em Monte Carlo.

Döring foi procurar Zaharoff, mas o velho Mercador da Morte estava aposentado e não demonstrou qualquer interesse. Sugeriu, no entanto, que Döring fosse à Inglaterra para se encontrar com seu fornecedor original, Vickers-Armstrong. Döring, porém, não julgava apropriado fazer uma viagem a Londres. O processo envolvendo o Banco de Portugal e a Waterlow ainda estava nos tribunais.

Em abril de 1929, de volta a Nice, Lampe avistou Döring sentado a uma mesa de calçada em um café.

-O que está fazendo aqui? - perguntei.

-Estou apenas observando o movimento.

-Meu carro está aqui perto. Vamos dar um passeio?

Assim se iniciou uma relação que se estenderia por muitos anos. Lampe era fascinado por Döring e pelas histórias de seu passado de aventuras. "Não se

conhecia um homem como ele todos os dias", dizia Lampe.

Logo Lampe convidou o amigo a morar com ele em Nice.

Lampe recorda: "Jamais o consideraria um estorvo. Mas era incansável. De tempos em tempos pegava o telefone para falar com Paris a respeito do negócio de armas e coisas afins. Estava sempre em busca de novas oportunidades que lhe proporcionassem mais dinheiro. Tive a impressão que investira bastante no negócio de armas e que, por algum motivo, os rendimentos estavam abaixo de sua expectativa"

Mas Döring continuava a esbanjar dinheiro. Costumava enviar um mensageiro ao Cairo uma vez por mês para trazer-lhe certos cigarros, que vinham em latas soldadas com 500 unidades. Segundo a estimativa de Lampe, cada cigarro custava ao amigo cerca de um dólar. Döring dava de ombros: "Concordo com você, mas não há essa marca de cigarro disponível aqui na França, por isso preciso me arranjar como posso"

Certo dia, Lampe testemunhou mais uma das extravagâncias de Döring:

De repente, sentiu vontade de comer Liverwurst, lingüiça de fígado, com batatas assadas e cerveja. Mas tinha que ser um tipo especial proveniente de Kassel. Então o que ele fez? Tomou um trem para Marselha, entrou num avião e voou até Stuttgart. Ali alugou um carro e dirigiu até Kassel e, por volta das 18h, sentou-se para saborear sua Liverwurst, suas batatas assadas e sua cerveja, que o haviam trazido de tão longe.

De tempos em tempos, Döring falava a respeito do passado. Ainda assim Lampe se lembrava dele como alguém

bastante reservado, que jamais falava além do necessário...Mantinha sempre o controle. Jamais bebia além da conta, nem uma gota a mais.... Como eu gostava de ouvir suas histórias, costumava contar suas bem-sucedidas aventuras, que invariavelmente lhe eram favoráveis ... mas parece-me que se orgulhava principalmente de sua capacidade de se livrar de dificuldades cinco minutos antes de as coisas estourarem.

Ocasionalmente falava sobre o caso da falsificação das notas portuguesas:

Que planos maravilhosos eles tinham para Angola! Três zepelins estavam encomendados para o transporte de turistas, e esses mesmos dirigíveis abasteceriam Londres, Paris e Berlim com frutas fora da estação.

Com o passar do tempo, passou a falar dos encontros com Marang em Paris. Embora o visitasse com frequência, disse, este jamais o convidou para conhecer sua fábrica. "Imagine só"; riu com desdém, "agora ele é um fabricante de bajures ou coisa que o valha"

Certa vez Döring impressionou Lampe com o alcance de seu poder quando atuava, durante a guerra, na Comissão de Compra Alemã na Holanda.

Vim para Warnemünde e precisava tomar uma balsa para atravessar o estreito para a Dinamarca a fim de esclarecer algumas ordens. O comandante de Warnemünde, no entanto, não me permitiria embarcar enquanto não visse meu passaporte oficial. Então eu disse: "Muito bem, meu caro senhor. Permita-me usar o telefone." Telefonei para Berlim e uma hora mais tarde o comandante recebeu um telefonema oficial do Gabinete de Guerra: ele foi imediatamente transferido para outro posto e eu poderia usar a balsa, ainda que fosse o único passageiro.

Lampe acrescentou: "Via-se que ele tinha muita influência"

Mas em suas confidências, Döring jamais falava a respeito dos dias anteriores à chegada ao Brasil. Era como se sua vida tivesse começado de fato no momento em que desembarcou no alto Amazonas para assumir a representação das máquinas de costura da Singer.

Em parte, o tema era demasiado doloroso para Döring. Em Kassel, vários membros da família de sua falecida esposa o acusavam de furto e, por meio de uma ação judicial, obtiveram o seqüestro de cerca de 10 mil dólares de seus fundos locais. A acusação tomava por base a carta que Döring escrevera à esposa, quando se encontrava no Brasil em 1914, na qual falava a respeito de uma herança que lhe era devida. Döring defendeu-se com sucesso, e o tribunal considerou que nenhum crime tinha sido cometido, visto que nunca existira qualquer herança. Os 10 mil dólares foram mais tarde restituídos a Döring.

Ainda podia contar com a imensa sorte para evitar complicações graves com a justiça, mas os custos eram cada vez mais elevados.

LONDRES, 9 DE NOVEMBRO DE 1929

Nesse sábado, o novo prefeito da City de Londres foi "apresentado" aos habitantes de seus domínios, que se estendiam pelos 2,5km² entre a Torre de Londres e o Temple Bar. Como de costume, milhares de moradores da Grande Londres compareceram à apresentação do novo prefeito.

Sir William Waterlow, o 6o2 ocupante do cargo, desfilou com grande pompa desde o Guildhall até o Tribunal de justiça, onde se apresentou diante dos juizes para a aprovação do rei.

A cerimônia centenária teve início quando o prefeito e a esposa se dirigiram à residência oficial para receberem os cumprimentos. O som das trombetas ecoou pelos desfiladeiros úmidos da cidade, por entre centelhas de ouro e escarlate, pouco antes do colorido cortejo de cavalos e carruagens.

A parada militar foi dirigida por oficiais que proferiam, conforme o relato de um jornalista, "a especial e vibrante saudação britânica". Os sinos de St. Paul e de todas as igrejas do centro da cidade badalavam com insistência.

Em homenagem ao novo prefeito, o tradicional desfile alegórico teve como tema a arte tipográfica. Ali se encontrava, ao lado de sua prensa e com indumentária do século XV, o primeiro impressor inglês, William Caxton. Em outro carro, havia um pedreiro que entalhava letras em pedra; e, mais adiante, linotipistas preparavam os tipos em máquinas compridas; mas, como era de esperar, não havia impressores de papel-moeda. O cortejo se deteve em Ludgate Circus, quando o presidente da Federação dos Mestres Impressores entregou ao prefeito uma pequena caixa de madeira com uma mensagem de congratulações que lembrava seus serviços prestados ao mundo da impressão.

Em carros e carruagens, desfilavam os conselheiros municipais, os mestres das grandes corporações de artífices, os xerifes e os magistrados com suas perucas enormes. Todos sorriam e acenavam para a multidão nas calçadas. Era um dia grandioso.

O cargo de prefeito da City, como era de conhecimento de sir William, não era uma sinecura. O prefeito é o mais eminente súdito da Grã-Bretanha e, em seus domínios, tem precedência sobre todos, exceto o rei.

É igualmente o principal magistrado de Londres e preside a sessão de abertura do Old Bailey, o Tribunal Criminal Central. Chefia, além disso, a Câmara Municipal que controla os mais valiosos a,5km2 do império.

Entre suas principais funções, encontra-se também a recepção aos visitantes mais ilustres. Depois do Palácio de Buckingham, o momento mais importante de uma visita oficial era o almoço de gala oferecido pelo prefeito em Guildhall. Ao ingressar no salão para um desses freqüentes almoços, este era precedido por seu mestre-de-cerimônias, de chapéu de plumas e fraque vermelho. Seguiam-se, então, os xerifes e o serviçal, que portava a espada oferecida pela rainha Elizabeth a um dos antigos prefeitos. A qualquer ponto da cidade a que se dirigia

e a qualquer tarefa a que se dedicava, o prefeito portava sempre consigo toda a autoridade de um longo passado e a confiança em sua continuidade no futuro.

A rotina diária do prefeito só é compatível com homens muito saudáveis e dinâmicos. Em geral faz três discursos num único dia e comparece, em média, a quatro cerimônias. Como certa vez alguém disse: "Trabalhará como um escravo e comerá como um cavalo" Em vários aspectos, é praticamente o equivalente a "vice-presidente" da Grã-Bretanha.

Chegaram telegramas e mensagens de congratulações de velhos amigos e companheiros. Até mesmo George U. Rose, que abandonara a Waterlow para retornar a Washington, enviou uma mensagem de felicitações. Somente seu primo, Edgar Waterlow, não se manifestou. Sir William não se surpreendeu. Edgar sempre fora tacanho, até mesmo vingativo.

Os funcionários da residência oficial do prefeito tomaram todos os cuidados para que não houvesse qualquer referência desagradável ao ainda pendente caso das cédulas portuguesas. Por ocasião do baile infantil à fantasia, que o prefeito e a primeira-dama ofereciam todo Natal, correu à boca pequena que seria inadequado que as crianças vestissem trajes típicos portugueses.

No gabinete do prefeito, o belo salão veneziano, sir William tinha de lidar com as eventuais correspondências relacionadas ao caso. As cartas eram datilografadas por sua antiga secretária na Waterlow, Alice Shaw, que se tornara sua secretária particular.

A primeira medida do novo prefeito foi postergar o iminente julgamento até o fim de seu mandato de um ano. O Banco de Portugal não via motivos para adiamentos. Porém, devido a pressões diplomáticas, o banco, através de seus advogados, finalmente concordou:

A despeito da inconveniência para o banco e suas testemunhas, fomos instruídos a acatar sua solicitação e esperamos que se considere essa concessão como um ato de cortesia em relação ao cargo ocupado por sir William, a fim de que não sofra qualquer constrangimento, diante da necessidade de devotar seu tempo e sua atenção a esse caso. Fomos instruídos a solicitar que a nova data do julgamento seja fixada o mais breve possível, em princípios de novembro.

Sir William ficou surpreso ao descobrir que seria, afinal, a principal testemunha de defesa, e que o conselho da empresa os tivesse aconselhado a

confiar somente em meu testemunho e não no dos demais diretores envolvidos. Não questiono a sabedoria dessa decisão, mas, se os advogados estivessem devidamente informados a respeito do papel desempenhado pelos outros diretores, estou certo de que...

Sir William foi categórico. "Não permitirei que me transformem em bode expiatório", afirmou a amigos.

LISBOA, DEZEMBRO DE 1929

Alves Reis preparava seu último ataque contra o Banco de Portugal. Com o auxílio de Manoel dos Santos, divulgaria uma nova série de documentos e cartas contra os diretores da instituição.

Manoel, ex-mensageiro do banco, fora demitido ao tentar se apropriar de um bilhete de loteria enviado pelo legítimo dono para que o banco resgatasse o prêmio. (Um procedimento comum na maioria dos países latinos, onde os ganhadores da loteria, por precaução, preferem permanecer no anonimato.)

Manoel visitou Alves Reis na prisão e ofereceu-lhe seus serviços.

Embora não contasse ainda 20 anos, sua cínica proposta me espantou. Dei-lhe alguns conselhos paternais, mas perdi toda a simpatia que nutria inicialmente por ele quando percebi nele todos os sinais de um criminoso nato, que comete crimes por puro prazer.... Tentei dissuadi-lo, mas sacou da carteira um pedaço de papel no qual se encontravam as assinaturas dos diretores do Banco de Portugal que, segundo me disse, ele mesmo tinha falsificado.

Fiquei impressionado com a perfeição do trabalho. Emprestei-lhe minha caneta e pedi-lhe que reproduzisse as mesmas assinaturas. Apoiou o papel na porta da cela e, sem qualquer hesitação, reproduziu-as. Decidi, então, empregar seus serviços.... Planejei uma falsificação em larga escala em papéis timbrados do Banco de Portugal que obtivera de um funcionário no ano anterior por meio de suborno.... Prometi a Manoel 100 mil escudos.

Alves Reis tinha caído em uma armadilha. Manoel fora enviado como uma espécie de agente provocador com a conivência de um jornalista e de Antônio Horta Osório, o advogado do banco. Quando o plano apareceu nas primeiras páginas dos jornais, Alves Reis lamentou-se profundamente. Como podia ter caído em um truque tão óbvio? Os meses que se seguiram foram os mais sombrios que precisou suportar.

Então em março de 1930,

seguindo-se a uma angústia indescritível, o espírito venceu a carne: escrevi a um padre católico e pedi-lhe que ouvisse minha confissão. Pela primeira vez, recebi a comunhão...

Com renovada coragem, em 21 de abril de 1930, confessei à minha desafortunada esposa o que somente Deus, meu confessor, e eu sabíamos. Ela empalideceu e não ousava acreditar, mas logo se convenceu e resignou-se com a verdade.

O julgamento final ocorreria em 6 de maio de 1930, quando o caso seria levado ao tribunal especial mais elevado jamais constituído em Portugal.

LISBOA, 6 DE MAIO DE 1930

O mais inusitado julgamento da história de Portugal, com procedimentos jamais empregados antes ou depois desse episódio, teve início às 12h45. Como era um tribunal especial, sem sede própria, as audiências se realizaram no salão do Tribunal Militar, em Santa Clara.

Logo ficou claro que não haveria espaço suficiente na corte improvisada. Não só o público precisaria ser mantido do lado de fora, como também não caberiam ali, ao mesmo tempo, todas as testemunhas.

O presidente do tribunal especial, dr. Simão José, deu início aos trabalhos com a convocação dos 15 advogados que representavam os nove acusados, oito dos quais se encontravam presentes. Apenas Adolf Hennies estava ausente.

O conselho queixou-se de que não havia cadeiras suficientes. O juiz recomendou paciência e saiu à procura de mais assentos. Quando todos finalmente estavam acomodados, explicou o procedimento especial que se seguiria.

Um júri, composto de sete juízes suplementares e um substituto, seria escolhido entre 39 magistrados. O filho do sr. José, de nove anos, sorteou os nomes dentro de um chapéu. Os juízes prestaram juramento e, em seguida, convocaram as 85 testemunhas arroladas. Quando afinal se constituíram o tribunal e o júri e o julgamento estava prestes a começar, um major do Exército irrompeu no recinto e explicou que, no prazo de uma hora, o salão seria palco de uma corte marcial. Resignado, o presidente do tribunal adiou a sessão até as

quatro horas da tarde do dia 8 de maio. Tinha plena consciência da enrascada em que se metera e muito se esforçara para não ser indicado para aquele caso. Segundo um dos 20 repórteres presentes, quando o juiz anunciou o adiamento, Alves Reis se aproximou da esposa, que também se encontrava entre os réus, e a beijou.

As acusações contra os nove réus iam de 12 - contra Reis - a somente uma - contra sua esposa e Adriano Silva.

De acordo com a denúncia, Alves Reis era acusado de: (a) formação de quadrilha; (b) falsificação de contratos espúrios; (c) falsificação de inúmeras cartas supostamente enviadas pelos presidente e vice-presidente do Banco de Portugal; (d) uso desses contratos e cartas falsificados; (e) uso de diploma de engenharia falsificado; e (f) crime de falsificação de 580 mil cédulas e de

distribuição de uma quantidade de mais de 200 mil cédulas, que foram trocadas por moeda estrangeira, notas portuguesas legítimas, ouro, prata, jóias, terras e imóveis;



Uma das muitas publicações sobre o julgamento de Alves Reis

(g) distribuição de notas falsas "em conluio com o fabricante ou com sua cumplicidade"; (h) introdução de notas falsas em território português; (i) fraude na obtenção de carta patente para o Banco de Angola e Metrópole; (j) violação e desvio de correspondência entre a Waterlow e o presidente do Banco de Portugal; (k) suborno de funcionário público para a realização de atos ilícitos ou

até mesmo criminosos; e (1) suborno cometido por funcionário público.

As primeiras oito acusações também foram feitas contra José Bandeira. Apenas quatro couberam a Antônio; bem como ao funcionário de Reis, Francisco Ferreira. Adriano Silva e Moura Coutinho foram acusados somente de distribuição de notas falsas e de sua introdução em Portugal. A sra. Alves Reis foi acusada somente de recepção de mercadoria roubada; Manuel Roquete, somente de auxiliar na falsificação de algumas cartas sob a orientação de Reis. E havia cinco acusações (a, d, f, h, i) contra Hennies.

Como já tinha sido julgado e condenado em uma corte estrangeira, Marang não foi arrolado entre os réus.

A acusação foi conduzida, em nome do povo, por um juiz chamado Jerônimo de Sousa e, em nome do Banco de Portugal, por Antônio Osório e Barbosa de Magalhães. Este havia muito abdicado de se defender do fato de, em 1925, por ocasião do aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa, ter figurado entre aqueles que recomendaram atribuir a Marang a Ordem de Cristo. Naturalmente, era o mais vingativo dos três promotores.

LISBOA, 11 DE MAIO DE 1930

Nesse dia Alves Reis teve seu desempenho mais memorável. Num discurso de cinco horas, assumiu toda a responsabilidade pelo crime, com a cumplicidade de Marang e Hennies, e, assim, procurou eximir de toda culpa os demais acusados. A melhor descrição da comovente sessão foi feita por Antônio Ferro, do Diário de Notícias. Ferro foi colega de Reis no Liceu e o reencontrou em Angola. Mais tarde, Ferro escreveria uma popular biografia de Salazar, seria o porta-voz do regime salazarista e criaria o gabinete de Turismo do governo. Os inimigos portugueses do regime costumavam se referir a ele como o Goebbels de Salazar. Mas em 1930, Ferro escreveu a respeito de seu antigo colega:

Alves Reis é um criminoso. Todos nós o sabemos. Sabe-o ele, melhor do que ninguém. E já o confessou, com singular altivez, castigando-se, exautorando-se publicamente....Alves Reis - impossível negá-lo sem faltar à verdade - conseguiu impressionar o tribunal na audiência de ontem. Não o convenceu, possivelmente, das suas boas intenções, da sinceridade da sua confissão, das suas "completas" responsabilidades, mas convenceu-o da sua inteligência, da sua habilidade, da sua eloquência, do seu admirável temperamento de advogado. ... Qual tribunal? Qual júri?! ... Um homem livre diante de homens livres: um ministro no Parlamento a responder a uma interpelação, orador no

tablado de um comício, um industrial explicando a sua indústria. ... Alves Reis começou a falar e bem depressa o tribunal foi seu ... Um silêncio absoluto, quase respeitoso ... Alves Reis contou o seu romance com vivacidade, com energia, com sabor literário, por vezes. ... Referiu-se às emissões clandestinas fora da lei, citou um discurso do dr. Cunha Leal, referiu-se a um artigo do regulamento de 1891, deslumbrou-se com parágrafos e artigos ...



Alves Reis trabalhando em sua defesa durante o julgamento

Alves Reis conta, depois, como fez a burla, como encontrou as escalas, como falsificou as assinaturas, como descobriu que não havia controle no Banco de Portugal, mas tudo isto explicado como um engenheiro pode explicar o funcionamento de certas máquinas.... Alves Reis continua a falar com a mesma habilidade ou com a mesma sinceridade, até cansar, até pedir um copo d'água, até o intervalo. E segue, reaberta a audiência, com igual energia, com igual força.... O sr. dr. delegado do Ministério Público deixa escapar um "Vossa Excelência" que recolhe apressadamente e o presidente do tribunal, cuja atitude impressionou, pela imparcialidade e pela nobreza, declara, a certa altura, que as palavras do réu foram "ouvidas com muito agrado'.... Alves Reis confessa-se fatigado, a certa altura, e todos lhe reconhecem o direito a estar cansado, todos reconhecem o esforço prodigioso da sua memória, dos seus nervos, da sua inteligência, durante cinco horas de luta, durante cinco horas de trincheira.... Julgo sincero, no conjunto, o seu depoimento ... Não estranho, porém, que uma ou outra mentira se tenha insinuado nos interstícios da "sua verdade- Não se mente durante cinco anos sem se ficar com o jeito da mentira, com o tique da mentira...

Que pode passar-se agora? E passou-se alguma coisa, e passou-se este fato

surpreendente, na verdade: um homem que devia apresentar-se vencido, tímido, humilhado depois da confissão de um crime vergonhoso, apresenta-se de cabeça erguida, combativo, quase alegre, duma alegria sem cinismo. ... ele entrega-se, com ardor, a uma nova causa, à defesa dos seus companheiros, que procura ilibar de todas as responsabilidades Este homem desacreditado, liquidado, transforma-se, de repente, num defensor temível das suas vítimas ... E não deixa de ter uma certa beleza moral a sua atitude em face dos desgraçados: "Fui eu que os trouxe aqui... Fi-os sofrer... Perderam cinco anos de vida por minha causa. Sei que nunca mais serei perdoado... Não importa! Farei tudo para os libertar...."

Quando o juiz perguntou por que mudara de atitude tão repentinamente, a resposta de Reis foi simples e comovente:

Os senhores estão aqui para julgar homens e não para julgar almas...

Não seria tempo, na época de Steiner, de Keyserling, de Bergson, da justiça se renovar e procurar uma verdade humana, em vez de procurar uma verdade jurídica?...Não seria tempo de abandonar os clichês do "homem que mente sempre porque mentiu uma vez"?...Vinte e cinco mil páginas para descobrir a verdade?! E estará descoberta?...O Alves Reis do Banco Angola e Metrópole está preso e bem preso, vai ser condenado, está certo. Mas "este" Alves Reis, o Alves Reis da confissão, o Alves Reis que falou ontem, que defendeu as suas vítimas, que "respeitou sempre o seu lar..."? Não merece um minuto de piedade, um minuto de ternura? Atirem-lhe pedras se quiserem... Eu não sei, eu não posso.

Outros jornalistas registraram a reação dos irmãos Bandeira.

Antônio Bandeira, contendo as lágrimas, voltou-se para o irmão, José, e apertou sua mão num gesto de carinho. Este se segurou para não chorar, porém, com os lábios trêmulos, foi vencido pelas lágrimas que escorreram livremente pela face e sobre as mãos de Antônio, que manteve o aperto fraternal.

Nem todos foram absolvidos de responsabilidade. Havia, fulminou Alves Reis, outro criminoso que deveria estar ao meu lado neste banco, em vez de no trono da prefeitura de Londres. Se esse homem não fosse tão estúpido e irresponsável, meu crime jamais teria sido levado a cabo.

O advogado de Reis, o dr. Nóbrega Quintal, clamou que algumas

circunstâncias atenuantes deviam ser levadas em consideração, na sentença de seu cliente:

- seus bons antecedentes;
- os importantes serviços prestados à sociedade;
- sua intenção de combater a crise econômica e financeira que levava Angola a uma situação desesperadora;
- o longo período que já passara na prisão;
- a precária situação econômica que enfrentava no momento.

O dr. Osório não deixou passar a última colocação sem um ferino comentário:

-Sim, o acusado parece se encontrar agora em precária condição, mas sabemos que já gastou 2 milhões de escudos [100 mil dólares] em sua defesa, incluindo 416 mil escudos a um grupo de malfeitores que prometeu auxiliá-lo numa fuga da cadeia... ainda estamos descobrindo as contas secretas no exterior em nome de Alves Reis e sua esposa.

O advogado de Reis argumentou que seu cliente não era um falsificador, mas um "inflationista"; que simplesmente levava adiante, de modo oficioso, a política fixada pelo Banco de Portugal - sem qualquer custo para essa instituição. Afinal, Reis e seus comparsas pagaram à Waterlow pela impressão das notas. Então, num volteio semântico, afirmou que, a despeito da ilegalidade da cópia de papel-moeda, não havia lei que restringisse sua duplicação.

E, finalmente, lembrou aos juízes as medidas extraordinárias tomadas pela Câmara dos Deputados na aprovação de leis retroativas, a fim de aplicá-las aos acusados, de modo que o crime de falsificação, que antes era passível de uma condenação máxima de três anos de cadeia, agora poderia resultar em pena de até 25 anos.

Em 19 de junho, o júri de juízes apresentou o veredicto após seis horas de deliberação. Todos, exceto Manuel Roquete, foram considerados culpados. Conforme o relato de Alves Reis:

É uma hora da manhã. O procurador-geral entra no tribunal, o escrivão assume seu posto. O presidente da corte retorna à sua cadeira. A sentença será lida. Para surpresa de todos, após se dirigirem respeitosamente ao juiz,

abandonam o tribunal os advogados de defesa, um dos quais afirma: "Com todo o respeito, devido ao estado de ânimo em que agora se encontram os advogados de defesa, decidimos deixar o recinto durante a leitura do veredicto." Até mesmo o advogado de Manuel Roquete, que fora absolvido, solicitou permissão para sair.

Proferiram-se as sentenças:

Artur Virgílio Alves Reis, José dos Santos Bandeira e Adolf Hennies foram condenados, cada um, a oito anos de prisão, seguidos de 12 anos de exílio ou, em alternativa, a 25 anos de exílio, a saber, de residência em determinadas aldeias nas colônias de Angola ou Moçambique. Antônio Carlos dos Santos Bandeira, Francisco A. Ferreira Jr. e A.A. Costa Silva, a seis anos de prisão e io anos de exílio, ou a um total de 20 anos de exílio. E Maria Luísa Jacobetti Alves Reis, esposa do principal acusado? Foi sentenciada a passar na prisão o tempo que já cumprira, de modo que seria posta em liberdade.

Para Alves Reis, a escolha não era fácil. Ou retornar, coberto de vergonha, a Angola ou Moçambique; ou cumprir sua pena na penitenciária de Lisboa. Ali poderia receber visitas da esposa e dos filhos ao menos uma vez por semana. Afinal revelou-se prudente sua escolha de permanecer na penitenciária. Os governadores de Angola e Moçambique protestaram firmemente contra o envio de Reis às colônias, afinal já tinham problemas suficientes.

A sra. Alves Reis procurou emprego para ajudar a sustentar os três filhos. Todavia, em Portugal, agora que Salazar se lançara a uma campanha de deflação, não havia muitas oportunidades para os desempregados, e a esposa de Alves Reis, compreensivelmente, enfrentou dificuldades ainda maiores. Como salientou um amigo: "Se eu lhe der um emprego, todos dirão que aceitei dinheiro de seu marido no passado" Afinal, de algum modo, ela encontrou um emprego como escrevente nos Estaleiros Navais do governo, em Lisboa, com salário mensal de 20 dólares.

Pouco antes de o marido começar a cumprir o primeiro dos três anos de confinamento em solitária, ouviram-se rumores de que se organizara um ousado plano de fuga na penitenciária. A luz de um holofote foi direcionada todas as noites para a janela da cela de Reis, que, em seguida, solicitou uma audiência com o diretor.

-Se eu quisesse fugir - afirmou ele -, o senhor seria o primeiro a saber. Não sou do tipo que escala muros. Se eu sair daqui, será apenas porque o subornei. Portanto o senhor pode fazer a gentileza de remover o holofote para que eu possa

dormir?

O holofote foi removido.

LONDRES, 24 DE NOVEMBRO DE 1930

Terminaram-se as preliminares. As escaramuças (Declaração de Reivindicação e Defesa) e o reconhecimento do terreno (Particularidades sobre Danos Especiais e Fatos Apurados) foram concluídos, e a versão moderna do duelo de campeões estava prestes a começar "naquele cinzento Valhala no final da Strand", onde ficavam os tribunais.

Os campeões, ou conselheiros do rei, foram escolhidos com bastante zelo. Segundo o sistema jurídico britânico somente um advogado pode atuar nos tribunais superiores. E somente os mais seguros de si solicitam ao Lorde Chanceler a permissão para integrar o conselho do rei ou da rainha. Não só os honorários fixados por seus escreventes saltam enormemente, como deve um Conselheiro do Rei ter a assistência de outro advogado mais jovem, que receberá um pagamento equivalente a dois terços dos honorários daquele. Ambos os conselheiros designados para o caso do Banco de Portugal vs. Waterlow & Sons Ltd. possuíam enorme confiança em si mesmos. Sua segurança tinha um sólido fundamento: ambos eram membros do Parlamento.

Os advogados do Banco de Portugal, Travers-Smith, Braithwaite & Company, escolheram Stuart Bevan, um membro conservador do Parlamento, eleito pelo distrito de Holborn em Londres. Bevan tinha, então, 58 anos e se encontrava no auge de sua carreira de advogado.

Alto, magro, quase cadavérico, Bevan vinha de uma família galesa de classe média baixa. Quando jovem, freqüentou a St. Paul's School e o Trinity College, de Cambridge. (Neste, foi colega de Edgar Waterlow.) Tornou-se Conselheiro do Reis aos 47 anos e, em 1928, foi eleito para o Parlamento.

Tinha voz agradável e vibrante e uma personalidade poderosa. Os advogados mais jovens preferiam escutá-lo a quase todos os outros conselheiros num interrogatório. Como a maior parte destes, tinha um pequeno e impressionante maneirismo - uma série de grunhidos nervosos e questionadores que quase instintivamente acompanhava uma pergunta feita a uma testemunha hostil. Também exibia notável variedade de óculos durante o julgamento, como se assim pudesse devassar cada vez mais profundamente o íntimo das testemunhas. Era casado, mas não tinha filhos, e era um apreciador de boas comidas, vinhos,

pratarias e gravuras.

Seu oponente neste caso era um velho amigo, Norman Birkett, que era 11 anos mais novo e, em 1929, ganhava 33,5 mil libras [cerca de 165 mil dólares] em honorários. Calculava-se que, nesse caso, obteria 300 libras [1,5 mil dólares] para cada dia de julgamento - mais dois terços disso para seus dois assistentes, H. Bensley Wells e Theodore Turner.

Como Bevan, Birkett também era um homem de Cambridge - do Emmanuel College, famoso principalmente pela formação de grandes teólogos e clérigos, como John Harvard. Filho de um próspero negociante de tecidos do norte do país, Birkett ingressou no Emmanuel com uma bolsa de estudos, na relativamente avançada idade de 24 anos. Terminara a educação básica aos 15 anos e, pelos sete anos seguintes, trabalhou com o pai atrás de um balcão. O estudante alto e ruivo logo descobriu que tinha mais talento para o debate do que para a teologia. Mais tarde tornou-se presidente da Cambridge Union, a sociedade estudantil de debates. A essa altura, já havia perdido seu peculiar sotaque do norte.

Como advogado, atuou em Birmingham até 1920, quando se mudou para Londres e tornou-se Conselheiro do Rei em 1924. Sua grande paixão eram os livros finos, em edições especiais, e o críquete. Foi eleito para o Parlamento como liberal em 1923, pelo distrito de East Nottingham. Era casado e tinha dois filhos.

A.E. Bowker, que trabalhou como escriturário em seu escritório, descreveu mais tarde as táticas que o patrão usava nos tribunais:

Uma figura elevava-se calmamente com um pequeno puxão da beca ou uma momentânea projeção da peruca e dirigia-se à testemunha de modo gentil e insinuante: "Pergunto se o senhor poderá me ajudar..."... ocasionalmente se poderia notar um tom de desafio em sua voz, acompanhado de um gesto de denúncia do dedo indicador ... sacudia o lápis e enrugava a testa durante a elaboração de uma pergunta ... gostava de usar a palavra "manifestamente", a qual pronunciava de um modo ligeiramente estranho.

O juiz era Robert Alderson Wright, que tinha, então, 61 anos e, como Stuart Bevan, provinha do Trinity College. Fora um bem-sucedido Conselheiro do Rei, e atuara com grande habilidade em difíceis casos comerciais. Foi indicado para o Tribunal em 1925 e casou-se, pela primeira vez, em 1928, aos 59 anos de idade.

No Tribunal, demonstrava ocasionalmente uma veia discreta e agradável bom humor, mas possuía também um temperamento irritadido, do qual se

ressentiam intimamente alguns advogados.

Havia muito as partes vinham delineando os temas da contenda. Em 1928, o Banco de Portugal listara as "particularidades de negligência".

Waterlow fora negligente ao:

- imprimir o papel-moeda;
- desconsiderar as recomendações de Romer;
- aceitar como legítimos os documentos que lhe foram entregues por Marang;
- não tomar as medidas cabíveis para averiguar a autoridade de Marang e não se comunicar diretamente com o banco;
- imprimir e entregar a Marang notas que, em todos os aspectos, eram similares àquelas já impressas para o banco.

Os prejuízos resultantes da combinação dessas negligências da Waterlow somavam 1.115.613 libras [cerca de 5,42 milhões de dólares]. O grosso dessa quantia dizia respeito às 209.718 notas de Marang que foram entregues ao Banco de Portugal em troca de notas autênticas. Além disso, havia a solicitação de cerca de 9 mil libras para cobrir os custos de impressão das notas originais com a efígie de Vasco da Gama, que foram recolhidas, e o custo das novas notas que entraram em circulação para substituí-las. Também se incluíram juros de 5%, a partir de dezembro de 1925.

A defesa negava qualquer negligência e insistia que, se o Banco de Portugal sofrera algum prejuízo, este tinha sido "provocado pela negligência dos querelantes": Salientava o fato de que sir William havia escrito ao banco acerca da encomenda de Marang em 7 de janeiro de 1925; que o banco tinha conhecimento, desde fevereiro de 1925, de muitas reclamações em Portugal a respeito da validade das notas de 500 escudos, sem que "tomassem as medidas cabíveis para garantir que as notas eram genuínas":

Além disso, o banco "falhou ao não tomar as devidas providências para, de tempos em tempos, averiguar a numeração das notas de Vasco da Gama em circulação" E, por fim, se o banco sofrera alguma perda, devia-se à sua própria culpa, visto que havia um meio, ainda que pequeno, de distinguir entre as notas de Marang e as do próprio banco. Todos os impressores colocam pequenas marcas secretas nas notas - normalmente letras - e as marcas das notas de Marang eram diferentes daquelas usadas na encomenda do banco. De fato, ambas as letras

secretas estavam no averso da cédula. Uma se encontrava no canto inferior esquerdo, escondida na curva de uma flor-de-lis. A outra se escondia numa das ondas que separavam as duas caravelas de Vasco da Gama.

De modo mais geral, a Waterlow alegava que o Banco de Portugal não sofrera nenhuma perda real. Visto que sua moeda não era conversível em ouro, simplesmente se trocara um lote de papel-moeda por outro. E, nesse caso, talvez tivesse direito simplesmente aos custos de impressão e nada mais.

Desde o primeiro dia, os jornais britânicos e internacionais acompanharam o caso. O correspondente do ABC de Lisboa alertou:

Não nos esqueçamos de que as leis britânicas são diferentes das nossas e de que todas as surpresas desagradáveis que possam aparecer talvez tenham explicações satisfatórias. O caso envergonha a nação tal qual uma briga de família que se desenrola na casa de um estranho. Nesse caso, porém, não é um assunto íntimo, mas nacional, que envolve todos os portugueses.

Stuart Bevan delineou o caso dos querelantes ao longo de boa parte de três dias, tocando em pontos-chave dos contratos, da correspondência e das cédulas. Apresentou ao juiz Wright algumas notas de 500 escudos verdadeiras e algumas falsificadas por Marang, distinguíveis somente pelas diminutas letras secretas, quase invisíveis a um olhar desatento. Ao perceber certa hesitação do juiz em pegar as notas, Bevan arrancou uma das poucas risadas ouvidas no tribunal durante aqueles três dias:

"Não farei uso impróprio delas. O senhor parece bastante receoso a respeito de meus propósitos."

Não havia júri, mas o tribunal lotado reagiu com discretas risadas a essa primeira manifestação de humor judiciário.

A primeira testemunha de Bevan foi o dr. Ruy Ennes Ulrich, diretor do Banco de Portugal desde 1928. Como falava bem o inglês, teve facilidade em apresentar uma história do Banco de Portugal e do modo como foi suspensa em 1891 a conversibilidade de suas notas em ouro. Temporariamente. E, como era freqüente naqueles tempos, o que era temporário se estendeu indefinidamente.

No interrogatório, Birkett esclareceu que o banco não só não fizera pagamentos em ouro, como suas reservas do metal estavam muito abaixo do previsto por lei.

Seria correto afirmar que o Banco de Portugal era simplesmente uma gigantesca máquina de papel-moeda destinada a atender às necessidades do Estado?

O dr. Ulrich mais ou menos reconheceu a propriedade da colocação. Salientou, porém, que outros bancos centrais, com efeito, também se encontravam nesta situação desconfortável. Admitiu que o Banco de Portugal tinha recebido advertências sobre o surpreendente número de notas de 500 escudos em circulação, mas como descobriram que eram legítimas, nada fizeram.

Na década de 1920, um julgamento na Grande Londres só se tornava realmente oficial quando se fazia uma referência bem-humorada a Charles Dickens. Birkett encarregou-se disso ao interrogar o dr. Ulrich, em 28 de novembro:

PERGUNTA: As despesas do Estado até 1926 eram maiores que as suas receitas?

RESPOSTA: Sim.

P: Bem, na vida privada isso leva à falência, não é mesmo?

R: Na vida privada, sim, mas na vida do Estado é diferente.

P: Espero que tenham traduzido Mr. Micawber para o português, não é mesmo?

R: O que é isso?

Ulrich declarou que se o banco não tivesse trocado todas as notas de 500 escudos, haveria uma revolução, pois se "a população estivesse ameaçada de perder um sexto de seu dinheiro [o total da emissão das notas de Vasco da Gama], não seria surpresa que eclodisse uma revolução.

Embora fosse membro do Conselho Bancário que aprovara a criação do Banco de Angola e Metrópole, o dr. Ulrich não informara a seus colegas do conselho diretor que o funcionário do banco Adriano Silva despendia, de modo suposto, largas somas de dinheiro em notas de 500 escudos.

Mais tarde, durante o interrogatório, Norman Birkett se desculpou por uma involuntária ofensa a Portugal. Ao perguntar a Ulrich a respeito de como Alves Reis, que no passado fora condenado por fraude, conseguira obter a permissão

para fundar um banco, afirmou:

É algo extraordinário, mesmo no caso de Portugal, que um sujeito queira fundar um banco quando sua ficha criminal aponta uma condenação por desviar 2 milhões de escudos do caixa de sua própria empresa.

Desculpou-se e pediu que as palavras "mesmo no caso de Portugal" fossem eliminadas dos autos.

Outros funcionários do Banco de Portugal afirmaram que a instituição não teve escolha senão recolher todas as notas de 500 escudos e trocá-las, pois as cédulas verdadeiras não eram, àquela altura, distinguíveis das de Marang. Somente em agosto de 1926, o banco foi informado, por intermédio dos investigadores, do emprego das diminutas letras secretas nas notas. É claro que, então, praticamente todas as notas de Marang já haviam sido trocadas.

No oitavo dia do julgamento, Birkett travou um diálogo interessante com Carlos de Barros Soares Branco, secretário-geral do Banco de Portugal. Birkett afirmou que o banco não só possuía um processo de 1 milhão de libras contra a Waterlow, como também tinha um processo semelhante contra os conspiradores na Holanda, com o intuito de obter tudo o que estivesse depositado em suas contas bancárias. Em resumo, havia a possibilidade de o banco obter uma recuperação de danos em dobro. Marang, aparentemente, tivera, a certa altura, 200 mil libras [1 milhão de dólares] em depósitos em vários bancos holandeses. José Bandeira já entregara à Comissão de Liquidação 350 mil dólares que possuía no Westminster Bank de Londres.

É possível que uma enorme soma, de 400 a 500 mil libras, ainda se encontre nas mãos de Marang e Hennies?

Soares Branco afirmou que era possível.

O juiz Wright ficou perplexo. Não lhe haviam informado sobre a possibilidade de um duplo reembolso de danos.

A testemunha confirmou que, em maio de 1925, o Banco de Portugal divulgara uma nota, na qual afirmava não haver qualquer fundamento nos boatos de que havia cédulas falsas de 500 escudos em circulação:

P: Essa nota foi muito importante para os conspiradores?

R: Eis uma pergunta que os conspiradores poderão responder melhor do que eu. [Risos.]

O presidente do Banco de Portugal, Inocêncio Camacho Rodrigues, nada mais pôde acrescentar a respeito da carta que sir William lhe enviara em 7 de janeiro de 1925. Sim, revirara cuidadosamente seus arquivos, embora estivesse certo de que tal carta não tinha sido entregue. "Se tivesse chegado, não estaríamos aqui agora"

Ainda assim Birkett encontrou uma maneira para que o depoimento do presidente fosse favorável à Waterlow:

P: Portugal condecorou Marang com sua maior honraria... a Ordem de Cristo?

R: Não, não foi a maior... foi uma dessas condecorações que se concede, de pequeno valor; na verdade, sem muita importância.

P: O detentor da Ordem de Cristo portuguesa tem direito a usar um pequeno broche?

R: Infelizmente há uma hierarquia na Ordem que permite a seus detentores usar uma pequena fita, que leva outras pessoas a acreditarem que pertencem à Legião de Honra.

Camacho confirmou que o homem que indicara Marang para a Ordem de Cristo foi, mais tarde, advogado de acusação no caso contra Alves Reis. Camacho sorriu e deu de ombros:

Sim, esse é apenas um dos incidentes que ocorrem na vida de um político.
[Risos.]

P: Posso afirmar, então, que Marang era um indivíduo confiável, que enganou até mesmo as mais altas autoridades de Portugal?

R: Sim, e fez o mesmo na Holanda; era um tipo internacional.

A alta confiabilidade de Marang representaria papel importante na argumentação de Birkett durante o testemunho de sir William, que ocorreu em 11 de dezembro, depois que Birkett abriu a guarda.

Sir William descreveu, desde o início, seus encontros com Marang; explicou como os contratos foram analisados por um tabelião e por seu advogado particular; e lembrou que tinha escrito a Camacho em 7 de janeiro. Sobre a correspondência de Romer, declarou:

Em virtude de experiências anteriores, eu tinha bastante receio em relação a Romer ... Infelizmente ele tinha o defeito de não ser capaz de manter a boca fechada.

Por fim, Stuart Bevan teve a grande oportunidade de interrogar sir William, a mais vulnerável das testemunhas de defesa. Logo deixou claro que sir William não só tinha reservas em relação a Romer, como também a Andrew Walker, agente local da Waterlow em Lisboa:

Nada tenho a dizer contra sua honestidade. Considerarei-o sempre um homem correto, mas não alguém em quem eu depositaria minha confiança. O que, aliás, nunca fiz.

P: Antes deste caso, o senhor alguma vez se incumbiu pessoalmente da aprovação e da execução de encomendas de notas portuguesas?

R: Se a carta da casa impressora holandesa [Enschede] não estivesse endereçada à minha pessoa, jamais me ocuparia da transação.

Bevan revelou que, embora sir William tivesse deixado a firma em 1928, Romer e Walker ainda eram empregados da Waterlow.

Um dos motivos para Romer não ter ficado muito incomodado pelas negociações secretas relativas à encomenda do papel-moeda português, por intermédio de Marang e Bandeira, talvez tenha sido o fato de que recebeu, na totalidade, a comissão a que tinha direito, mesmo sem nada fazer para conseguir o negócio.

Como sir William lembrou:

O crédito relativo às notas de Marang foi depositado na conta de Romer e, quando a fraude veio à luz, seu advogado advertiu-o de que não deveria ter aceitado o pagamento e o aconselhou a devolver.

Bevan chegou então ao cerne do que acreditava ser a maior culpa de sir William.

P: O senhor tinha consciência da responsabilidade de seu negócio?

R: Até certo ponto, afinal éramos todos apenas impressores. Não passamos de comerciantes comuns. [Risos.]

P: O senhor coloca a questão num nível bem mais baixo do que eu esperaria.

O senhor não sabia que, se por qualquer motivo, notas desautorizadas chegassem, através de suas prensas, ao mercado, as conseqüências seriam devastadoras?

R: Sim, mas quem imaginaria que isso pudesse acontecer ou que o Banco de Portugal não mantinha registros das notas de 500 escudos?

P: O senhor atribui toda a culpa ao Banco de Portugal?

R: Eu jamais imaginaria ser possível que uma emissão de notas pudesse ocorrer ao longo de vários meses sem que se percebesse a duplicação. Jamais sonharia que fosse possível ... Ouso dizer que, se o fato se repetisse, com base em minha experiência, faria exatamente a mesma coisa.

P: Desde o princípio até o fim, essa transação não lhe trouxe a menor dúvida?

R: Não.

P: O senhor não pensou que o Banco de Portugal teria de honrar essas notas?

R: Creio que não.

P: Não pensou que, ao entregar as notas a Marang, o senhor impunha uma obrigação de pagar da ordem de 1 milhão de libras a seu cliente, o Banco de Portugal?

R: Creio que não.

P: Por que, se tinha tanta confiança em Marang como mensageiro, o senhor escreveu diretamente ao presidente do Banco de Portugal para lhe agradecer a suposta carta de autorização?

R: Era uma sábia precaução.

P: O senhor tinha alguma dúvida?

R: Não.

P: O senhor não pensou: "Este é o negócio mais estranho que já me ofereceram. Será que está tudo correto? Não será aconselhável uma checagem?"

R: Não.

- P: Foi-lhe solicitado que se comunicasse com o presidente somente por intermédio de Marang. O senhor tem certeza de que não reteve a sua carta mesmo depois de a terem selado?
- R: Não.
- P: Não lhe ocorreu que alguém teria que ser bastante descuidado para não perceber que havia várias encomendas com os mesmos números?
- R: Ficaria feliz em lhe apresentar a correspondência que tenho a esse respeito.
- P: Ficaria ainda mais feliz se o senhor respondesse à minha pergunta.
- R: Jamais pude compreender isso ... Nunca consegui chegar à raiz da coisa.
- Marang apresentou, então, a segunda encomenda de 380 mil notas.
- P: O senhor não perguntou a Marang por que, no fim do primeiro contrato, solicitou-se o dobro de notas previsto?
- R: Tenho certeza de que lhe fiz essa pergunta...
- P: Ele lhe deu alguma explicação?
- R: Não me recordo. Creio que disse algo.
- P: A situação não exigia uma explicação?
- R: Bem...
- P: Não lhe pareceu estranho que o presidente do Banco de Portugal cometesse tamanho equívoco em considerar que 380 mil notas, no valor de 2,5 milhões de libras, fossem o complemento de uma encomenda de 200 mil, por 1 milhão de libras?
- R: Temo que isso não me tenha ocorrido naquele momento.
- P: Não lhe parece um terrível lapso de memória? Ou um equívoco singular?
- R: Obviamente tudo o que sabíamos era que o cliente, que nos fora bem recomendado e para quem executamos a impressão das notas encomendadas, tinha voltado para nos fazer um novo pedido. Nada mais tenho a acrescentar.

P: Perdoe-me, mas o senhor me decepcionou.

Era apenas um lance de retórica. Bevan estava bastante satisfeito com sir William. O ex-presidente da Waterlow fortalecera significativamente seu caso contra o Banco de Portugal. Agora, cabia a Norman Birkett desfazer, se possível, um pouco do estrago ao interrogar o ex-prefeito de Londres.

Mas o juiz Wright, como de costume, entrou na conversa:

P: Suponho que a verdadeira pergunta seja se houve alguma suspeita em relação à peculiaridade da situação por parte dos impressores e se algo mais efetivo não deveria ter sido feito, em vista de tais circunstâncias peculiares. Eram circunstâncias de fato peculiares, não eram, sir William?

R: Definitivamente, milorde.

P: Obviamente o senhor tinha plena confiança em Marang.

R: Temo que a confiança tenha se estabelecido desde o primeiro momento, milorde, e quando a confiança se estabelece...

P: Tudo flui. Sim...

O comentário, a inflexão de voz e os gestos do juiz proporcionaram, naquele momento, aos advogados de defesa o primeiro indício evidente do caminho para o qual o pensamento do magistrado o conduzia. Usara três vezes a palavra "peculiar".

A essa altura, sir William explicou ter dado uma resposta equivocada a Bevan.

O sr. Bevan me perguntou outro dia se esse foi o negócio mais sigiloso que já fiz, e respondi-lhe que sim. Isso, porém, não condiz com a verdade, milorde. ... O mais sigiloso negócio de que tomei parte em minha vida foi o serviço secreto durante a guerra. Jamais compartilhei com meus amigos essa informação, mas, se o senhor assim o desejar, posso relatá-lo por escrito.

O juiz Wright, com bastante sensatez, disse que não era necessário. Alguns espectadores tiveram a impressão de que sir William ficou visivelmente decepcionado.

Birkett também atenuou o efeito provocado pelo interrogatório de Bevan a respeito do segundo lote de papel-moeda, que excedia o contrato original.

P: Seis meses haviam se passado desde a última visita de Marang?

R: Sim.

P: Houve algum fato, por menor que fosse, que pudesse indicar haver algo de irregular com a primeira encomenda?

R: Absolutamente nada.

P: O fato de Marang voltar a procurá-lo, depois de seis meses, inspirou mais confiança, caso esta ainda fosse necessária, ou lhe pareceu um mero prolongamento de uma transação comercial comum?

R:... Se eu imaginasse que havia alguma fraude, não esperaria rever aquele homem em meu escritório.

A argumentação teria surtido efeito, se o juiz Wright não interviesse, afirmando que

a primeira encomenda teve o aval de dois contratos, e a procuração e tudo o que estava determinado nesses contratos foi cumprido por inteiro com a primeira encomenda...

Bevan se divertiu especialmente com Roland Springall.

P: O senhor já havia visto 2,5 milhões de libras em cédulas serem guardados em malas, transportados em táxis e depositados num guarda-volumes público, em meio a perus, bicicletas e tudo o mais? [Risos.]

R: Não.

O juiz Wright não se conteve:

Os guarda-volumes são os lugares mais seguros para depositar objetos roubados.

Birkett aproveitou a deixa:

E às vezes cadáveres. [Risos.]

Bevan sabia que a defesa não convocaria Romer como testemunha, pois este beneficiaria enormemente os querelantes. Havia, no entanto, uma alternativa. Springall tinha conversado com Romer quando o caso veio à tona:

P: Romer sentiu nas cartas e nos telegramas alguma repreensão por parte da empresa?

R: Creio que sim.

P: Presumo que tenha ficado indignado com o tratamento que lhe deram.

R: Pode-se dizer que sim.

P: Entre dezembro e maio [de 1925] ele repetiu as advertências, alegando estar mais bem informado que sir William?

R: Havia divergência de opinião entre eles.

P: É verdade que ele afirmou ter um pressentimento de que haveria problemas caso o contrato fosse aceito?

R: É verdade, sim.

O juiz Wright voltou a Romer:

P: Quando Romer deixou de expressar sua opinião sobre esse assunto, se é que ele fez isso?

R: Não creio que tenha parado; fala disso todos os dias sem parar.

P: Ele parece um sujeito enfadonho?

R: Lido com o sr. Romer desde que veio trabalhar conosco e tenho por ele grande simpatia.

Mais tarde, Birkett ajudou a delinear as qualidades de Romer.

P: O senhor acredita que ele fala demais?

R: Embora seja verdade que fale muito, considero-o bastante discreto.

P: Seria, portanto, falante no sentido de não deixar de dizer o que pensa?

R: Sim.

Como todos os demais, o juiz Wright estava curioso a respeito de outro ponto:

P: Romer alguma vez viu Marang?

R: Sim, ele estava na sede da companhia quando Marang nos visitou.

P: Eles conversaram?

R: Eles jamais foram apresentados. ... Creio que informei ao sr. Goodman que o sr. Romer se encontrava no prédio, e o sr. Marang não demonstrou interesse, ou o sr. Goodman não tinha desejo de colocar mais uma pessoa a par daquela... transação sigilosa.

Que esplêndido juiz, por certo pensou Bevan, e, em seguida, dirigiu-se novamente a Springall:

P: Quando a fraude foi descoberta, Romer fez algum comentário do tipo "eu avisei"?

R: Sim, de certa forma foi essa a reação dele.

Chegara, então, a hora de Springall:

P: Na carta que escreveu a Marang o senhor afirmou: "De acordo com sua solicitação, envio-lhe, anexas, as assinaturas dos diretores." O senhor reconhece que, diante do que agora sabemos, caso o senhor não tivesse enviado essas assinaturas, a encomenda talvez nunca tivesse se efetivado?

O juiz Wright, sempre solícito, lembrou a Bevan que Springall tinha acrescentado a sua carta a observação: "e alternando em cada série".

P: O senhor percebe como auxiliou a fraude do sr. Marang com sua gentileza de proporcionar a um leigo ... toda a ajuda de que precisava? O senhor se dá conta de que o ajudou a ponto de fornecer-lhe as assinaturas e a lista dessas mesmas assinaturas, uma informação sem a qual as cédulas não poderiam ser impressas?

R: Claro que sim.

P: Essa é uma tremenda responsabilidade para carregar pelo resto de sua vida.

R: Certamente, mas agora vejo os fatos pelas lentes de 1930.

P: O senhor estava ansioso para lhe proporcionar toda a ajuda possível?

R: Isso é parte de meu trabalho. Espera-se que, como fabricantes de

papelmoeda, façamos várias coisas que, normalmente, esperaríamos caber a nossos clientes.... Espera-se que façamos muitas coisas.

Frederick Goodman, o diretor da Waterlow de 75 anos, que se parecia com o falecido Eduardo VII, estava preocupado com as perguntas de Stuart Bevan. No interrogatório, este indagou sobre a possibilidade de a Bradbury & Wilkinson obter a encomenda de Marang, visto que este mostrara à Waterlow, com o contrato original, duas cédulas da Bradbury.

P: Não lhe pareceu alarmante que um cavalheiro com a autorização do Banco de Portugal manifestasse o desejo de obter cédulas do modelo da Bradbury, que somente esta empresa poderia imprimir?

R: Não julguei que fosse alarmante.

P: Não lhe ocorreu que o negócio com o Banco de Portugal, que o senhor tinha assegurado, pudesse lhe escapar e voltar para a Bradbury?

R: Não.

P: Se tivesse desejado, o senhor poderia ter dito a Marang que se tratava de produtos da Bradbury, e não apenas "cédulas americanas".

R: De fato, poderia.

P: Por que se referir aos Estados Unidos?

R: Porque a Bradbury pertence à American Bank Note Company.

P: Eles fazem impressão na Inglaterra?

R: Eles imprimem aqui e em outras localidades.

P: Foi com a intenção de assegurar esse negócio que o senhor exibiu a cédula com a effigie de Vasco da Gama?

R: Sim.

P: O senhor reconhece que, se o senhor não garantisse esse contrato, haveria o risco de a Bradbury voltar a imprimir para o Banco de Portugal?

R: Provavelmente pensamos que estariam dispostos a servir ao presidente do Banco de Portugal.

O juiz Wright ofereceu novamente sua ajuda. Goodman contou como ditou a carta a Romer. Nela fazia a ressalva de que Romer deveria obter a autorização do Banco de Portugal, assim que Bandeira "tivesse acertado tudo com o ministro das Finanças português e os diretores do banco:

P: Então o senhor abriu mão dessa garantia?

R: A autorização chegou sem ela.

P: O senhor acreditou que tivesse vindo mesmo assim?

R: Sim.

P: O senhor assumiu esse risco. Se exigisse que o sr. Romer fosse ao banco, talvez não passasse por todo este infortúnio.

R: Não, milorde. Agora podemos ver isso.

P: Às vezes o dever exige que antecipemos os acontecimentos.

R: Éramos três e fomos todos enganados.

P: O senhor se recorda de alguma outra transação semelhante na qual tudo tenha sido conduzido por uma única pessoa?

R: É algo bastante incomum, mas não que não tenha ocorrido antes.

P: O senhor se lembra de alguma outra ocasião?

R: Não.

Mas o diretor Thomas William Goldsack se recordava de uma situação vagamente semelhante. A Libéria, a pobre e pequena Libéria, firmara um acordo com um comerciante inglês chamado Hayman, que, com a devida autorização, encomendou e pagou pela emissão de selos postais liberianos, que vendeu a colecionadores de todo o mundo, dividindo os lucros auferidos com a Libéria. Essa foi uma das primeiras ocorrências de uma prática que hoje se tornou comum entre muitos países. (Os selos postais adquiridos para figurar em álbuns, em vez de serem usados para o envio de cartas, representam, por certo, um lucro quase total.)

Outro diretor, Francis Muir, foi mais útil a Birkett, ao afirmar que, se o Banco de Portugal tivesse telegrafado, em dezembro de 1925, à Waterlow, informando que houvera uma "duplicação" em vez de uma "falsificação"; a firma teria,

quase de imediato, explicado ao banco como distinguir os dois lotes de cédulas através de marcas secretas.

Todavia, no interrogatório, Muir foi obrigado a admitir que a distinção entre as notas verdadeiras e falsas não era tão simples, principalmente quando se falava em 800 mil notas. Nem mesmo recorrendo à tabela que tinha preparado:

P: Eles não teriam de, em primeiro lugar, organizar as notas por série e, só então, conferi-las com a ajuda da tabela?

O juiz Wright demonstrou seu ceticismo.

P: Existem pessoas com a vista suficientemente aguda para discernir a olho nu se há um I ou um P [letras secretas] impresso numa cédula?

R: Sim, nossas funcionárias o fazem sem ajuda de lentes. Separei 800 mil cédulas que, caso sejam dispostas na ordem correta, poderiam ser analisadas, com o auxílio da tabela, numa proporção de aproximadamente duas por minuto. Ora, duas por minuto corresponderiam a...

P: Cento e vinte por hora ... oito horas por dia. Os senhores fazem isso oito horas por dia? Ainda que os senhores encontrassem alguém suficientemente vigoroso para executar essa tarefa ao longo de oito horas por dia, seriam necessários cerca de mil dias.

R: Reconheço que isso exigiria o trabalho de 30 pessoas por quatro semanas inteiras.

Birkett fez seu longo discurso de encerramento, que se iniciou em 18 de dezembro e terminou no dia seguinte. Bevan, que estava muito mais confiante, fez uma conclusão bem mais breve.

Na segunda-feira, 22 de dezembro, o juiz Wright chegou ao veredicto.

Com bastante franqueza, afirmou que não necessitava de mais tempo, pois já chegara a "uma conclusão definitiva sobre todos os aspectos materiais do caso"; que denominou de "uma fraude das mais elaboradas ... sem paralelo na história das fraudes comerciais".

Durante a manhã, reviu o caso em linhas gerais, e, à tarde, estava claro aonde chegaria:

Sou forçado a declarar que a companhia [Waterlow], através de seus

diretores, não cumpriu com padrões de zelo e compreensão.... O impressor de papelmoeda não pode afirmar que é um mero impressor comum ... é um impressor de papel-moeda, e o efeito de impressões espúrias e desautorizadas pode ser enorme na vida de toda uma nação e na estabilidade de uma importante instituição bancária. ... Houve neste caso evidente falta de prudência.

Nesse ponto, amenizou um pouco a situação da Waterlow.

Ninguém questiona, nem por um instante, a dignidade e a retidão dos proprietários da Waterlow ou de qualquer um de seus diretores ... Trata-se simplesmente de uma daquelas infelizes circunstâncias em que se envolvem as mais importantes, distintas e notáveis firmas, e em que a astúcia dos vigaristas ilude o pensamento dos envolvidos.

O crime era único, prosseguiu o juiz, e

...não é algo que se possa repetir, pois é decorrente de uma desafortunada série de coincidências que levou aos acontecimentos relatados neste caso.

O Banco de Portugal realmente não tinha alternativa senão recolher todas as notas e trocá-las.

Não vejo que outra medida se poderia tomar, pois todo o seu crédito estava em jogo ... bem como o estado das finanças nacionais.

E, quanto aos prejuízos causados pela troca das notas com a efigie de Vasco da Gama, acreditava que houvera perda, uma grande perda:

Essas notas são dinheiro em Portugal. Proporcionam, nesse país, a compra de mercadorias, inclusive ouro; permitem a aquisição de moeda estrangeira e tudo isso é possível pois são garantidas pelo crédito do Banco de Portugal.

É verdade que, com grande esforço, seria possível distinguir as notas falsas das verdadeiras, mas

nos primeiros dias ... a corrida foi tão grande que, em minha opinião, não havia como o banco pôr em prática esses métodos delicados, embora simples, de identificação.

Não deu ao banco os juros sobre a indenização. E não incluiu nela as cerca de 16 mil cédulas, pelas quais, acreditava, a instituição ainda não pagara.

Obviamente, o valor de 488.430 libras provenientes da liquidação dos bens do Banco de Angola e Metrópole precisaria ser igualmente deduzido. Restaria assim,

se meus cálculos estão corretos, um saldo de 531.851 libras [cerca de 2,6 milhões de dólares], que, em minha opinião, cabem de direito ao querelante.

Como de costume, o vencedor também ficava isento das custas, estimadas em cerca de 50 mil libras [cerca de 240 mil dólares].

Ele expressou ainda sua gratidão aos proprietários da Waterlow por transcrever e imprimir os autos do processo, embora tenha observado que "havia muitos erros de impressão"

Haveria, por certo, apelação.



Na opinião do Daily Telegraph de Londres, a decisão era

motivo de orgulho, como demonstração da imparcialidade tradicional dos tribunais de justiça da Grã-Bretanha.

Em Lisboa, um editorial de O Século afirmava que não poderia ter sido outro o desenlace:

Para honrar a justiça britânica, o julgamento terminou de modo adequado ... o juiz não se deixou influenciar pelo orgulho nacional ou pelo ambiente londrino. A honra e a sensibilidade dos portugueses saíram fortalecidas dessa dura provação. ... Portugal venceu em Londres, porque estava com a razão. ... Alegremo-nos.

Visto que o julgamento fora, em muitos aspectos, um drama notável, O Século acrescentou, então, algumas resumidas apreciações críticas relativas ao desempenho de seus atores:

Sir William: arrogante, desdenhoso, tolo, obstinado, farisaico, covarde, presunçoso;

Camacho: honesto, firme, sincero, humilde.

Ulrich: erudito, fleumático, lúcido, muito britânico.

O Diário de Notícias fez uma crítica positiva sobre a atuação do juiz Wright:

Desde o primeiro dia demonstrou que tinha todas as qualidades de um grande juiz, austero e imparcial....

Glória, igualmente, ao Banco de Portugal, que enviou uma missão de homens honestos, competentes e de raro valor intelectual.... Seu testemunho foi um modelo de retidão e sagacidade ao ser capaz de evitar as armadilhas colocadas pelos advogados de imensos recursos dispostos a confundi-los. Merecem os agradecimentos da nação.

Os comentários críticos de sir William foram feitos apenas em particular, mas na cópia dos autos que tinha em seu poder anotou a lápis vários comentários amargos sobre a súmula e a sentença do juiz.

Da cópia que tenho em mãos, escolhi ao acaso alguns desses comentários, que aparecem à margem em sua caligrafia angular:

Isso está errado.

Nenhuma menção à carta que o presidente enviou a Messer.

Nenhuma menção à correspondência destruída pelo dr. Ulrich.

Errado.

Totalmente impreciso.

O juiz considera que os banqueiros têm direito a privilégios especiais.

Os banqueiros precisam se proteger.

Por que o impressor deveria adotar critérios tão elevados?

Proteção aos banqueiros!

Por que o impressor teria que atender a critérios tão elevados?

Proteção aos banqueiros!

Como pode dizer isso?

Parece que nunca se atribui qualquer responsabilidade ao banco.

Obviamente, esses comentários não tiveram a menor importância. O presidente da Waterlow, Edgar L. Waterlow, anunciou que a firma fizera um fundo de reserva para atender à decisão do tribunal, em caso de um revés na apelação. "Independentemente do resultado final...nossos recursos são suficientes para enfrentar qualquer eventualidade"

Depois da decisão do juiz Wright, os advogados de ambas as partes se reuniram para firmar um acordo. Os representantes da Waterlow, bem como os do Banco de Portugal em Londres, eram favoráveis. Todavia os diretores do banco em Lisboa não aceitariam nem um xelim a menos, pois sabiam que contavam com o apoio da justiça britânica.

Em seu apartamento em Londres, no número 5 de Balfour Place, diante de Park Lane, sir William A. Waterlow, agora também baronete, título menor concedido de forma automática aos prefeitos de Londres, obteve um pequeno consolo, através de uma carta enviada por seu colega S.C. Spouse, que era o único comerciante inglês em Angola em 1925. Ninguém, afirmava Spouse, que

estivesse a par das atuais condições e conhecesse a mentalidade dos portugueses e seus métodos operacionais, julgaria que houvesse algo de anormal na forma como as negociações foram conduzidas entre os senhores e Marang. ... É, por certo, uma infelicidade que o senhor não tenha obtido a merecida solidariedade. Talvez seja preconceito de minha parte, mas acredito que, se as posições se invertessem e uma firma inglesa procurasse reparação em Portugal, jamais obteria um julgamento tão imparcial.

Sir William agradeceu cordialmente a Spouse, lamentando que este não tivesse se apresentado como testemunha.

LISBOA, JANEIRO DE 1931

A sentença imposta a Alves Reis incluía um período de dois anos em "confinamento solitário", mas essa penalidade ainda não fora implementada. Reis tinha permissão de vestir suas próprias roupas, receber visitas e escrever.

No entender de alguns autores, o verdadeiro capital de um escritor é sua juventude, mas Alves Reis sabia que o único capital de que dispunha era seu crime. Assim, nesse mês, passou a escrever O segredo da minha confissão. Depois de estudar a Bíblia com bastante zelo, selecionou no Novo Testamento o

tema de abertura de seu livro. Encontrava-se no Evangelho de São João (8:46): "Se eu vos digo a verdade, por que não me credes?"

O volume era ironicamente dedicado "àqueles que buscam a riqueza mundana". Nele, Alves Reis detalhava todos os truques empregados na execução do crime e na elaboração dos vários contratos, cartas e documentos necessários.

A exemplo de escritores bem mais profissionais, que repetem à exaustão uma palavra ou uma expressão de sua predileção, Alves Reis também tinha sua expressão favorita. Ao planejar ou executar suas falsificações, encontrava-se sempre "calmo e confiante".

O segundo volume, que narrava a longa confissão feita durante cinco horas no tribunal, abria com uma advertência de Mateus (6:19-21):

Não queirais entesourar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem e onde os ladrões os desenterram e roubam. Mas entesourai para vós tesouros do céu, onde não os consome nem a ferrugem nem a traça e onde os ladrões não os desenterram nem roubam. Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também vosso coração.

O segundo volume concluía com uma admoestação:

Ninguém pode servir a dois senhores, pois acabará odiando um e amando o outro; ou, então, se unirá a um e desprezará o outro. Não é possível servir a Deus e a Mamom.

Mamom não foi muito agraciado com a venda dos dois volumes em brochura, mas cerca de 2 mil exemplares foram adquiridos ao preço de um dólar cada. Ainda assim foi uma ajuda. A senhora Reis passava por grandes dificuldades para criar os três filhos com o salário mensal de 20 dólares.

Durante uma de suas costumeiras visitas à penitenciária, Alves Reis lembrou a ela que, certa vez, nos bons tempos do Banco de Angola e Me Trópole, entregara a um conhecido uma quantia de 72 mil escudos para livrá-lo da cadeia por desvio de dinheiro de uma repartição pública. Reis sugeriu à esposa que o procurasse, agora que se encontrava numa ótima situação, a fim de lhe pedir que restituísse aquele dinheiro.

O funcionário reconheceu a dívida, mas se recusou a pagá-la. "Por que deveria pagar com dinheiro bom o dinheiro ruim que recebi há seis anos?"

"Ocultamos nossos males nos livros"; escreveu D.H. Lawrence. Com a

conclusão de suas Confissões, Alves Reis apaziguou o espírito. Agora estava pronto para enfrentar os rigores dos dois anos de solitária.

LONDRES, 26 DE MARÇO DE 1931

O recurso contra a sentença do juiz Wright em favor do Banco de Portugal iniciou-se na Corte de Apelação em 23 de fevereiro de 1931. A defesa recebeu um reforço: sir John Simon, um eminente liberal do Parlamento, que mais tarde se tornaria ministro do Exterior e Lorde Chanceler, lideraria a equipe da apelante (Waterlow) contra o apelado (Banco de Portugal).

A despeito de Simon ser o mais experiente Conselheiro do Rei e Birkett, o mais jovem, este se sentiu preterido. Stuart Bevan ainda representava o Banco de Portugal. Afinal, para que mexer em time que está vencendo?

Sir John deu início aos trabalhos apresentando o argumento básico do apelante, a saber, que a sentença proferida pelo juiz Wright "exigia substancial modificação" :

No quarto dia, sir John observou, com íntima satisfação, que o juiz Slesser parecia ser mais compreensivo. Ao discutir o trecho do julgamento original referente às prisões no Porto em princípio de 1925, Slesser afirmou:

Eles parecem ter feito tudo calculadamente para provocar pânico, prendendo pessoas em vias públicas e assim por diante. Tudo foi feito com a maior publicidade possível ... Duvido que tenham refletido muito sobre o assunto. A pergunta que me ocorre é se seus clientes [o Banco de Portugal], através de seu comportamento prévio, não foram responsáveis por esse pânico, que, acredito, não teria ocorrido se houvessem agido de outra maneira.

O juiz Greer contribuiu para elevar o moral de sir John Simon:

Fiquei bastante espantado ao descobrir que os réus procuraram obter certas informações relativas às leis portuguesas junto a inúmeros advogados portugueses, que se negaram, todos, a se manifestar. Algumas testemunhas afirmaram que fizeram bem em recusar essa cooperação. Sob tais circunstâncias eu não daria ... muito valor ao depoimento de qualquer advogado português.

Em 26 de março, a Corte de Apelação, constituída por três juizes, apresentou o veredicto. O juiz Scrutton, que foi voto vencido, acreditava que o Banco de

Portugal só teria direito aos "custos de reposição das notas, ou cerca de 8.922 libras. E nada mais".

O juiz Greer não se mostrou tão rigoroso com o banco, mas acreditava que a instituição não fizera tudo a seu alcance para atenuar os prejuízos resultantes da troca das cédulas. O magistrado chegou à conclusão - embora prudentemente não tenha esclarecido como chegou a ela - de que a Waterlow

...poderia e teria certificado, em 9 de dezembro, por intermédio de sua oficina de impressão, a existência do teste das letras secretas (1 e P), caso houvessem recebido completa informação do Banco de Portugal e se essa informação fosse enviada por telegrama, pelo menos a tempo de aplicar o teste a partir do dia io.

É impossível chegar a uma quantia exata dos prejuízos, caso as medidas apropriadas tivessem sido tomadas na manhã de 7 de dezembro com o intuito de descobrir como as notas falsas chegaram ao mercado ... cheguei, porém, à quantia de 300 mil libras, que me parece a melhor estimativa desses prejuízos.

A nova quantia mágica foi igualmente aprovada pelo juiz Slessor, mas por motivos diferentes. Ele entendia que

a data apropriada, na qual o banco, em qualquer circunstância, deveria ter se recusado a trocar as cédulas autênticas pelas de Marang era io de dezembro, não 16 de dezembro.

Essa era uma vitória relativa para a Waterlow, mas não foi o suficiente. O caso seria levado ao mais alto tribunal do Império: a Câmara dos Lordes.

LONDRES, 6 DE JULHO DE 1931

Como era esperado, sir William ficou satisfeito com o fato de a Corte de Apelação ter reduzido consideravelmente a sentença contra a Waterlow e estava certo de que, a seu tempo, a apelação final à Câmara dos Lordes reduziria a indenização apenas aos custos de impressão. Com frequência debruçava-se sobre as 1.600 páginas cuidadosamente impressas dos autos dos dois julgamentos.

Os alemães foram muitas vezes acusados de serem o único povo que achou necessário cunhar uma palavra específica - Schadenfreude - para significar a "alegria maliciosa" diante dos infortúnios alheios. O que sir William precisava

agora era de uma palavra ou uma expressão para uma emoção bem mais complexa. Após sua saída da Waterlow em 1928, os lucros anuais da empresa caíram constantemente:

1928 £ 190.000

1929 £ 171.000

1930 £ 162.000

e, segundo soube, o ano de 1931 seria desastroso. (De fato o foi: os lucros caíram para 87 mil libras.) Sentia imensa alegria com essa queda constante, que se manifestou depois que foi tirado à força do comando da empresa. Essa sensação, porém, vinha acompanhada do amargo reconhecimento de que um terço de sua fortuna estava investido em ações da Waterlow. Talvez tenha admitido a si mesmo que a queda dos lucros havia ocorrido devido à publicidade bastante desfavorável que o caso das notas falsas rendeu à Waterlow.

No início de julho, sentiu fortes dores abdominais e seu médico o aconselhou uma imediata hospitalização para fazer uma cirurgia. A essa se seguiu uma peritonite - algo comum naqueles tempos que ainda não conheciam os antibióticos - e, em 6 de julho, sir William faleceu aos 60 anos de idade.

Os obituários foram extensos, moderados e bastante respeitosos. A transação portuguesa foi, em geral, ignorada. Nenhum obituário fez referência ao fato de que o lema do baronete - per mortem vinco (a morte me torna vitorioso) - não se adequava àquele caso.

Quando o testamento de sir William foi homologado em agosto, os jornais noticiaram que ele deixara herança relativamente modesta no valor de 58 mil libras, que, após o pagamento dos impostos, foi reduzida a 38 mil libras [cerca de 190 mil dólares]. Alguns empregados fiéis receberam pequena parte da herança: 200 libras para sua secretária, a senhorita Shaw; 100 libras para seu motorista, Wensley; e 500 libras para sua antiga escola em Marlborough.

A Waterlow & Sons se sentiu obrigada a divulgar o seguinte comunicado à imprensa:

Provocou certa surpresa a pequena soma deixada por sir William. ... No

entanto os prejuízos e as custas da ação judicial impetrada pelo Banco de Portugal não afetaram de modo algum sua herança pessoal. Todas as despesas foram custeadas pela empresa.

Estritamente falando, a declaração estava correta. Mas o caso de fato tinha afetado, de modo indireto, a fortuna de sir William. Como James, o filho mais velho e herdeiro do título, explicou a amigos mais tarde, o caso fez com que as ações da companhia caíssem drasticamente. E, visto que um terço de sua fortuna estava investido nas ações da Waterlow, a queda teve consequência imediata. Além disso, sir William gastara io mil libras em recepções e donativos durante o ano em que foi prefeito, bem como os custos adicionais com visitas oficiais a Bélgica, França e Dinamarca. Seu reinado como prefeito, afirmou lhe Times, tinha sido "um dos mais brilhantes dos últimos tempos".

O funeral se realizou, com considerável pompa, na catedral de St. Paul. A família real enviou uma mensagem de condolências e centenas de britânicos notáveis compareceram - a lista com os nomes ocupou mais de uma coluna no lhe Times. A Waterlow & Sons se fez representar somente por um funcionário subalterno chamado Smith.

Sir William foi enterrado no cemitério de Harrow Weald, não muito distante da luxuosa residência que um dia lhe pertencera. Whyte Ways, a esplêndida casa de 18 cômodos de Waterlow em Harrow Weald, foi vendida no verão de 1929.

Outro Waterlow faleceria três meses depois. Em 20 de setembro de 1931, morreu o baronete sir Philip H. Waterlow, que antecederia sir William na presidência da empresa da família. "Cinquenta funcionários graduados da Waterlow & Sons compareceram ao funeral", segundo lhe Times. O filho Edgar, agora o presidente da empresa, herdou-lhe o título. Sir Philip deixou uma herança de 255 mil libras, descontados os impostos.

Edgar não falou com sir William desde 1928 até a morte deste. Toda vez que analisava o balanço do ano de 1931, do qual constava o fundo de reserva de 650 mil libras para atender a um eventual revés na Câmara dos Lordes, Edgar sentia um renovado ressentimento em virtude do incrível desatino do primo, que manchara a reputação da empresa e talvez lhe custasse prejuízo de mais de 3 milhões de dólares.

LONDRES, 28 DE ABRIL DE 1932

O Lorde Chanceler escolhe os Lordes da Lei que participam do julgamento de um processo quando este é submetido, em última instância, à Câmara dos Lordes. O visconde Sankey, Lorde Chanceler na época, era o mais alto funcionário judiciário do reino e membro do gabinete do primeiro-ministro e presidente da Câmara dos Lordes.

Sankey, que, como Birkett, era filho de um comerciante de tecidos, tornou-se Lorde Chanceler em 1929, quando o Partido Trabalhista chegou pela segunda vez ao poder. Embora fosse conservador, era apreciado pelos trabalhistas porque, em certa ocasião, liderara a comissão nacional que recomendou, pela primeira vez, a nacionalização da indústria do carvão do país, um importante projeto trabalhista.

O Lorde Chanceler selecionou quatro Lordes da Lei - lorde Warrington of Clyffe; lorde Atkin; lorde Russel de Killowen; e lorde MacMillan - para examinarem com ele o caso do Banco de Portugal vs. Waterlow & Sons Ltd.

Todos haviam sido Conselheiros do Rei e tinham extensa experiência em litígios civis. Quatro deles haviam exercido as funções de juiz em tribunais civis, e a única exceção, o lorde MacMillan, atuara como promotor público no primeiro governo trabalhista em 1924.

Houve algumas mudanças na equipe de advogados da Waterlow. Obrigado a se afastar para assumir o cargo de ministro do Exterior, sir John Simon foi substituído pelo conselheiro real Gavin Simonds. Norman Birkett permaneceu em posição secundária. O Banco de Portugal manteve a formação original sob o comando de Stuart Bevan.

Uma nova mudança na atmosfera econômica pode ter exercido algum tipo de influência. Em setembro de 1931, a Grã-Bretanha, em meio a uma severa recessão, abandonou o padrão-ouro. Os britânicos não poderiam mais trocar suas notas de uma libra por soberanos de ouro, tampouco muitas notas por barras de ouro, no Banco da Inglaterra. Assim, na Inglaterra como em Portugal, o papel-moeda só podia ser trocado por outro papel-moeda.

Os recursos conjuntos - tanto o Banco de Portugal quanto a Waterlow apelaram - foram ouvidos no amplo salão da Câmara dos Lordes. Na cerimônia de abertura do Parlamento, o rei sentou-se no trono, situado numa das extremidades do salão, ostentando a coroa imperial. Os lordes e os comuns ali reunidos se sentaram nos bancos de couro vermelho para escutar o Discurso Gracioso.

Os discursos foram apresentados pelos advogados de ambas as partes com

menos graça, mas com grande objetividade.

Diante dos lordes, Stuart Bevan fez de imediato a óbvia analogia com a nova condição de inconversibilidade da Inglaterra.

É uma proposição surpreendente essa de que, privado por furto ou qualquer outro motivo de certas notas em circulação, o Banco da Inglaterra só teria direito aos custos do papel e da impressão.... Se, como é costumeiro, tivesse distribuído 200 mil notas, o Banco de Portugal haveria de receber bens de valor correspondente, ao passo que aqui nada receberiam, exceto pedaços de papel sem valor.

O julgamento diante do juiz Wright durara 21 dias; o da Corte de Apelação, 11 dias; e, por fim, o da Câmara dos Lordes, somente 9. Nenhuma testemunha foi ouvida, é claro. Os Lordes da Lei dispunham de 1.600 páginas de testemunhos, das sentenças anteriores e das convincentes argumentações dos diversos advogados.

Em 28 de abril de 1932, proclamou-se a decisão de 3 votos contra 2. Falando em nome da maioria, o visconde Sankey, na condição de Lorde Chanceler, determinou que o Banco de Portugal tinha direito a uma indenização.

Em seu entendimento, a mais simples analogia seria

imaginar que duas pessoas entrassem ao mesmo tempo no Banco de Portugal, cada uma desejando receber uma cédula autêntica de 500 escudos. A primeira era um inglês que desejava obter algum dinheiro português. Depois de entregar ao banco cinco libras, recebeu em troca uma nota de 500 escudos. A outra pessoa entregou uma das notas falsas e também recebeu 500 escudos. Qual é a posição do banco? No primeiro caso trocou-se uma nota de 500 escudos por 5 libras em dinheiro inglês; no segundo, obteve-se em troca de uma nota de 500 escudos uma nota falsificada sem valor. É impossível negar o prejuízo do banco no caso com o argumento de que, caso desejasse, ele poderia imprimir uma terceira nota de 500 escudos, pela qual poderiam obter igualmente valores. Na verdade, teria perdido o valor nominal da segunda nota pelo fato de tê-la trocado por outra sem valor.

Em consequência, entendia que o Banco de Portugal deveria receber da Waterlow a totalidade da quantia reclamada, menos a quantia ressarcida pelos conspiradores, num total de 610.392 libras [cerca de 3 milhões de dólares]. Em virtude da derrota, a Waterlow arcaria igualmente com as custas das duas apelações.

Acompanharam seu voto os lordes Atkin e MacMillan. Este, votando em separado, salientou um ponto que ninguém ainda havia mencionado em nenhum dos julgamentos: as acumulações por parte dos conspiradores e de seu Banco de Angola e Metrópole. Eles, afirmou lord MacMillan,

constituíram um banco ilegal de emissão para as notas espúrias que nada lhes custou, além das despesas com o papel e com a impressão; mas, ainda assim, parecem ter conseguido meio milhão de libras e provavelmente muito mais com a emissão dessas notas. Por que, ocorre-me perguntar, não se afirmaria que o Banco de Portugal alcançaria este mesmo resultado financeiro, se tivesse emitido, de maneira regular, um número correspondente de cédulas autênticas, que trocaria pelo mesmo valor mesmo não tendo custos relevantes para produzir as notas?

Foram voto vencido os lordes Warrington of Clyffe e Russel of Killowen, que consideraram que o Banco de Portugal tinha direito a reaver somente o custo de substituição das notas, cerca de 8.900 libras.

Logo em seguida, a Waterlow pagou ao Banco de Portugal a indenização e as custas do processo. Estimou-se que os 41 dias de julgamento custaram cerca de 95 mil libras [cerca de 460 mil dólares], o que significava que o fundo de reserva de 650 mil libras providenciado pela Waterlow para a eventualidade de um revés não era suficiente.

Como era de esperar, o veredicto provocou reações diversas. Em Londres, a opinião geral era a de que a decisão era demasiado injusta, e que o Banco de Portugal tinha sido agraciado com uma dádiva imerecida de vários milhões de dólares. Numa tremenda e imprevisível reviravolta jamais contemplada por Alves Reis, seu plano de trazer novos capitais para Portugal e suas colônias finalmente se concretizava.

O processo foi comentado em *The Economic Journal*, publicado pela Royal Economic Society. Ralph G. Hawtrey, que mais tarde se tornaria presidente da sociedade e seria agraciado com um título de cavaleiro, acreditava que o veredicto dos Lordes da Lei sobre aquela "conspiração peculiarmente audaciosa" havia sido bastante justo:

Um fabricante de explosivos assume certa responsabilidade por acidentes e não pode entregá-los a clientes sob a alegação de que o autorizaram a fabricar esses perigosos artigos. O aparato para a produção de papel-moeda é igualmente explosivo, e quem assume esse negócio o faz por seu próprio risco.

Mas outro especialista, sir Cecil Kisch, discordava. Como especialista em bancos centrais do Ministério do Exterior britânico, ele acompanhara de perto os três julgamentos. Aliás, depois que a Waterlow foi derrotada no tribunal do juiz Wright, Francis Muir, o diretor da Waterlow, procurou se aconselhar com sir Cecil, que julgou que sua ajuda não mais poderia ser útil. Acreditava, porém, que, se sir John Simon ainda estivesse à frente do caso da Waterlow quando este foi levado à Câmara dos Lordes, a empresa teria vencido.

Anos mais tarde, em Londres, em sua tranqüila casa em Kensington Square, sir Cecil conversou com um visitante a respeito do que julgava ser "a maior fraude que jamais foi perpetrada". Àquela altura, seus comentários não poderiam ser reproduzidos, mas, com sua morte em 1961, já não há essa restrição. Sir Cecil considerava "a obtusidade de sir William largamente responsável pelo completo sucesso desse grande e ousado embuste. Ele era um homem arrogante e, como tal, preferia confiar em seu próprio julgamento a se apoiar na verdade dos outros"

Sir Cecil acreditava que a defesa da firma tinha sido mal conduzida. "Deveriam ter se concentrado na questão da perda que o Banco de Portugal realmente sofrera, em vez de se ater a detalhes técnicos. Sir John Simon tinha a intenção de fazer isso na apelação à Câmara dos Lordes e, pouco antes de se desligar para assumir o Ministério do Exterior, ele me disse estar confiante de que a Waterlow venceria com base exclusivamente nessa argumentação.

Epílogo: 1932-1964



BERLIM, 20 DE SETEMBRO DE 1932

Nenhuma das iniciativas de Döring obteve sucesso. O negócio de armas com os chineses foi uma dispendiosa perda de tempo. Outro negócio em Paris só lhe trouxe aborrecimentos e a perda de 50 mil dólares. Mais recentemente, um grandioso projeto para o estabelecimento de colonos alemães na Bolívia fracassara melancolicamente, custando-lhe outros 25 mil dólares. Com a acentuada queda dos valores e títulos alemães, sofreu também prejuízo significativo. Partiu para Kassel no início de 1932 para pegar algumas ações guardadas num cofre do Landeskredit Bank. Embora tivesse pago por elas a quantia de 1 milhão de marcos [cerca de 250 mil dólares], agora valiam menos de 50 mil dólares. A derrocada do Credianstalt austríaco, em Viena, marcou o início do colapso financeiro que varreu toda a Europa central. No início de 1932, havia mais de 6 milhões de desempregados. Em julho daquele ano, nas eleições para o Reichstag, os nazistas conquistaram 320 cadeiras, e alguns dos antigos amigos de Döring, agora figuras eminentes dentro do ascendente Partido Nacional-Socialista, afirmaram-lhe que, em pouco tempo, conquistariam o poder.

Através de um amigo, Döring soube que os portugueses ainda desejavam levá-lo a julgamento em Lisboa. Em vista de tal calamidade, Döring deu uma procuração para que seu velho amigo, Heinrich K., um berlinense, cuidasse de seus bens.

No início de setembro de 1932, Döring deparou com a ex-amante, Annaliese Angold, na Kurfürstendam, em Berlim. A relação entre ambos havia muito terminara, mas ainda assim ele ficou curioso. Seguiu-a até uma casa confortável em Zehlendorf e fez algumas discretas perguntas. Ela se casara com um próspero médico especialista e tornara-se uma elegante dona de casa de classe média.

Alguns dias depois, Döring telefonou-lhe e insistiu que se encontrassem para tomar um drinque em nome dos "velhos tempos". Um pouco apreensiva, ela concordou e se encontraram no café Kranzler, na Kudam.

Depois de relembrar os bons velhos tempos em Haia e Amsterdã, Döring apresentou a proposta: ele conhecia um sistema infalível para quebrar a banca nas roletas de Monte Carlo, mas precisava de uma quantia de mil dólares para dar início à jogada. Quando ganhasse, dividiria os lucros fabulosos com Frau Doktor... (e mencionou-lhe o nome de casada com uma estudada naturalidade).

Annaliese manteve-se calma e disse que precisava de alguns dias para pensar

no assunto. Onde poderia encontrá-lo? Reconhecendo que a situação não lhe era favorável, Döring disse que estava hospedado no pequeno Hotel Kiel, na Mittelstrasse. O orgulho não lhe permitiu acrescentar que vivia à custa do governo com um seguro-desemprego que lhe rendia 20 marcos por semana [cerca de 5 dólares].

Ao perceber que aquele era o início de uma chantagem, Annaliese entendeu que só havia uma maneira de lidar com a situação. Ao se despedir do ex-amante, dirigiu-se à embaixada portuguesa em Berlim.

Perguntou ao vice-cônsul se ainda havia uma recompensa para quem oferecesse informações sobre o criminoso foragido Aldof Hennies, que participara da célebre fraude do Banco de Angola e Metrópole. O vicecônsul pediu-lhe que esperasse enquanto consultava o embaixador, o dr. Costa Cabral, que, por sua vez, telegrafou a Lisboa. Em seguida solicitaram a Annaliese que regressasse dentro de dois dias.

A resposta de Lisboa esclarecia que o julgamento de Adolf Hennies era ansiosamente aguardado em Portugal.

Quando Annaliese retornou, disseram-lhe que o Banco de Portugal estava disposto a oferecer uma recompensa de Soo dólares. Ela informou ao cônsul que Adolf Hennies, que agora era, na realidade, Johann Döring, vivia no terceiro andar do Hotel Kiel, no quarto 57.

O embaixador português telefonou ao comissário de polícia de Berlim, que, por sua vez, consultou os funcionários jurídicos do Ministério do Exterior. A situação era delicada. Embora não concedesse a extradição de cidadãos alemães para que fossem presos em países estrangeiros, a República de Weimar assinara, em 20 de abril de 1929, uma convenção da Liga das Nações. Esta determinava que os países signatários puniriam de igual modo a falsificação de moeda nacional ou estrangeira. Na verdade, caso não enviasse Döring a Portugal, a própria Alemanha teria de processá-lo por falsificação.

Na manhã de 20 de setembro de 1932, Döring foi preso em seu quarto de hotel. Foi rapidamente levado à prisão de Moabit. A notícia foi publicada em jornais de Berlim, Paris e Lisboa.

Em Paris, a sra. Karel Marang viu a pequena nota e mostrou-a ao marido, que demonstrou indiferença. Em seguida falou a respeito de algumas novidades que desejava implementar com a atual expansão de sua fábrica de aquecedores elétricos. Afinal não queria preocupar a esposa. No início de setembro, Hennies tinha ido a Paris para conversar com Marang a respeito de "alguns negócios".

Marang teve o pressentimento de que tudo aquilo só lhe traria problemas e disse à secretária que, quando herr Hennies telefonasse novamente, era para dizer que ele não estava. Agora se felicitava por sua prudência.

SEAFORD, SUSSEX, INGLATERRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1933

Quando, depois de 20 anos de serviço, apresentou o pedido de demissão à Waterlow, Henry Romer recebeu notícias de Lisboa. O parceiro Walker, o antigo representante local da Waterlow, falecera em 3 de setembro. Embora não se dessem muito bem, simpatizava com Walker, que, no fim das contas, não era um mau sujeito, ainda que fosse metade português. Romer enviou à viúva de Walker uma nota de pesar. O papel tinha o timbre da Sutton Nurseries, de Seaford.

Na ocasião, Romer se dedicava ao comércio de cravos. Ao menos o cultivo das flores era mais rentável que a fazenda de cacau que possuía durante um ano na ilha de Trinidad. Enviara a esposa, os dois filhos e uma filha para ajudar a administrar o negócio, mas as coisas não correram bem e teve de vender a propriedade.

O filho mais velho, John, tinha começado a trabalhar como aprendiz na Waterlow em 1922. Então, depois do tradicional período de experiência de cinco anos, foi designado para a seção de publicações jurídicas da empresa, onde permaneceria somente até 1929, quando se desligou para ajudar na administração da fazenda do pai na ilha de Trinidad.

Em 1933, não havia mais nenhum Romer na Waterlow, mas a firma não esquecera o antigo funcionário, e concedeu-lhe uma pensão. No início de dezembro de 1933, Romer recebeu de presente um pergaminho com iluminuras assinado por 112 de seus antigos colegas na Waterlow, inclusive sir Edgar Waterlow e seu filho, Philip Waterlow, então diretor da empresa.

AO

ILUSTRÍSSIMO HENRY G.W. ROMER, FRGS, FRHS

[siglas em inglês para a Sociedade Real de Geografia e a Sociedade Real de Horticultura].

Por ocasião de sua aposentadoria, depois de vinte anos como representante internacional, o presidente, os diretores e os funcionários da Waterlow & Sons Ltd., abaixo-assinados, desejam que receba esta mensagem, juntamente com a placa que a acompanha, como prova de estima e consideração.

Desejam reafirmar o apreço pelos serviços que prestou à empresa e a distinção com que sempre exerceu a dignidade de seu cargo.

Nesse dia de dezembro, ainda comovido, Romer redigiu cuidadosamente sua resposta:

Meus caros amigos e colegas,

Agradeço-lhes do fundo do coração a bela placa que acabo de receber, juntamente com a magnífica mensagem ilustrada.... Sempre me orgulhei de conduzir a bandeira dessa grande firma a várias partes do mundo.

Infelizmente, nos últimos anos, registraram-se extraordinários acontecimentos na história dessa grande empresa que, em minha humilde opinião, tornam difícil, se não impossível, expressar-me como desejaria.

Finalizou a carta com um memento mori: "Foi-se o dia e a noite se aproxima, quando já não é possível trabalhar"

Poucos meses depois, em 5 de abril de 1934, a noite o encontrou num quarto de hotel em Eastbourne. Uma delegação da Waterlow compareceu ao funeral.

LISBOA, 1935

De julho de 1932 a 1968, Portugal foi governado com firmeza ditatorial pelo primeiro-ministro Salazar e seu Partido da União Nacional. A autoridade de Salazar tinha sido claramente reconhecida quando, em 1928, assumiu com plenos poderes o cargo de ministro das Finanças, mas ele só se tornaria primeiro-ministro em 1932. No ano seguinte, seu governo promulgou uma nova Constituição, aprovada por plebiscito. Entre as disposições estavam uma Assembléia Nacional, eleita por chefes de família que tivessem certo grau de instrução, e uma Câmara Corporativa, representando as profissões, nos moldes do fascismo italiano.

Em janeiro de 1934, a Confederação-Geral do Trabalho e os comunistas lideraram um movimento revolucionário, que foi brutalmente reprimido. No fim do ano, os eleitores foram às urnas para votar, exclusivamente, em candidatos do Partido da União Nacional.

Salazar equilibrou o orçamento português e eliminou a inflação do escudo. No entanto as medidas tomadas levaram a um desemprego considerável. Em 1935,

corria em Lisboa uma piada a respeito de um velho amigo em visita a Salazar, que se encontrava aborrecido com a terrível situação econômica do país. O amigo, então, lhe dizia: "Isso não é problema. Resolvo a questão com apenas dez escudos" "Mas como?"; perguntou Salazar. "Só preciso do dinheiro para o táxi"; continuou o amigo. "Vamos à penitenciária, libertamos Alves Reis e botamos você no lugar dele"

Inúmeras vezes Reis ouviu essa piada contada por seus visitantes. Depois de dois anos na solitária, durante os quais só lhe era permitida uma visita por semana, o número de visitantes tinha aumentado significativamente. A esposa, que agora vivia com os três filhos no apartamento da mãe dela em Lisboa, via o marido duas ou três vezes por semana. Alguns poucos amigos se mantiveram fiéis, mas a maioria tinha vergonha dela e dos filhos. Guilherme, o mais velho, brigava constantemente na escola, pois com frequência era motivo de escárnio dos colegas que a ele se dirigiam como o filho do "homem dos 500 escudos" : Para agravar a situação, foi acometido por uma artrite na coluna.

"Quando os homens alcançam a virtude em idade avançada", ironizou Alexander Pope, "somente entregam a Deus o que o Diabo lhes deixou" Alves Reis, porém, parecia capaz de suportar os golpes do azar, pois adquirira uma nova e virtuosa fé. Tornara-se protestante convicto, fundamentalista. Um colega de prisão lhe oferecera alguns folhetos evangélicos. "O Senhor os enviou a mim", escreveu ele, "justamente quando eu mais necessitava da `comunhão dos santos."

Embora neste momento meu horizonte esteja limitado à estreita perspectiva de um detento, sou capaz de perceber como o Espírito de Deus age em todo o mundo.... Todo aquele que, como eu, viveu por anos em pecado e se voltou milagrosamente para Deus através da Bíblia, aproxima-se da graça dia a dia, por intermédio do aprendizado de Sua Palavra, e procura unir-se a Ele, a fim de melhor poder servi-Lo.

Porém, mesmo na prisão, não era fácil a vida de um protestante evangélico num Portugal católico.

Pobre de mim. Os instintos mais baixos não se eliminam com facilidade e, se eu deixar de nutrir meu espírito com a palavra de Deus, a meditação e a oração e se permitir que algo impeça minha comunhão com Aquele que me ampara, meus instintos pecaminosos imediatamente se revelarão, afastando-me do confortável jugo de meu Senhor. O príncipe das trevas luta para renovar minha submissão ao pecado, através das falsas promessas no deserto das tentações.

Os dois anos de solitária tinham sido um período particularmente difícil.

Quando me vi fechado numa cela, com o cabelo raspado, o uniforme de presidiário e o número pelo qual, a partir de então, seria exclusivamente conhecido, graças a Deus não senti qualquer ressentimento em relação a Ele ou aos homens, ainda que minha natureza se rebelasse contra o confinamento a que me condenara a justiça dos homens. Sentia como se um peso de chumbo oprimisse meu coração e tinha a sensação de que os vinte metros cúbicos de minha cela encerravam um vácuo moral. No opressivo silêncio minha alma se sentia asfixiada, ao passo que os instintos e os desejos carniais adormecidos renasciam.... Tal ambiente é propício a infundir no indivíduo o ódio pelos seus semelhantes e a fazê-lo blasfemar contra Deus. O único consolo para o cristão é prostrar-se de joelhos e rogar por sua salvação.

Alves Reis ficou com os joelhos calejados devido às constantes prostrações no chão de pedra. Em 1933, a esposa e os filhos também se converteram à fé evangélica. A extraordinária devoção de Reis se comunicava aos demais prisioneiros e até mesmo levou à conversão de um de seus comparsas, Adriano Silva. José Bandeira, porém, não parecia interessado.

À noite, Reis escrevia artigos para um jornal de circulação irregular, patrocinado pelo movimento evangélico. Como não dispunha de recursos para fazer uma instalação elétrica em sua cela ou pagar a conta de luz, trabalhava

com um candeeiro pequeno e econômico de parafina, sob cuja luz lia e escrevia com bastante dificuldade, em virtude das seqüelas impostas pelo veneno que tomara com o intuito de pôr fim à minha vida.... Todavia, mais uma vez, o Senhor intercedeu por mim. Um companheiro de prisão, sem infringir qualquer regulamento, presenteou-me com tudo o que era necessário para instalar luz elétrica em minha cela e, ao mesmo tempo, um parente me ofereceu uma pequena ajuda mensal para as pequenas despesas na prisão.

Concluiu uma série de artigos para o World Dominion, um periódico mensal londrino que circulava entre os evangélicos, com as seguintes palavras:

Há cerca de um ano [1933] atingi um nível superior na escola da graça, onde continuo a aprender aquilo de que necessito, a fim de me "livrar de toda a sujeira da carne e do espírito e alcançar a santidade no temor a Deus"; confiante de que Ele, ao iniciar em mim uma boa obra, haverá de prosseguir até o dia de Jesus Cristo.

Amigos, orem por mim e por minha família!

De fato, houve muitas orações, e Alves Reis, talvez o mais célebre dos convertidos à fé evangélica nos anos 1930, recebeu cartas e, até mesmo, visitas de colegas de culto. O inglês George Howes, que financiava o trabalho de conversão para a fé evangélica em Portugal, intercedeu junto a Salazar para que se reduzisse a sentença de Alves Reis. Porém, como católico fervoroso e adepto da ortodoxia econômica, Salazar considerava o novo Alves Reis ainda mais odioso que o antigo arqui-criminoso ateu e heterodoxo. Não havia alternativa: cumpriria os 20 anos de sua sentença.

Porém outros acordos puderam ser feitos. No fim de 1935, sir Edgar Waterlow entrou em contato direto com o presidente do Banco de Portugal para lembrar-lhe que o antigo contrato entre o banco e a Waterlow não se completara, em virtude da interferência de certos acontecimentos, cuja lembrança era melhor apagar, mas, com a questão definitivamente resolvida, chegara o momento oportuno para a conclusão do contrato. De sua parte, a Waterlow estava pronta a continuar a impressão das cédulas de mil escudos ou quaisquer outras que o banco desejasse.

Com o consentimento de Salazar, o Banco de Portugal passou a negociar com a Waterlow a impressão de novas séries de cédulas. Compreensivelmente, tomaram-se inúmeras precauções, como o emprego de palavras codificadas em todas as freqüentes correspondências e confirmações telegráficas. Não se permitiu que nem uma palavra a respeito dessa reviravolta vazasse para a imprensa, e a Waterlow evitou qualquer referência pública ao assunto. De qualquer forma, um jornalista inglês soube do novo contrato entre os antigos adversários e, em 3 de novembro de 1936, o *New Chronicle* anunciava, numa pequena nota, que a Waterlow recebera uma "grande encomenda" de cédulas do Banco de Portugal.

BERLIM, 29 DE AGOSTO DE 1936

Döring permaneceu na prisão de Moabit por quase um ano. Em janeiro de 1933, recebeu a visita de sua filha Anna e do marido dela, que tinha se tornado membro importante da polícia. As relações de Döring com as filhas jamais foram afetuosas, e as visitas serviram para esfriá-las ainda mais. Apesar disso, procuraram alguns advogados em busca de uma maneira de livrar o pai da prisão.

Os portugueses insistiam que Döring fosse enviado, sob custódia, a Lisboa para ser novamente julgado ou, então, só fosse liberado mediante o pagamento de uma fiança de 4 milhões de marcos [cerca de 1 milhão de dólares]. Döring,

porém, ainda mantinha boas relações com alguns antigos colegas que alcançaram posições de destaque dentro do Partido Nazista e, em agosto de 1934, foi libertado da prisão de Moabit, com uma carta que declarava que não havia "provas suficientes" para encaminhá-lo a Lisboa.

Annaliese Angold jamais voltou à embaixada portuguesa para receber a recompensa, no que fez muito bem, visto que Portugal havia decidido que só faria o pagamento no momento em que Hennies-Döring fosse efetivamente conduzido a Lisboa.

Döring alugou um quarto modesto em Berlim, na Daiserallee. Ao tentar recuperar seus bens, deparou-se com grandes dificuldades. Tornouse amargo e desesperado. Em junho de 1936, procurou seu velho amigo, Karl Lampe, que possuía um confortável apartamento na Schaperstrasse, em Berlim. Lampe havia muito abandonado os negócios de exportação e importação em Nice, pois o boicote às mercadorias alemãs, em particular aos produtos da indústria têxtil, tinha arruinado seus ganhos. Por isso, retornara à Alemanha e comprara 60% das ações de uma fábrica de tecidos.

Em nome dos velhos tempos, Lampe visitava Döring de vez em quando a fim de ouvir as histórias que o amigo lhe contava sobre suas aventuras antes de ser traído pelo destino. Certa vez, Döring procurou convencê-lo a entrar num negócio para exportar para a Suíça colheres de prata alemã como se fossem de prata de lei. A idéia de que os cautelosos suíços não perceberiam a diferença fez Lampe acreditar que tudo não passava de brincadeira de Döring. Mas não era, e os dois passaram a se encontrar com menos freqüência.

Num dia de julho de 1936, um desesperado Döring chegou à conclusão de que Lampe era sua última esperança. Como Lampe se recordava,

Döring ofereceu-me a sociedade numa grande garagem em Berlim. Disse que a garagem estava quase pronta e que precisavam de apenas 5 mil marcos [cerca de 1,25 mil dólares]. Pedi-lhe, então, mais detalhes. Sua resposta foi incoerente e confusa, e finalmente percebi que ele queria apenas o meu dinheiro. Na verdade não havia negócio algum.

Então eu disse: "Bem, herr Döring, isso não me interessa."

"Tudo bem", disse ele. "Posso apresentar-lhe o parecer de um banco e uma carta de outra instituição sobre o empreendimento. Deixe-me dar um telefonema" Discou um número qualquer e pediu-me que falasse com a pessoa do outro lado da linha. Disse-lhe que não me interessavam informações

prestadas daquela maneira. Por acaso estava tentando me enganar? Fiquei bastante aborrecido com ele e me recusei a entregar-lhe o dinheiro.

Ele se levantou e disse: "Está bem, agora irei à polícia denunciá-lo por violação do regulamento sobre o câmbio de moeda estrangeira. Lembra-se de que fomos à França há alguns anos e que estava de posse de dinheiro ilegal?"

Ora, eu não permitiria que me chantageassem de forma tão insensata. Depois de expulsá-lo de meu apartamento, fui à delegacia para prestar queixa de extorsão contra ele. Duas horas depois, os detetives da polícia bateram à minha porta, um pouco constrangidos.

"Herr Lampe", disseram, "infelizmente não há nada que se possa fazer contra herr Döring. Entramos em contato com a central de polícia e há ordens para que não se detenha herr Döring. Parece que ele prestou grandes serviços à Alemanha durante a guerra ao obter ilegalmente alimentos da Holanda e da Dinamarca."

Essa foi a última vez que os dois se encontraram.

Em 25 de agosto de 1936, Döring deu entrada no Westend Kankenhaus, em virtude de um mal ignorado. Depois de visitá-lo, a filha Elizabeth, então residente em Berlim, não julgou que estivesse muito doente, mas que precisasse simplesmente de um pouco de descanso. Outro visitante foi um velho amigo: Heinrich K. De acordo com informações recolhidas aqui e ali em entrevistas, K. prometeu pagar a grande dívida que tinha com Döring em parcelas mensais de 600 marcos [cerca de 150 dólares]. Também lhe entregou alguns milhares de marcos. Acredita-se que K. tenha sido a última pessoa a ver Döring com vida.

Na tarde de 29 de agosto, Döring morreu repentinamente. O atestado de óbito do hospital diagnosticou "parada cardíaca".

Em vez das filhas, Döring tinha apontado o irmão Wilhelm como o parente mais próximo. Ao ser informado pelo hospital, Wilhelm não viajou de Kassel a Berlim. Em vez disso, avisou a sobrinha, Anna Schluter, que também vivia em Kassel. Ela e o marido foram a Berlim e viram o cadáver, que julgaram ter uma estranha coloração azul. Diante desse fato, o marido de Anna, que trabalhava na polícia, passou a suspeitar que a morte não fora de causas naturais. Conversou com funcionários do hospital, que lhe disseram que o último visitante do falecido tinha sido Heinrich K. Ao ser interrogado, este afirmou que Döring estava inconsciente quando o visitou. No entanto um médico e uma enfermeira

disseram que haviam entrado no quarto durante a visita e que Döring estava consciente e bem-disposto.

Até hoje, as duas filhas de Döring acreditam que o pai foi envenenado por Heinrich K. Também estão convictas de que K. pegou de volta o dinheiro dado ao pai delas no hospital e um pequeno diário de capa preta, no qual Döring listava todos os devedores e os bens que ainda possuía.

No quarto mobiliado do pai, não encontraram nada de valor. Somente um pedaço de papel com o número de telefone de Karl Lampe.

Os milhões de escudos, libras, francos e marcos desapareceram, apesar dos esforços da família para recuperar os bens de Döring. Na véspera do funeral, Karl Lampe recebeu um telefonema de Elizabeth, uma das filhas de Döring, que lhe pediu que a visitasse para tratar de um importante assunto. Lampe se recorda de que

quando fui até lá de carro, vi que se tratava de uma espécie de pensão, da qual ela me pareceu ser a gerente. Havia algumas moças trabalhando sob sua orientação. Disse que o pai não lhe deixara nada e que precisava de dinheiro. Por acaso eu poderia lhe emprestar? Ela gastara todo o dinheiro, e o trabalho não lhe rendia muito. Dei-lhe 300 marcos - tudo o que tinha comigo. Senti pena dela e de toda a família. Döring não tinha sido bom pai, nem bom amigo. Agora se revelava que não soubera nem mesmo administrar sua fortuna. Mas, com certeza, era um grande contador de histórias.

Em 1º de setembro de 1936, Johann Georg Adolf Döring, também conhecido como Adolf Gustav Hennies, foi enterrado na sepultura 16 da travessa 9 do cemitério Kisselsches Feld, em Berlim. Foi o mais solitário enterro daquele dia. Ninguém acompanhou o caixão, nem os membros da família, nem os antigos amigos ou sócios. O funeral foi pago por seu principal devedor, e provável assassino, Heinrich K.

LISBOA, 7 DE MAIO DE 1945

Quando Alves Reis foi libertado da prisão às 16h de 7 de maio, a cidade festejava o término da Segunda Guerra Mundial. Quando o almirante Doenitz aceitou, em nome da Alemanha, o ultimato dos Aliados, o Rossio foi tomado por milhares de lisboetas que agitavam bandeiras e comemoravam com entusiasmo. Embora, oficialmente, Portugal tenha se mantido neutro durante a guerra, em sua maioria, a população se opunha ao Eixo. Apesar disso, nos prédios públicos de Lisboa, as bandeiras foram hasteadas a meio pau por ocasião do suicídio de Hitler, que,

afinal, sempre demonstrou ser amigo do país.

Durante os últimos cinco anos de cárcere, Alves Reis obteve inúmeros privilégios. Converteu pessoalmente vários detentos à fé evangélica. Era bastante popular e, até mesmo, respeitado. Devido à sua conduta exemplar, tornou-se responsável pelos estoques e pela contabilidade da cantina dos prisioneiros. Havia muito tinha aberto mão de cigarros e café.

Seu fígado ainda o incomodava. Também sofria de hemorróidas e, ocasionalmente, recebia permissão para consultar-se com um especialista. Ganhou quase 15kg na prisão e, quando saiu, depois de 19 anos e meio, tornara-se corpulento e quase completamente calvo.

A readaptação foi difícil. De início, manteve-se fiel aos hábitos adquiridos na prisão. Permanecia na cama e fazia as refeições, como na cadeia, às 11h e às 16h, e se recolhia às 18h30. Muitos dos antigos companheiros de prisão o procuravam em busca de conselho sobre como recomeçar, e Reis desabafou com os filhos que a reforma penitenciária de 1850 cometera um grande erro. Até aquela data, todos os prisioneiros eram obrigados a usar máscaras brancas. "Se eu usasse uma máscara como essa", suspirava, "ninguém me reconheceria, e centenas de ex-presidiários não me identificariam como um deles"

Também foi perseguido por alguns indivíduos com planos ilícitos que somente precisavam do "toque mágico" de Reis para alcançar o sucesso. Não davam o menor crédito à sua conversão.

Por um longo período, atuou como um pregador leigo da fé evangélica. Seus sermões atraíam grande número de pessoas, particularmente no Porto. Pagavam-lhe apenas as despesas. Havia, então, dezenas de pequenas igrejas evangélicas em Lisboa e Alves Reis pregava em todas. Em geral, repetia os detalhes de sua conversão.

Em novembro de 1945, o diretor de um banco local enviou-lhe uma mensagem: caso abrisse mão da pregação evangélica, conseguiria um emprego no banco. Reis recusou.

Os três filhos - agora com 27, 26 e 21 anos - convidaram o pai para se unir a eles na Guilherme Reis & Cia., uma pequena firma de importação e exportação com sede em seu apartamento na rua Latino Coelho, 71, num bairro de classe média. Durante a guerra exportaram wolframato, fonte do então cobiçado tungstênio. Tinham contratos com quatro minas pequenas em Portugal e o negócio era bem lucrativo. Com o término da guerra, ele os ajudou a expandir para importação de arroz e açúcar.

Portugal passava por outra de suas crises econômicas periódicas. A pesca da sardinha tinha sido terrivelmente ruim; a colheita de trigo, desastrosa; e a balança comercial era adversa. O brilho do gênio financeiro do primeiro-ministro Salazar fazia muito havia se apagado.

Em maio de 1947, Reis e os filhos fecharam um acordo com uma empresa de Lisboa para importar arroz brasileiro. Com um crédito de 1 milhão de dólares, Alves Reis e a esposa viajaram ao Rio de Janeiro. Pela primeira vez, desde que saíra da prisão, sentia-se tomado pela agradável excitação de um grande negócio. Mas, mesmo agora, não resistia a empregar subterfúgios.

O governo brasileiro exigia de todos os visitantes portugueses um depósito no valor da viagem de volta a Portugal, para que não houvesse o risco de se tornarem um estorvo para o país. Com o intuito de poupar o depósito, Alves Reis simplesmente obtivera um visto de trânsito para o Peru, que lhe facultava a permanência de um mês no Brasil.

De óculos e gravata-borboleta, Alves Reis se assemelhava bastante a um negociante norte-americano em visita ao Rio de Janeiro. Chegou a indagar no consulado norte-americano sobre a possibilidade de imigrar para os Estados Unidos. J. Edwin Orr, destacado evangélico californiano, que visitara Reis na prisão inúmeras vezes, o encorajava a emigrar, pois acreditava que o português seria bastante útil à causa evangélica nos Estados Unidos. Reis, no entanto, descobriu que a passagem pela prisão dificultaria sua entrada no país como imigrante.

No Rio de Janeiro, soube que a firma com a qual negociavam estava à beira da falência e não possuía licença de exportação para o arroz que se comprometera a vender a Reis e seu grupo. Telegrafou aos filhos, que obtiveram uma prorrogação de 45 dias para a carta de crédito. Aos poucos, o velho Reis entrava em ação: só poderia obter uma licença de exportação através de suborno. Pagou e obteve o valioso documento. Na noite seguinte, após a assinatura do contrato de compra de 83 mil sacas de arroz, descobriu que a carta de crédito tinha sido cancelada. Encontrava-se agora com uma dívida de 29 milhões de escudos, ou cerca de 1 milhão de dólares. De volta ao hotel, leu em um jornal local que uma comissão do governo cubano se encontrava na cidade para comprar arroz e estava hospedada num hotel nas proximidades. Os cubanos demonstraram interesse, mas estavam dispostos a pagar somente o preço pelo qual Reis adquirira o arroz. O português foi obrigado a aceitar, embora isso representasse grande prejuízo, em vista das consideráveis despesas pessoais e dos custos com a obtenção da licença de exportação - um total de quase 25 mil dólares.

Além disso, a polícia o procurou, pois o visto de permanência no país, como turista, havia expirado. Em junho, Alves Reis e a esposa foram expulsos do Brasil. Pouco depois, um bem informado colunista carioca divulgava as "verdadeiras razões" de sua expulsão:

Achei muito estranha toda a história do arroz. O que mais poderia haver contra esse sujeito que já cumprira sua pena na prisão? Nada, mas Pedro Pereira [embaixador português no Brasil] agiu nos bastidores e obteve a expulsão do pobre Reis. Por quê? Porque Reis fechou um grande negócio de exportação para Portugal. Como se sabe, esses negócios nos domínios de Salazar são exclusividade de seus simpatizantes. O embaixador pegou um voo para Lisboa e denunciou a seu chefe o golpe que Alves Reis estava aplicando, que o impedia de ganhar milhões de escudos com a transação.... Salazar apiedou-se de seu embaixador.... Pereira, então, retornou ao Rio de Janeiro autorizado a expulsar Reis. Aproveitou a oportunidade para informar aos mais destacados membros da colônia portuguesa local que todas as grandes negociações só poderiam ser feitas por seu intermédio.... Por que Salazar não nomeia Pereira para a embaixada portuguesa em Chicago?

Alguém enviou a Alves Reis um recorte com a notícia, mas isso não serviu de consolo.

-Não-disse com firmeza aos filhos. - Foi tudo culpa minha. Esqueci meus bons princípios cristãos, e o Senhor me puniu. Somente na prisão consegui portar-me como verdadeiro cristão. Aqui fora, fracassei.

No final de 1947, a empresa da família faliu, com dívidas que alcançavam o montante de 140 mil dólares. Reis sofreu, então, seu primeiro ataque de angina. A família se mantinha com a comissão de pequenas vendas, e os filhos arranjaram emprego. Em agosto de 1951, com a morte da esposa num hospital psiquiátrico, Reis finalmente se entregou. Como afirmou a amigos: "Vivo um dia após o outro." Depois de um mês, foi acometido por um segundo e mais violento ataque de angina.

Em 1953, um terceiro ataque deixou-lhe paralisado o lado direito do corpo por várias semanas. Impossibilitado de se barbear, deixou a barba crescer.

Na noite de 8 de julho de 1955, Artur Virgílio Alves Reis sofreu o ataque do coração definitivo e faleceu logo depois. Pedira que fosse enterrado enrolado num lençol para que o terno pudesse ser aproveitado pelo filho mais velho. Embora o funeral e o modesto caixão de pinho tenham custado somente 800 escudos [32 dólares], a família teve dificuldades para pagar as despesas.

Na quente manhã de 1o de julho de 1955, o homem que tivera o sonho mais ousado e mais lógico da história das falsificações foi depositado numa cova sem número no cemitério do Alto de São João. Os evangélicos têm enterros simples, pois acreditam que, após a morte, a alma é conduzida diretamente à presença de Deus. Os restos mortais não têm importância. Na época, estavam entre os poucos em Portugal - havia cerca de 20 mil deles - que não contratavam carpideiras para proclamar em altos brados as virtudes do morto.

Os obituários assinalaram as lições que deveriam ser aprendidas com a vida do falecido. O Diário Popular comentou:

O autor da mais fantástica fraude de todos os tempos, que inundou o país com notas de 500 escudos, não possuía, no final, nem alguns míseros centavos.

E o Diário de Lisboa acrescentou a nota final desse canto fúnebre: "A morte eliminou um homem que viveu e morreu sob o signo do mal."

Somente no exterior seus objetivos foram apreciados. O The Economist de Londres afirmou que "os criminosos, a despeito de sua motivação evidentemente reprovável, provocaram uma reviravolta positiva na economia portuguesa, em perfeita sintonia com os melhores princípios de Keynes".

CANNES, 13 DE FEVEREIRO DE 1960

Os últimos anos tinham sido exuberantes, agradáveis e quase sem preocupações. Quando os filhos vieram a Cannes acompanhados de suas famílias para o Natal, havia 12 netos. Grand-père Marang, que consolidara a fortuna da família, era adorado pelos netinhos, aos quais sempre surpreendia com presentes.

É verdade que passara por dificuldades durante os anos da guerra, mas quem não as enfrentara? Desafetos e adversários espalharam a notícia de que Marang tinha colaborado com os alemães em 1942 e 1943, mas esse boato fora superado quando se naturalizou cidadão francês em 1946. Certamente não lhe ofereceriam esse privilégio se houvesse alguma mancha em seu passado.

Na verdade, havia uma antiga mácula, mas até mesmo essa fora esquecida. Rolandus Hagedoorn, seu advogado em Haia, enviou-lhe, em 1946, uma ótima notícia. Ao examinar os arquivos policiais, descobrira que a polícia holandesa destruía automaticamente os arquivos com impressões digitais dos criminosos com mais de 60 anos que não estavam encarcerados. Karel Marang chegara aos 60 em 1944.

Marang se orgulhava de como tinha se tornado francês não somente nos documentos, mas igualmente em aparência, modos e pensamento. Não havia, porém, adquirido um hábito. Todos os franceses sabem que têm o dever sagrado de colocar crisântemos no túmulo materno, no dia 1º de novembro. Karel Marang, no entanto, não retornaria a Dordrecht, na Holanda, com esse propósito. Sabia que já não corria o risco de ser preso, mas havia muitas lembranças assustadoras ligadas ao país.

O negócio que iniciara em 1929 prosperara aos poucos, com passos pequenos, mas seguros. Nesse momento, a sua Compagnie d'Appareils de Chauffage Électrique, mais conhecida no mercado como Chaufelec, ocupava um lugar firme e respeitável na manufatura de ferros e aquecedores elétricos.

A moderna fábrica de Château Thierry empregava mais de 150 trabalhadores. Sob a sensata direção dos filhos, a Chaufelec vendia anualmente ao menos 9 milhões de francos [cerca de 1,8 milhão de dólares] em aparelhos elétricos. A tendência era que os negócios se expandissem ainda mais.

O filho mais velho, Carel Marang Jr., era presidente e diretor-geral, papel que assumiu quando o pai se aposentou em meados da década de 1950. Como muitos homens que venceram à custa do próprio esforço, Marang gostava de ler os relatórios que as principais agências de crédito divulgavam sobre sua empresa, apenas para ter certeza de que tudo corria bem. Os relatórios eram, até mesmo, mais favoráveis que aquele obtido por sir William, havia tantos anos, a respeito da Marang & Collignon. As referências ao crédito da Chaufelec sempre diziam que

a administração é bem orientada....Pagamentos imediatos....Merecedora de confiança para obtenção de crédito....Condição financeira satisfatória e fundos suficientes para cumprir suas obrigações.

É claro que os filhos de Marang tinham conhecimento do antigo escândalo, mas jamais tocavam no assunto. Até mesmo suas esposas nada sabiam a esse respeito.

O sr. e a sra. Marang alugaram um apartamento em Cannes, para passar o inverno, no moderno Palais des Dunes, o primeiro grande prédio residencial construído na cidade. Está localizado exatamente na Croisette, o belo bulevar à beira-mar. Em 1954, os Marang alugaram um amplo apartamento no Palais l'Augusta, um belo prédio de três andares com ampla fachada ornamental e um jardim bastante florido, na rue du Canada, perto do Carlton, o principal hotel da cidade.

Os Marang gostaram tanto do apartamento que o compraram e, em 1956, pagaram enorme quantia adicional para instalar um elevador, a fim de poupar o sr. Marang do esforço de subir dois lanços de escadas. O primeiro ataque do coração, sem gravidade, ocorreu em 1956.

O casal jogava bridge com os amigos, e Marang tinha fama de dominar as sutilezas do jogo. Seu outro hobby era colecionar móveis antigos. Havia várias peças em estilo chippendale no apartamento luxuosamente mobiliado.

Acima de tudo, o casal adorava caminhar junto pela Croisette. A elevada estatura, a robustez, a pele corada e os trajes impecáveis com frequência sugeriam aos que o conheciam pela primeira vez que ele tinha sido diplomata antes de se aposentar. "Sim"; ele murmurava, "mas isso foi há muito tempo"

O ataque do coração fulminante ocorreu às cinco da tarde do dia 13 de fevereiro de 1960. O atestado de óbito o descreve como industrial. E, justamente por se tratar de um sólido e respeitável industrial francês, sua morte foi noticiada no jornal *Le Figaro*, em 18 de fevereiro:

A sra. Charles Marang, o sr. e a sra. Carel Marang, o sr. e a sra. Florent Marang, o sr. e a sra. R.H. MacDonald, o sr. e a sra. Ido Marang e seus 12 netos anunciam, com grande pesar, a morte do sr. Charles Marang, aos 76 anos, em sua casa, na rue du Canada, n. 8, em Cannes, a 13 de fevereiro, depois de uma prolongada doença.

O funeral se realizou em Cannes com a presença de familiares e amigos íntimos.

LONDRES, 17 DE MARÇO DE 1960

Havia meses os rumores corriam por toda a cidade: alguém queria assumir o controle da Waterlow & Sons. Só Deus sabia o motivo, afinal, ao longo dos últimos anos, a empresa tinha descido a ladeira, com prejuízo de 252 mil libras [cerca de 720 mil dólares] em 1959. Ainda estavam em vigor alguns contratos lucrativos para a impressão das revistas da BBC Radio Times e *Ihe Listener*, de grande circulação, mas os negócios de impressão de bilhetes ferroviários entraram em decadência, e a impressão de papel-moeda tornara-se verdadeiro desastre. Na verdade, os maiores prejuízos estavam na área de impressos de segurança.

Nesse dia, apareceu o misterioso comprador das ações da Waterlow: era

Wilfred Harvey, presidente da Purnell & Sons, um grande conglomerado editorial. Purnell oferecia aos acionistas da Waterlow um pequeno prêmio - cerca de 65 centavos - em relação ao preço das ações na Bolsa de Valores. Na verdade, Purnell ofereceu 2.147.000 libras pela Waterlow.

Sir Philip Waterlow, que, com a morte de seu pai, sir Edgar, tornara-se presidente e diretor-gerente da firma em 1954, aconselhou os acionistas a não aceitarem a "inadequada" proposta inicial.

Philip Waterlow, conforme observava a edição da época do Who's Who, "não usava o título' Tinha nascido em 1897 e freqüentara Harrow e Sandhurst - a West Point britânica. As dificuldades comerciais se repetiam em sua vida particular. Ambos os casamentos fracassaram. A primeira mulher obtivera o divórcio; a segunda, uma separação judicial.

A tentativa de aquisição da Waterlow tinha sido cuidadosamente planejada, e a Purnell & Sons não enfrentou muitas dificuldades em convencer os acionistas insatisfeitos da Waterlow. Como afirmou *the Economist*, em 11 de julho de 1960:

BALANÇO FINAL

Chegou ao final a longa batalha entre dois mestres impressores. No mês passado, ficou evidente a vitória de Purnell, quando conquistou o número de votos ... necessários para derrotar as propostas dos diretores da Waterlow.

Estabeleceu-se, então, um acordo para a reformulação do conselho diretor da empresa. O sr. Wilfred Harvey, presidente da Purnell, será o novo presidente e será acompanhado por três diretores da Purnell... O atual presidente, o sr. Philip Waterlow, vai se aposentar.

Alguns meses depois, uma auditoria minuciosa revelou que as perdas da Waterlow se prolongaram até 1960. No exercício encerrado em 30 de setembro, a Waterlow teve um prejuízo de 220 mil libras, principalmente concentrado no setor de impressão de segurança.

Como era inevitável, Purnell se livrou desse incubo que gerava grandes perdas para a Waterlow. Em 11 de janeiro de 1961, a Thomas de la Rue anunciou a compra da parte do negócio da Waterlow dedicada à impressão de papel-moeda, selos postais, cheques de viagem e ações. Não se revelaram valores. A de la Rue assumiria, então, os contratos de impressão de moeda estabelecidos com a Irlanda, a África Ocidental e a Suíça.

Em 1964, a Purnell & Sons, que absorvera a Waterlow, tornou-se parte da

gigantesca British Printing Corporation. A fusão da Purnell e da Hazell Sun foi tempestuosa e, em 1º de dezembro de 1965, Wilfred Harvey, presidente da Purnell, que, em 1964, recebia um salário de 770 mil dólares e mais 8% dos lucros líquidos da empresa, foi destituído pelos principais acionistas, que ainda o processaram para reaver 800 mil dólares, e suspenderam a sua pensão anual de 140 mil dólares.

A de Ia Rue também parecia enfrentar as próprias dificuldades. De acordo com um comentário do *The Economist*, em junho de 1965, os lucros da empresa, entre 1960 e 1964, cresceram com "rapidez glacial". Todos os lucros provinham principalmente de uma fábrica subsidiária de fôrmica. "A de Ia Rue é uma empresa com grande leque de produtos promissores, bons recursos de pesquisa e uma atitude ambiciosa que, por algum motivo, jamais progride", concluiu o *The Economist*.

A de Ia Rue alegava na época ser a maior casa de impressão de papelmoeda do mundo, produzindo cerca de 30 milhões de cédulas por semana. Dizia-se também ser igualmente lucrativa. Aparentemente, ainda era possível fazer dinheiro fabricando dinheiro.

LISBOA, 30 DE MARÇO DE 1960

José Bandeira deixou a penitenciária quase ao mesmo tempo que Alves Reis. Encontraram-se na prisão, mas pouco tinham a dizer. José desprezava o antigo companheiro devido à suposta hipocrisia de sua conversão.

Manteve correspondência irregular com sua antiga paixão, Fie Carelsen. José Bandeira envelheceu e ganhou bastante peso na prisão. Tinha 64 anos e, numa fotografia tirada pouco depois de sua libertação, aparece com os cabelos brancos, embora o rosto estivesse relativamente sem rugas.

Por alguns anos, a família o ajudou financeiramente. O irmão mais velho, Antônio, morrera na ilha da Madeira em 1936, onde fundara um semanário depois que fora sentenciado ao exílio. A mulher estava a seu lado quando faleceu.

Em 1955, Fie passou a enviar a José um "petit cadeau" mensal de 100 florins, cerca de 28 dólares, que era bastante naqueles tempos em que a vida em Lisboa era mais barata.

Adquiriu igualmente uma parte da sociedade do Clube Olímpia de Lisboa,

uma boate barata, cujo principal propósito era arranjar clientes para as prostitutas, que pagavam à gerência uma porcentagem de seus ganhos. José era o maître.

O clube passava por dificuldades, e José vendeu sua parte com prejuízo. Morava em quartos baratos no centro de Lisboa, mas ainda tinha recursos para manter duas ou três amigas. Uma prima, que trabalhava nos Correios, ajudava-o a se manter.

Em março de 1960, sofreu uma terrível queda e quebrou o fêmur. Foi levado à enfermaria do Hospital São José, um dos mais antigos e lúgubres de Lisboa. Escreveu sobre o acidente a Fie, que lhe enviou um pouco de dinheiro para a compra de um rádio, que o ajudasse a passar o tempo durante a recuperação. Em 21 de março de 1960, José novamente lhe escreveu:

Ma ChèreAmour,

Obrigado pelo dinheiro do rádio ... Não posso andar ... Adoraria ouvir sua voz. Isso me deixaria bastante feliz ... Envio-lhe um grande beijo de aniversário.... Fico bastante triste por não poder enviar-lhe um presentinho, visto que isso contraria minha natureza e meus sentimentos. ... Termino, enviando-lhe um grande beijo e um abraço.

Em 29 de março, Fie recebeu outra carta de Lisboa. Dessa vez, de Maria, a prima de José:

Tenho más notícias para lhe dar: meu primo, José, faleceu hoje.... A senhora foi realmente a melhor e mais sincera amiga que ele teve e que lhe foi fiel até o último instante. ... Ele a amava profundamente.



Fie Carelsen no hipódromo de Longchamps em Paris, 1925

Sob o travesseiro do hospital, encontraram uma delicada recordação: uma fotografia de Fie Carelsen, tirada nas corridas de Longchamps, em Paris, nos grandes dias de maio de 1925. Com o chapéu cloche e o vestido branco de seda, de cintura baixa, ela sorri para o amante, aquele impetuoso milionário repentino, José dos Santos Bandeira.

CARACAS, VENEZUELA, MAIO DE 1964

O casarão amarelo de dois andares, com suas colunas imponentes, foi construído por Simón Planas-Suárez após o retorno a Caracas, em 1936. Depois de sua partida forçada de Lisboa, no final de 1925, mudou-se para Paris, onde vivia sossegadamente. Em 1936, ocorreu o surto do petróleo venezuelano, e dom Simón descobriu que as várias propriedades em Caracas, deixadas de herança pelo pai, estavam se valorizando muito e exigiam sua atenção pessoal. Tinha ficado milionário.

A casa, no tranqüilo e próspero subúrbio de El Paraíso, era circundada por amplos gramados e protegida por um muro sólido e elevado. A sra. Planas-Suárez morreu em 1957 e, depois disso, ele viveu sozinho com duas empregadas - uma governanta e uma arrumadeira.

Embora tivesse se desligado do serviço diplomático venezuelano logo após a eclosão do caso do papel-moeda português, nenhuma outra penalidade lhe foi imposta. Uma investigação sobre sua participação na trama foi conduzida pelo embaixador venezuelano em Londres, mas os bibliotecários jesuítas do Ministério do Exterior se recusaram a permitir que pessoas estranhas tivessem acesso ao relatório: "Só depois da morte de dom Simón"

Em 1963, dom Simón sofreu uma terrível queda em casa que exigiu a colocação de uma placa de metal. Passou a andar encurvado, com a ajuda de uma bengala. Seus cabelos ficaram grisalhos, mas, embora octogenário, ainda se mantinha bastante robusto. Passava as manhãs a escrever e, à tarde, lia e recebia a visita de velhos amigos. Obviamente, jamais se mencionava o antigo escândalo.

Seu último livro, publicado em 1964, abordava os vários conflitos da Venezuela com a Itália, a Inglaterra e a Alemanha. A edição da época do Who's Who na América Latina exibe a lista dos 20 livros que escreveu, ao lado da orgulhosa observação de que "domina o inglês, o francês, o português e o castelhano"

Com um terno cinza e gravata-borboleta, dom Simón recebeu cordialmente o visitante americano. Conversou animadamente sobre seus livros e as várias honorárias recebidas, mostrando-se ansioso por tornar-se um dos seis membros honorários do Instituto de Direito Internacional. (Em setembro de 1965, no encontro do instituto que se realizou em Varsóvia, foi finalmente indicado para o cargo.)

Os vários jornais de Caracas divulgaram a notícia e enaltecera sua obra. Dom Simón mostrou ao visitante alguns recortes recentes: El Universal a ele se referiu como "um notável intelectual e internacionalista venezuelano ... sua obra é uma contribuição científica altamente apreciada para o estabelecimento de nova consciência nas organizações jurídicas internacionais". El Nacional acrescentou: "A alta e merecida honraria concedida ao dr. Planas-Suárez pelo Instituto de Direito Internacional engrandece significativamente a vida intelectual da Venezuela"

Quando o imprudente visitante aludiu ao caso das cédulas portuguesas, dom Simón perdeu a delicadeza e a cordialidade. Enfurecido, gritou:

-Então foi para isso que o senhor me procurou?

Em seguida, tentou rasgar o caderno de notas do visitante, que foi empurrado com uma força impressionante para um homem de 82 anos. Logo o visitante foi expulso aos gritos de "Fora... Fora... Fora!".

Minutos depois, a empregada de Planas-Suárez apareceu para se desculpar pela conduta do patrão.

-Ele é bastante sensível e fica muito irritado quando algo não lhe agrada. É melhor não vê-lo novamente. Havia muito tempo não o via tão nervoso.

Em outra parte de Caracas, um velho amigo de dom Simón estava disposto a falar sobre o passado. Ele, também, estivera no serviço diplomático e encontrava-se a par do escândalo.

-Acredito que dom Simón seja um homem honesto - começou ele. - Minha impressão é que ele foi enganado pela quadrilha. Afinal, quando um colega diplomata pede um grande favor, ficamos sempre felizes em ajudar. Era algo comum trazer bebidas, vinhos e café na bagagem diplomática. Estou certo de que dom Simón não achava que houvesse nada de mais.

Tinha ainda a impressão de que, embora pressionados por Portugal, os tribunais venezuelanos finalmente absolveram dom Simón de qualquer culpa no

caso.

-Essas coisas acontecem, como o senhor bem sabe. Estou certo de que os obituários de dom Simón, aqui em Caracas, serão bastante extensos, respeitosos e muito discretos sobre a questão portuguesa. Afinal, não há outros venezuelanos que tenham escrito livros de peso e sejam, a um só tempo, milionários.

LONDRES, 30 DE JULHO DE 1964

T., um antigo representante especial da Waterlow, veio a Londres para um almoço comigo em meu hotel e me explicou as dificuldades enfrentadas pelas casas de impressão de papel-moeda, desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Depois da aposentadoria, T. vivia numa casa de campo pequena e confortável, mas ainda gostava de fazer trabalhos esporádicos para companhias impressoras na condição de "consultor". Era alto, magro e bronzeado; não aparentava os mais de 70 anos que eu sabia que tinha.

Por ser um campo pequeno e altamente especializado, o negócio de impressão de papel-moeda jamais teve uma publicação própria que registrasse os sucessos, os fracassos e os avanços da profissão. De certa forma, os representantes especiais preenchiam essa lacuna, divulgando pelo mundo as notícias e os boatos que surgiam nesse meio.

Fiz a T. uma pergunta que havia muito me incomodava:

-Como conseguiu vender os serviços da Waterlow em algum lugar depois do desastre do Banco de Portugal?

-Devido a algumas manobras inconfessáveis, a situação era ainda mais difícil do que imagina - comentou com um sorriso. - Alguns adversários comerciais mandaram imprimir um belo folheto com recortes de jornais sobre o caso e o julgamento e o enviaram a todos os bancos centrais que não fabricavam suas próprias cédulas, caso não soubessem da história. Uma firma chegou a distribuir 50 cópias da apreciação que, em 1932, sir Cecil Kisch fizera do caso. Embora acreditasse que a Waterlow não deveria pagar um xelim sequer, a análise apresentava detalhes suficientes para demonstrar como a Waterlow tinha se deixado iludir.

-Lidei com o problema de duas maneiras. Em primeiro lugar, enfatizei o fato de que a Waterlow tinha ressarcido todos os prejuízos, e de modo generoso. Isso não comprovava que a firma era digna de confiança? Em seguida, ataquei o

Banco de Portugal: onde já se vira um Banco Central que não mantinha um controle sobre as notas de valor elevado, a fim de verificar de imediato qualquer duplicidade de numeração! Ainda assim houve seqüelas, e a Waterlow com freqüência só garantia um negócio à custa de um grande desconto nos preços, o que a levou a abandonar a impressão de papel-moeda em 1961.

Conversamos a respeito das amargas rupturas na família Waterlow, e T. comentou que os dois filhos de sir William não lamentavam o fato de não terem participação no negócio da família. O mais velho, James, que herdou o título do pai, conquistou o sucesso por seus próprios méritos: tornou-se diretor-substituto da Amalgamated Press, um grande conglomerado editorial, e presidente da Carson, uma grande firma de impressão. O filho mais novo, Thomas Gordon, saiu-se ainda melhor. Depois de servir heroicamente como piloto da Real Força Aérea na batalha da Grã-Bretanha, o que lhe rendeu uma promoção a coronel-aviador, partiu para Edimburgo, onde a família da mãe tinha boas relações, e se destacou rapidamente no distinto círculo financeiro da cidade. Tornou-se presidente da importante companhia de seguros Standard Life Assurance e era, na época, diretor-gerente da William Thyne Holdings, Ltd., poderosa casa financeira. Era igualmente diretor do Royal Bank of Scotland. Como sir James era solteiro, o título seria herdado pelo irmão caçula, Thomas Gordon. Um dos filhos deste último, que ingressou na indústria tipográfica, representava a sétima geração da família dedicada ao ramo da impressão.

T. falou ainda dos trabalhos sigilosos que as empresas de impressão de papel-moeda realizaram durante o período da guerra.

-Sir William se orgulhava de sua atuação na assistência ao serviço secreto britânico, através da falsificação de selos e de moeda alemã durante a Primeira Guerra Mundial, mas, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, de Ia Rue descobriu que isso podia trazer dificuldades.

Quando os Aliados avançavam na Tailândia, solicitaram a de Ia Rue uma impressão de papel-moeda, usando as matrizes oficiais, de posse da companhia. De Ia Rue, que imprimia as cédulas do antigo Sião desde 1902, recusou-se a fazê-lo sem a autorização do Banco Central, porém, como este estava sob o domínio japonês, tal aprovação jamais se efetivaria. Ainda assim, os britânicos obrigaram de Ia Rue a emitir cerca de 500 mil notas, que foram lançadas de aviões sobre a Tailândia para as forças que viviam na clandestinidade.

Embora o episódio tenha provocado duras críticas por parte de funcionários siameses e de algumas casas impressoras, T. acreditava que a empresa não tivera escolha:

-Todas as empresas dependem tanto da boa vontade e do auxílio dos governos de seus países, que não podem se dar ao luxo de recusar encomendas especiais.

Em sua opinião, a Waterlow deveria ter relações estreitas com o Ministério das Relações Exteriores. Isso teria contribuído para minimizar sua ansiedade em conseguir a encomenda de impressão de papel-moeda para a nova República de Catanga, de Tschombe, quando esta se separou da República do Congo em 1960. Apenas metade do pedido tinha sido executado e, quando de Ia Rue assumiu o negócio de impressão de papel-moeda da Waterlow, abandonou completamente a transação, pois a República do Congo imprimia suas cédulas através da de Ia Rue, e uma das acusações contra Tschombe era justamente de "falsificação" A encomenda de Catanga jamais foi paga.

-Foi um completo desastre - suspirou T. - Afinal, todas as encomendas traziam aborrecimentos ou eram interrompidas com enormes prejuízos, como a da Federação Malaia. Ao que parece, nem a de Ia Rue, nem a Purnell, nem a British Printing Corporation lucraram com a absorção da Waterlow. Os supersticiosos diriam que uma maldição se abateu sobre a empresa após aquela distante manhã de dezembro de 1924 em que sir William recebeu Marang.

LISBOA, AGOSTO DE 1964

Aos 46 anos, Guilherme Joaquim Alves Reis, filho mais velho do articulador da falsificação das notas portuguesas, era personalidade importante no pequeno mundo dos protestantes fundamentalistas de Portugal. Escrevia com regularidade para a Espada do Senhor, o equivalente português da publicação fundamentalista americana, editada por John D. Rice. O cabeçalho da Espada do Senhor esclarecia tratar-se de

um semanário cristão independente, que defende a inspiração verbal da Bíblia, a divindade de Deus, sua expiação na cruz, a salvação pela fé, a salvação das almas de acordo com o Novo Testamento e o retorno de Cristo, e que se opõe ao modernismo, ao mundanismo e ao formalismo.

Guilherme era obrigado a escrever de pé. Após uma grande operação, em 1945, para atenuar a artrite reumatóide, voltou a andar somente com o auxílio de muletas. Outros infortúnios se abateram sobre os filhos de Alves Reis. O filho do meio, Manuel Filipe, sofria igualmente de artrite reumatóide e vivia preso a uma cadeira de rodas. Os dois irmãos mais velhos passaram grande parte da vida adulta entrando e saindo de hospitais.

O caçula, José Luís - cujo nome era uma homenagem ao sócio de seu pai, José Bandeira -, trabalhava para o tio Álvaro, que dirigia um hotel em Setúbal, no sudeste de Lisboa. Álvaro, que se dedicara aos estudos dos negócios e de línguas em Amsterdã - até que o prenderam por suspeita de cumplicidade -, ainda estava convencido de que o irmão mais velho tinha cúmplices dentro do Banco de Portugal.

Guilherme, porém, não concordava com essa versão:

Tenho que dar crédito a meu pai, que não compartilhou com ninguém o segredo. Cada um dos cúmplices conhecia apenas uma pequena parte do plano.

Guilherme casou-se em 1961, aos 43 anos de idade. Conheceu a esposa, uma atraente viúva chamada Pelina, numa reunião do grupo fundamentalista Assembléia dos Irmãos. Ela tinha uma filha adolescente que foi morar com o casal. Quando Pelina engravidou, os médicos temiam por sua vida, pois padecia de uma doença cardíaca: um estreitamento da válvula mitral. Guilherme, no entanto, estava convicto de que isso não traria qualquer risco para a mãe ou para o bebê. "Você concebeu pela vontade de Deus"; disse à esposa, que não só teve esse filho, como outros dois.

Com uma dívida de 140 mil dólares, decorrente da falência da G. Reis Ltda., Guilherme se encontrava na curiosa posição de um homem que precisava refletir cuidadosamente no que ganhava e na forma de consegui-lo. O modesto aluguel do apartamento amplo era custeado com os 20 dólares mensais que recebia de um hospital de caridade, em pagamento por não ocupar um leito no local. Traduziu para o português alguns livros fundamentalistas americanos e, ocasionalmente, fazia contabilidade para amigos e traduções para comerciantes. Fazia-lhe falta um telefone, que poderia obter por cerca de 2 dólares mensais, mas, como dizia a amigos, "devo demais para que possa dispor de um telefone"

Falava com frequência das dificuldades de viver num mundo materialista. "É mais fácil fazer um sermão sobre textos bíblicos do que viver de acordo com os preceitos cristãos" Ao sair do hospital, após a operação, pensou em abrir uma loja de bebidas que alguns amigos estavam dispostos a custear. "Porém, como bom cristão, eu sabia que não poderia vender bebidas alcoólicas"

O apartamento de Guilherme, herança da família da mãe, era repleto de lembranças do pai: a bengala de junco, a velha máquina de escrever e a fotografia tirada em Carlsbad, em 1925.

Embora amasse o pai, Guilherme falava com discernimento sobre o caráter e as ações de Alves Reis. Mas, quando lhe pediam uma avaliação pessoal a seu respeito, saía em sua defesa:

-Meu pai só foi para a prisão porque trabalhava demais.

A afirmação jamais se fazia acompanhar por um sorriso.



Os vestígios do grande esquema de Alves Reis se encontravam por toda a Lisboa décadas depois dos fatos. O palácio do Menino de Ouro abrigava, na ocasião, o Instituto Britânico de Lisboa, onde os moradores da cidade freqüentavam aulas de inglês e ouviam palestras proferidas por visitantes ingleses sobre os poetas laquistas* e Bernard Shaw. A prisão do Aljube, onde a sra. Reis passou quase um ano, tornou-se uma das duas prisões da cidade que abrigavam exclusivamente prisioneiros políticos. Estima-se que ali estivessem detidas, nos piores momentos da ditadura de Salazar, mais de mil pessoas. Um relatório feito pelo advogado londrino Neville Vincent, sobre as condições carcerárias nessas prisões, afirmava que

a tortura da estátua é amplamente empregada. O prisioneiro é mantido contra a parede por até sete dias e noites. Caso caia (as pernas incham depois de dois ou três dias), obrigam-no a se levantar por meio de pontapés.

Em outro tipo de tortura, o detento, após permanecer trancafiado numa cela suja e escura por alguns dias, é levado a outra cela, cujo chão é pintado de amarelo e o teto, de azul. Alguns prisioneiros acreditam que aquele é o azul do céu e saltam desesperadamente para alcançá-lo.

O Royal British Club de Lisboa, onde Romer passou tantas horas agradáveis, na ocasião, mais de quarenta anos depois ainda contava com cerca de 350 associados, em sua maioria, ingleses residentes em Lisboa.

Nesta época, a fábrica de camisas de José Bandeira ainda se encontrava em funcionamento e em suas vitrines, como as de outras lojas masculinas de Lisboa, as etiquetas com os preços eram habilmente dissimuladas, em clara desobediência a uma lei que determinava que todos os preços estivessem visíveis ao lado das mercadorias anunciadas. A barbearia que José comprou, em virtude do caso que tivera com uma manicure, ainda atendia os fregueses no mesmo

endereço. E as manicures de Lisboa ainda tiram maior proveito de suas aventuras amorosas do que das mãos que embelezam no salão.

Quarenta anos depois, ainda corriam boatos a respeito de famílias que muito se beneficiaram com o crime de Alves Reis. A fortuna da família A, dizem, teve origem quando um antepassado, que participou da batida que descobriu o monte de cédulas que havia no palácio do Menino de Ouro, embolsou secretamente algumas centenas de notas e trocou-as, mais tarde, por outras autênticas no Banco de Portugal. A família B, quase à beira da falência, devido aos minguantes investimentos em Angola, pôde se recuperar após fechar um negócio bastante favorável, ainda que suspeito, com a Comissão de Liquidação em torno de certos investimentos de Alves Reis na colônia.

Como ocorre na maioria das ditaduras, os rumores são um importante meio de comunicação, pois ajudam a burlar a "lei da rolha"; que, segundo os gaiatos portugueses, quer dizer que "se engarrafam os assuntos mais incômodos"

Em Lisboa, todos os prédios públicos construídos depois do terremoto de 1755 são considerados monumentos nacionais e, portanto, não se podem modificar suas fachadas. O Banco de Portugal, todavia, recebeu uma pintura muito necessária em 1956, por ocasião da visita da rainha da Inglaterra a Lisboa. Durante sua passagem pela cidade, a censura da imprensa garantiu que não se fizesse qualquer referência ao antigo caso das notas portuguesas. Durante minha visita, o prédio do Banco de Portugal passava por nova reforma. Numerosos aparelhos de ar condicionado saltavam das janelas, como símbolos do prestígio dos altos funcionários e dos diretores. Já não se encontra o retrato de Vasco da Gama nas cédulas portuguesas em circulação: as notas de 500 escudos na ocasião estampavam a efígie de dom Francisco de Almeida, que foi vice-rei da Índia portuguesa.

O edifício em que se localizava a firma de Alves Reis tornou-se a sede de um sindicato de mecânicos de automóveis. O velho prédio do Banco de Angola e Metrópole abrigava, na ocasião, um outro banco, que se dedicava a financiamentos mais ortodoxos. Enquanto tirava fotos da construção, um velho engraxate, adivinhando o motivo de meu interesse, perguntou: "Alves Reis?"

HAARLEM, 24 DE AGOSTO DE 1964

Embora a grande casa de impressão de Joh. Enschedé em Zonen N.V. tivesse se desenvolvido bastante desde a visita de Karel Marang quarenta anos antes, surpreendentemente a estrutura física da fábrica pouco se modificara. Constituía

ainda um sólido quartirão, encravado no coração de Haarlem.

Meu anfitrião, Wim van Andringa de Kempnaer, sobrinho de Enschedé, era o diretor-gerente e, desde 1947, o responsável pela expansão dos negócios e das relações com o público.

Visto que a Enschedé fabricava, havia mais de 50 anos, o papel-moeda holandês, foi inevitável que, numa de suas freqüentes viagens a Nova York, Wim Kempnaer, um cordial e ardoroso homem de vendas, participasse do programa What's My Line. Nenhum dos participantes podia imaginar que Kempnaer era "um homem que fabricava seu próprio dinheiro" Almocei com o presidente da Enschedé na época, Boudawijn Franciscus Enschedé, tio de Kempnaer. O septuagenário presidente, que se parecia com um envelhecido Ed Sullivan, recordou o longo telefonema que recebera de Marang em 1924.

Na ocasião, não fazia mais do que um ou dois anos que eu tinha me integrado à direção da empresa, e se não estivesse tão atarefado teria negociado com Marang. O senhor sabe, ele chegou a pedir que eu o acompanhasse à Waterlow. Mas, felizmente, jamais nos encontramos, e fico satisfeito que tenha sido assim.

Ele leu e releu a carta de recomendação que foi entregue a Marang com a problemática passagem: "as notas poderiam ser distribuídas por intermédio de nossa empresa": Ainda acha inacreditável que a empresa tenha entregado tal documento a um completo estranho. Mas é obrigado a admitir que o fez.

Mais tarde discuti o assunto com Wim Kempnaer, que reconheceu, com alguma relutância, que

na ocasião os sócios não se encontravam em condições de assumirem pessoalmente a encomenda, e por isso vislumbraram a possibilidade de receberem uma comissão caso aquele pedido se revelasse, por fim, um negócio lucrativo para a Waterlow.

Obviamente, não houve comissão.

A Enschedé agora imprimia belas notas para Israel, bem como para a Holanda. Em passado recente, tinha fabricado as cédulas da Suíça e de Luxemburgo. A empresa disputou com a de Ia Rue uma grande encomenda de papel-moeda iraniano."Trouxemos um artista iraniano, fizemos inúmeros desenhos elaborados e gastamos mais de io mil dólares na elaboração de nossa proposta, mas perdemos para a de Ia Rue por causa do preço. Imagino que essa

seja uma de nossas fraquezas. Somos o Rolls-Royce do ramo do papel-moeda. Talvez nossa mercadoria seja boa demais!; esclareceu Kempenaer.

Quando estava prestes a deixar a fábrica, lembrei-me de uma pergunta que ainda não havia feito e, em conseqüência, perguntei a Kempenaer quem era o atual responsável pela impressão das cédulas do Banco de Portugal.

-Bom, a Bradbury, Wilkinson, de Londres, fabrica uma parte, mas as notas de maior valor são produzidas por nós.

Parecia incrível que o destino tivesse fechado o cerco com tamanha perfeição.

Inclusive as notas de 500 escudos? - perguntei.

O sorriso disfarçou o ligeiro rubor:

- Inclusive as notas de 500 escudos.

HAIA, 25 DE AGOSTO DE 1964

Para os holandeses, Fie Carelsen representa o que seria, nos Estados Unidos da década de 1920, uma improvável combinação de Ethel Barrymore e Ruth Draper. Ao longo de boa parte de sua vida profissional, foi uma das principais atrizes e a grande intérprete de monólogos do mundo de língua holandesa. Quando se aposentou, depois de quatro décadas dedicadas ao teatro, recebeu homenagens que jamais foram dedicadas a qualquer outra atriz holandesa. Foi agraciada com a condecoração de oficial da elevada Ordem de Orange e Nassau e com medalhas de ouro pelas cidades de Arnhem e Haia.

Com a chegada da idade, trocou, por fim, os papéis de maior destaque por participações menores, dentro do mesmo repertório. Durante anos a fio, interpretou a jovem ingênua em *Outward Bound* e, no momento adequado, passou a representar, com elegância, o papel secundário da esnobe de meiaidade, a sra. Cliveden-Banks. Porém, no drama das cédulas portuguesas, interpretara o improvisado par romântico de José Bandeira. Essa peça nunca teve sinopse, e ela ignorava como terminaria o terceiro ato. Na verdade, a maior parte dos atores demonstrava a mesma ignorância. E, como cada um via a "peça" de modo bastante distinto, havia um terrível conflito de estilos. Até mesmo Pirandello procuraria impor limites a um drama cujo diretor e protagonista improvisava novas cenas e falas até a noite de estréia.

O envolvimento dela no grande episódio das notas falsas não lhe abalou a

carreira. Os serenos holandeses esperavam que as estrelas do teatro tivessem vidas excitantes e picantes. Aos 75 anos, Fie ainda era uma grande personalidade nacional. Uma série de artigos que escreveu para uma importante revista holandesa sobre as personalidades que conheceu - sem qualquer referência a José Bandeira - foi muito apreciada pelos leitores. Uma popular biografia sua alcançou grande vendagem. (O livro apresentou um relato breve, mas sincero, de seu envolvimento no caso das notas portuguesas.) Os discos com os monólogos vendiam bastante e as redes locais de rádio convidavam-na, de tempos em tempos, para conversar sobre o teatro holandês.

Em 1964 vivia num moderno prédio de apartamentos de três andares num dos mais novos subúrbios de Haia. Já não tinha a criada javanesa que a acompanhou ao longo de tantos anos, e o apartamento era mais modesto do que a encantadora casa onde morava antes. Embora tivesse engordado, os lábios carnudos, os enormes olhos negros e a face irrequieta ainda remetiam à antiga Fie. Orgulhava-se de que os cabelos ainda guardassem a coloração original e de que os dentes não tivessem sido substituídos por dentadura.

Quando os nazistas ordenaram o fechamento de todos os teatros holandeses em 1942, ela escreveu e interpretou o popular monólogo de sua autoria, Uma mulher ao telefone. A peça, com uma hora de duração, foi representada centenas de vezes, durante e após a guerra, em toda a Europa e a América Latina, diante de platéias que entendiam o holandês. Os direitos sobre os discos e a pensão do Teatro Real de Haia constituíam as principais fontes de seus modestos rendimentos.

Fie entregava-se com facilidade aos monólogos.

Com exceção de Hennies, todos os que participaram do golpe das cédulas portuguesas eram bem-apegoados. Marang era alto, quase bonito, mas um pouco gorducho. No fim, descobriu-se que era também o mais esperto. Tornou-se um homem rico e, de todos, foi o que menos padeceu.

Em 1949, quando ainda excursionava com Uma mulher ao telefone, estive em Paris, e alguns amigos holandeses me disseram que os Marang se encontravam, então, entre os maiores contribuintes da Igreja Holandesa em Paris. Falava-se que tinham uma grande fortuna. Então me perguntei por que não poderiam ajudar o pobre José, que passava terríveis apertos em Lisboa. Telefonei para Marang, mas só consegui falar com a esposa. Poderiam fazer algo por José? Ela respondeu que sim, e me ofereceu 100 francos. Disse-lhe um desaforo e desliguei o telefone sem me despedir.

Se José me desse ouvidos, poderia ter saído de toda essa transação muito rico. O infeliz jamais imaginou que tudo não passasse de armação. Costumava dizer que eu era burra como uma porta quando lhe perguntava da conveniência de se associar a homens como Hennies e Reis. José foi o único que voluntariamente devolveu a Portugal tudo o que ganhou. Não foi lá muito esperto, não é mesmo? Se soubesse que tudo não passava de armação, teria pedido que eu guardasse o dinheiro.

Penso que o amor-próprio não lhe permitiu imaginar que Alves Reis, o negociante provinciano que mal falava o francês, pudesse enganá-los, como fez com o Banco de Portugal e a Waterlow. Claro que, perto do fim, perceberam toda a armação, mas, então, já era tarde: o dinheiro chegava em profusão, e ninguém estava disposto a fazer muitas perguntas. Era, de fato, muito dinheiro.

Com um pouco de sorte todos teriam se tornado empresários respeitáveis e abastados como Marang. Imaginem as grandes dinastias de financistas que poderiam se iniciar só porque um magnífico mentiroso português concebera um esquema mirabolante...

ANEXO: UMA TESTEMUNHA ESPECIAL

Notas de Fernando Pessoa sobre o julgamento de Alves Reis

Não há exagero em se dizer que, mesmo depois de cinco anos de sua prisão, o julgamento de Alves Reis parou o país. Entre 8 e 10 de maio de 1930 um certo "correspondente estrangeiro em casas comerciais", segundo suas próprias palavras, e que também observava que "o ser poeta e escritor não constitui profissão mas vocação", não apareceu em nenhum dos escritórios onde trabalhava. Fernando Antonio Nogueira Pessoa tirou três dias de folga para ir ao Tribunal de Santa Clara onde assistiu às audiências e tomou notas sobre o que viu e ouviu. Pessoa, como todos os portugueses, tinha reparado no sucesso de Alves Reis, admirado sua trajetória e tinha enviado uma carta a Alves Reis propondo vender-lhe a patente de um anuário comercial que havia inventado, e que podia ser lido em várias línguas. A carta ficou sem resposta, e poucas semanas depois veio o escândalo. No espólio do poeta depositado na Biblioteca Nacional de Portugal há um bloco de notas manuscritas, de 22 páginas, em inglês e português, com as notas que o poeta colheu do histórico julgamento. O que se segue, é a transcrição das notas tomadas pelo poeta na audiência do dia 10 de maio de 1930, correspondente às páginas 11-22 do bloco de notas, e referentes ao dia em que Alves Reis foi interrogado e fez suas alegações finais.

Convenções:

[B] espaço em branco deixado pelo autor

[...] palavra ilegível

[] palavra acrescentada pelo editor

[?] leitura conjectural

(...) texto omitido

(itálicos) tradução em português de texto original em inglês.



sitting Fourth(quarta sessão)

Reading of witnesses statements referring Ambaca Transafrica Railway Co. case of which is accused Alves dos Reis. (leitura de declarações de testemunhas referentes ao caso Ambaca Transafrica Railway Co. no qual Alves Reis é o acusado)



Interrogatory of Alves Reis (interrogatório de Alves Reis)

Artur Virgilio Alves dos Reis - 33 years old (33 anos de idade)

married - He said is a merchant - He said not he is an engineer (casado - ele se diz comerciante - ele não se diz um engenheiro)

Answers (respostas)

Nega o crime de associação com malfeitores e declara que todos os co-réus desconheciam absolutamente que a emissão era falsa e os contratos falsificados.

- Escândalo Barnard [?]

Burla dos marcos - emissão clandestina dos marcos - Explicado a Reis por Hennies quando se encontraram pela primeira vez em Haia em 1924, quando aquele foi apresentado a este por José Bandeira.

Estudando a organização e reg[ulamentos] de ad[ministração] do B[anco] de Portugal e ainda pelo discurso de Cunha Leal na Câmara dos Deputados em 1922 viu que o plafond de circulação fiduciária foi elevado posteriormente ao contrato de 1918 sem mesmo autorização por portarias surdas ou decretos governamentais.



No Banco de Portugal não havia controle de emissões de notas, habilmente, por portas reversas [?], Alves Reis conseguiu saber de Adriano de Freitas que no B[anco] de P[ortugal] não havia controle.



Reis em Berlim propôs a Hennes fazer uma operação cambial s[obre] barras de ouro - numa base de [...] cambial.

Declaraque empréstimo houve não

10.5.930

Fourth sitting

Reading of witnesses statements repressing
 Ambaca Transpica Railway Co. case
 of which is accused Alberto Reis.

Interrogatory of Alberto Reis -

Alberto Reis - 33 years old
 married ^{he said is a} ~~merchant~~ ^{he said not he is}
 in ~~business~~ ^{inquisit}.

nega o crime de associação malfideles e

declara que todos os co-réus descreveram
 absolutamente que a emissão é falsa
 que o contracto falsificado

Escândalo Barnack

Burlados rúacos emissão claudicante
 pro dos rúacos - Explicado a Reis por
 Barnack quando se encontravam pela
 1.ª vez em Hoya em 1924 e quando aquele
 foi apresentado a este por José Mendes



a julgar pois os contratos não tinham por objeto um empréstimo mas sim uma venda de cambiais a prazo - prazo fixo - 30 de junho de 1925•

"É de fato assim"

Leroscontratos!!

Confessa mais uma vez que pretendeu iludir todos os co-réus - em especial José Bandeira.



Declara que foi ele só quem elaborou as escalas cuja elaboração é tudo quanto há de mais simples.



Lucros de contrato - chamado de associação de malfeitores.

Lucros de diferença cambial.



Cobrir a operação de cambiais por uma manufatura de notas.

Foi um juriconsulto alemão que lhe deu a idéia de fazer o 1º contrato, pois o Reichsbank só pode imprimir notas com autorização do Mi[nistéri]o das Finanças; pelas leis alemãs não é necessária para o imprimir das notas outra autorização que não fosse a do Mi[nistéri]o das Finanças.



Nunca teve intimidade com Antônio Bandeira nem o corrompeu.



Foi de exclusiva iniciativa de Marang que se procurou [B].

Sir William W[aterlow] é dos poucos homens que nestes autos têm responsabilidades iguais às minhas.

Sensacional ————— 13
 a) Fugado por o contractos vindos
 também por objecto um certificado
 ou seja uma venda de cambiais
 a prazo — passaporto 3º de Junho de 1925
 "8 de facto assim
Lei o contractos - 1!

Confirma mais uma vez que pretende
 estudar todos os casos — em
 especial José Bandeira

Declara que foi ele só quem elaborou
 as escalas para elaboração e
 estudo de mais simples.

Ditos de contractos — chamados de
 Associação de mal
 — mas de diferença cambial

Célio a operação de cambiais por uma
 manufatura de notas



- Waterlow diz a Marang "o negócio pode fazer-se mas apenas V. ao [...] uma nota de 500 escudos [...] Vasco da Gama'.



Espanto de Alves Reis é que estejam no banco dos réus todos os co-réus e que Waterlow esteja no banco de Lord Mayor de Londres.



Razão da invenção do 2º contrato

[B]

Razão por que demorou a parada no 2º contrato.

[B]

Reis pelas s/ declarações parece que acusa Hennes de emissor de moeda falsa.

[B]

Razão do vale Mota Gomes.

[...] Marang ira Waterlow.

[B]

A lei inglesa exige ao impressor a autorização direta para o emprego das chapas.



Alves Reis dá aos juizes bela lição de falsificação devido à explicação completa de como foram feitas as escalas das notas.



José Bandeira esteve na guerra Boer sob as ordens do general Larel Eloff.



Juiz dr. Simão José preside mui dignamente às audiências.

Tem 20 anos de carreira de magistrado.



O júri segue com muito interesse as interessantes e sugestivas declarações de Reis.



Juízes têm estado muito impressionados com as declarações de Reis, mas há a opinião geral de que elas em grande parte são falsas, ainda mais uma obra do gênio falsificador de Alves Reis - parece que esta é uma nova versão preparada agora para ilibar ou atenuar a responsabilidade dos co-réus.



Reis socorre-se de muitos documentos, revelando uma formidável memória, precisando datas e números.



Alves Reis declara que Waterlow mentiu quando disse que escreveu a carta de 7

de janeiro de 1925 s/ a 2a emissão falsa.

Todas as cartas de Waterlow ao B[anco] de P[ortugal] eram recebidas por Alves Reis por intermédio de Marang - por isso, Alves Reis, que não recebeu essa carta, diz que ela não foi escrita e Waterlow diz que mandou essa carta pelo correio mas que ela se extraviou.



Diploma de engenheiro não reconhece que o tivesse falsificado.



Alves Reis com um maior descaro confessa que por "dever de ofício" tem de conhecer as leis necessárias para salvaguardar as responsabilidades nas impressões clandestinas das notas.



Reis enterra-se nas respostas às perguntas feitas pelo delegado do M[inistério] Público.

Todas as cartas de Watefellow as
 B, de P. eram ^{recebidas} ~~recebidas~~ por Alves Reis
 por intermédio de Marary. Por
 isso, Alves Reis, que não reconhece
 essa carta, diz que ela não foi
 escrita a Watefellow, diz que mandou essa
 carta pelo correio mas que ela se extraviou.

Diplomado em engenharia não reconhece
 que o tivesse falsificado

Alves Reis com uma maior
 descaro confessa que por
 "dever de officio" ~~teve~~ tem
 de conhecer as leis necessárias
 para salvar a segurança das respostas
subilicidades nas enquêtes
clandestinas de notas

Reis exobra se nas respostas
às perguntas feitas pelo Delegado
do M.º Público



* * *

Jurados têm manifestado o agrado com que ouviram Alves Reis.

* * *

Import [ante]

Reis declara que Waterlow ao emitir as notas só atendeu às cartas falsas do gov[ernador] do B[anco] de P[ortugal] e não aos contratos que lhe foram apresentados.

* * *

A razão por que foram adquiridos por empresas estrangeiras valores com os produtos das notas de 500 escudos - diz Reis que é porque o Banco de Angola e Metrópole não podia, pela lei do com[ércio] bancário adquirir imóveis que representassem mais de 10% do s[eu] capital.

Não foram pois feitas essas aquisições com o fim de distrair [?] para fora do país o produto da emissão.

* * *

Às 17h42 o juiz não consentiu que por hoje se fizessem mais perguntas a Alves Reis.

José Bandeira

Antônio Bandeira

Ferreira Júnior

Adriano Silva

Moura Coutinho

Maria Luísa Alves Reis

Manoel da Silva Roquette

já testemunha

Agradecimentos

Em sua maior parte, as pesquisas e entrevistas para este livro se desenrolaram por ocasião de três viagens à Inglaterra e a outros países da Europa entre 1963 e 1965.

Essas investigações contaram com o inestimável auxílio de Heather Chapman, em Londres, e de Francis Schell, em Paris. De Stuttgart, Arno Alexy conduziu com grande habilidade uma intrincada série de pesquisas e entrevistas em várias partes da Alemanha.

Durante minha longa estada em Portugal, Peter B. Miranda traduziu à exaustão, com grande fluência e habilidade, os copiosos registros dos julgamentos* e os recortes de jornais da época. Em Amsterdã, Aad van Leeuwen me franqueou o acesso a várias fontes de informação.

Sou imensamente grato a sir James Waterlow pela completa transcrição dos três julgamentos de Londres. Igualmente valiosa foi a ajuda de Helen Romer em Seaford, no condado de Sussex; de Lynn Grossberg em Caracas, na Venezuela; e de Tomé Vieira, em Lisboa.

Informações sobre o processo de fabricação do papel-moeda me foram apresentadas pelo falecido William F. Hunt, presidente da United States Bank Note Company, e por Frederic Colclough, presidente da American Bank Note Company, ambas de Nova York. Em Londres inúmeros funcionários da Thomas de la Rue & Company Ltd. foram igualmente prestativos. Em Haarlem, na Holanda, meu amável anfitrião, W. van Andringa de Kempenaer, diretor-gerente da fundição Enschedé en Zonen, disponibilizou uma variedade de dados particularmente úteis.

Certas fontes em Lisboa e Londres solicitaram-me que as mantivesse no anonimato, em vista do que me limito a saudá-las indistintamente e a reiterar meus agradecimentos.

Estou em débito com meu velho amigo, dr. Alfonso Quiroz Cuaron, diretor da Divisão de Investigações Especiais do Banco do México, por me ter apresentado, há vários anos, o caso das notas portuguesas.

Devo também meus agradecimentos a Sherley A. Raices, minha incansável datilógrafa, por decifrar meus manuscritos sob a pressão dos prazos de entrega.

Por fim, sou eternamente grato à MacDowell Colony, em Peterborough, em New Hampshire - uma de nossas grandes iniciativas sociais -, por me conceder o benefício de uma estada suficientemente longa para que pudesse finalizar este livro.

Este livro foi composto por Letra e Imagem em Minion e Latin e impresso por Geográfica Editora em fevereiro de 2010.

* Bloom, Murray Teigh. Money of their own, being an account of the World's Greatest Counterfeiters. Nova York, Charles Scribner's, 1957•

** O cálculo é de Manuel Mira Godinho em "A dimensão econômica do caso Angola e Metrópole" anexo a Mota, Francisco Teixeira de. Alves Reis, uma história portuguesa. Lisboa, Oficina do Livro, 2007, P.281-87. Outro cálculo, de Wigan, Henry, "The effects of the 1925 Portuguese bank note crisis", Department of Economic History, London School of Economics, Working Paper 82/04, situa o problema, mais modestamente, como algo próximo a 6% da chamada "base monetária"; correspondentes a 0,88% do PIB. A diferença nos cálculos tem a ver com deduções dos montantes que não teriam entrado em circulação.

* Este fascinante assunto é tratado em detalhe no estudo de Marshall Berman sobre o Fausto de Goethe em Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.71-4.

* Cf. Salviano Junior, Cleofas. Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao Proes. Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

* Sobre estes desenvolvimentos, ver "International propagation of financial crisis: the experience of 1888-1893" em Kindleberger, Charles P. Keynesianism Versus Monetarism and Other Essays in Financial History. Londres, George Allen & Unwin, 1985, e também Franco, Gustavo H.B. Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. Rio de Janeiro, BNDES, 1983.

"Para uma narrativa da experiência portuguesa como padrão-ouro, bem como sobre a importância das remessas brasileiras para o balanço de pagamentos de Portugal, ver Reis, Jaime. "The gold standard in Portugal" em Acena, Pablo Martín e Jaime Reis (orgs.). Monetary Standards in the Periphery: Paper, Silver, and Gold, 1854-1933. Londres, Macmillan Press, 2000.

*** Entre 1910 e 1926, em particular, Portugal teve 9 presidentes, 41 ministérios e 3 ditaduras de pequena duração. Observa-se, também, a ocorrência de 325 incidentes com bombas. Cf. H. Wigan, op.cit., p.4.

J. Reis, op.cit. p.97.

República Portuguesa, Diário da Câmara dos Deputados, sessão 157 (extraordinária), 29.10.1923, p.17.

*** Reis, Artur Virgílio Alves. O segredo da minha confissão. Lisboa, Edições Novo Mundo, 1931, vol.1, p.138.

* M.M. Godinho, op. Cit., p.286.

Reis, Artur Virgílio Alves. O Angola e Metrópole. Dossiê secreto, fragmentos preciosos para a história da política, da finança e da magistratura portuguesa, coligidos por Artur Virgílio Alves Reis. Lisboa, s.d. P.54-6.

* Ibid., p.ui.

* Bloom, Murray Teigh. The brotherhood of money: the secret world of bank note printers. BNR Press, 1983, P306.

* Como, por exemplo, em Mann, F.A. The Legal Aspect of Money, with Special Reference to Corporate Private and Public International Law. Oxford, Clarendon Press, 5ª ed., 1992, P•29; ou em Nussbaum, Arthur. Money in the Law, National and International: a Comparative Study in the Borderline of Law and Economics. Brooklyn, The Foundation Press, Inc, 1950, p.84-9. Há um tratado específico sobre este caso, leitura essencial para os interessados, por Kisch, sir Cecil H. The Portuguese Bank Note Case: The Story and Solution of a Financial Perplexity. Londres, Macmillan, 1932.

* Ferreira, Antonio Mega. Fazer pela vida: um retrato de Fernando Pessoa, o empreendedor. Lisboa, Assírio&Alvim, 2005, p•153.

** Em Franco, Gustavo H.B. (org.) A economia em Pessoa: verbetes contemporâneos e ensaios empresariais do poeta. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007, Capítulo 7.

* Esta "regra" tem aspecto apenas ilustrativo, e pode sempre ser questionada do ponto de vista técnico. Note-se que ao falar da variação do PIB estamos considerando o PIB "em moeda constante", ou medido em dólares, de modo a não haver dupla contagem da inflação observada no período.

* Personagem folclórico baseado em um personagem histórico que foi prefeito de Londres entre os séculos XIV e XV. Na lenda, Whittington é um garoto pobre que trabalha para um comerciante. Possui apenas um gato. Este animal, seu único bem, é embarcado para as Índias, com o objetivo de tentar sua troca por especiarias ou outra mercadoria preciosa. O gato é tão bom caçador de ratos que um nobre oriental paga uma fortuna por ele, e Dick fica extremamente rico e torna-se prefeito de Londres. (N.R.)

* Uma medida tão drástica tinha sido brevemente analisada pelo banco - e descartada como impraticável. Um porta-voz do governo explicaria mais tarde: "O recolhimento das notas representaria jogar pela janela o dinheiro gasto com a emissão das notas em circulação - cerca de 2 milhões de escudos [cerca de 100 mil dólares]. O banco de um país pobre, que despense a cada ano milhões de escudos para substituir as notas deterioradas, não pode aumentar excessivamente seus gastos através do recolhimento de qualquer tipo de nota pelo simples fato de um caipira grosseirão se recusar a aceitar esse dinheiro na hora de vender seu gado.

* Este termo não tem correspondente no Brasil, pois é típico de uma monarquia parlamentarista. Em nosso império havia o Conselho de Estado, composto de personalidades nomeadas pelo imperador e constituía um órgão consultivo que preparava pareceres para aprovação do imperador. O King's ou Queen's Counsel é um advogado nomeado por carta patente, para ser "Her Majesty's Counsel learned in law"(Conselheiro de Sua Majestade, perito em leis), uma categoria profissional de nível elevado, pois seu status é conferido pela Coroa e reconhecido pelos tribunais.

são Samuel Taylor Coleridge, William Wordsworth e Robert Southey, poetas que viviam em Lake District, na região dos lagos na Inglaterra, no fim do século XVIII e início do século XIX. Foram precursores do romantismo e sua escola foi uma reação às formas pomposas da escola clássica.

de Londres exigiram cerca de 2.100 páginas. Os de Portugal, por sua vez, se estenderam por 75 volumes, 32 anexos, num total de 22 mil páginas.

Sumário

Prefácio	11
Prólogo	20
Capítulo UM: 1924	22
Capítulo DOIS: 1925	111
Capítulo TRÊS: 1926- 1932	226
Epílogo: 1932-1964	300
Anexo	333
Agradecimentos	346
próprio Bloom*	349

Alves Reis, como é
conhecido, provocou
um terremoto 349
monetário em Portugal
iniciado em 1925, e
que se

Tudo começou de
forma simples, com
uma falsificação que 349
assumiu escala
industrial, e daí
degenerou e

Nesta incrível
trajetória, o Banco

Angola e Metr pole 349

"compartilhou"; ainda
que de forma ilegal,
com

O contexto o ajudava.

Em toda parte, ainda
prevaleciam d vidas 349

sobre a natureza ideal
da moeda, se m

A desvaloriza o
cambial, e as outras
mudanças tendo lugar 349

no Brasil, reduziram
drasticamente, e d

É verdade que desde
1891, todos os
governos que se
sucederam em
Portugal, e foram
muitos, ""
retornó à

349

conversibilidade como
uma "questão de
honra'.

349

Primeira: legalmente
...; há outro ... que
consiste em interpretar
mal uma lei...que
declara que est

349

As "portarias surdas"
eram as
"autorizações";
tecnicamente ilegais, e 349
por isso mesmo não
publicadas

de notas que então
ocorreram, uma fonte
de inspiração da
encomenda ordenada 349
por Alves Reis à
Waterlo

É verdade que o
raciocínio, e a

seqüência de atos que
levou Alves Reis à 350
montagem do
esquema, parece

crédito público e da
economia nacional. ...
Provada a anarquia 350
monetária, verificadas
as fraudes urd

Por qualquer padrão
normal e razoável de
sorte, isso não poderia 350
ter acontecido de

nenhuma maneira..
É de notar, ademais,
que se a "atuação
anticíclica" do Banco 350
Angola e Metrópole
elevou o nível de at
Não se deve esquecer,
em meio a esta busca
de significados maiores 350
do episódio, que o
leitor terá di
Seria fácil contra-
argumentar que não é
sempre que se vê um 350

"heterônimo" de banco central, e um "o

O homem que roubou Portugal foi publicado originalmente em 350
1966, e traduções do texto para o português

Depois de obter o título de cavaleiro, sir William traçou seu 350
próximo objetivo: a prefeitura de Lond

No entanto, o espectro do medo, que viaja

mais rápido do que os 350
trens, já o aguardava
na chegada a H

Alto, magro, quase
cadavérico, Bevan
vinha de uma família 351
galesa de classe média
baixa. Quando jovem

Os vestígios do grande
esquema de Alves Reis
se encontravam por 351
toda a Lisboa décadas
depois dos fat

Durante minha longa
estada em Portugal,
Peter B. Miranda
traduziu à exaustão,
com grande fluência e

351